

PARQUE ESTADUAL DE VASSUNUNGA

PLANO DE MANEJO





FUNDAÇÃO FLORESTAL

Parque Estadual de Vassununga

Grupo da UC	Categoria da UC	Localização Organizacional
Proteção Integral	Parque Estadual	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo Fundação Florestal Diretoria Metropolitana e Interior



Área da UC	Município abrangido	Região Administrativa	Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI)	Acesso à Unidade de Conservação
2071,42 ha	Santa Rita do Passa Quatro	Região Administrativa Central e Região de Governo de São Carlos	9 – Mogi Guaçu	Rodovia Anhanguera, km 245, sentido Norte





**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
João Agripino da Costa Doria Junior

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
Marcos Rodrigues Penido

SUBSECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
Eduardo Trani

Fundação Florestal

PRESIDENTE
Gerd Sparovek

DIRETORIA EXECUTIVA
Rodrigo Levkovicz

DIRETORIA METROPOLITANA E INTERIOR
Lucila Manzatti

GERÊNCIA INTERIOR CENTRO NORTE
Carlos Eduardo Beduschi

PARQUE ESTADUAL DE VASSUNUNGA
Fabrício Pinheiro da Cunha

NÚCLEO PLANOS DE MANEJO
Fernanda Lemes de Santana

CRÉDITOS

INFORMAÇÕES GERAIS DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

ATOS NORMATIVOS, GESTÃO, INFRAESTRUTURAS, ATRATIVOS TURÍSTICOS

Adriana de Arruda Bueno, Fundação Florestal
Aleph Bönecker da Palma, Fundação Florestal
Anne Karoline Oliveira, Fundação Florestal
Bianca Dias Damazio, Fundação Florestal
Bruno F. C. B. Adorno, Fundação Florestal
Carlos Eduardo Beduschi, Fundação Florestal
Fabrício Pinheiro da Cunha, Fundação Florestal
Fernanda Lemes de Santana, Fundação Florestal
Lucila Manzatti, Fundação Florestal
Nayara Helena Alecrim de Freitas, Fundação Florestal
Suellen França Oliveira Lima, Fundação Florestal
Tatiana Yamauchi Ashino, Fundação Florestal
Thais dos Santos Santana, Fundação Florestal
Victor del Mazo Quartier, Fundação Florestal

ASPECTOS FUNDIÁRIOS

Jorge Luiz Vargas Lembo, Fundação Florestal
Maria Aparecida Cândico Salles Resende, Fundação Florestal
Paulo Henrique Pereira de Brito, Fundação Florestal
Tatiana Vieira Bressan, Fundação Florestal

MEIO BIÓTICO

VEGETAÇÃO

Natália Macedo Ivanauskas, Instituto Florestal
Cintia Kameyama, Instituto de Botânica
Marina Mitsue Kanashiro, Instituto Florestal
Giselda Durigan, Instituto Florestal
Geraldo A. D. Corrêa Franco, Instituto Florestal
Isabel Fernandes de Aguiar Mattos, Instituto Florestal
João Aurélio Pastore, Instituto Florestal
João Batista Baitello, Instituto Florestal
Maria Teresa Zugliani Toniato, Instituto Florestal
Osny Tadeu Aguiar, Instituto Florestal

FAUNA

Alexsander Zamorano Antunes, Instituto Florestal
Monicque Silva Pereira, SIMA/CFB

MEIO FÍSICO

GEOLOGIA, GEOMORFOLOGIA, PEDOLOGIA

Marcio Rossi, Instituto Florestal

FRAGILIDADE

Marcio Rossi, Instituto Florestal

PERIGO, VULNERABILIDADE E RISCO

Cláudio José Ferreira, Instituto Geológico
Denise Rossini Penteadó, Instituto Geológico

MINERAÇÃO

Fábio Deodato, Cetesb
Iraci Xavier da Silva, Cetesb

RECURSOS HÍDRICOS SUBTERRÂNEOS

Antônio Carlos Guedes, Instituto Geológico
Mara Akie Iritani, Instituto Geológico
Sibele Ezaki, Instituto Geológico

MEIO ANTRÓPICO

Beatriz Truffi Alves, SIMA/CFB
Cristina Maria do Amaral Azevedo, SIMA/CPLA
Iraci Xavier da Silva, Cetesb
Ramon Sanfins Freire, SIMA/CFB
Tatiana Camoleza Morales Ferreira, SIMA/CPLA
Vinicius Travalini, Cetesb

JURÍDICO INSTITUCIONAL

Cristina Maria do Amaral Azevedo, SIMA/CPLA
Tatiana Camoleza Morales Ferreira, SIMA/CPLA

ZONEAMENTO

Alexsander Zanonano Antunes, Instituto Florestal
Adriana de Arruda Bueno, Fundação Florestal
Aleph Bönecker da Palma, Fundação Florestal
Anne Karoline Oliveira, Fundação Florestal
Beatriz Truffi Alves, SIMA/CFB
Bianca Dias Damazio, Fundação Florestal
Carlos Eduardo Beduschi, Fundação Florestal
Cristina Maria do Amaral Azevedo, SIMA/CPLA
Fabrício Pinheiro da Cunha, Fundação Florestal
Fernanda Lemes de Santana, Fundação Florestal
Iraci Xavier da Silva, Cetesb
Lucila Manzatti, Fundação Florestal
Monicque Silva Pereira, SIMA/CFB
Natália Macedo Ivanauskas, Instituto Florestal
Suellen França Oliveira Lima, Fundação Florestal
Tatiana Camoleza Morales Ferreira, SIMA/CPLA
Tatiana Yamauchi Ashino, Fundação Florestal
Thais dos Santos Santana, Fundação Florestal

Victor del Mazo Quartier, Fundação Florestal
William Sallun Filho, Instituto Geológico
CONSELHO GESTOR DO PARQUE ESTADUAL DE VASSUNUNGA, BIÊNIO 2018-2020

PROGRAMAS DE GESTÃO

Alexsander Zanorano Antunes, Instituto Florestal
Adriana de Arruda Bueno, Fundação Florestal
Aleph Bönecker da Palma, Fundação Florestal
Anne Karoline Oliveira, Fundação Florestal
Beatriz Truffi Alves, SIMA/CFB
Bianca Dias Damazio, Fundação Florestal
Carlos Eduardo Beduschi, Fundação Florestal
Cristina Maria do Amaral Azevedo, SIMA/CPLA
Fabrício Pinheiro da Cunha, Fundação Florestal
Fernanda Lemes de Santana, Fundação Florestal
Iracly Xavier da Silva, Cetesb
Lucila Manzatti, Fundação Florestal
Monicque Silva Pereira, SIMA/CFB
Nayara Helena Alecrim de Freitas, Fundação Florestal
Natália Macedo Ivanauskas, Instituto Florestal
Suellen França Oliveira Lima, Fundação Florestal
Tatiana Camoleza Morales Ferreira, SIMA/CPLA
Tatiana Yamauchi Ashino, Fundação Florestal
Thais dos Santos Santana, Fundação Florestal
Victor del Mazo Quartier, Fundação Florestal
William Sallun Filho, Instituto Geológico
CONSELHO GESTOR DO PARQUE ESTADUAL DE VASSUNUNGA, BIÊNIO 2018-2020

CONSOLIDAÇÃO DO RELATÓRIO

Bianca Dias Damazio, Fundação Florestal
Suellen França de Oliveira Lima, Fundação Florestal

RELATÓRIO INTERNO - MINUTA DO PLANO DE MANEJO DO PE VASSUNUNGA (2009 e 2014)

Equipe Autora (Fevereiro 2009)

Adriana Fernandes Mendes - Uso Público, Planejamento, Atividades Apropriadas
Alexandre Toshiro Igari, Instituto de Biociências/USP - Zona de Amortecimento
André Luis Teixeira de Lucca, Instituto Florestal - Atividades Conflitantes, Planejamento
André Pinassi Antunes, UNESP - Herpetofauna
Antonio Carlos Galvão de Mello, Fundação Florestal - Legislação, Planejamento
Antonio Gonçalves Pires Neto, GEIA - Meio Físico
Carlos Menarin, UNESP - Histórico-Cultural, Socioeconomia
Carlos Alberto de Freitas, Instituto Florestal - Comunicação Visual
Denis C. Briani, UNESP - Mastofauna / Pequenos mamíferos
Dimas Antonio da Silva, Instituto Florestal - Planejamento
Ernesto Pedro Dickfeldt, Instituto Florestal - Atividades Conflitantes, Planejamento, Vegetação
Fernanda Maria Néri, UFSCar - Mastofauna / Grandes mamíferos
Francisco C. Soriano Arcova, Instituto Florestal - Hidrologia Superficial
Geraldo A. D. Correa Franco, Instituto Florestal - Vegetação
Giordano Ciocheti, Instituto de Biociências/USP - Mastofauna
Giselda Durigan, Instituto Florestal - Vegetação
Guilherme Renzo Rocha Brito - Avifauna
Heverton José Ribeiro, Instituto Florestal - Situação Fundiária, Projeto Corredores, Planejamento
Hubert Bayer Costa, Instituto Florestal - Geoprocessamento

Isabel F. de Aguiar Mattos, Instituto Florestal - Meio Biótico, Vegetação, Planejamento
Jane Piton Serra, UNESP - Ictiofauna
José Luiz Veronesi Junior, UNESP - Ictiofauna
João Aurélio Pastori, Instituto Florestal - Vegetação
João Batista Baitello, Instituto Florestal - Vegetação
João Régis Guillaumon, Instituto Florestal - Planejamento
Juarez de Castro Cabral, Instituto de Biociências/USP - Águas Subterrâneas
Leandro Reverberi Tambosi, Instituto de Biociências/USP - Avifauna
Luís Felipe Toledo, UNESP - Zona de Amortecimento
Marcio Port Carvalho, Instituto Florestal - Herpetofauna, Coordenação Mastofauna
Marcio Rossi, Instituto Florestal - Meio Físico, Planejamento
Marco Antonio de Oliveira Garrido - Planejamento
Marco Aurélio Nallon, Instituto Florestal - Geoprocessamento
Maria Thereza Zugliani Toniato, Instituto Florestal - Vegetação
Marina Mitsue Kanashiro, Instituto Florestal - Geoprocessamento, Vegetação
Marlene Francisca Tabanez, Instituto Florestal - Uso Público, Análise Institucional, Planejamento
Maurício Ranzini, Instituto Florestal - Hidrologia Superficial
Natália Macedo Ivanauskas, Instituto Florestal - Vegetação
Osny Tadeu Aguiar, Instituto Florestal - Vegetação
Paulo Henrique Peira Ruffino, Instituto Florestal - Uso Público, Planejamento
Renata Smocowisk Miranda, Instituto Florestal - Geoprocessamento
Roselene Silva Costa Ferreira, UNESP - Ictiofauna
Rui Marconi Pfeifer, Instituto Florestal - Meio Físico
Sidnei Raimundo, USP - Planejamento
Sônia Aparecida de Souza, Instituto Florestal - Uso Público, Planejamento
Sueli Thomaziello, UNICAMP - Socioeconomia
Valdir de Cicco, Instituto Florestal - Hidrologia Superficial
Vânia Regina Pivello, Instituto de Biociências/USP - Zoneamento, Zona de Amortecimento

Apoio Técnico

Amanda de Fátima M. Catarucci, Instituto Florestal - Meio Físico, Vegetação
Hubert Bayer Costa, Instituto Florestal - Meio Físico
João Batista Amaro do Santos, Instituto Florestal - Hidrologia Superficial

Estagiários

Eloisa Batista da Silva, Instituto Florestal - Mastofauna
Lívia Fagnani Sanchez de Souza, Instituto Florestal - Hidrologia Superficial
Rafael Alexandre Ferreira Luiz, Instituto Florestal - Hidrologia Superficial
Rochelle Lima Ramos dos Santos, Instituto Florestal - Vegetação
Rodrigo Trassi Polisel, Instituto Florestal - Vegetação

Equipe de apoio / Auxiliar de campo

Antonio Crema, Instituto Florestal - Mastofauna, Vegetação
Bruno Garcia Luize, UNESP - Herpetofauna
Cynthia Elisa Widmer, UEL - Mastofauna
Edivaldo Furlan, Instituto Florestal - Vegetação
José Darci Senhorinho, Instituto Florestal - Multimídia, Fotografia
Nelson Donizetti Correa, Instituto Florestal - Mastofauna
Olívia Gabriela dos Santos Araújo - Herpetofauna
Waldonésio Borges Nascimento, Instituto Florestal - Mastofauna, Vegetação

Colaboradores

Edy Augusto de Oliveira, CETESB/ Pirassununga - Hidrologia Superficial
Fátima Marino, Instituto Florestal - Uso Público
Heverton José Ribeiro, Instituto Florestal - Hidrologia Superficial
Hubert Bayer Costa, Instituto Florestal - Hidrologia Superficial
José da Silva, Instituto Florestal - Levantamento topográfico
Rogério Teixeira Dias, CETESB/ Pirassununga - Hidrologia Superficial
Vânia Korman - Ecologia de Agrossistemas

Revisão

Roberto Monteiro de Lima

Capa

Marina Mitsue Kanashiro, Instituto Florestal

Priscila Weingartner, Instituto Florestal

Equipe Revisão (2014)

Adriano Lauton, Fundação Florestal - Estagiário / Diretoria do Litoral Norte

Daniela Milanela Coutinho, Fundação Florestal - Coordenação dos Planos de Manejo de Proteção Integral NMI

Edson Montilha, Fundação Florestal - Diretor do Núcleo de UC das Regiões Metropolitana e Interior (NMI)

Julia Rechtman, Fundação Florestal - Monitora Ambiental - Núcleo Metropolitana e Interior

Nelson Antonio Gallo, Fundação Florestal - Gerente das UC da Região Interior

Vera Sabatine, Fundação Florestal - Aalista de Recursos Ambientais do Parque Estadual de Vassununga

SUMÁRIO

CRÉDITOS	4
1. INFORMAÇÕES GERAIS DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO (UC)	11
2. MEIO BIÓTICO	30
2.1. VEGETAÇÃO	30
2.2. FAUNA.....	35
3. MEIO FÍSICO	37
3.1. GEOLOGIA, PEDOLOGIA E GEOMORFOLOGIA	37
3.2. FRAGILIDADE	42
3.3. PERIGO, VULNERABILIDADE E RISCO	43
3.4. CLIMA.....	46
3.5. MINERAÇÃO.....	46
3.6. RECURSOS HÍDRICOS SUBTERRÂNEOS	47
3.7. RECURSOS HÍDRICOS SUPERFICIAIS.....	51
4. MEIO ANTRÓPICO	53
4.1. HISTÓRIA E PATRIMÔNIO	53
4.2. OCUPAÇÃO HUMANA E POPULAÇÕES RESIDENTES.....	55
4.3. DINÂMICA DEMOGRÁFICA	58
4.4. DINÂMICA ECONÔMICA	58
4.5. DINÂMICA SOCIAL	60
4.6. DINÂMICA TERRITORIAL	63
5. JURÍDICO-INSTITUCIONAL	68
6. ANÁLISE INTEGRADA	71
7. ZONEAMENTO	73
7.1. OBJETIVOS DA UC	73
7.2. DO ZONEAMENTO	73
7.3. DO ZONEAMENTO INTERNO.....	75
7.4. DA ZONA DE AMORTECIMENTO.....	84
7.5. ITEM 1 - MAPA DO ZONEAMENTO INTERNO (ZONAS E ÁREAS).....	90
7.6. ITEM 2 - MAPA DA ZONA DE AMORTECIMENTO.....	91
7.7. ITEM 3 - CONTEÚDO MÍNIMO PARA O TERMO DE COMPROMISSO	92
7.8. ITEM 4 - LISTA EXEMPLIFICATIVA DO ENQUADRAMENTO DE ATIVIDADES E INFRAESTRUTURA CONFORME NÍVEL DE IMPACTO QUE SERÃO PARAMETRIZADOS NO AMBITO DO PROGRAMA DE USO PÚBLICO.....	92

8. PROGRAMAS DE GESTÃO.....	95
8.1. APRESENTAÇÃO.....	95
8.2. PROGRAMA DE MANEJO E RECUPERAÇÃO.....	96
8.3. PROGRAMA DE USO PÚBLICO.....	97
8.4. PROGRAMA DE INTERAÇÃO SOCIOAMBIENTAL.....	98
8.5. PROGRAMA DE PROTEÇÃO E FISCALIZAÇÃO.....	99
8.6. PROGRAMA DE PESQUISA E MONITORAMENTO.....	100
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	101
9.1. MEIO BIÓTICO.....	101
9.2. MEIO FÍSICO.....	104
9.3. MEIO ANTRÓPICO.....	108
9.4. JURÍDICO INSTITUCIONAL.....	110
ANEXO I - INFORMAÇÕES GERAIS DA UC.....	111
1.1 ASPECTOS FUNDIÁRIOS.....	111
ANEXO II - MEIO BIÓTICO.....	111
2.1 VEGETAÇÃO.....	111
2.2 FAUNA.....	147
ANEXO III - MEIO FÍSICO.....	161
3.1 GEOLOGIA, GEOMORFOLOGIA E PEDOLOGIA.....	161
3.2 FRAGILIDADE.....	166
3.3 PERIGO, VULNERABILIDADE E RISCO.....	168
3.4 CLIMA.....	176
3.5 MINERAÇÃO.....	177
3.6 RECURSOS HÍDRICOS SUBTERRÂNEOS.....	178
3.7 RECURSOS HÍDRICOS SUPERFICIAIS.....	190
ANEXO IV - MEIO ANTRÓPICO.....	191
4.1 DINÂMICA DEMOGRÁFICA.....	191
4.2 DINÂMICA ECONÔMICA.....	194
4.3 DINÂMICA SOCIAL.....	196
4.4 DINÂMICA TERRITORIAL.....	201
ANEXO V - JURÍDICO INSTITUCIONAL.....	204
5.1 INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL.....	204

1. INFORMAÇÕES GERAIS DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO (UC)

Nome	Parque Estadual de Vassununga
Código	0000.35.0853
Órgão Gestor	Fundação para Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo (FF)
Grupo de UC	Proteção Integral
Categoria de Manejo	Parque Estadual (PE), cujo objetivo é a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. O PE é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei. A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento. A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.
Bioma	Mata Atlântica (Floresta Estacional Semidecidual) e Cerrado
Objetivos da UC	Preservar as maiores e mais belas florestas de jequitibás-vermelhos ainda existentes, a possibilidade de aquelas florestas, se preservadas, incrementarem o turismo no município de Santa Rita do Passa Quatro; conservar também amostras representativas de outros tipos de vegetação, como a floresta de várzea e a savana xeromorfa; existência, na gleba Pé-de-Gigante, de uma formação geológica de interesse turístico.
Atributos da UC	Floresta de jequitibás-rosa e vegetação remanescente de Cerrado.
Municípios Abrangidos	Santa Rita do Passa Quatro
UGRHI	UGRHI 9 – Mogi Guaçu
Conselho Gestor	Conselho Consultivo - biênio 2018/2020, instituído pela Resolução SMA nº 182, 13 de dezembro de 2018.
Plano de Manejo	Em elaboração.
Instrumentos de Planejamento e Gestão Incidentes	No âmbito Municipal <ul style="list-style-type: none">• Plano Direto de Santa Rita do Passa Quatro - Lei nº 2.667/2006. No âmbito Estadual <ul style="list-style-type: none">• Plano Emergencial de Implantação e Plano de Proteção vinculada ao Programa SIM - Sistema Integrado de São Paulo;• Plano de Bacia Hidrográfica UGRHI 9 - Mogi Guaçu. E atos normativos especificados na sessão “Jurídico Institucional”.
Situação quanto à Conformidade ao SNUC	Em desconformidade com o SNUC, no que se refere à situação fundiária, tendo em vista que essa categoria de Unidade de Conservação é composta por áreas de posse e domínio público.
Endereço da Unidade	Rodovia Anhanguera (SP-330), km 245 / Sentido Norte (São Paulo a Ribeirão Preto)

CEP	13670-000
Bairro	Gleba Capetinga Leste
UF	SP
Município (s)	Santa Rita do Passa Quatro
Site da UC	http://fflorestal.sp.gov.br/vassununga/home/
Telefone da UC	(19) 97163-7206
E-mail da UC	pe.vassununga@fflorestal.sp.gov.br
ACESSOS À UC	
Entradas	Rodovia SP-330 (Via Anhanguera, km 245).
Município	Santa Rita do Passa Quatro/SP.
Endereço	Quilômetro 245 da Rodovia Anhanguera (SP-330).
Coordenadas	Praxedes: 228867 longitude / 7599133 latitude; O 47° 37' 13.437" S 21° 41' 25.644" Pé-de-Gigante: 227500 longitude / 7605860 latitude; O 47° 37' 56.991" S 21° 37' 46.343" Capetinga Oeste: 227500 longitude / 7595274 latitude; O 47° 38' 3.243" S 21° 43' 30.293" Capetinga Leste: 232796 longitude / 7596365 latitude; O 47° 34' 58.448" S 21° 42' 57.746' Capão da Várzea: 229803 longitude / 7594651 latitude; O 47° 36' 43.526" S 21° 43' 51.805" Maravilha: 225833 longitude / 7594298 latitude; O 47° 39' 1.791" S 21° 44' 1.079"
ATOS LEGAIS	
Instrumento legal	Decreto Estadual nº 52.546, de 26 de outubro de 1970; Decreto Estadual nº 52.720, de 12 de março de 1971.
Ementa	Cria o Parque Estadual de Vassununga e dá providências correlatas; Acrescenta Gleba ao artigo 1.º do Decreto n.º 52.546, de 26 de outubro de 1970.
Instrumento de Publicação	Diário Oficial - Executivo, 27/10/1970, p.2; Diário Oficial - Executivo, 13/03/1971, p.9.
Área da UC	2.071,42 hectares
Memorial Descritivo	Decreto Estadual nº 52.546, de 26 de outubro de 1970; Decreto Estadual nº 52.720, de 12 de março de 1971.

ASPECTOS FUNDIÁRIOS

<p>Situação Fundiária da Unidade</p>	<p>Faz-se necessária a apresentação do Estudo de Regularização Fundiária das Glebas: Pé de Gigante; Capão da Várzea; Maravilha; Praxedes; Capetinga Leste e Capetinga Oeste, com base na documentação e pesquisas coletadas junto aos órgãos públicos e Cartórios, para subsidiar as diretrizes para cada área, de forma a esclarecer os entraves que existem sobre a arrecadação efetiva das terras já pagas pela Fazenda do Estado, bem como seus respectivos registros imobiliários.</p>
<p>Consistência dos Dados do Limite da UC</p>	<p>O Parque Estadual de Vassununga (PEV) é composto por seis glebas descontínuas. Cinco dessas glebas (Capetinga, Praxedes, Maravilha, Capão da Várzea e Pé de Gigante) foram instituídas pelo Decreto nº 52.546/1970, e uma sexta gleba (Capetinga Leste) foi instituída pelo Decreto nº 52.720/1971.</p> <p>A descrição dos limites das seis glebas é feita por seguimentos de reta unidos por rumos (ângulos) e distâncias, combinando com descrição de pontos notáveis da paisagem (rodovias, rios, etc.). Esse tipo de descrição, quando não fornece ao menos um ponto de coordenada, impossibilita o posicionamento correto do polígono, sendo feita uma aproximação através do uso de cartas topográficas e/ou imagens aéreas ou de satélite.</p> <p>Para a ação de desapropriação indireta nº 234/73, foram levantadas as áreas de cinco das seis glebas para cálculo da indenização.</p> <p>No acervo fundiário do NRF constam plantas antigas, não georreferenciadas, da PGE/PPI, com o desenho dos polígonos de todas as glebas.</p> <p>Entre os anos de 1999 e 2000, as glebas foram objeto de levantamento georreferenciado. Este tipo de trabalho, realizado com estudo de campo e equipamentos modernos e de melhor precisão, tendem a produzir uma representação espacial e cálculo da área com uma melhor aproximação da realidade. As glebas Capetinga, Capetinga Leste, Praxedes, Maravilha e Capão da Várzea foram georreferenciadas por uma empresa (Evn Automação Topografia Ltda.), fornecendo todos os vértices definidores do imóvel em coordenadas UTM, enquanto que a gleba Pé de Gigante foi georreferenciada pelo Instituto Florestal, com apenas um ponto de coordenada, descrevendo os segmentos por rumos e distancias.</p> <p>Comparando as plantas antigas da PGE/PPI com as plantas georreferenciadas, nota-se que os polígonos guardam semelhanças entre si. Já em relação ao tamanho das áreas, nota-se diferença em todas as glebas. Não temos como afirmar o motivo dessas diferenças, porém como cada levantamento foi feito em épocas distintas, com métodos e equipamentos distintos, é razoável que os resultados apresentem alguma diferença.</p> <p>Segundo os valores constantes nos dois decretos de criação do Parque, este teria uma área de 1.675,32 hectares, enquanto que pelo levantamento georreferenciado das glebas de 1999/2000 o Parque teria uma área de 2.178,236 hectares, uma diferença de 502,916;</p> <p>Os materiais mais consistentes para analisar o perímetro e área de cada gleba do Parque são as plantas da PGE/PPI e o levantamento georreferenciado. Comparando o tamanho de áreas entre esses dois levantamentos, apenas a gleba “Capetinga Leste” apresenta uma diferença significativa (45 hectares), enquanto que nas demais a diferença ficou menor que cinco hectares, destacando que não foi encontrada planta PGE/PPI da gleba “Pé de Gigante”.</p> <p>Como o levantamento georreferenciado é um produto mais recente de estudo dos limites da Unidade, devendo assim ter utilizado técnicas mais modernas e precisas, e por fornecer coordenadas em UTM dos vértices, o que facilita sua verificação em campo, opta-se por adotar os polígonos provenientes deste trabalho para representar espacialmente esta Unidade de Conservação.</p>
<p>Percentual de área devoluta</p>	<p>Não foi encontrado no banco de dados deste setor informação sobre áreas devolutas no PE Vassununga.</p> <p>Segundo consta em cópia de manifestação do Instituto Florestal de 30 de Outubro de 2000, juntada na Pasta de documentação do Parque Estadual de Vassununga, referente ao Processo SMA nº 40.415/1999, das seis glebas que compõem o Parque, cinco foram indenizadas pelo Estado na Ação de Desapropriação Direta, Processo nº 234/73, proposta</p>

	<p>pela Usina Santa Rita S/A.</p> <p>As glebas indenizadas seriam as Capetinga, Capetinga Leste, Praxedes, Maravilha e Capão da Várzea, ficando de fora a gleba Pé de Gigante. Na época, as cinco glebas expropriadas não tinham sido arrecadas pelo Estado de São Paulo, continuando matriculadas em nome da Usina Santa Rita. Segundo consta na ação, as glebas somadas totalizavam 343 alqueires, ou 832,14 hectares. Como a Gleba Pé de Gigante não foi objeto da ação de desapropriação, não houve estudo na época sobre seu tamanho, assim, se considerarmos a área constante no decreto de criação do Parque (900 hectares, ou 62%), somadas à área constante na ação (832,14 hectares, ou 48%), o Parque teria 1.732,14 hectares. Porém, considerando as áreas com base no levantamento georreferenciado, as cinco glebas que teriam sido expropriadas totalizariam 856,316 hectares, ou 41,50%, e a Gleba Pé de Gigante 1.212,920 hectares, ou 58,5%.</p>
Percentual de área particular	Considerando que não foi encontrada informação sobre desapropriação da Gleba Pé de Gigante, esta pode ser considerada como particular ou de dominialidade incerta. Caso seja confirmado que se trata de gleba particular, ela corresponderia a 52% (900 hectares) da área do Parque, considerando seu tamanho com base no decreto criação, ou de 58,5% (1.212.920 hectares) considerando seu tamanho com base no levantamento georreferenciado.
Percentual de área com titulação desconhecida	Todas as informações utilizadas para este estudo sobre os limites do PE Vassununga basearam-se em fontes antigas que precisam ser atualizadas ou confirmadas, como a sentença da ação de desapropriação, as matrículas identificadas, a situação dominial das glebas, principalmente da gleba Pé de Gigante, a demarcação das divisas em campo e o próprio georreferenciamento, o qual foi realizado antes da vigência da norma atual de georreferenciamento necessária para se obter a certificação do SIGEF junto ao INCRA. Sem estas confirmações, as informações relatadas acima precisam ser utilizadas sempre com observações. (Apêndice 1.1.A.).
Situação da área quanto à ocupação	Faz-se necessária a apresentação do Estudo de Regularização Fundiária, uma vez que as informações do PE Vassununga basearam-se em fontes antigas que precisam ser atualizadas ou confirmadas.
Percentual de demarcação dos limites	Segundo consta no relatório “Levantamento Planimétrico das Divisas do Parque Estadual de Vassununga”, feita pela empresa Evn Automação Topográfica Ltda., nas glebas Capetinga, Capetinga Leste, Praxedes, Maravilha e Capão da Várzea houve implantação de marcos nos vértices definidores da poligonal dessas glebas, enquanto que a gleba Pé de Gigante, apesar de também ter sido georreferenciada, não houve implantação de marcos. Considerando estas informações, 41,5% do Parque estariam demarcados, faltando então a demarcação de 58,5% que corresponde à gleba Pé de Gigante.
Área da poligonal da UC	Com base na espacialização do Parque, feita a partir dos trabalhos de georreferenciamento já mencionados, o Parque teria uma área de 2.069,236 hectares.
GESTÃO E INFRAESTRUTURA DA UC	
Edificações e estruturas	<p>Prédio 1 - Base Operacional Local: gleba Capetinga Leste Área: 56m². Função: Uso cotidiano dos funcionários (banheiro, cozinha e depósito de materiais e produtos) Não possui Acessibilidade Qualidade da instalação: em madeira, padrão IF com mais de 20 anos, necessita de reforma, dedetização e instalação de fossa séptica.</p> <p>Prédio 2 - Alojamento</p>

Local: gleba Capetinga Leste
Área: 56m².
Função: Base de apoio e dormitório de pesquisadores, gestor e demais funcionários da SIMA.
Não possui Acessibilidade
Qualidade da instalação: precária, em madeira, padrão IF com mais de 20 anos, necessita de reforma, dedetização e instalação de fossa séptica.

Prédio nº 3 - Centro de Visitantes
Local: gleba Capetinga Leste
Área: 292m².
Função: Atendimento ao público, apoio aos funcionários, guarita adaptada para a vigilância e portaria, administração (sala de 14m²), almoxarifado, sala de monitores, depósito)
Não possui Acessibilidade
Qualidade da instalação: em madeira, com aproximadamente 20 anos, necessita de reforma elétrica, alarme, sanitária e dedetização. A instalação é destinada a vários usos diversos do seu fim, como guarita, administração, almoxarifado e depósito, se faz necessário a construção de novas infraestruturas para que o Centro de Visitantes seja utilizado exclusivamente para o fim.

Prédio nº 4 – Sanitário
Local: Trilha dos Jequitibás, gleba Capetinga Oeste
Área: 30m²
Função: sanitário.
Não possui Acessibilidade
Qualidade da instalação: em alvenaria, necessita de reforma, instalação de energia e sanitária.

Guarita nº01
Local: Trilha dos Jequitibás, gleba Capetinga Oeste
Área: 4m²
Função: guarita de portaria e vigilância.
Não possui Acessibilidade
Qualidade da instalação: em madeira, precária, necessita de reforma, instalação de energia e sanitária.

Guarita nº02:
Local: meio da Trilha dos Jequitibás, gleba Capetinga Oeste
Área: 4m²
Função: guarita de vigilância e monitoria.
Não possui Acessibilidade
Qualidade da instalação: em madeira, precária, necessita de reforma, instalação de energia.

Caixa d'água Metálica
Local: fim da Trilha dos Jequitibás, gleba Capetinga Oeste
Capacidade: 3.000L
Função: abastecimento da Área de Serviço / Uso Público
Não possui Acessibilidade
Qualidade da instalação: boa

Caixa d'água Metálica
Local: área de Serviço gleba Capetinga Leste
Capacidade: 5.000L
Função: abastecimento da Área de Serviço / Uso Público
Não possui Acessibilidade
Qualidade da instalação: boa

	<p>Caixa d'água Metálica Local: gleba Pé-de-Gigante Capacidade: 15.000L Função: combate a Incêndio Florestal Não possui Acessibilidade Qualidade da instalação: boa</p> <p>Poço caipira Local: área de serviço, gleba Capetinga Leste Profundidade: 25 m Capacidade: 5.000L Função: abastecimento da Área de Serviço / Uso Público Não possui Acessibilidade Qualidade da instalação: precária e inadequado, com necessidade de substituição por poço semi/artesiano.</p> <p>Rede Elétrica secundária Local: área de serviço, gleba capetinga Leste Função: abastecimento da Área de Serviço / Uso Público Qualidade da instalação: precária e inadequada, com necessidade de avaliação, substituição e se possível retirada dos limites da Unidade.</p> <p>Rede Hidráulica Local: área de serviço, gleba capetinga Leste Função: abastecimento da Área de Serviço / Uso Público Qualidade da instalação: necessidade de avaliação.</p> <p>Sistema de Alarme Local: Centro de Visitantes, gleba capetinga Leste Função: proteção ao patrimônio do Centro de Visitantes Qualidade da instalação: ruim, com necessidade de manutenção/substituição.</p> <p>Torre de Concreto com Para Raios e Antena Local: Centro de Visitantes, gleba capetinga Leste Função: comunicação Qualidade da instalação: necessidade de avaliação técnica.</p> <p>Torre de Observação de Combate a Incêndios Florestais Altura: 20m Local: gleba capetinga Leste Função: vigilância / prevenção e combate à incêndios florestais Qualidade da instalação: boa</p> <p>Torre metálica Altura: 20m Local: gleba Pé-de-Gigante Função: Altura: 20m Função: pesquisas de dados meteorológicos Qualidade da instalação: boa Proprietário: Instituto Astronômico Geofísico (USP)</p>
Comunicação	<p>Telefone fixo: não possui Telefone móvel: 19 97163-7206 Internet via satélite, intermitente, de baixa capacidade Sistema de rádio: previsto em contrato com empresa terceirizada de vigilância, mas não é</p>

	<p>implementado pela mesma.</p> <p>Sinal de telefonia celular: sim, na maioria dos locais, sinal vivo somente</p> <p>Computadores (s/n e quantidade): sim, 3 e 1 notebook, todos antigos, com necessidade de substituição e ampliação.</p>
Meio de transporte em operação	<p>Veículos leves, carro: 1</p> <p>Condições de uso: veículo com mais de 10 anos, muito rodado, manutenção em dia.</p> <p>Veículos leves, moto: 1 (Honda Bros 125cc)</p> <p>Condições de uso: veículo com mais de 10 anos, muito rodado, manutenção em dia.</p> <p>Veículos de tração: 1 (caminhonete Toyota Hillux 4x4 cabine dupla)</p> <p>Condições de uso: veículo com menos de um ano de uso, novo.</p> <p>Veículos pesados: 1 (trator CBT 8440)</p> <p>Condições de uso: inservível.</p> <p>Embarcação miúda: não</p> <p>Embarcação médio porte Motocicleta: não</p>
Energia	<p>Energia da rede: energia de alta tensão desencapada, atravessa a mata da Gleba Capetinga Leste, com transformador para levar energia 220V para as edificações.</p> <p>Condições: precárias, com necessidade de substituição/retirada da Unidade urgente.</p> <p>Sistema de energia renovável: não possui.</p> <p>Gerador diesel/gasolina Voltagem: não possui.</p>
Saneamento básico	<p>Possui banheiros:</p> <p>Centro de Visitantes: 2 (masculino/feminino)</p> <p>Alojamento: 1</p> <p>Base Operacional: 1</p> <p>Guarita da Trilha dos Jequitibás: 1 (uso interno somente)</p> <p>Sanitários da trilha dos jequitibás: 2 (M/F)</p> <p>Tipo de abastecimento de água:</p> <p>Destinação do esgoto: fossa negra</p> <p>Destinação de resíduos: coleta na Unidade pelo sistema público municipal</p>
Atendimento e emergência	<p>Grupo de busca e salvamento: não possui.</p> <p>Salva-vidas Desfibrilador Soro antiofídico Ambulância: não possui.</p> <p>Ambulatório: não possui.</p> <p>Kit Resgate Outro tipo de estrutura de emergência: não possui.</p>
Recursos humanos	<p>Regime trabalhista:</p> <p>Efetivo estatutário IF: 1</p> <p>Nível médio</p> <p>Efetivo CLT FF: 1</p> <p>Exigência nível superior</p> <p>Terceirizado monitoria ambiental: 3</p> <p>Exigência nível médio</p> <p>Terceirizado vigilância fixa noturno: 2</p> <p>Exigência nível médio com formação específica</p> <p>Terceirizado vigilância rondante dia (100km): 2</p>

	<p>Exigência nível médio com formação específica</p> <p>Terceirizado vigilância rondante noite (100km): 2 Exigência nível médio com formação específica</p> <p>Terceirizado portaria: 3 Exigência nível médio</p> <p>Limpeza predial: 1 Exigência nível médio</p>
INFRAESTRUTURA DE APOIO AO USO PÚBLICO	
Portaria	<p>Horário de funcionamento: 8:00h às 17:00h (entrada até 16h)</p> <p>Vigilância fixa noturno: 2</p> <p>Vigilância rondante dia (100km): 2</p> <p>Vigilância rondante noite (100km): 2</p> <p>Portaria: 3</p>
Centro de visitantes	<p>Área: 292m²</p> <p>Capacidade: 50 pessoas</p> <p>Auditório: sim</p> <p>Sala de exposições: sim</p> <p>Espaço para lanches: sim</p>
Sede dentro do limite da UC	Sim
Guarita	<p>Quantidade: 4 (duas situadas nas portarias, uma situada na copa do Centro de Visitantes e uma no meio da trilha dos jequitibás)</p> <p>horário de funcionamento: 8:00h às 16:30h</p> <p>Presença de vigilância 24h</p>
Hospedagem	<p>Tipo: alojamento</p> <p>Capacidade: 2 quartos e uma sala, 10 camas.</p> <p>Instalações: 2 quartos, sala cozinha, banheiro, varanda.</p> <p>Restrições: restrito ao uso de pesquisadores, funcionários da UC diretos e indiretos, funcionários da SIMA, prestadores de serviço do PEV, participantes de eventos diversos do PEV.</p> <p>Necessidade de agendamento: sim</p> <p>Área demarcada para camping: não</p> <p>Normas quanto os resíduos: recolher e separar o lixo reciclável e lixo orgânico.</p> <p>Acessos para veículo próprio: sim.</p> <p>Demais restrições: conforme normas específicas do PEV.</p>
Alimentação	<p>Não há venda de alimentos.</p> <p>Há espaços para alimentação no Centro de Visitantes, somente.</p>
Sanitários	<p>Centro de Visitantes: 2 (masculino/feminino)</p> <p>Alojamento: 1</p> <p>Base Operacional: 1</p> <p>Guarita da Trilha dos Jequitibás: 1 (uso interno somente)</p> <p>Sanitários da trilha dos jequitibás: 2 (M/F)</p> <p>Nenhum banheiro possui acessibilidade.</p>
Lojas	Não há lojas

Estacionamento	Quantidade: 2 (Trilha dos Jequitibás e no Centro de Visitantes). Capacidade: 10 veículos leves (TJ) 50 veículos leves (CV)
ATIVIDADES PROMOVIDAS PELA UC	
TRILHA DOS JEQUITIBÁS	
Breve descrição do tipo de atividade	<p>Dias e horários de visitação: aberta diariamente, das 08h às 17h (entrada até às 16h). Extensão: 1,2km (2,4km ida e volta pelo mesmo percurso). Autoguiada: sim. Nível de dificuldade: fácil, somente a pé (trekking). Necessidade de agendamento: visitas individuais ou familiares não precisam de agendamento prévio, somente para grupos organizados. Acessibilidade: portadores de necessidades especiais devem realizar agendamento prévio. Monitor: mediante agendamento de grupos organizados. Bioma: Mata Atlântica Localização: Rodovia Anhanguera SP-330, km245 sentido SUL, Gleba Capetinga Oeste. Saída no retorno sentido Usina Santa Rita, 50m à direita, acesso por terra (carreador de cana) de aproximadamente 500 m. Estacionamento: a partir da rodovia Anhanguera, capacidade de 5 veículos e 1 ônibus. Portaria: sim. Banheiro: sim (final da trilha). Água: a trilha possui torneiras com água NÃO potável. Demais informações: Bioma Mata Atlântica. A trilha possui árvores sinalizadas e placas informativas, estrutura de bancos e lixeiras. Ao percorrer a trilha é possível observar exemplares de Jequitibás-rosa (<i>Cariniana legalis</i>), árvores emergentes de dossel da Mata Atlântica, tendo como principal atrativo o Jequitibá-rosa denominado "Patriarca", com cerca de 42m de altura, 4m de diâmetro e quase 600 anos. A trilha ainda possui um recanto de grande beleza cênica, o "Bosque-dos-Jequitibás", situado às margens de Córrego-da-Gruta onde se vê uma queda d'água de uma antiga barragem construída no séc. XIX para lavagem de café. Também nesse ponto temos a Trilha-do-Pedregulho, que fica ao lado da Trilha-dos-Jequitibás e tem um percurso de 3km (6km ida e volta pelo mesmo percurso) onde o visitante terá chance de observar a beleza da Mata Atlântica e diversas aves e outros animais. A trilha do Pedregulho não possui infraestrutura</p>
Tipologia	Ecológico
Status	Em funcionamento com fechamento temporário para manejo de fauna exótica invasora (Javali <i>Sus scrofa</i>).
Interesses e atividades associadas	Educação ambiental, pesquisa, interpretação ambiental, vivência.
Situação da visitação	Fechada.
Acessos	Extensão: 1,2km Tipo: trilha
Forma de acesso	linear

Grau de dificuldade	Baixo, com baixa declividade.
Sinalização de caminho	Sim, com placas interpretativas.
Infraestrutura	Placas interpretativas, sanitários, lixeiras e bancos.
Paisagem	Fauna, flora de Mata Atlântica de interior (Floresta Estacional Semidecidual).
Impactos associados existentes ou potenciais, positivos ou negativos	Compactação do solo, efeito de borda, alteração em rotas de fauna, exposição de raízes.
Agendamento obrigatório	Sim, para grupos organizados.
Condução	Autoguiada e monitorada.
Perfil indicado de visitante	escolar, ocasional, excursionista, todos os públicos.
Característica do visitante	Principalmente regional, com presença constante de visitantes de abrangência nacional e internacional.
Acessibilidade	Não.
Melhor período de visitação	Dezembro a Março.
Capacidade de visitantes/dia	500
Cadastro de visitantes	Livro de visitantes e banco de dados.
TRILHA DO MIRANTE	
Breve descrição do tipo de atividade	Trilha do Mirante
Tipologia	Ecológico.
Status	Em funcionamento com fechamento temporário para manejo de fauna exótica invasora (Javali <i>Sus scrofa</i>).
Interesses e atividades associadas	Educação ambiental, pesquisa, interpretação ambiental, vivência.
Situação da visitação	Fechada.
Acessos	Extensão: 800m Tipo: trilha

Forma de acesso	linear
Grau de dificuldade	Baixo, com baixa declividade.
Sinalização de caminho	Sem placas interpretativas.
Infraestrutura	Inexistente, com implantação de uma plataforma elevada em madeira, de 5m de altura, no mirante natural localizado ao fim da trilha.
Paisagem	Fauna e flora de Cerrado.
Impactos associados existentes ou potenciais, positivos ou negativos	Compactação do solo.
Agendamento obrigatório	Sim, para todos os públicos.
Condução	Monitorada.
Perfil indicado de visitante	Escolar, ocasional, excursionista, todos os públicos.

LINHAS DE PESQUISA

Temas prioritários	Ecologia da paisagem, a restauração ecológica, a conservação de fauna e flora, ecologia e manejo de javali (<i>Sus scrofa</i>), Educação Ambiental	
Temas correlatos	Pesquisas básicas e aplicadas do meio físico, biótico e sócio-econômico.	
Pesquisas concluídas	Temas	Ano início do projeto
	Ocorrência de mamíferos e invasão biológica em remanescentes de Cerrado de paisagens agrícolas	2018
	Sistemática do gênero <i>Vitalius</i> Silva, Lucas & Bertani: evidências morfológicas, moleculares e biogeográficas	2018
	Entender para manejar: Quais os efeitos da atual política de exclusão do fogo no sistema de conservação paulista?	2018
	Caminhos e descaminhos, no que acertamos e erramos na gestão desses espaços especiais?	2018
	Estudos Taxonômicos em Ichneumonoidea (Hymenoptera) em áreas de mata e cerrado do estado de São Paulo	2017
	“Diagnóstico da percepção dos gestores sobre os efeitos marginais da malha viária em Unidades de Conservação”	2017
	Efeitos da invasão de espécies lenhosas na diversidade de mamíferos no Cerrado brasileiro	2017

Diversidade funcional de aves em fitofisionomias de cerrado nativo e substituído	2017
Efeitos do manejo de trepadeiras na fenologia reprodutiva de comunidades florestais	2017
Desnitrificação e emissões de gases de efeito estufa em florestas ripárias e pequenos riachos tropicais	2017
Monitoramento e Gestão dos Impactos causados pela visitação na trilha interpretativa dos Jequitibás - Parque Estadual de Vassununga	2016
Avaliação Ecológica Rápida em remanescentes de Floresta Estacional Semidecidual sob influência urbana	2016
A gestão do conhecimento nos Parques Estaduais de São Paulo	2016
Filogenia de <i>Nasutitermes jaraguae</i> (Holmgren, 1910) (Isoptera: Termitidae: Nasutitermitinae) e filogenia baseada em dados moleculares das espécies de <i>Nasutitermes</i>	2016
Levantamento, diversidade e caracterização genotípica de espécies de Sarcophagidae e Calliphoridae (Diptera) dos biomas Mata Atlântica e Cerrado, SP	2016
O uso de DNA Barcode como alternativa para identificação de espécies de Coleoptera (Arthropoda: Insecta) de importância forense	2016
A acumulação de alumínio diminui a taxa de herbivoria em espécies arbustivo-arbóreas de cerrado ?	2015
O efeito da alocação e mobilização de carbono no crescimento arbóreo de <i>Hymenaea</i> spp.	2015
Novos produtos naturais obtidos de bactérias simbiotes de invertebrados brasileiros	2015
Por que o noroeste do Estado De São Paulo não mais possui espécies de aves endêmicas da Mata Atlântica?	2015
Composição Nutricional das Plantas Nativas da Região Sudeste	2015
Análise de anéis de crescimento em <i>Cariniana Legalis</i> , <i>Centrolobium tomentosum</i> e <i>Hymenaea courbaril</i> do Parque Estadual de Vassununga, Santa Rita do Passa Quatro, São Paulo, Brasil	2015
Diversidade alfa, beta, funcional e filogenética de Opiliões na Mata Atlântica: Padrões e relação com fatores ecológicos e históricos	2014
História de vida de <i>Centris (Heterocentris) analis</i> Fabricius 1804 (Hymenoptera, Apidae, Centridini) em ambientes heterogêneos.	2014
Evolução e distribuição da flammabilidade e de traços funcionais relacionados ao fogo entre espécies de cerrado e floresta estacional	2014
Classificação taxonômica e anotação funcional em amostras de solo cultivado com cana de açúcar por sequenciamento de segunda geração	2014

Influência de processos ecológicos e evolutivos na estruturação de comunidades de anfíbios em diferentes escalas espaciais e temporais	2014
Prospecção de fungos filamentosos provenientes do cerrado paulista visando a ampliação do conhecimento da Biodiversidade Brasileira	2014
Diversidade genética e filogeográfica de espécies arbóreas do cerrado central e de áreas periféricas	2014
Educação ambiental em áreas protegidas do Estado de São Paulo e sua contribuição à prática docente	2014
Relações entre traços funcionais ecologicamente importantes de espécies arbustivo-árboreas do cerrado	2014
Especialização individual no uso do espaço e dieta no morcego frugívoro <i>Sturnira lilum</i>	2014
Influência fitogeográfica e sazonal no perfil químico de espécies de Cerrado	2013
Influência de parâmetros de paisagem sobre a ocorrência de primatas e a densidade de <i>Callicebus nigrifrons</i> no nordeste do Estado de São Paulo	2013
Influência da paisagem na diversidade e estrutura genética de populações de tatu-peba, <i>Euphractus sexcinctus</i> em Unidades de Conservação da região central do estado de São Paulo.	2013
Biologia da polinização de <i>Mesadenella cuspidata</i> (Lindl.) Garay (Orchidaceae, Spiranthinae)	2013
Mudanças na composição isotópica dos anéis de crescimento em florestas do Sudeste Brasileiro ao longo do século vinte: Como as condições climáticas influenciam o crescimento e a eficiência no uso da água (WUE) e determinam a migração das espécies	2013
Serviços ambientais do Cerrado e Mata Atlântica: efeitos da variabilidade climática e das mudanças do uso da terra	2013
Sistema Filogenética de <i>Pterocaulon</i> e <i>Wunderlichia</i> (Asteraceae)	2013
Recrutamento de plântulas de jatobá (<i>Hymenaea courbaril</i>) em fragmentos florestais do interior do estado de São Paulo: um estudo comparativo entre fragmentos com e cutias (<i>Dasyprocta</i> spp.)	2013
Dinâmica populacional e história de vida das palmeiras: um modelo conceitual para estimar o impacto do extrativismo de frutos	2013
A Família Myrtaceae no Parque Estadual de Vassununga, Santa Rita do Passa Quatro, São Paulo, Brasil.	2012
Relações filogenéticas entre espécies de Ceroplastinae Atkinson (Hemiptera: Coccoidea: Coccidae) Neotropicais com base em estudos molecular e morfologia de imaturos	2012
Relações filogenéticas entre espécies de Ceroplastinae Atkinson	2012

(Hemiptera: Coccoidea: Coccidae) Neotropicais com base em estudos molecular e morfologia de imaturos	
Determinantes da diversidade funcional e filogenética no Cerrado	2012
Efeito da fragmentação da paisagem na distribuição da variação genética nos canídeos <i>Chrysocyon brachyurus</i> e <i>Cercopithecus thomasi</i> na região central do estado de São Paulo (Brasil)	2012
Estudo da gestão do Parque Estadual de Vassununga - SP	2012
Perfil molecular e diversidade taxonômica de assembléias de cianobactérias em crostas biológicas de solos de cerrado	2012
Utilização da metagenômica como ferramenta para a busca de novos produtos naturais microbianos	2012
Padrão espacial da diversidade estrutural em relação a bordas naturais e antrópicas no cerrado	2012
Diversidade funcional e estratégias nutricionais em plantas arbóreas de cerrado e floresta estacional	2012
Ecologia e conservação de mamíferos carnívoros das Unidades de Conservação do Norte e Nordeste de São Paulo	2012
Estudos taxonômicos em ichneumonoidea e chalcidoidea (hymenoptera) em áreas de mata e cerrado do Estado de São Paulo	2011
Modelagem multi-hierárquica de distribuição potencial e seleção de filtros ambientais de espécies invasoras no Estado de São Paulo	2011
Modelagem de distribuição geográfica de espécies arbóreas e suas relações com preditores ambientais no Estado de São Paulo	2011
Diversidade da assembléia de morcegos frugívoros e dispersão de sementes em fragmentos de cerrado do Parque Estadual de Vassununga e a Estação Ecológica de Jataí, Estado de São Paulo	2011
Contribuição da necromassa em um cerrado sensu stricto e uma Floresta Ombrófila Densa Montana, em São Paulo, para a produtividade líquida de seus ecossistemas	2010
Efeitos de fragmentos florestais na estrutura e funcionamento de ecossistemas de riachos: subsídios para a conservação e recuperação de corpos d'água em paisagens rurais	2010
Diagnóstico e monitoramento da avifauna das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo	2009
Estudos Biotaxonômicos do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia dos Hymenoptera Parasitóides da Região Sudeste Brasileira.	2009

Estudos taxonômicos em Ichneumonoidea e Chalcidoidea (Hymenoptera) em áreas de mata e cerrado do Estado de São Paulo	2009
Levantamento das espécies de Euglossini (Hymenoptera, Apidae) da Gleba Cerrado Pé-de-Gigante, do Parque Estadual de Vassununga, SP.	2009
Anacardiaceae R. Brown. nom. cons. na Flora Fanerogâmica do Estado de São Paulo	2009
Determinação da população de jaguatirica (<i>leopardus pardalis</i>), nas classes de uso e cobertura das terras no interior de São Paulo, por meio de armadilhas fotográficas.	2009
Coleoptera aquáticos associados a troncos submersos em córregos de baixa ordem localizados em regiões do Cerrado e Mata Atlântica	2009
Impactos da Agricultura Sobre Comunidades Aquáticas	2009
Existe influência de borda no cerrado? Estudo sobre influência de borda sobre variáveis abióticas e distribuição de gramíneas exóticas em fragmentos de cerrado inseridos em diferentes matrizes	2009
Germinação, condições para o armazenamento e utilização de imagens de raio X para a avaliação da qualidade de sementes de <i>Xylopia aromatica</i> (Lam.) Mart. (Annonaceae), uma espécie ameaçada de extinção	2008
Biodiversidade e educação ambiental em unidades de conservação no Estado de São Paulo: Mapeando tendências.	2008
Projeto Formação Continuada "Educação Ambiental – Conservando a Biodiversidade	2008
O efeito de diferentes técnicas de manejo sobre o crescimento de duas gramíneas invasoras, em um fragmento de cerrado em São Paulo.	2007
Invasões biológicas no Estado de São Paulo.	2006
Relação dos aspectos químicos de <i>Neea theifera</i> e <i>Guapira</i> sp. (Nyctaginaceae) com a herbivoria por insetos.	2006
Manejo de lianas para restauração de fragmentos florestais degradados (Parque Estadual de Vassununga - SP).	2005
Anatomia Comparada do Lenho de Espécies Arbóreas do Cerrado.	2005
Ecofisiologia do uso de nitrogênio e estrutura genética de espécies arbóreas para fins de recuperação funcional da Mata Ciliar e preservação e qualidade da água na Bacia do rio Mogi, PEV, Santa Rita.	2005
O efeito de borda no solo de uma floresta estacional semidecidual no Parque Estadual de Vassununga, Santa Rita do Passa Quatro, SP.	2005
Estudos taxonômicos e anatômicos em Mayacaceae Kunth.	2005

Palmeiras como espécies-chave no Cerrado Pé-de-Gigante, Parque Estadual de Vassununga (Santa Rita do Passa Quatro, SP).	2005
Levantamento das Pteridófitas ocorrentes em algumas trilhas das Glebas Capão da Várzea e Maravilha do Parque Estadual de Vassununga (Santa Rita do Passa Quatro).	2004
Determinação da peridiocidade anual do crescimento e da fixação do carbono pela análise dos anéis de crescimento das árvores de florestas estacionais semidecíduas através de métodos de dendrocronologia.	2003
Matrizes demonstrativas de árvores nativas	2002
Distribuição de Lianas em um fragmento de Mata Mesófila semidecídua no Parque Estadual de Vassununga, em Santa Rita do Passa Quatro, SP.	2002
Levantamento das Pteridófitas ocorrentes em trilhas das Glebas Capetinga Leste e Capetinga Oeste no Parque Estadual de Vassununga (Santa Rita do Passa Quatro – SP).	2001
Diversificação e regionalização da coleta de sementes de espécies arbóreas nativas do Estado de São Paulo.	2001
Avaliação de sistema galhador-planta hospedeira em ambiente de cerrado: aspectos morfo-anatômicos e fitoquímicos.	2001
Herbivoria foliar em <i>Xylopia aromatica</i> (Lam) Mart. de três fisionomias de cerrado e sua relação com o teor de taninos, valor nutritivo e entomofauna associada.	1999
Valor nutritivo e investimento em defesas em folhas de <i>Didymopanax vinosum</i> E. March e a sua relação com a herbivoria em três fisionomias de cerrado.	1998
Associação entre <i>Epicharis</i> (Centridini, Anthophorinae, apidae) e folhas de Malpighiaceae – uma abordagem filogenética e biogeográfica.	1997
“Fitossociologia e relações ecológicas no cerrado Pé-de-Gigante, Santa Rita do Passa Quatro, SP”.	1997
Análise da vegetação da ARIE Cerrado Pé de Gigante - S.R.Passa Quatro.	1995
Efeitos da fragmentação de habitats sobre a interação planta-polinizador.	1995
Diversidade de Fungos conidiais na serapilheira de plantas do Estado de São Paulo.	2008
O gênero <i>Bulbothrix</i> Hale (Parmeliaceae, Ascomycota) no Estado de São Paulo.	2007
Fungos liquenizados de hábito folioso dos cerrados no nordeste do Estado de São Paulo.	2003
Abelhas coletoras de óleo: biologia, relação com plantas, análise química e morfologia funcional.	2008

Avaliação de populações de minhocas (Annelida: Oligochaeta) em sistemas agrícolas e naturais, e seu potencial como bioindicadoras ambientais.	2006
O Gênero <i>Loxosceles</i> (Araneae, Sicariidae) no Brasil.	2006
Efeito da diminuição do habitat na diversidade e abundância de Scarabaeinae (Coleoptera, Scarabaeidae) em três paisagens do Planalto Atlântico Paulista.	2006
Estudo da Fauna de Ichneumonoidea (hymenoptera, Branconidae e Ichneumonidae) em áreas de savana (Cerrado) do Estado de São Paulo.	2006
Demografia e variação genética de <i>Puma concolor</i> na região nordeste do Estado de São Paulo.	2006
Métodos para levantamento de mastofauna da Gleba Pé de Gigante no Parque Estadual de Vassununga - Santa Rita do Passa Quatro - SP.	2006
Demografia e variação genética de <i>Puma concolor</i> no Parque Estadual de Vassununga, na Estação Ecológica de Jataí e seus entornos, no Estado de São Paulo.	2005
Número de indivíduos de onça parda (<i>Puma concolor</i>) em paisagem fragmentada.	2005
Uso de matriz de silvicultura por onças pardas (<i>Puma concolor</i>): Número de indivíduos e frequência de ocorrência em relação a elementos da paisagem.	2005
Diversidade e variação estacional da herpetofauna em uma fisionomia da "Gleba Cerrado Pé-de-Gigante" (Santa Rita do Passa-Quatro, SP).	2004
Ocorrência e fluxos entre fragmentos de espécies de felinos e canídeos, na região do Parque Estadual do Vassununga e da Estação ecológica de Jataí.	2004
Avaliação de qualidade de fragmentos de cerrado na região da bacia do rio Mogi-Guaçu com base na abundância de felinos.	2004
Levantamento de espécies de Vespas (hymenopteta: Chalcidoidea) associadas às inflorescências de <i>Ficus</i> (Moraceae) no Estado de São Paulo.	2004
Interação inseto-planta em <i>Chamaecrista</i> SP (Caesalpinaceae): Herbivoria, mutualismo e visitantes florais.	2004
Componentes espaciais da diversidade de insetos aquáticos em riachos da Mata Atlântica no Estado de São Paulo.	2003
Diversidade de Arctidae (Lepidoptera) do Cerrado.	2003
Simuliidae do Estado de São Paulo: inventário faunístico das principais bacias hidrográficas e análises citotaxonômicas complementares de algumas espécies	2003

Sistemática das espécies do gênero <i>Ceroplastes</i> Gray, 1828 (Hemiptera: Coccoidea: Coccidae) que ocorrem no estado de São Paulo. Brasil e inventariação de seus parasitoides.	2003
Efeitos de distúrbios ambientais sobre fauna de cupins e seu papel como bioindicador.	2003
Lepidóptera do Estado de São Paulo: diversidade, distribuição, recursos e uso para análise e monitoramento ambiental.	2002
Interações entre Lepidópteros e Malpighiaceae na Gleba Pé de Gigante, Parque Estadual de Vassununga (Santa Rita do Passa Quatro/SP) e reserva de Corumbataí (Corumbataí/SP).	2002
Ecologia alimentar de vertebrados carnívoros terrestres em campos e cerrados do Estado de São Paulo.	2001
Efeito da estrutura da paisagem e da escala espacial na diversidade de espécies de insetos endófagos em capítulos de compostas no Estado de São Paulo.	2001
Efeito das alterações ambientais em bacias hidrográficas, nas fontes alimentares disponíveis à ictiofauna, utilizando isótopos de carbono.	2001
Biodiversity of Arachnida and Myriapoda of the State of São Paulo.	2001
Uso de habitat por mamíferos de médio e grande porte no entorno de uma reserva de cerrado no interior do Estado de São Paulo.	2001
Levantamento da fauna de Vespas e Abelhas e utilização de recursos florais no cerrado Pé-de-Gigante (Santa Rita do Passa Quatro e Corumbataí -SP).	2000
Estudo da fauna Odonata na Estação Ecológica Jataí e seus arredores no município de Luiz Antônio, SP.	2000
Aspecto da biologia de uma comunidade de peixes de riacho da bacia do Rio Mogi-Guaçu São Paulo: dieta, reprodução e ecomorfologia.	2000
Estudo sobre densidade populacional a utilização de habitats e a pressão de caça sobre espécies de Tayasuideos e Cervideos na E.Ec. de Jataí, E.E. xp. de Luiz Antônio e áreas de entorno.	2000
Estudo da Biodiversidade dos crustáceos decápodos de água doce coletados nos Parques Estaduais e Áreas de Proteção Ambiental do Estado de São Paulo.	2000
Propriedades funcionais de hemoglobinas de morcegos (Mammalia - Chiroptera).	1999
Análise qualitativa e quantitativa das espécies de Odonata (Zygoptera) do Estado de São Paulo.	1999
Avaliação da qualidade dos habitats faunísticos da área Cerrado Pé de Gigante do PE de Vassununga.	1997
A avifauna como elemento de qualificação das condições do ambiente.	1995

	Mudanças no carbono orgânico do solo pelo cultivo do eucalipto e várias zonas ecológicas situadas nas principais regiões de cultivo dessa essência florestal no Brasil.	2005
	Interação Biosfera-Atmosfera Fase 2: Cerrados e mudanças de uso da terra.	2004
	Dinâmica de Nitrogênio em três microbacias do Estado de São Paulo.	2002
	Composição química da precipitação e do material particulável inalável e suas correlações com o gradiente de interferências antrópicas no Estado de São Paulo.	2002
	Interação Biosfera: Atmosfera em Ecossistemas Naturais e Agrossistemas: um monitoramento sobre cana de açúcar e Cerrado.	2002
	Conflitos legais do uso das terras no entorno do P.E. Vassununga, SP.	2001
	Proposta de interligação das Glebas do Parque Estadual de Vassununga (Santa Rita do Passa Quatro) visando a conservação dos seus ecossistemas.	1999
	Critérios para a seleção e o manejo de áreas de cerrado destinadas a conservação.	1994
	Projeto Formação Continuada – Educação Ambiental – Conservando a Biodiversidade.	2008
	Ambiente e Desenvolvimento - curso semipresencial de Educomunicação Ambiental.	2003
	Educação ambiental em Unidades de Conservação do Estado de São Paulo.	2001
	Estudo de aspectos físicos do solo relacionado a fisionomia da vegetação de cerrado da Reserva Pé-de-Gigante.	1995
	Levantamento pedológico relacionado às fitofisionomias encontradas na Gleba Cerrado Pé-de-Gigante, Parque Estadual de Vassununga, Santa Rita do Passa Quatro, SP.	2000
	Modelagem das variações da resposta espectral das fisionomias de cerrado em relação às variações climáticas sazonais.	2000
	Modelagem das variações da resposta espectral das fisionomias de Cerrado em relação à variações climáticas sazonais.	2002
Pesquisas em Andamento	Diagnóstico e monitoramento da avifauna das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo	
	Ecologia e conservação de mamíferos carnívoros das Unidades de Conservação do Norte e Nordeste de São Paulo	
	Restauração de fragmentos florestais degradados no Parque Estadual de Vassununga	

	Novos produtos naturais obtidos de bactérias simbiotes de invertebrados brasileiros
	Levantamento, diversidade e caracterização genotípica de espécies de Sarcophagidae e Calliphoridae (Diptera) dos biomas Mata Atlântica e Cerrado, SP
	Efeitos do manejo de trepadeiras na fenologia reprodutiva de comunidades florestais
	Estudos taxonômicos em Ichneumonoidea (Hymenoptera) em áreas de Mata e Cerrado do Estado de São Paulo
	Diversidade funcional de aves em fitofisionomias de cerrado nativo e substituído
	Ocorrência de mamíferos e invasão biológica em remanescentes de Cerrado de paisagens agrícolas
	Entender para manejar: Quais os efeitos da atual política de exclusão do fogo no sistema de conservação paulista?
	Sistemática do gênero <i>Vitalius</i> Silva, Lucas & Bertani: evidências morfológicas, moleculares e biogeográficas
	Caminhos e descaminhos, no que acertamos e erramos na gestão desses espaços especiais?
	Onças da Região do Vale do Ribeira e do Alto Paranapanema

2. MEIO BIÓTICO

2.1. VEGETAÇÃO

FITOFISIONOMIA E ESTÁGIO SUCESSIONAL

O método utilizado para vegetação encontra-se no Apêndice 2.1.A.

O interior paulista é considerado área estacionalmente seca, pois apresenta período desfavorável ao crescimento vegetal de quatro a cinco meses por ano. Nessa condição climática convivem formações florestais (Floresta Estacional) e savânicas (Cerrado). Formações savânicas são comuns nos interflúvios, sobre solos profundos distróficos ou álicos e em áreas sujeitas a incêndios. Formações florestais geralmente estão associadas a solos mesotróficos ou eutróficos, usualmente com maior teor de argila e capacidade de retenção hídrica (Coutinho, 2006).

No Parque Estadual de Vassununga (PEV) foram identificados e mapeados 25 tipos vegetacionais (Apêndices 2.1.B e 2.1.C).

Floresta Estacional Semidecidual

Essa formação é caracterizada por apresentar dossel não perfeitamente contínuo (irregular), entre 15 e 20 m de altura, com presença de árvores emergentes de até 25-30 m de altura. A estratificação da comunidade não costuma ir além das três camadas ou é inaparente. Os troncos das árvores são freqüentemente perfilhados e as copas revelam-se amplas, ralas e esgalhadas e com gemas foliares protegidas do estresse hídrico por catáfilos ou tricomas (Veloso et al., 1991). Ervas macrófilas, fetos, palmeiras e epífitas são escassos. Também os líquens e musgos são poucos, devido à baixa umidade do ar (Rizzini, 1979). Já as trepadeiras são mais abundantes do que na Floresta Ombrófila litorânea e fontes de recursos essenciais para a manutenção da fauna local, pois muitas espécies disponibilizam flores e frutos num período de baixa oferta pelos arbustos e árvores (Morellatto & Leitão Filho 1996; Engel et al. 1998).

A Floresta Estacional Semidecidual foi subdividida de acordo com Veloso et al. (1991) em faixas altimétricas. Assim, nas áreas de interflúvio ocorre a Floresta Estacional Semidecidual Montana e, ao longo dos cursos d'água, a Floresta Estacional Semidecidual Aluvial.

Floresta Estacional Semidecidual Montana

Presente nas áreas de interflúvio das glebas Capetinga (leste e oeste, Apêndice 2.1.B-B), Maravilha (Apêndice 2.1.B-C) e Praxedes (Apêndice 2.1.B-D) e em pequeno trecho da gleba Pé-de-Gigante (Apêndice 2.1.B-E).

No PEV predomina sobre relevos colinosos e escarpas, associada às rochas básicas que deram origem aos Latossolos, Nitossolos e Neossolos de textura argilosa a muito argilosa. O destaque para essa formação é a presença dos jequitibás *Cariniana legalis* e *C. estrellensis* entre as emergentes. Já a fragmentação e os efeitos de borda levaram à desestruturação dos demais estratos, com superpopulações de trepadeiras e invasão do estrato herbáceo por plantas exóticas.

Floresta Estacional Semidecidual Aluvial com inundações temporárias

Essa floresta ocorre em situações na margem ou muito próximas do curso d'água. Apresenta maior perenidade foliar, comparada àquela de interflúvio, em função da maior disponibilidade de água proveniente do lençol freático elevado e do pulso de inundações. Embora a composição florística dessas áreas inundáveis seja muito influenciada pelos tipos vegetacionais do entorno, apresentam espécies peculiares a essa formação, como *Genipa americana*, *Dendropanax cuneatus* e *Croton urucurana*.

Essa formação ocorre nas glebas Maravilha e Capetinga como floresta ciliar ao longo dos cursos d'água, associada aos sedimentos aluviais das planícies fluviais que deram origem a Gleissolos e Neossolos Flúvicos (Apêndice 2.1.B-B e 2.1.B-C). Muitas nascentes dos córregos que percorrem o PEV estão fora dos limites do Parque. Embora protegidas pela legislação como áreas de preservação permanente, boa parte não apresenta vegetação nativa e encontra-se assoreada.

Floresta Estacional Semidecidual Aluvial com inundações permanentes (Floresta Paludosa)

As florestas denominadas de paludosas, paludícolas ou matas de brejo também integram a Floresta Estacional Semidecidual Aluvial no sistema de Veloso et al. (1991), pois esse tipo de vegetação sempre está associado ao ambiente fluvial, seja em áreas de nascentes ou várzea de rios. No entanto, essas florestas diferenciam-se das demais formações ribeirinhas por ocorrerem sobre solos hidromórficos e permanentemente inundados, compondo relevo de morrotes e canais superficiais de pequena dimensão e representando uma superfície irregular por onde a água circula com certa orientação.

No PEV essas florestas apresentam distribuição restrita e naturalmente fragmentada, nas áreas de Gleissolos que ocorrem em áreas mal drenadas, alagadiças, associadas às planícies fluviais. Em função da restrição ambiental causada pela elevada saturação hídrica, poucas espécies arbóreas conseguem se estabelecer no local, mas estas são peculiares a essa formação (Ivanauskas et al., 1997).

A floresta paludosa é a formação predominante na gleba Capão da Várzea (Apêndice 2.1.B-A), mas pequenos trechos dessa formação também ocorrem nas glebas Capetinga Oeste (Apêndice 2.1.B-B) e Pé-de-Gigante (Apêndice 2.1.B-E). Na gleba Pé-de-Gigante, situada no domínio do Cerrado, ocorre ao longo do córrego Paulicéia e recebe a denominação popular de floresta ou mata de galeria (Ivanauskas et al. 1997; Rodrigues e Leitão-Filho 2000).

As árvores mais altas nessa formação têm cerca de 15 m de altura e as espécies predominantes são *Callophyllum brasiliense* (guanandi), *Talauma ovata* (pinha-do-brejo), *Cedrela odorata* (cedro-do-brejo), *Siparuna cujabana* e *Styrax pohlii* (benjoeiro). O destaque é a presença de populações da espécie ameaçada *Euterpe edulis* (palmito-juçara).

Savana (Cerrado)

A Savana é uma vegetação xeromorfa que ocorre preferencialmente em clima estacional nos continentes americano, africano e australiano. No Brasil adotou-se o termo "Cerrado" como sinônimo regionalista.

No PEV foram encontrados três tipos de formação da Savana (Cerrado): Savana Florestada (Cerradão), Savana Arborizada (Cerrado sentido restrito) e Savana Gramíneo-Lenhosa (campo). Todas essas formações encontram-se restritas à gleba Pé-de-Gigante (Apêndice 2.1.B-E).

Ruggiero et al. (2006) investigaram as relações entre fitofisionomias, solos e topografia da gleba Pé-de-Gigante. De acordo com os autores, as formas mais densas de Cerrado (Cerradão e Cerrado sentido restrito) encontram-se nas maiores altitudes (620 a 650 m), com forte relação entre o Cerrado sentido restrito e os Neossolos Quartzarênicos. A Savana Florestada (Cerradão) e a Floresta Estacional Semidecidual Montana também ocorrem em área de interflúvio, mas sobre Latossolo. Nas camadas superficiais do Latossolo sob a Floresta Estacional, foi constatado maior teor de Al trocável, pH, matéria orgânica e Mg. Embora esses parâmetros possam influenciar o estabelecimento de plântulas de uma ou outra formação, é provável que a variação no teor de água seja mais importante para a definição da fitofisionomia de ocorrência.

Já a Savana Gramíneo-Lenhosa e a Floresta Estacional Semidecidual sujeita à inundações (floresta de galeria) são comuns nas menores altitudes (590-620 m), com forte correlação entre os campos úmidos e os Neossolos Hidromórficos Típicos e Flúvicos.

Savana Florestada (Cerradão)

O Cerradão caracteriza-se pelo predomínio das árvores na sua fisionomia, compondo o dossel fechado que o caracteriza como vegetação florestal (Veloso et al. 1991). A altura média das árvores varia de 10-12 m, com destaque para *Anadenanthera falcata* (angico), *Copaifera langsdorffii* (copaíba), *Xylopia aromatica* (pimenta-de-macaco) e *Pterodon pubescens* (faveiro). Também ocorrem diversas espécies tolerantes à sombra, como *Ocotea corymbosa* (canelinha) e *Siparuna guianensis* (limão-bravo), as quais também são comuns à Floresta Estacional (generalistas, conforme Durigan et al. 2012).

Essa fisionomia, com sua estrutura e composição características, ocupa área relativamente pequena na gleba Pé-de-Gigante, em trecho de Latossolo numa área de transição entre a Savana Arborizada e a Floresta Estacional Semidecidual Montana, compondo um gradiente estrutural e florístico (Apêndice 2.1.B-E). Difere da Floresta Estacional pela composição florística e por ocorrer sobre solos muito profundos, portanto, mais distantes do lençol freático (Ruggiero et al. 2006).

O estado de conservação da comunidade é bom, não tendo sido verificadas evidências de perturbação recente. Com a ausência de incêndios, é possível que o Cerradão amplie sua área de ocorrência na gleba Pé-de-gigante via adensamento das áreas de Savana Arborizada (Abreu et al. 2017).

Savana Arborizada (Cerrado sentido restrito)

Formações savânicas no domínio do Cerrado referem-se às áreas que apresentam três estratos bem definidos: o arbóreo, que é aberto e mais ou menos contínuo; o arbustivo-subarbustivo, que se mostra de aberto a denso e de composição florística muito variável; e o estrato herbáceo, constituído principalmente por gramíneas (Brandão et. al., 1992).

A densidade arbórea do Cerrado sentido restrito pode variar de acordo com as condições edáficas (profundidade, pH, saturação por bases e por alumínio, capacidade de água disponível), a frequência de queimadas ou ações antrópicas. Devido à complexidade de fatores condicionantes, Ribeiro e Walter (1998) descrevem várias subdivisões para o Cerrado sentido restrito. No entanto, no PEV só foi constatada a presença do Cerrado Denso e do Cerrado Típico, presentes apenas na gleba Pé-de-Gigante (Apêndice 2.1.B-E). A presença dessas fisionomias na gleba está associada à ocorrência de arenitos que deram origem a Neossolo Quartzarênico com textura arenosa, de baixa fertilidade, baixa taxa de retenção de água e alta saturação por alumínio (Ruggiero et al. 2006).

O Cerrado Denso é um subtipo de vegetação predominantemente arbóreo, com cobertura de 50 a 70% e altura média de cinco a oito metros. Representa a forma mais alta e densa de Cerrado sentido restrito. Os estratos arbustivo e herbáceo são mais ralos, devido ao sombreamento resultante da maior densidade de árvores. Com a supressão dos incêndios é provável que essas áreas se adensem ainda mais, com supressão das ervas e arbustos típicos de savanas abertas, tornando a área mais próxima de um Cerradão (Abreu et al. 2017).

No Cerrado Típico as árvores são baixas, inclinadas, tortuosas, com ramificações irregulares e retorcidas e geralmente com evidências de queimadas. Os arbustos e subarbustos encontram-se espalhados, com algumas espécies apresentando órgãos subterrâneos perenes (xilopódios), que permitem a rebrota após a queima ou corte. A cobertura arbórea é de 20% a 50% e a altura média do estrato arbóreo de 3 a 6 m. Na época chuvosa, os estratos subarbustivo e herbáceo tornam-se mais conspícuos devido ao seu rápido crescimento. No entanto, mesmo no mês de janeiro, o estrato herbáceo apresentava-se ralo, ocupado principalmente por capim-navalha *Rhynchospora* sp.

Savana Gramíneo-lenhosa (campo)

As formações campestres do domínio do Cerrado englobam três tipos fitofisionômicos principais: o Campo Sujo, o Campo Rupestre e o Campo Limpo. Segundo Ribeiro e Walter (1998), o Campo Sujo caracteriza-se pela presença marcante de arbustos e subarbustos entremeados no estrato herbáceo. O Campo Rupestre apresenta estrutura similar ao Campo Sujo, diferenciando-se tanto pelo substrato, composto por afloramentos de rocha, quanto pela presença de espécies endêmicas. No Campo Limpo a presença de arbustos e subarbustos é quase nula.

Na gleba Pé-de-Gigante foram mapeados os trechos de Campo Limpo que circundam a floresta de galeria associada à Planície Fluvial do córrego Paulicéia, constituída por sedimentos arenosos finos sobre os quais se desenvolvem Neossolo Quartzarênico hidromórfico e Neossolo Flúvico (Apêndice 2.1.B-E).

A presença dessas áreas sem vegetação lenhosa deve-se às condições edáficas, pois os campos úmidos são influenciados pela dinâmica da água em subsuperfície: estão presentes onde o lençol freático eventualmente consegue atingir a superfície, não afetando o crescimento da vegetação herbácea, mas limitando o desenvolvimento de elementos lenhosos (Ruggiero et al. 2006). Também não deve ser menosprezada a ocorrência de geadas: em 2008, as poucas árvores existentes no campo úmido guardavam marcas evidentes dos fortes danos causados pela última geada: troncos parcialmente secos e sempre múltiplos, resultado de inúmeras rebrotas.

O estudo de Ruggiero et al. (2006) menciona a ocorrência de “campo cerrado” e “campo sujo” e “campo de encosta”

para a gleba do Pé-do-Gigante, provenientes de mapeamentos anteriores (1978 e 1999). Essas fisionomias não foram localizadas em campo em 2008. As inconsistências observadas entre os mapeamentos sugere um "upgrade" fisionômico: provavelmente, com a supressão de incêndios, houve adensamento do componente lenhoso e a reclassificação desses locais em Savana Arborizada (Cerrado Típico e Cerrado Denso).

Formação pioneira com influência fluvial (comunidades aluviais)

As comunidades vegetais localizadas nos terrenos aluvionares sujeitos às cheias dos rios representam o primeiro estágio da sucessão natural. No Parque Estadual de Vassununga essa fitofisionomia foi registrada nas glebas Capetinga Oeste e Maravilha (Apêndice 2.1.B-B e 2.1.B-C). Predominam ervas e arbustos das famílias Poaceae, Solanaceae e Asteraceae. No entanto, é frequente a invasão dessas áreas por gramíneas africanas.

Flora do Parque Estadual de Vassununga

Com relação aos dados pré-existentes sobre a flora do PEV, as compilações de listagens de trabalhos científicos, consultas a bases de dados e exsicatas depositadas em herbários mostraram-se importantes fontes de conhecimento. Como cada fonte de informação possui um conjunto de informações exclusivas, os dados se complementam e nenhuma das fontes pode ser descartada (Apêndices 2.1.D a 2.1.H).

Detalhes sobre registros de espécies provenientes de publicações ou de coleções científicas encontram-se disponíveis em Franco et al. (2008). De acordo com os autores, o maior número de espécies foi obtido por meio de trabalhos científicos, resultado inesperado, pois um dos critérios utilizados para a valoração de um trabalho científico é o depósito do material testemunho em herbários. Portanto, ou os pesquisadores não depositam seus materiais nas coleções, ou as coleções não disponibilizam seu acervo integral em base de dados online.

De qualquer forma, os resultados da busca por dados secundários sobre a Unidade de Conservação revelaram a importância da manutenção da coleção biológica depositada no Herbário Don Bento Pickel (SPSF) do Instituto Florestal como fonte de informação disponível e confiável, pois este foi o herbário que mais contribuiu com dados para o Plano de Manejo do PEV. (Franco et al. 2008).

Com relação aos dados primários, mesmo se tratando de levantamento expedito realizado num único período, foram amostradas 143 espécies nativas ainda não registradas no Parque. A listagem das espécies vegetais nativas registradas no PEV, oriunda de dados primários e secundários, resultou em 820 espécies, pertencentes a 458 gêneros e 121 famílias (Apêndice 2.1.E).

O esforço amostral foi diferente entre as glebas, levando-se em consideração a área total de cada uma delas, a facilidade de acesso (presença de trilhas internas) e a existência de dados secundários (foram priorizadas as áreas sem registros). Essa diferença no esforço amostral deve ser levada em consideração na análise da riqueza de espécies obtida em cada gleba, disponibilizada por Franco et al. (2008).

OCORRÊNCIAS DE DEGRADAÇÃO

Fatores próximos (causas diretas, imediatas)

Eventos climáticos (raios e vendavais): especialmente na gleba Maravilha, o número de árvores de grande porte caídas parece superior ao usual. Possivelmente o isolamento e a falta de qualquer barreira no entorno tornam a área muito vulnerável aos vendavais. A ação do vento é potencializada pelo excesso de trepadeiras, que fazem com que, ao cair, uma árvore grande derrube com ela, às vezes, dezenas de árvores menores, abrindo clareiras que são tomadas por mais cipós, em um círculo vicioso. Outro aspecto que merece ser mencionado é a ocorrência de raios, que podem causar danos às árvores, sobretudo àquelas com dossel mais alto, como é o caso dos jequitibás-rosa do PEV.

Gramíneas invasoras: dificultam gravemente a regeneração natural das plantas nativas, tanto em áreas savânicas quanto florestais, e devem ser alvo de projetos específicos visando à erradicação na área. Nesse contexto todas as áreas de borda dos fragmentos, inclusive os aceiros frequentemente utilizados como barreiras corta-fogo, devem ser vistoriados periodicamente para evitar que sejam ocupados por espécies exóticas.

Erosão: trata-se de um processo natural, mas que pode ser acelerado devido à má conservação do solo e que resulta no assoreamento dos cursos d'água e provável contaminação da área com agrotóxicos. Os aceiros, quando desprovidos de vegetação, também podem contribuir para os processos erosivos. Destaque para a Rodovia Anhanguera, que no passado gerou voçoroca e assoreamento de curso d'água na gleba Capetinga Leste.

Incêndios florestais: as florestas semidecíduais apresentam baixa resiliência a incêndios, o que pode comprometer seriamente a estrutura e a dinâmica desses ecossistemas. Esse risco foi atenuado com a proibição da queima da cana-de-

açúcar, o que sem dúvida diminuiu muito o risco de incêndio nas glebas florestais do PEV. No entanto, há risco de incêndios provenientes principalmente das áreas de uso conflitante, como é o caso das rodovias: a rodovia Anhanguera, que divide a gleba Capetinga em duas, expõe a Unidade a riscos frequentes de incêndios, constituindo-se, portanto, em uma das principais ameaças à integridade da área.

Supressão do fogo em áreas savânicas: embora a vegetação savânica seja adaptada à ocorrência de incêndios eventuais, o fogo frequente pode afetar a composição e estrutura das formações savânicas, em função da pressão seletiva para espécies resistentes. No entanto, a supressão total do fogo também não é desejável: na gleba Pé-de-Gigante, o adensamento da vegetação terá consequências diversas. A primeira é a redução da diversidade beta (diversidade de habitats) da gleba. Com o desaparecimento das fisionomias abertas, algumas espécies heliófitas de pequeno porte podem ser extintas localmente. Por outro lado, podem aumentar as populações e surgir novas espécies tolerantes à sombra que ocuparão o espaço deixado pelas primeiras (Buisson et al. 2018). Naturalmente, a modificação da estrutura da vegetação e da composição florística levarão a mudanças também na fauna local.

O adensamento da vegetação traz consequências também sobre os recursos abióticos. O aumento de biomassa significa aumento do estoque de carbono, ou seja, a vegetação está retirando gás carbônico da atmosfera em uma quantidade maior do que emite, prestando um serviço ambiental de grande importância, ao contribuir para a mitigação do efeito estufa. Por outro lado, o aumento de biomassa implica em maior consumo de água pela vegetação. Uma porção cada vez maior da água das chuvas será utilizada pelas plantas e lançada à atmosfera por evapotranspiração e a vazão anual do córrego tende a diminuir, bem como a extensão dos cursos d'água.

A fim de evitar o adensamento das áreas savânicas ou os incêndios de grande impacto, França et al. (2007) prescrevem queimas controladas em período inferior ao tempo médio de recorrência de incêndios naturais, o qual foi estimado por volta de sete anos para o Parque Nacional das Emas. Outra alternativa é o corte planejado de parte do componente lenhoso, a fim de evitar o fechamento do dossel e a extinção local do componente herbáceo (Cava et al. 2017).

Fatores últimos (causas indiretas)

Fragmentação: aumenta o efeito de borda e pode resultar no isolamento reprodutivo de indivíduos, como parece estar em curso para as populações de jequitibás: embora trechos bem conservados de florestas estacionais apresentam alta concentração de jequitibás gigantes e plantas jovens (menos de um metro de altura), não se observam populações de tamanho intermediário. O plantio de uma linha de árvores em alta densidade pode ser uma alternativa para diminuição dos efeitos de borda das glebas florestais. As “cortinas de árvores” devem ser preferencialmente nativas regionais, com a finalidade de atuar como “áreas tampão” para controle de temperatura, luminosidade, vento, invasão por espécies exóticas e erosão (Dutigan e Simões, 1987). No entanto, é necessário o monitoramento de longo prazo para comprovar a eficácia dos plantios para esse fim. Também é necessário conectar as glebas que compõem o PEV, considerando a necessidade da manutenção da diversidade da fauna e da flora. Destaca-se, com este propósito, o trabalho de Korman (2003), que apresenta uma proposta de interligação entre as glebas e de procedimentos para ocupação e uso das terras do entorno, considerando os elementos naturais da paisagem (matriz, fragmentos de habitat e corredores).

Caça ilegal ou ausência de fauna: problema para a conservação da flora e da fauna. Tanto as plantas dependem dos animais para a manutenção de processos, como polinização, dispersão de propágulos, herbivoria e predação (Kageyama & Gandara, 2004), como os animais dependem das plantas para local de abrigo e fonte de alimento (Galetti et al., 2003; Reis et al., 1999). A interação é, portanto, bidirecional, e em ecossistemas onde há número insuficiente de plantas fornecedoras de recursos para um grupo específico de polinizadores ou dispersores, o sucesso reprodutivo de todos os organismos envolvidos fica comprometido (Cavalheiro et al., 2002). Em função dessa dependência, a extinção de espécies da fauna e/ou flora pode levar ao que tem sido chamado de “efeito dominó”, ocasionando a extinção em cadeia de outras espécies que formam as teias alimentares nas comunidades (Galetti et al., 2003).

Agrotóxicos: agrotóxicos aplicados nos cultivos do entorno podem ser carregados para o interior das glebas do Parque por meio dos processos erosivos. São desejáveis estudos específicos relacionados com aplicação de herbicidas nos aceiros que contornam o Parque, quanto aos produtos que têm sido utilizados e possível deriva, carregamento ou percolação, com consequências sobre a vegetação nativa. Pires (1995) realizou mapeamento de risco de eliminação biológica por agrotóxicos em fragmentos de vegetação natural situados em paisagens dominadas por cultura de cana-de-açúcar. A área envolvida abarcava todo o município de Luiz Antônio, entorno do PEV, e este autor detectou que 78% desses fragmentos estavam ameaçados pela deriva aérea dos produtos aplicados.

ESPÉCIES ENDÊMICAS/AMEAÇADAS DA FLORA LOCAL, DE ACORDO COM LISTAS VERMELHAS (SP, BR, IUCN)

Entre as espécies listadas para o PEV, 17 constam nas listas oficiais de espécies ameaçadas no estado de São Paulo, no Brasil ou globalmente, enquadradas na categoria vulnerável ou em perigo (Apêndice 2.1.F).

A maior parte das espécies ameaçadas foi registrada na Floresta Estacional (10 espécies), com destaque para as populações de *Cariniana legalis* (jequitibá), espécie-símbolo do Parque, enquadrada na categoria vulnerável. Também *Aspidosperma polyneuron* (peroba-rosa), explorada no passado em função do potencial madeireiro, ainda é encontrada em pequenas populações nas áreas de interflúvio dessa formação. Atenção especial é recomendada para as florestas inundáveis, habitats muito frágeis e que ocupam pequenas áreas do PEV, mas que abrigam populações de *Euterpe edulis* (palmito-juçara) e *Cedrella odorata* (cedro-do-brejo).

No Cerrado da gleba Pé-de-Gigante também foram registradas as espécies ameaçadas *Mostuea muricata* e *Pouteria subcaerulea* (abiu). Em função do maior número de inventários florísticos realizados nessa gleba, e na situação crítica da conservação dessa formação no estado, esperava-se o registro de maior número de espécies ameaçadas. No entanto, grande parte das espécies do Cerrado paulista ainda não foram avaliadas quanto ao risco de extinção.

Destaque para a ocorrência de duas espécies consideradas presumivelmente extintas no estado de São Paulo, sendo estas duas espécies de Myrtaceae: *Calyptranthes brasiliensis* Spreng. e *Psidium salutare* (Kunth) O. Berg.

ESPÉCIES EXÓTICAS E/OU COM POTENCIAL DE INVASÃO

Foram registradas 39 espécies exóticas, das quais três são nativas no Brasil, mas não pertencem à flora original do Parque (Apêndice 2.1.H).

Na gleba Capetinga Oeste foi constatada a presença de exemplares de grande porte de guapuruvu (*Schizolobium parahyba*), nativa da Floresta Ombrófila Densa e que tem sido observada invadindo fragmentos de Floresta Estacional Semidecidual a partir de árvores plantadas nas vizinhanças com finalidade ornamental. Já o jambolão (*Syzigium cumini*) é natural da Índia e muito apreciado em São Paulo como frutífera, portanto deve ter chegado ao PEV por dispersão zoocórica, a partir de aves que visitam árvores plantadas no entorno. A sibipiruna (*Cenostigma pluviosum*) é nativa na Serra do Mar, mas não em território paulista, e geralmente usada com fins paisagísticos. Essas exóticas devem ser alvo de erradicação imediata, juntamente com as mangueiras, goiabeiras, limoeiros e cafeeiros, presentes em alguns trechos do PEV.

Na gleba Capetinga Leste ainda existem indivíduos remanescentes de antigo reflorestamento de eucalipto, os quais não impedem a regeneração do sub-bosque, mas, tratando-se de espécie exótica, devem ser erradicados da área.

Algumas exóticas foram consideradas invasoras e são uma séria ameaça à flora nativa do Parque. Destacam-se as gramíneas africanas, presentes tanto nas áreas florestais quanto nas áreas savânicas do PEV (Pivello e Varanda, 2006), e o lírio-do-brejo (*Hedichium coronarium*) que tende a se expandir em áreas úmidas beirando os cursos d'água.

O bambu-vara-de-pescar (*Phyllostachis aurea*) foi plantada na Capetinga Leste, na margem direita da Via Anhangüera, provavelmente para conter a erosão provocada pelas águas pluviais da rodovia, que era canalizada diretamente para dentro do PEV. Essa touceira encontra-se em expansão, invadindo trecho de vegetação natural.

2.2. FAUNA

RIQUEZA DE FAUNA

O método utilizado para fauna encontra-se no Apêndice 2.2.A.

São conhecidas para o Parque **420** espécies de Vertebrados (Apêndice 2.2.B), sendo 38 espécies de Peixes de Água Doce (Ferreira & Castro, 2005; Serra et al., relatório para o Plano de Manejo), 27 de Anfíbios (Benício & Da Silva, 2017; Antunes & Toledo, relatório para o Plano de Manejo), 53 de Mamíferos (Jorge & Pivello, 2005; Garbino, 2016; Briani et al. e Neri et al., relatórios não publicados para o Plano de Manejo), 26 de Répteis (Antunes & Toledo, relatório para o Plano de Manejo) e 276 de Aves (Willis & Oniki, 1981 e 2003; Develey et al., 2005; Wikiaves, 2019; Cabral & Brito, relatório para o Plano de Manejo). Apesar de ter sido priorizada a avaliação da fauna de vertebrados, grupo com mais informações para a UC, vale destacar que no PEV ocorre o minhocaçu *Glossoscolex grecoi* Righi & Lobo, 1979, espécie provavelmente ameaçada de extinção (George Brown com. pess., 2019)".

ESPÉCIES MIGRATÓRIAS

O Parque não é local de parada e nem está dentro das rotas migratórias de aves vindas do Hemisfério Norte (Oliveira et al., 2016). O principal grupo de espécies migratórias que ocorre nesta UC inclui 15 espécies de aves que se reproduzem na região durante a estação chuvosa (setembro-abril), mas migram para o Brasil Central ou para a Amazônia durante o outono-inverno (maio-agosto; Somenzari et al., 2018): o gavião-bombachinha *Harpagus diodon*, o sovi *Ictinia plumbea*, o papa-lagarta *Coccyzus melacoryphus*, o tuju *Lurocalis semitorquatus*, o andorinhão-do-temporal *Chaetura meridionalis*, o caneleiro-preto *Pachyramphus polychopterus*, o caneleiro-de-chapéu-preto *Pachyramphus validus*, guaracava-de-crista-alaranjada *Myiopagis viridicata*, a irré *Myiarchus swainsoni*, o bem-te-vi-rajado *Myiodynastes maculatus*, a peitica *Empidonomus varius*, a tesourinha *Tyrannus savana*, a juruviara *Vireo chivi*, a patativa *Sporophila plumbea* e o bigodinho *Sporophila lineola*.

Outras seis espécies de aves se reproduzem no leste do estado e no sul do Brasil, ocorrendo na área do parque apenas durante a estação seca ou de passagem rumo ao Brasil Central: tuque *Elaenia mesoleuca*, príncipe *Pyrocephalus rubinus*, maria-preta-de-bico-azulado *Knipolegus cyanirostris*, sabiá-una *Turdus flavipes*, sabiá-ferreiro *Turdus subalaris* e saíra-viúva *Pipraeidea melanonota*.

ESPÉCIES ENDÊMICAS/ RARAS LOCAIS

Nenhuma das espécies de vertebrados é endêmica ao parque. O guaru-listrado-do-cerrado *Phallotorynus jacundus* é endêmico do estado de São Paulo. Este peixinho é conhecido de poucas localidades nas bacias dos rios Mogi-Guaçu, Tietê e Grande, onde habita riachos e lagoas marginais.

ESPÉCIES EM EXTINÇÃO DE ACORDO COM LISTAS VERMELHAS (SP, BR, IUCN)

Dezessete espécies de vertebrados são consideradas ameaçadas de extinção em pelo menos uma das listas consultadas (Apêndice 2.2.B). Os mamíferos representam 64% desse total (n = 11): catita *Thylamys velutinus*, tamanduá-bandeira *Myrmecophaga tridactyla*, bugio-preto *Alouatta caraya*, rato-do-mato *Pseudoryzomys simplex*, lobo-guará *Chrysocyon brachyurus*, raposinha-do-campo *Lycalopex vetulus*, lontra *Lontra longicaudis*, gato-do-mato-pequeno *Leopardus guttulus*, jaguatirica *Leopardus pardalis*, onça-parda *Puma concolor* e veado-mateiro *Mazama americana*.

As demais espécies são quatro aves, o jaó *Crypturellus undulatus*, a juriti-vermelha *Geotrygon violacea*, a murucututu *Pulsatrix perspicillata* e a patativa *Sporophila plumbea*, o lagartinho-do-rabo-azul *Micrablepharus atticolus* e o guaru-listrado-do-cerrado *Phallotorynus jacundus*.

A perda e fragmentação de habitats é a principal causa dessa ameaça de extinção, mas para as espécies de maior porte a caça também é um fator importante para seu declínio populacional.

Outro fator importante de perda de indivíduos para o tamanduá-bandeira, o lobo-guará, a raposinha-do-campo, o gato-do-mato-pequeno, a jaguatirica e a onça-parda são os atropelamentos.

No caso do guaru a poluição e a sedimentação dos corpos de água é outro fator de ameaça.

ESPÉCIES EXÓTICAS/ INVASORAS/ SINANTRÓPICAS

A presença de cachorros-domésticos *Canis familiaris* vagando livremente no interior e no entorno do parque causa impactos à biodiversidade local, principalmente por meio da predação e transmissão de doenças, e se faz necessária a conscientização dos moradores locais sobre a guarda responsável desses animais.

Entre as espécies sinantrópicas registradas, o pardal *Passer domesticus* e a lagartixa-de-parede *Hemidactylus mabouia* não foram encontradas nos habitats naturais, por isso não necessitam de manejo, pois no momento seu potencial de impacto à biota nativa é baixo. Já três roedores, o camundongo *Mus musculus*, a ratazana *Rattus norvegicus* e o rato *Rattus rattus* podem estender suas atividades aos fragmentos de vegetação natural causando impactos, por meio de competição, predação e transmissão de doenças e parasitas.

As espécies exóticas detectadas nas áreas naturais foram o ratão-do-banhado *Myocastor coypus*, a lebre *Lepus europaeus*, o javali *Sus scrofa*, o barrigudinho *Poecilia reticulata* e a tilápia *Coptodon rendalli*. O javali é a espécie cujos danos ao parque são mais evidentes, pois nas suas atividades degrada a vegetação e as nascentes dos riachos. Além de ser fonte de conflito entre a UC e os agricultores do entorno por destruir cultivos e buscar abrigo no interior do parque.

Segundo o gestor da UC, Fabrício Pinheiro da Cunha, os primeiros registros de javalis datam de 2012, em locais próximos à trilha dos Jequitibás na gleba Capetinga Oeste e também nas culturas agrícolas da região. A partir de 2017 a presença destes animais foi registrada em todas as glebas do parque e no seu entorno. Devido ao impacto ambiental causado e

aos riscos à integridade física dos visitantes, ações de manejo e controle populacional, autorizadas pelo DeFau/CFB, estão sendo desenvolvidas desde novembro de 2018, por meio de parcerias com controladores e a municipalidade.

ESPÉCIES QUE SOFREM PRESSÃO DE CAÇA / PESCA

A caça e a captura de animais relacionadas a aspectos culturais, como recreação e consumo de carnes exóticas, estão em declínio em todo o estado de São Paulo devido à maior conscientização das pessoas quanto à proibição legal e sobre o impacto dessa atividade nos ecossistemas, e mesmo ao aumento da empatia em relação aos demais seres vivos. Contudo, decorrente da pouca área remanescente de habitats, as populações das espécies cinegéticas são extremamente vulneráveis à caça, tanto que numa área fragmentada como a do Parque Estadual Vassununga, um único caçador diligente que atuasse teria o potencial de extinguir localmente várias espécies em poucos anos. A fiscalização rotineira da UC e seu entorno é fundamental para coibir esses ilícitos.

Entre as espécies locais prezadas por caçadores para consumo da carne estão os tatus, a capivara *Hydrochoerus hydrochaeris*, a paca *Cuniculus paca*, o cateto *Pecari tajacu*, os veados, os inhambus *Crypturellus* spp. e o jacupemba *Penelope superciliosus*.

Tais espécies podem ainda sofrer com a pressão de caçadores ilegais de javalis, ao usar métodos não seletivos para captura, como as armadilhas do tipo gaiola encontradas no interior da Unidade em 2018, conforme informações do gestor da UC, Fabrício Pinheiro da Cunha.

A captura para cativeiro pode ter como alvos o pássaro-preto *Gnorimopsar chopi*, o canário-da-terra *Sicalis flaveola*, os papa-capins do gênero *Sporophila*, principalmente o curió *Sporophila angolensis*, o trinca-ferro *Saltator similis* e o azulão *Cyanocopsa brissonii*.

Nas propriedades do entorno da UC pode ocorrer a caça como retaliação por consumo de cultivos por herbívoros e granívoros ou devido à predação de animais domésticos por carnívoros. Esta prática impacta de maneira mais pronunciada a população de espécies ameaçadas de extinção como o lobo-guará e a onça-parda.

Geralmente, as adequações de instalações como galinheiros, redes, currais, cercas, etc. e de manejo, são suficientes para diminuir significativamente ou mesmo cessar as perdas ligadas à predação.

ESPÉCIES INDICADORAS (DE ÁREAS CONSERVADAS E DEGRADADAS)

Os primatas, o veado-mateiro *Mazama americana* e a juriti-vermelha *Geotrygon violacea* podem ser utilizados como indicadores de florestas em melhor estado de conservação. O guaru-listrado-do-cerrado pode desempenhar o mesmo papel para trechos dos cursos de água.

Já a maior abundância de espécies exóticas invasoras ou sinantrópicas sinaliza alteração significativa dos ecossistemas.

3. MEIO FÍSICO

3.1. GEOLOGIA, PEDOLOGIA E GEOMORFOLOGIA

Os métodos de elaboração do diagnóstico do meio físico, geologia, geomorfologia, pedologia e fragilidade, encontram-se descritos no Apêndice 3.1.A.

O mapa de solos do Parque Estadual de Vassununga e da área de estudo foi adaptado de ROSSI, (2017) para o Plano de Manejo (Apêndice 3.1.B) e resultou na identificação e descrição dos solos e suas respectivas áreas de ocorrência (Apêndice 3.1.C).

Com base nas características dos tipos de relevo e dos atributos geológicos e pedológicos, foram delimitadas sete (7) unidades de terrenos na área envoltória das glebas do PEV, denominadas: Colinas amplas e Rampa; Colinas amplas amorreadas; Colinas amplas e médias; Escarpa; Colinas pedimentares; Colinas médias; e Planície fluvial (Apêndice 3.1.D). Para cada uma das unidades, considerando-se as informações sobre o substrato rochoso, o relevo, a cobertura detritica e a dinâmica superficial, foram estabelecidas potencialidades e fragilidades dos diferentes terrenos (PIRES NETO *et al.*, 2007). Os atributos dessas unidades estão sumariados nos Apêndices 3.1.E e 3.1.F e no texto a seguir:

UNIDADE I – Colinas amplas e Rampas

- Relevo: amplitude: 70 a 100 m; comprimento de rampa: 1.000 a 3.300 m; inclinação: 2% a 5%; altitudes: 640 a

770 m. Formas com topos sub-horizontais e convexos amplos. Perfil de vertentes contínuas, com segmentos retilíneos. Vales erosivos abertos com talvegues entalhados.

- Substrato rochoso, sedimentos e coberturas: arenitos de granulação fina a média com intercalações de arenitos de granulação média a grossa, arenitos conglomeráticos, argilitos e siltitos arenosos (Formação Botucatu) tendo como cobertura arenosa sedimentos da Formação Santa Rita.
- Areia muito fina, levemente argilosa, com granulos de quartzo angulosos e lavados, observando-se na base linhas de seixos de quartzo subarredondados com diâmetros de 0,5 a 3 cm, fragmentos e blocos de laterita com espessura de 10 a 50 cm.
- Unidades de solos: Neossolo Quartzarênico órtico típico eutrófico; Latossolo Vermelho-Amarelo, distrófico, textura média. Cobertura florestal remanescente: área de ocorrência de Cerrado e Cerradão.
- Potencialidades: solos em geral com fertilidade baixa, textura arenosa ou muito próxima do arenoso, profundos e com características físicas favoráveis ao desenvolvimento radicular.
- Restrições: susceptibilidade a erosão laminar e em sulcos quando da remoção do solo superficial devido a obras de terraplenagem, aração ou devido a obras de drenagem de estradas que provocam a concentração do escoamento superficial. Solos com retenção hídrica baixa.
- Diagnóstico: terreno sensível a interferências antrópicas.
- Glebas em que ocorre: Pé-de-Gigante

UNIDADE II – Colinas médias e amplas

- Relevo: amplitude: 30 a 80 m; comprimento de rampas: 700 a 1.500 m; inclinação: 3% a 7%; altitudes: 620 a 670 m. Formas com topos convexos amplos. Perfil de vertentes contínuas, com segmentos retilíneos. Vales erosivos abertos com talvegues entalhados.
- Substrato rochoso, sedimentos e coberturas: arenitos de granulação fina a média, com níveis de argila e silte, e camadas de arenitos grossos e conglomeráticos na base (Formação Pirambóia).
- Unidades de solos: Neossolo Quartzarênico órtico típico álico.
- Dinâmica superficial: erosões laminares e em sulcos são generalizadas e de intensidade média. Boçorocas ocasionais e de alta intensidade.
- Cobertura florestal remanescente: área de ocorrência de Cerrado e Cerradão.
- Potencialidades: solos em geral com fertilidade muito baixa, textura arenosa ou muito próxima do arenoso, profundos e com características físicas favoráveis ao desenvolvimento radicular.
- Restrições: susceptibilidade a erosão laminar e em sulcos quando da remoção do solo superficial devido a obras de terraplenagem, aração ou devido a obras de drenagem de estradas que provocam a concentração do escoamento superficial. Solos com retenção hídrica baixa.
- Diagnóstico: terreno sensível a interferências antrópicas.
- Glebas em que ocorre: Pé-de-Gigante.

UNIDADE III – Colinas amplas amorreadas

- Relevo: amplitude: 80 a 120 m; comprimento de rampa de 900 a 1.500 m; inclinação: 8% a 15%; altitudes: 640 a 740 m.
- Associação de formas: colinas de topos convexos amplos. Perfil de vertentes contínuas, com segmentos retilíneos. Vales erosivos abertos e bem marcados no relevo, e Rampas convexas estreitas de perfil contínuo no topo da escarpa.
- Substrato rochoso, sedimentos e coberturas: derrames basálticos de coloração cinza a negra, textura afanítica, sendo formados por labradorita zonada, clinopiroxênios e acessórios; intrusivas básicas tabulares são representadas por diabásios, dioritos pórfiros, lamprófiros e andesitos.
- Unidades de solos: Latossolo Vermelho distroférico, A moderado, textura argilosa a muito argilosa.
- Dinâmica superficial: erosão laminar e em sulcos são freqüentes e de intensidade baixa.
- Cobertura florestal remanescente: Floresta Estacional Semidecidual.
- Potencialidades: solos com boa fertilidade, boa disponibilidade hídrica e que não apresentam dificuldade para a penetração de raízes.
- Restrições: a alta plasticidade das argilas pode causar problemas de trafegabilidade.
- Diagnóstico: terreno pouco sensível a interferências antrópicas.
- Glebas em que ocorre: Capetinga Leste, Praxedes e Maravilha.

UNIDADE IV – Escarpa

- Relevo: amplitude de 50 a 200 m; comprimento de rampa de 100 a 800 m; inclinação de 20% a 40%; altitudes de 620 a 700 m. Escarpas dissecadas mais abruptas e definidas nas cabeceiras de drenagem. Perfis de vertentes descontínuas com segmentos retilíneos e íngremes, com afloramentos rochosos e convexos, devido à presença de corpos de tálus. Vales erosivos encaixados com canais em rocha. Densidade de drenagem baixa.
- Substrato rochoso, sedimentos e coberturas: derrames basálticos de coloração cinza a negra, textura afanítica, sendo formados por labradorita zonada, clinopiroxênios e acessórios; intrusivas básicas tabulares são representadas por diabásios, dioritos pórfiros, lamprófiros e andesitos.
- Unidades de solos: Neossolo Litólico Eutrófico A moderado ou chernozêmico, Nitossolo Vermelho Eutrófico e Latossolo Vermelho distroférrico, A moderado, textura argilosa a muito argilosa.
- Dinâmica superficial: erosão laminar, erosão em sulcos, ravinhas e rastejo são ocasionais e de baixa intensidade. Movimentos de massa de tipo: queda de blocos e escorregamento planar são freqüentes e de média a baixa intensidade. Entalhe fluvial sazonal intenso associado ao escoamento torrencial.
- Cobertura florestal remanescente: Floresta Estacional Semidecidual.
- Potencialidades: solos com alta fertilidade e que não apresentam dificuldade para a penetração de raízes. Terras aptas para a proteção e abrigo da fauna e da flora silvestre.
- Restrições: dificuldade de ocupação devido à inclinação das encostas e ao risco de processos erosivos. Seus solos possuem restrições quanto à pequena profundidade efetiva e presença de afloramentos rochosos.
- Diagnóstico: terreno muito sensível à interferência antrópica.
- Glebas em que ocorre: Capetinga Leste, Praxedes e Maravilha.

UNIDADE V – Colinas pedimentares

- Relevo: amplitude de 50 a 120 m; comprimento de rampa de 400 a 1300 m; inclinação: 5% a 15%; altitudes: 600 a 630 m. Formas colinosas desenvolvidas em pedimento do sopé da escarpa. Topos convexos estreitos. Perfil de vertente descontínua e contínua com segmentos convexos e retilíneos. Vales erosivos abertos. Padrão de drenagem subdendrítico de média a baixa densidade.
- Substrato rochoso, sedimentos e coberturas: derrames basálticos de coloração cinza a negra, textura afanítica, sendo formados por labradorita zonada, clinopiroxênios e acessórios; intrusivas básicas tabulares são representadas por diabásios, dioritos pórfiros, lamprófiros e andesitos.
- Unidades de solos: Latossolo Vermelho distroférrico, A moderado, textura argilosa a muito argilosa.
- Dinâmica superficial: erosão laminar e em sulcos ocasional e de baixa intensidade. Erosão fluvial é freqüente e de baixa intensidade.
- Cobertura florestal remanescente: Floresta Estacional Semidecidual.
- Potencialidades: solos com boa fertilidade, boa disponibilidade hídrica e que não apresentam dificuldade para a penetração de raízes, o que facilita a restauração florestal.
- Restrições: a alta plasticidade das argilas pode causar problemas de trafegabilidade.
- Diagnóstico: Terreno pouco sensível a interferências antrópicas.
- Glebas em que ocorre: Capetinga Oeste, Capetinga Leste, Praxedes e Maravilha.

UNIDADE VI – Colinas médias

- Relevo: amplitude de 30 a 80 m; comprimento de rampa de 700 a 1.800 m; inclinação de 3% a 5%; altitudes de 560 a 600 m. Formas subniveladas. Colinas médias de topos convexos amplos. Perfil de vertentes contínuas, com segmentos retilíneos. Vales erosivos abertos. O padrão de drenagem é subdendrítico de baixa densidade.
- Substrato rochoso, sedimentos e coberturas: arenitos de granulação fina a média, com níveis de argila e silte e camada de arenitos grossos e conglomeráticos na base (Formação Pirambóia).
- Unidades de solos: Latossolo Vermelho distrófico e por vezes álico, textura média.
- Dinâmica superficial: erosões laminares e em sulcos são generalizadas e de intensidade média. Nos locais com concentração de escoamento superficial, os processos podem ser intensificados formando ravinhas ocasionais e de média intensidade.
- Cobertura florestal remanescente: Floresta Estacional Semidecidual.
- Potencialidades: solos profundos, com características físicas favoráveis ao desenvolvimento radicular. Apresentam baixo potencial de fertilidade.
- Restrições: susceptibilidade a erosão laminar e em sulcos quando da remoção do solo superficial, causada pela aração, obras de terraplenagem e drenagem, que favorecem o escoamento superficial concentrado.
- Diagnóstico: terreno sensível a interferências antrópicas.

- Glebas em que ocorre: Capetinga Oeste e Capetinga Leste.

UNIDADE VII – Planícies fluviais

- Relevo: inclinação menor que 2%; elevados de 1 a 3 m acima do rio. Áreas planas e inclinadas em direção ao rio, que incluem a planície de inundação, terraços baixos, canais abandonados e alagadiços. Podem apresentar margens abruptas, devido à erosão lateral do canal. Canais aluviais e em rocha. São estreitas e por vezes descontínuas nos rios menores e largas e contínuas nos rios Mogi Guaçu e Bebedouro, onde podem elevar-se até 3 m acima do leito.
- Substrato rochoso, sedimentos e coberturas: sedimentos de aluviões constituídos por: areia fina, silte levemente argiloso, de cor bege acinzentada a cinza escuro, rica em matéria orgânica. Nos rios maiores podem apresentar espessuras superiores a 3 m e níveis de cascalho.
- Unidades de solos: Complexo de Gleissolo Háptico Ta Eutrófico típico A moderado ou chernozêmico textura indiscriminada e Neossolo Flúvico Ta Eutrófico típico A moderado ou chernozêmico textura indiscriminada, Gleissolos Melânicos e Neossolos Quartzarênicos hidromórficos típicos.
- Dinâmica superficial: erosões laminares e em sulcos são ocasionais e de baixa intensidade nos terraços baixos. Freático elevado, alagadiços, enchentes sazonais e deposição de finos por decantação nas planícies de inundação. Deposição em barras, erosão lateral e vertical no canal. Pequenos escorregamentos ocasionais e de baixa intensidade na margem dos canais. No período de estiagem, as margens da planície são estáveis.
- Cobertura florestal remanescente: Floresta Riparia e Campo Úmido.
- Potencialidades: são solos com boa fertilidade e relevo aplainado.
- Restrições: freático elevado, enchentes anuais, alagadiços e solos moles, erosão lateral e vertical do canal e das margens, deposição de finos durante as enchentes, estabilidade precária das paredes de escavação, recalque de fundações, danificação das redes subterrâneas por recalque. Áreas favoráveis ao assoreamento. Áreas de Preservação Permanente (APP).
- Diagnóstico: terreno muito sensível a interferências antrópicas.
- Glebas em que ocorre: Capão da Várzea, Pé-de-Gigante, Capetinga Leste e Maravilha.
- Unidades de Terreno nas Glebas

Com base nos atributos dos terrenos diferenciados na região do PEV, apresentam-se a seguir as principais características dessas glebas com relação às Unidades de Terreno mapeadas, que estão resumidas no Apêndice 3.1.C.

Capão da Várzea

A gleba Capão da Várzea é constituída exclusivamente pela Unidade de Terreno VII, que se caracteriza por apresentar relevos de planície fluvial com alagadiços, constituída por areia fina, argila, matéria orgânica e níveis de cascalho, com Gleissolo Háptico e Gleissolo Melânico textura média/argilosa.

Embora essa gleba seja homogênea com relação aos seus condicionantes abióticos, deve-se ressaltar que variações na profundidade do freático dentro da gleba, que não foram avaliadas neste estudo, podem condicionar mudanças na estrutura e composição da cobertura florestal.

No tocante às fragilidades dessa unidade de terreno, deve-se estar atento para:

- Risco de assoreamento devido à ocorrência de processos de erosão decorrentes da atividade agrícola nas encostas vizinhas e
- Risco de contaminação dos solos e do lençol freático elevado nos alagadiços perenes devido ao carreamento de agrotóxicos das encostas vizinhas.

Capetinga Oeste

A gleba Capetinga Oeste é constituída por terrenos das Unidades V e VI, que caracterizam o pedimento dissecado desenvolvido entre o sopé da Escarpa e o rio Mogi Guaçu.

A diferença de substrato rochoso entre a Unidade V, constituída por rochas ígneas básicas, e a Unidade VI, formada por arenitos, condiciona variações na disponibilidade de água dessas Unidades devido ao comportamento diferencial dos aquíferos, à textura dos solos, que interfere no grau de infiltração, e ainda a variações na fertilidade natural dos solos, que são fatores importantes no condicionamento abiótico da vegetação.

Embora esses terrenos apresentem encostas de baixa inclinação, as diferenças na textura dos solos das Unidades V e VI fazem com que a Unidade VI, com Latossolo Vermelho textura média, seja mais suscetível à ocorrência de processos erosivos do que a Unidade V, onde o Latossolo Vermelho distroférico apresenta textura argilosa a muito argilosa.

A maior suscetibilidade a processos erosivos da Unidade VI faz com que sejam necessários cuidados especiais no setor oeste da gleba, visto que a montante se tem área de atividade agrícola intensiva, onde o desencadeamento de processos erosivos pode provocar soterramento de vegetação na borda da mata.

Capetinga Leste

A gleba Capetinga Leste é a que apresenta maior diversidade no que se refere aos condicionantes abióticos, pois ocupa fragmentos das Unidades de Terreno III, IV, V, VI e VII, denominadas respectivamente: Colinas amplas amorreadas; Escarpa; Colinas pedimentares; Colinas médias e Planície fluvial.

A disposição da gleba permite que se tenha um perfil quase completo da seqüência de terrenos que ocorrem na região de contato entre as Províncias Cuestas Basálticas e a Depressão Periférica.

A Unidade III, nesse trecho, é caracterizada pelo relevo de rampas convexas, de perfil contínuo, levemente inclinada em direção à escarpa, constituindo uma faixa estreita entre as Colinas amplas e Rampas e o topo da Escarpa, que é sustentada por rochas básicas e tem Latossolo Vermelho distroférico com boa fertilidade e boa disponibilidade hídrica.

Embora esses terrenos sejam pouco sensíveis à interferência, deve-se fazer um controle de processos de escoamento de águas pluviais das encostas e das estradas de serviço nas áreas de atividade agrícola a montante da gleba, visto que o desencadeamento de processos erosivos nessas áreas poderia provocar aumento da erosão natural e problemas de soterramento de vegetação dentro do Parque.

A Unidade IV, representada pela Escarpa, é constituída por diabásios e basaltos da Form. Serra Geral e apresenta solos do tipo Neossolo Litólico Eutrófico, Nitossolo Vermelho Eutroférico e Latossolo Vermelho distroférico textura argilosa a muito argilosa, podendo, em alguns pontos, apresentar afloramentos de rocha alterada.

A inclinação das encostas e os processos erosivos do tipo ravinamento, reentalhe de drenagem, rastejos localizados e de baixa intensidade, e movimentos de massa do tipo queda de blocos e escorregamento planar, que são freqüentes e de média a baixa intensidade, tornam esses terrenos muito sensíveis à interferência antrópica. No entanto, a utilização desse terreno como Parque faz com que esses processos erosivos mantenham seu desenvolvimento natural, com impactos localizados sobre a vegetação, mas que fazem parte da dinâmica de manutenção da floresta.

A Unidade V, Colinas pedimentares, constituída por rochas ígneas básicas, Latossolo Vermelho distroférico de textura argilosa a muito argilosa, apresenta solos com maior fertilidade natural e com maior disponibilidade de água, que são atributos abióticos importantes para o condicionamento da cobertura florestal, representada nessas áreas pela Floresta Estacional Semidecidual. A Unidade VI, Colinas médias, constituída por arenitos da Formação Pirambóia, com Latossolo Vermelho, textura média, apresenta solos com menor fertilidade natural e com menor disponibilidade de água, o que pode limitar o desenvolvimento da cobertura vegetal. Além das variações na estrutura e na composição das florestas, esses terrenos condicionam uma maior suscetibilidade à ocorrência de processos erosivos. A Unidade VII, representada pela Planície fluvial, é formada nesse trecho predominantemente por Neossolo Flúvico gleico, tendo, portanto, um lençol freático mais profundo e uma planície de inundação sem alagadiços, o que favorece o desenvolvimento da Floresta Ripária.

Praxedes

A gleba Praxedes está inserida na zona de contato da Depressão Periférica com a Cuesta Basáltica, sendo constituída essencialmente por rochas básicas que sustentam as rampas convexas de perfil contínuo, levemente inclinado no topo da Escarpa (Unidade III), a Escarpa (Unidade IV) e as Colinas pedimentares (Unidade V). Esses terrenos apresentam diferentes tipos de solo, porém, todos com textura argilosa e muito argilosa, típica da alteração de rochas básicas. Nas Unidades III e V ocorre o Latossolo Vermelho distroférico, típico de relevos com encostas suaves, e na Unidade IV a inclinação das encostas condiciona a presença de Neossolo Litólico Eutrófico, Nitossolo Vermelho Eutroférico e Latossolo Vermelho distroférico. Esses solos, de modo geral, apresentam boa fertilidade e boa disponibilidade hídrica, o que favorece o desenvolvimento da Floresta Estacional Semidecidual.

As Unidades III e V são terrenos pouco sensíveis à interferência, pois apresentam processos de erosão laminar e em sulcos ocasionais e de baixa intensidade, havendo ainda atividade da erosão fluvial, que é freqüente, mas de baixa intensidade. No entanto, no caso da Unidade III deve-se fazer um controle de processos de escoamento de águas pluviais das encostas e nas estradas de serviço, em áreas de atividade agrícola da Unidade I, que estão a montante da gleba, pois o desenvolvimento de processos erosivos nessas áreas poderá provocar aumento da erosão natural e problemas de soterramento de vegetação do Parque.

Maravilha

A gleba Maravilha está localizada próximo à margem direita do rio Mogi Guaçu, em um remanescente isolado e rebaixado da superfície de cimeira, sendo constituída pelos terrenos das Unidades I, IV, V e VII, que correspondem respectivamente aos relevos de Colinas amplas e Rampa, Escarpa, Colinas pedimentares e Planície fluvial. A Unidade I,

Colinas amplas e Rampa, é constituída por arenitos da Formação Botucatu, Latossolo Vermelho-Amarelo, textura média, e Neossolo Quartzarênico órtico típico eutrófico. Esses terrenos são sensíveis à interferência devido à erodibilidade das coberturas arenosas, onde se desenvolve erosão laminar e em sulcos generalizada e de intensidade média, além de boçorocas ocasionais e de alta intensidade.

Nesse terreno, é importante o controle dos processos erosivos, pois ocorre atividade agrícola intensiva a montante da gleba, bem como das estradas onde as drenagens concentram o escoamento pluvial formando ravinas que assoreiam a planície fluvial e aterram a vegetação. A Unidade IV, com relevo de Escarpa, é constituída por basaltos e apresenta solos de boa fertilidade natural e boa disponibilidade hídrica (Neossolo Litólico Eutrófico, Nitossolo Vermelho Eutroférico e Latossolo Vermelho distroférico), o que favorece o desenvolvimento da Floresta Estacional Semidecidual. Os processos erosivos desses terrenos na situação em que a floresta está preservada apresentam baixa intensidade, ocorrendo como um processo natural de evolução dessas encostas mais inclinadas. A Unidade V, Colinas pedimentares, apresenta atributos abióticos importantes para o condicionamento da cobertura florestal, pois é constituída por rochas ígneas básicas e por Latossolo Vermelho distroférico, que apresenta solos com maior potencial para a fertilidade e com maior disponibilidade de água. A Unidade VII nessa gleba corresponde à Planície fluvial do rio Mogi Guaçu, que é formada por areias muito finas argilosas sobre as quais se desenvolve Neossolo Flúvico, que se associa a áreas com lençol freático mais profundo e a uma planície de inundação sem alagadiços.

Pé-de-Gigante

A gleba Pé-de-Gigante é constituída essencialmente por arenitos que dão origem a Neossolo Quartzarênico e Latossolo de textura média. Esses materiais têm sua distribuição condicionada pelo relevo, que permite diferenciar a Unidade I, com relevo de Colinas amplas e Rampas, sustentadas por arenitos da Formação Botucatu e sedimentos arenosos da Formação Santa Rita com Neossolo Quartzarênico órtico típico eutrófico que se associa a Latossolo Vermelho-Amarelo textura média, e a Unidade II, com relevo de Colinas amplas e médias sobre arenitos da Formação Pirambóia e associada a Neossolo Quartzarênico órtico típico álico. Dada a elevada porosidade e permeabilidade desses solos e a baixa inclinação das encostas, esses terrenos apresentam baixa densidade de drenagem. No entanto, a baixa coesão dos materiais superficiais faz com que os procesos erosivos do tipo laminar e em sulcos sejam generalizados e de intensidade média. Esses terrenos também estão sujeitos à formação de boçorocas ocasionais, mas de alta intensidade.

Os solos que ocorrem nesses terrenos apresentam baixa fertilidade e baixa taxa de retenção de água devido à textura arenosa e à alta saturação por alumínio, estando comumente associados à vegetação de Cerrado e Cerradão. A Unidade VII, Planície fluvial que ocorre associada ao Córrego Paulicéia, é constituída por sedimentos arenosos finos sobre os quais se desenvolvem Neossolo Quartzarênico hidromórfico típico e Neossolo Flúvico Tb Eutrófico. Sobre esses solos, em função da profundidade do freático, pode ocorrer campo úmido ou Floresta Ripária. A suscetibilidade desses terrenos a processos erosivos e à presença de inúmeras estradas ao redor da gleba exige um controle de processos de escoamento de águas pluviais das encostas e nas estradas de serviço, de modo a evitar o desencadeamento de processos erosivos acelerados que acabem provocando impactos de soterramento de vegetação do Parque e das Planícies fluviais.

3.2. FRAGILIDADE

Para o estudo da fragilidade dos solos baseou-se nos trabalhos de Ross (1990) e Mattos et al. (1996), onde classificou-se a área em baixa, média e alta fragilidade ambiental, sendo que esta última classe foi subdividida no intuito de diferenciar áreas com elevado risco a processos de erosão e/ou movimentos de massa (alta 1) e áreas com elevado risco a processos de inundação e contaminação do solo (alta 2).

Nessa análise são considerados os seguintes atributos: textura do solo, espessura do solo, declive e presença de impedimentos, que permitem a diferenciação de três graus de fragilidade (alto, moderado e baixo) conforme MATTOS, ROSSI & ROCHA (2004). A textura do solo é um elemento importante na estabilidade e na morfodinâmica de uma área. Assim, textura mais grossa implica em maior desagregação, menor estabilidade e maior capacidade de arraste, enquanto que os materiais mais finos são mais estáveis.

No que se refere aos impedimentos são considerados os seguintes atributos: presença de pedregosidade ou rochiosidade, lençol freático próximo à superfície, pouca profundidade efetiva do solo e relevo com inclinação acentuada. Esses atributos configuram um alto grau de fragilidade, na medida em que, qualquer uso nessas áreas pode acarretar prejuízos à conservação do solo e à recuperação da cobertura vegetal natural, possibilitando o aparecimento de processos erosivos dos solos e o assoreamento de nascentes e canais fluviais. A relação entre a caracterização dos solos, suas potencialidades, restrições e grau de fragilidade é apresentada no Apêndice 3.2.A e sua espacialização no Apêndice

3.2.B.

3.3. PERIGO, VULNERABILIDADE E RISCO

O método utilizado para perigo, vulnerabilidade e risco encontra-se no Apêndice 3.3.A.

Segundo Brasil (2015), o diagnóstico é a etapa onde as “informações dos componentes socioambientais (elementos físicos, biológicos e socioeconômicos) da Unidade de Conservação (UC) são reunidas/produzidas, sistematizadas, analisadas e interpretadas, consistindo na análise das informações pré-existentes sobre a UC e sua área de influência; na produção de conhecimento (com levantamento de campo ou não); e na integração e análise do conjunto das informações obtidas”, apresentando as seguintes funções:

- Embasar a declaração de significância da UC;
- Identificar alvos de conservação da UC;
- Identificar as relações da UC com a população beneficiária e comunidades da região;
- Indicar lacunas de conhecimento e pesquisas prioritárias;
- Indicar o grau de conservação dos ambientes e a vocação de uso da UC, fornecendo subsídios para a elaboração de seu zoneamento;
- Subsidiar e orientar as tomadas de decisão nos processos de planejamento e gerenciamento da UC, indicando estratégias e linhas de ações para atender aos desafios de gestão da UC.

A gestão de risco aos processos geodinâmicos vem sendo cada vez mais aplicada em diversos instrumentos de gestão territorial em consonância com as diretrizes para priorizar ações preventivas relacionadas à minimização de desastres (SÃO PAULO, 2011; BRASIL, 2012; ONU, 2015). A análise de risco tem potencial aplicação na elaboração do zoneamento territorial da unidade e no entendimento das pressões existentes em sua zona de amortecimento.

O presente estudo visa apoiar o Comitê de Integração dos Planos de Manejo, criado pela Resolução SMA - 95, de 8-12-2016, o qual tem por objetivo estabelecer diretrizes e procedimentos para a elaboração, revisão e implantação dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação Estaduais.

O objetivo principal é apresentar o mapeamento e análise de risco de ocorrência de processos de escorregamento planar e de inundação em escala de abordagem regional para a unidade de conservação do Parque Estadual Vassununga, tomando-se como base os resultados do produto “Sistema de Classificação de Unidades Territoriais Básicas – UTB” do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2014, 2016, 2017; FERREIRA & ROSSINI-PENTEADO, 2011; FERREIRA et al., 2013; VEDOVELLO et al., 2015; ROSSINI-PENTEADO & FERREIRA, 2015).

Para a análise de risco relacionada aos processos de escorregamento planar e inundação gradual, foram adotados os seguintes conceitos:

- Risco: a) medida de danos ou prejuízos potenciais, expressa em termos de probabilidade estatística de ocorrência e de intensidade ou grandeza das consequências previsíveis (BRASIL, 1995); ou b) probabilidade de consequências prejudiciais, ou perdas esperadas resultante de interações entre perigos (naturais, ou induzidos pelo homem) e condições vulneráveis numa determinada área e período de tempo (ONU, 2009).
- Perigo: processo, fenômeno ou atividade humana que pode causar a perda de vida, ferimentos ou outros impactos à saúde, danos à propriedade, distúrbios sociais e econômicos ou a degradação ambiental (ONU, 2016).
- Vulnerabilidade: condições determinadas por fatores ou processos físicos, sociais, econômicos e ambientais que aumentam a predisposição de um indivíduo, uma comunidade, bens ou sistemas serem afetados pelos impactos

dos perigos (ONU, 2016).

- Dano Potencial: a) medida que define a intensidade ou severidade da lesão resultante de um acidente ou evento adverso; ou b) perda humana, material ou ambiental, física ou funcional, que pode resultar, caso seja perdido o controle sobre o risco; ou c) intensidade das perdas humanas, materiais ou ambientais, induzidas às pessoas, comunidades, instituições, instalações e/ou ecossistemas, como consequência de um desastre (BRASIL, 1995).
- Escorregamento planar ou translacional: processo onde o material mobilizado desloca-se ao longo de uma superfície, grosso modo, planar com pouca ou nenhuma rotação ou curvamento, geralmente associado a encostas muito íngremes (VARNES, 1978).
- Inundação gradual: processo de extravasamento lento e previsível das águas de um curso d'água para suas áreas marginais (planícies de inundação), onde se mantêm em situação de cheia durante algum tempo e, a seguir, escoam-se gradualmente (CASTRO et al., 2003).

O Parque Estadual Vassununga ocupa seis glebas no município de Santa Rita do Passa Quatro, denominadas Capão Bonito, Capetinga, Capetinga Leste, Maravilha, Pé de Gigante e Praxedes (Apêndice 3.3.C), as quais totalizam 20,67 km² de área, enquanto a área de estudo perfaz 202,21 km². A UC e a área de abrangência estão situadas nas morfoestruturas Bacia Vulcanossedimentar do Paraná e Coberturas Sedimentares Inconsolidadas Cenozóicas, ocorrendo as morfoesculturas Planalto Ocidental Paulista, Depressão Periférica (em sua porção sudeste) e as planícies fluviais do rio Mogi-Guaçu e afluentes (ROSS & MOROZ, 1997) (Apêndice 3.3.C-B). As litologias predominantes são sedimentos aluvionares e colúvio-eluvionares cenozóicos, rochas intrusivas básicas da Formação Serra Geral e arenitos das formações Pirambóia e Botucatu (modificado de PERROTTA et al., 2005) (Apêndice 3.3.C-C).

Na área de estudo, os atributos relacionados ao substrato geológico-geomorfológico-pedológico das unidades de análise apresentam as seguintes variações quanto aos valores médios: declividade de 3 a 29°; amplitude de 12 a 268 m; densidade de drenagem variando de 0 a 3,4 km/km²; excedente hídrico de 421 a 565 mm; grau de foliação variando de 0,1 (sedimentos aluvionares e formações Botucatu e Pirambóia) a 0,3 (basaltos) e erodibilidade entre 0,01620 a 0,03610. Esses valores indicam as condições de criticidade dos processos perigosos de escorregamento e inundação mapeados na área.

Com relação ao uso e cobertura da terra (Apêndice 3.3.C-D), destaca-se a ocorrência das classes de uso "Herbáceo-arbustiva" e "Solo Exposto" que correspondem aos diversos estágios da cultura de cana de açúcar na região. A classe "Cobertura Arbórea" ocupa grande parte da porção norte da área de estudo, ocorrendo na forma de grandes áreas de reflorestamento e da gleba Pé de Gigante do PE Vassununga, distribuindo-se em fragmentos menores na porção sul, ora associadas às demais glebas do PE Vassununga, ora associada às planícies fluviais. As "Áreas Urbanas ou Edificadas" estão representadas pelo uso do tipo Residencial/Comercial/Serviços, ocorrendo na forma de pequenas ocupações rurais dispersas, de baixa a muito baixa densidade de ocupação, e pelo tipo de uso "Grande Equipamento", à exemplo da Usina de Açúcar e Álcool Santa Rita.

A variável Potencial de Indução para os processos de escorregamento e de inundação, determinada pelas características e padrão do uso e cobertura da terra, apresenta, na área de estudo, valores que variam de 0,1 a 0,9, ou seja, desde classes de muito baixa até muito alta criticidade.

Para fins de comparação, o Apêndice 3.3.D apresenta os intervalos de valores médios obtidos para cada atributo condicionante dos processos perigosos, vulnerabilidade e risco, bem como seu enquadramento em classes, variando de muito baixa a muito alta, considerando a amostragem para todo o estado de São Paulo.

Para as unidades do tipo Residencial/Comercial/Serviços, o cálculo de atributos socioeconômicos e de infraestrutura sanitária mostram as seguintes variações: índice de abastecimento de água variando de 51 a 56 (alta criticidade); índice de coleta de esgoto de 58 a 62 (alta criticidade); índice de coleta de lixo de 51 a 61 (alta criticidade); índice do grau de alfabetização variando de 5 a 17 (muito baixa a baixa criticidade) e índice renda de 2,2 a 3,8 (muito alta a alta

criticidade). Esses valores indicam as condições de criticidade dos serviços sanitários, de alfabetização e dos níveis de renda na área de estudo. O indicador do número relativo de habitantes em cada unidade territorial, expresso pela variável Dano Potencial (DAP), apresenta classes variando de muito baixo até baixo, conforme intervalos definidos no Apêndice 3.3.D.

O mapa de perigo de escorregamento planar (Apêndice 3.3.E) mostra classes de perigo muito alto e alto associadas aos relevos de escarpa, formando faixas estreitas na paisagem, caracterizadas por inclinações altas a muito altas, com probabilidade muito alta de ocorrência de escorregamentos planares esparsos, de volumes pequenos a grandes, associados acumulados de chuva muito baixos, podendo evoluir para escorregamentos de elevadas proporções com acumulados de chuva variando de baixo a muito baixo. Há um amplo predomínio das classes de perigo muito baixo a baixo, refletindo as baixas criticidades dos atributos do meio físico que compõem os fatores de perigo de escorregamento. A classe de perigo moderado associa-se quase sempre à cobertura do tipo solo exposto.

O perigo de inundação (Apêndice 3.3.F) ocorre nas planícies fluviais dos rios Mogi Guaçu e afluentes. As classes de perigo muito alto e alto estão associadas exclusivamente ao rio Mogi-Guaçu. Essa classes indicam probabilidade muito alta a alta de ocorrência de inundação, geralmente apresentando altura de atingimento desde muito baixa a alta, associada à acumulados de chuva baixos a moderados, podendo evoluir para inundações de altura de atingimento muito alta com acumulados de chuva moderados a baixos. Os perigos muito baixo a moderado ocorrem por todas as planícies de inundação dos principais rios da área e caracterizam-se por inundação com altura de atingimento muito baixa a moderada e associada à acumulados de chuva altos a muito altos.

O mapa de vulnerabilidade das áreas edificadas do tipo Residencial/Comercial/Serviços (Apêndice 3.3.G) mostra ocorrência exclusiva da classe alta, correspondendo aos setores residenciais de médio a baixo ordenamento urbano; de alta a média criticidade quanto à infraestrutura sanitária e de baixa a média renda, ocorrendo de modo disperso nos setores rurais dos municípios de Santa Rita do Passa Quatro e Descalvado.

O mapa de risco de ocorrência de processos de escorregamento planar (Apêndice 3.3.H) apresenta uma ampla variação desde a classe de risco muito alta (apenas um polígono) até a muito baixa. Predominam as classes de risco moderado (12 polígonos) e baixo (11 polígonos). O mapa de risco de ocorrência de processos de inundação (Apêndice 3.3.I) apresenta classes variando de moderada a muito baixa com distribuição restrita à planície do rio Mogi-Guaçu.

Prognóstico Preliminar

O estudo dos perigos, vulnerabilidade e riscos do Parque Estadual Vassununga indica os graus de criticidade, considerando fragilidades e potencialidades, relacionados à ocorrência de processos de escorregamento e inundação da área de estudo. De acordo com os resultados obtidos, de forma geral, recomenda-se:

- Recuperação da vegetação arbórea, visando diminuir o perigo de escorregamento planar e de inundação associado às áreas de Solo Exposto e Vegetação Herbáceo-arbustiva nas áreas fora dos limites da UC;
- Existem restrições bastante significativas quanto ao perigo de escorregamento muito alto e alto que ocorre nos relevos de escarpas situados fora dos limites da UC. O perigo de inundação ocorre nas planícies fluviais dos rios Mogi Guaçu e afluentes com graus variáveis desde muito alto a muito baixo.
- Melhoria das condições de saneamento das áreas de uso do tipo Residencial/Comercial/Serviços que ocorrem na área de abrangência, visando reduzir a vulnerabilidade e, conseqüentemente, a situação de risco, devidos às condições de abastecimento de água, coleta e destinação de lixo e esgoto doméstico;

Estudos mais detalhados das unidades territoriais básicas (UTB), específicos para a área da UC, devem ser realizados, visando uma melhor caracterização do substrato geológico-geomorfológico e da cobertura da terra e do uso do solo , além das análises de perigos, vulnerabilidade e risco.

3.4. CLIMA

O clima da região, segundo a classificação de Koeppen, é do tipo Cwa, pois se caracteriza como clima quente de inverno seco com temperaturas aproximadas de 18°C no inverno e superiores a 22°C no verão. No mês mais seco (agosto), o total da precipitação é de 18,6mm, e a precipitação anual varia de 1.300 a 1.700 mm. A temperatura média anual na região é de 23,3°C, sendo a média das temperaturas máximas (dezembro a fevereiro) aproximadamente 26°C e das mínimas 19,47°C (junho a agosto). A temperatura máxima absoluta alcança 26,2°C e a mínima absoluta, 18,7°C.

O PEV apresenta a precipitação pluvial média anual de 1.365,7 mm e evapotranspiração potencial de 1.160,61 mm. O balanço hídrico acusa deficiência hídrica de 62,4mm (maio a setembro), com um excedente de 267,5mm (janeiro a março) de água na estação chuvosa (Apêndice 3.4.A). A região do Parque apresenta disponibilidade hídrica, com probabilidade de seca desde abril a setembro, não atingindo 250 mm, podendo-se notar ainda que as temperaturas médias do período não ultrapassam 20,9°C (Apêndice 3.4.A e Apêndice 3.4.B).

3.5. MINERAÇÃO

Contexto

A abordagem dos recursos minerais foi realizada por meio da análise de sua dimensão produtiva, representada pela atividade de mineração. Esta atividade, tecnicamente, engloba a pesquisa, a lavra e o beneficiamento de bens minerais e se configura como uma forma de uso temporário do solo. Os recursos minerais são bens pertencentes à União e representam propriedade distinta do domínio do solo onde estão contidos. O arcabouço legal, que rege as atividades de mineração, concede:

- À União, os poderes de outorga de direitos e sua fiscalização, por meio da Agência Nacional de Mineração (ANM), órgão do Ministério de Minas e Energia;
- Aos Estados, os poderes de licenciamento ambiental das atividades e sua fiscalização, que em São Paulo cabe à Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB); e
- Aos Municípios, dispor sobre os instrumentos de planejamento e gestão com relação ao uso e ocupação do solo.

Levantamento

A apresentação do aproveitamento dos recursos minerais nos limites da área de estudo fundamentou-se na espacialização e análise dos títulos minerários registrados na ANM – Sistema de Informações Geográficas da Mineração – SIGMINE, aos quais foi acrescentada a situação atual do licenciamento ambiental dos empreendimentos minerários com base em consulta ao website da CETESB. A análise foi contextualizada com a geologia da região.

Atividade de Mineração na UC e Entorno

A espacialização dos dados do SIGMINE/ANM mostra 17 títulos minerários incidindo nos limites territoriais da Zona de Amortecimento do Parque Estadual Vassununga. Registra-se, também, a presença de vários direitos minerários em sua região circunvizinha. No Apêndice 3.5.A. acham-se espacializados os títulos minerários localizados em seus limites, que foram classificados de acordo com a fase de desenvolvimento junto à ANM e CETESB, em três categorias:

- Áreas de lavra consolidadas, com títulos minerários já concedidos pela ANM e licenças emitidas pela CETESB.
- Áreas de implantação de lavra, com títulos minerários já concedidos pela ANM e em fase inicial de processos de licenciamento ambiental pela CETESB.
- Áreas de interesse mineral futuro, com títulos minerários já concedidos pela ANM (fase de requerimento de lavra) e sem solicitação de licenciamento ambiental junto à CETESB, em fase de requerimento ou de desenvolvimento de pesquisa para comprovação de depósitos de recursos minerais junto à ANM, ou em

disponibilidade.

O contexto geológico da região onde se localiza o Parque Estadual Vassununga é representado, predominantemente, por rochas das Formações Piramboia, Botucatu e Serra Geral (Grupo São Bento) e, subordinadamente, por depósitos colúvio-eluvionares e depósitos aluvionares Cenozoicos. Estas formações constituem uma potencialidade mineral de interesse para exploração de areia, argila, cascalho e basalto, insumos básicos da indústria da construção civil, confirmada pela presença de áreas com extração consolidada e com interesse futuro. Os depósitos arenosos, de formação recente, associados aos leitos dos cursos d'água constituem, também, um potencial de interesse para exploração de areia, traduzido por algumas áreas com direitos minerários ao longo do Rio Mogi Guaçu.

Na Zona de Amortecimento do Parque Estadual Vassununga, em sua porção sudeste, incidem duas áreas contíguas à UC com atividade consolidada de extração de cascalho no município de Santa Rita do Passa Quatro (Apêndice 3.5.A), com títulos emitidos pela ANM em nome de Roberto Missiato ME em 30/03/2006 e 26/08/2016, em regime de Licenciamento, além de uma área com atividade consolidada de extração de areia em leito de rio nos municípios de Santa Rita do Passa Quatro e Descalvado, com título minerário emitido pela ANM também em nome de Roberto Missiato ME em 30/05/1989, em regime de Licenciamento. Ambos os empreendimentos apresentam licenciamento ambiental (Licença de Operação - LO) junto a CETESB: o primeiro com LOs emitidas originalmente em 11/05/2006 e em 10/02/2011, renovadas em 30/09/2016 e em 16/08/2017, e o segundo com LO emitida originalmente em 30/06/2015, renovada em 28/05/2018.

Na porção sudoeste da Zona de Amortecimento do Parque Estadual Vassununga, no município de Descalvado, incidem três áreas de implantação de lavra sob responsabilidade da Mineração Torres Ltda. ME, em fase inicial de processo de licenciamento ambiental pela CETESB, sendo duas para aproveitamento de areia e outra para aproveitamento de cascalho. Conforme consulta ao website da CETESB, as solicitações de licença prévia para estas áreas não tiveram continuidade e foram arquivadas em 01/10/2010, 28/05/2013 e em 18/12/2015.

Distribuídas dentro dos limites da Zona de Amortecimento do Parque Estadual Vassununga existem 11 áreas com interesse mineral futuro para lavra de areia, argila e cascalho (Apêndice 3.5.A), com processos minerários da ANM em fase de requerimento de lavra, requerimento e desenvolvimento de pesquisa, ou em disponibilidade. Alguns destes interessados já obtiveram os direitos minerários destas áreas junto à ANM, no entanto, ainda não solicitaram o licenciamento ambiental junto à CETESB.

A baixa densidade de títulos minerários incidentes nos limites da Zona de Amortecimento do Parque Estadual Vassununga, principalmente daqueles com lavra consolidada, e que constituem empreendimentos de mineração de pequeno porte, resultam num quadro de baixo grau de impactos ao meio físico e de conflitos com outros usos da terra.

A análise da atividade de mineração, levando-se em consideração a questão dos direitos minerários adquiridos e sua atuação como vetor de pressão para a UC, deverá ser realizada na fase de prognóstico.

3.6. RECURSOS HÍDRICOS SUBTERRÂNEOS

O método utilizado para recursos hídricos subterrâneos encontra-se no Apêndice 3.6.A.

A unidade de conservação Parque Estadual de Vassununga (PEV) possui um estudo básico para o plano de manejo, elaborado em 2006, com base em aprofundado levantamento bibliográfico, pesquisas de campo e interações com as universidades, sob a coordenação do Instituto Florestal e Fundação Florestal (IF/FF, 2014).

Assim, o presente relatório, elaborado pelo Núcleo de Hidrogeologia do Instituto Geológico, enfoca, principalmente, a descrição dos dados mais recentes relativos ao uso e qualidade da água subterrânea na região do Parque Estadual de Vassununga, com base em novos dados da rede de monitoramento da CETESB e do Cadastro de Outorgas de Poços do DAEE, com o intuito de atualizar e complementar a caracterização do meio físico elaborado por IF/FF (2014), tendo o método descrito no Apêndice 3.6.A.

CARACTERIZAÇÃO DOS AQUÍFEROS

Contexto Regional

O Parque Estadual de Vassununga, dividido em seis glebas, está localizado no município de Santa Rita do Passa Quatro, próximo ao limite com os municípios de Descalvado e Luís Antônio, na sub-bacia do Médio Mogi, na UGRHI 9 - Bacia Hidrográfica do rio Mogi-Guaçu.

Os aquíferos são mananciais importantes na UGRHI 9 uma vez que cerca de 58% dos seus municípios utiliza água subterrânea para suprir, parcial ou totalmente, o sistema público de abastecimento de água nas cidades (CETESB, 2016a).

A região da UGRHI 9 abrange o Embasamento Cristalino, parte da Bacia Sedimentar do Paraná, onde ocorrem os Sistemas Aquíferos Cristalino, Tubarão, Guarani, Serra Geral e estende-se até o Sistema Aquífero Bauru (DAEE/IG/IPT/CPRM, 2005). Na sub-bacia do Médio Mogi, onde se localiza a UC, predomina o afloramento do Sistema Aquífero Guarani, (SAG), sedimentar (do Triássico-Jurássico), parcialmente confinado pelo Aquífero Serra Geral, fraturado (rochas vulcânicas do Cretáceo Inferior) (Soares et al., 1973).

O Sistema Aquífero Guarani (SAG) é um aquífero granular, muito permeável, constituído por arenitos finos a médios, com matriz siltico-argilosa na base, com espessuras que variam entre 200 e 250 metros (DAEE/IG/IPT/CPRM, 2005). De acordo com Massoli (1981) a espessura da Formação Pirambóia na direção da serra de São Simão chega a 130 m enquanto da Formação Botucatu é aproximadamente 80 m na região do município de Santa Rita do Passa Quatro.

O Aquífero Serra Geral é constituído por rochas intrusivas básicas e basaltos, sendo do tipo cristalino e fraturado, onde as fraturas horizontais são, em geral, muito mais permeáveis que as verticais (Fernandes et al. 2011, 2016a).

Em Santa Rita do Passa Quatro, Massoli (1981) observou derrames basálticos com espessura média de 80 metros. Este autor também registrou a ocorrência da Formação Corumbataí (Permiano), que compõe o Aquicludo Passa Dois, na porção sudeste do município, além de mapear sedimentos arenosos terciários capeando o SAG, que denominou de Formação Santa Rita.

Aquíferos e potencialidade hídrica

Conforme observado e detalhadamente descrito nos Encartes 2 e 3 de IF/FF (2014), as glebas que compõem o Parque Estadual de Vassununga e sua zona de abrangência localizam-se na área de recarga do Sistema Aquífero Guarani (SAG). Apenas em parte da área, o SAG encontra-se recoberto pelo Aquífero Serra Geral (Apêndice 3.6.B).

De acordo com Oliva *et al* (2006), os sedimentos da Formação Santa Rita na gleba Pé-de-Gigante, observados também por IF/FF (2014), apresentam pequena espessura e geralmente não estão saturados de água e, por essa razão, não constituem uma unidade aquífera. Porém, na área urbana de Santa Rita do Passa Quatro, e também na zona de abrangência da UC, há poços explotando essa formação, além de outros explotando o Sistema Aquífero Guarani e o Aquífero Serra Geral, de acordo com os dados levantados no Cadastro de Outorgas do DAEE (DAEE, 2019a) (Apêndice 3.6.B).

Neste estudo realizado na gleba Pé-de-Gigante, Oliva et al. (2006) observou também que na área de ocorrência do SAG livre, o nível da água pode superar 70 metros de profundidade nas porções de cotas topográficas mais elevadas com a superfície potenciométrica acompanhando a morfologia do terreno e o fluxo subterrâneo local seguindo para os cursos d'água. Bruno (2009) monitorou o SAG na gleba Pé-de-Gigante e em área de cultivo de eucalipto durante o período de 2006 a 2008 e observou profundidades do nível da água entre 28 a 90 metros.

Estudos em outros locais do SAG não confinado indicam que a recarga é bastante significativa na sua área de afloramento. Wendland et al. (2015) encontraram valores de recarga variando entre 14% e 38% da precipitação. Porém, na porção confinada, estudos regionais mostram que é muito baixa a praticamente nula (Hirata et al., 2011; AR/BR/PY/UY, 2009).

DAEE/IG/IPT/CPRM (2005) definiram a vazão potencial dos aquíferos sedimentares como “aquela que pode ser extraída

de forma sustentável por longos períodos e com rebaixamentos moderados da espessura saturada”. Na região avaliada, o Sistema Aquífero Guarani, mesmo tendo comportamento livre, apresenta alta potencialidade de extração de água subterrânea com vazão potencial por poço entre 40 e 120 m³/h.

Reserva explotável e vazão outorgada de água subterrânea

De acordo com o Relatório de Situação da UGRHI 9, ano base 2017, a reserva explotável de água subterrânea, calculada pela diferença entre o Q_{95%} e o Q_{7,10}, é de 24 m³/s. Apesar da relação entre a vazão outorgada subterrânea e a reserva explotável ter aumentado de 12,3% para 19,7% entre 2013 e 2017, a situação do balanço hídrico ainda é considerada boa (Apêndice 3.6.C), com uma disponibilidade per capita de água subterrânea de 492,16 m³/hab.ano (CBH-Mogi, 2018).

Em 2017, a vazão outorgada de água subterrânea na UGRHI 9 somava um total de 4,72 m³/s com um aumento significativo em relação ao ano anterior (Apêndice 3.6.C). Os municípios com maiores valores outorgados eram Sertãozinho (0,851 m³/s), Descalvado (0,497 m³/s) e Luís Antônio (0,424 m³/s), enquanto que em Santa Rita do Passa Quatro a vazão outorgada de água subterrânea somava apenas 0,012 m³/s em 2017 (CBH-Mogi, 2018), com os poços predominantemente concentrados na área urbana.

De acordo com os dados obtidos no site do DAEE (DAEE, 2019a), há poucos poços na zona de amortecimento da UC, com vazões outorgadas predominantemente abaixo de 10 m³/h, sendo que nenhum deles encontra-se dentro das glebas da UC (Apêndice 3.6.D).

Nas glebas Praxedes e Pé-de-Gigante os poços estão a cerca de 1 km ou mais de distância e apenas um deles, com uso autorizado para irrigação, apresenta vazão outorgada de 25 m³/h. Os demais poços são destinados para uso sanitário (Apêndice 3.6.D).

À sudeste da zona de abrangência da UC, a mais de 5 km da gleba Capetinga Leste, há um poço destinado ao abastecimento público, com vazão outorgada de 14,2 m³/h (DAEE, 2019a) que, segundo SSRH-CSAN (2014a), pertence à prefeitura para abastecer o bairro de Albinópolis. Na área urbana de Santa Rita do Passa Quatro, o cadastro do DAEE também indica a existência de um poço para abastecimento público, com vazão outorgada de 7 m³/h. Esses poços possuem baixa vazão outorgada e estão distantes da zona de abrangência, não interferindo nos aquíferos na UC.

Próximo ao limite sul da gleba Maravilha, há dois poços de uma mesma propriedade no município de Descalvado, que não ameaçam o aquífero na UC, uma vez que a vazão outorgada é pequena, apenas 1 m³/h por poço para uso sanitário, e localizam-se na margem oposta do rio Mogi-Guaçu.

Ainda no município de Descalvado, a sudoeste da zona de amortecimento, há uma bateria de poços com vazão outorgada acima de 100 m³/h/poço para uso na irrigação, explotando tanto o SAG como o Aquífero Serra Geral (Apêndice 3.6.D). Como estão localizados a jusante em vertente oposta do rio Mogi-Guaçu, a mais de 3 km da gleba Maravilha, provavelmente não há impacto na UC. Contudo recomenda-se que não haja esse tipo de adensamento de poços, com vazões superiores a 100 m³/h/poço a distâncias inferiores a 1 km do limite das glebas da UC.

Nas áreas urbanas de Luiz Antônio e Descalvado há poços destinados ao abastecimento público que explotam o Sistema Aquífero Guarani, mas se encontram a mais de 5 km do limite da zona de abrangência (Apêndice 3.6.D), não interferindo nas glebas que compõem a UC.

Qualidade

A CETESB monitora a qualidade natural da água do Sistema Aquífero Guarani em poços de abastecimento de São Simão (GU0134P) e Luís Antônio (GU0063P), e em poço de monitoramento no município de Santa Rita do Passa Quatro (GU5019Z), localizados fora da zona de abrangência da UC. Há também um poço em Porto Ferreira, mas instalado no Aquiclude Passa Dois (PD0269P) (Apêndice 3.6.E).

No período de 2013 a 2017, o ponto de monitoramento em São Simão (GU0134P) apresentou desconformidades em relação aos parâmetros Alumínio e Manganês e em Luís Antônio (GU0063P), a desconformidade foi do parâmetro Coliformes Totais (CETESB, 2016a e 2018a).

Devido às desconformidades observadas, o Indicador de Potabilidade das Águas Subterrâneas (IPAS) que se mantinha na classe Boa para a UGRHI 4, a partir de 2016 passou a indicar qualidade Regular da água subterrânea mas na UGRHI 9, onde se insere a UC, o IPAS continua na classe Boa (CETESB, 2016a e 2018a).

O poço de monitoramento GU5019Z, mais raso, localizado a cerca de 2km a nordeste da zona de abrangência da UC, não apresentou desconformidades no período de 2013 a 2015 (CETESB, 2016a).

Na Estação Experimental de Bento Quirino, em São Simão, há um poço de monitoramento da RIMAS (Rede Integrada de Monitoramento das Águas Subterrâneas), operado pela CPRM (Apêndice 3.6.E). Com 46 metros de profundidade, no poço MNT/SP/SS01 são monitoradas a profundidade do nível d'água e a qualidade da água na porção livre do SAG. A análise química de 15/05/2018 não mostrou qualquer desconformidade dos parâmetros analisados (CPRM, 2019) (Apêndice 3.6.F).

O Apêndice 3.6.F mostra o resultado de alguns parâmetros analisados desses poços da Rede de Monitoramento de Qualidade da Água Subterrânea da CETESB e da RIMAS da CPRM.

De acordo com o Cadastro de Áreas Contaminadas (CETESB, 2018b) não há área contaminada na UC ou em sua zona de abrangência. As áreas contaminadas mais próximas estão em Descalvado, Luís Antonio, São Simão e Porto Ferreira, a mais de 12 km da zona de abrangência da UC. As áreas estão associadas principalmente às atividades de postos de serviço (combustíveis) e indústrias e estão em processo de remediação, monitoramento para encerramento ou reabilitadas para o uso declarado (Apêndice 3.6.E).

Contudo, vale ressaltar que a porção aflorante do Sistema Aquífero Guarani recebe recarga direta da precipitação e apresenta alta vulnerabilidade natural à contaminação da água subterrânea.

PRESSÃO SOBRE AS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

As pressões que se impõem sobre a atual condição ambiental dos aquíferos na região da UC estão associadas às atividades antrópicas e a eventos climáticos extremos, que podem afetar a qualidade e a quantidade de água subterrânea.

Eventos climáticos extremos

Eventos climáticos de estiagem prolongada como o observado em 2012/2015 afetam a recarga, rebaixando o nível potenciométrico do aquífero.

Para avaliar o impacto da variação pluviométrica na superfície potenciométrica do Sistema Aquífero Guarani, foram levantados poços de monitoramento de nível da água nas redes de monitoramento operadas pelo DAEE e CPRM.

O DAEE opera a Rede Piezométrica, de medição do nível da água, que faz parte da Rede de Monitoramento Integrada de Qualidade e Quantidade das Águas Subterrâneas. Em Santa Rita do Passa Quatro, o DAEE possui 5 poços de monitoramento de nível d'água (Apêndice 3.6.G) contudo os dados monitorados não estão disponíveis para livre consulta na internet e não foram avaliados neste diagnóstico.

Na rede RIMAS, operada pela CPRM, há um poço de monitoramento (poço MNT/SP/SS01) no município de São Simão, com 46 metros de profundidade. Os dados de monitoramento mostram a variação sazonal do nível da água da porção aflorante do Sistema Guarani (Apêndice 3.6.H e Apêndice 3.6.I). O impacto da menor pluviosidade nos anos de 2013 a 2015 (Apêndice 3.6.J) rebaixou o nível da água em cerca de 3,5 metros. Apesar de uma recuperação em 2016, o nível da água continuou a cair, de forma geral, o que afeta diretamente a contribuição do aquífero como escoamento básico para os rios.

Bruno (2009) monitorou os níveis da água do SAG em poços com profundidade variando entre 81 a 102 metros e observou também que, durante o período de 2006 a 2008, os níveis de água tiveram um rebaixamento geral, tanto nos poços localizados na área de cerrado e como naqueles localizados na área de cultivo de eucalipto. Apenas no poço com nível d'água mais raso (27 metros de profundidade) foi observada a influência da recarga direta relacionada à precipitação. Nos demais poços, com nível d'água mais profundo (entre 41 e 90 m de profundidade), essa influência não

foi observada (Bruno, 2009) (Apêndice 3.6.K).

Potencial de contaminação

Como observado por IF/FF (2014) a Rodovia Anhanguera representa uma ameaça aos recursos hídricos, pois eventuais acidentes com transporte de cargas perigosas podem causar a contaminação do solo e da água subterrânea. Cabe lembrar que o Sistema Aquífero Guarani na região é aflorante, o que o torna naturalmente mais vulnerável à contaminação.

Áreas rurais e de agricultura intensiva

A UC está inserida na zona rural e a área de afloramento do SAG, devido a sua constituição litológica, apresenta solos com maior suscetibilidade a processos erosivos. O controle e a recuperação de áreas degradadas, o manejo adequado do solo e do pastejo, a preservação das APPs e o plantio respeitando as curvas de nível do terreno preservam o processo de recarga natural e as condições de armazenamento de água do aquífero.

A aplicação indiscriminada e a disposição inadequada das embalagens de agroquímicos na atividade agrícola podem contaminar o aquífero, através da infiltração de nutrientes (nitrito e sais) e agrotóxicos no subsolo.

Nas áreas de agricultura intensiva de cana-de-açúcar, como observado por IF/FF (2014), o descarte de vinhaça ou água residuária em lagoas de decantação sem controle causam uma pressão sobre a qualidade da água subterrânea na zona de abrangência.

O saneamento na área rural também deve ser adequado para minimizar o perigo de contaminação do aquífero por esgoto doméstico. O uso de fossas sépticas ou biodigestores construídos de acordo com as normas ou orientações técnicas evitam a infiltração de contaminantes no solo ou o despejo na rede hidrográfica.

Conclusões

O Sistema Aquífero Guarani (SAG) na UGRHI 9 tem papel importante para o desenvolvimento dos municípios, sendo explorado para diferentes usos, inclusive para abastecimento público nos municípios de Luís Antônio e Descalvado.

A qualidade da água subterrânea apresenta regionalmente boa qualidade e tem se mantido nos últimos anos, como mostram os poços monitorados pela CETESB em Santa Rita do Passa Quatro e em Luís Antônio.

A proteção da água subterrânea na UC deve se pautar em controle das atividades antrópicas existentes de forma a minimizar o perigo de contaminação, sendo que as principais pressões observadas no entorno imediato da UC são as atividades ligadas à agricultura como aplicação de agroquímicos e presença de lagoas de acumulação de vinhaça e água residuária, e ao risco de acidentes com produtos perigosos na rodovia Anhanguera.

Na zona de amortecimento há poucos poços em funcionamento, com vazões outorgadas geralmente inferiores a 10 m³/h, nenhum deles dentro das glebas da UC. Alguns poços com vazões outorgadas superiores (> 10 m³/h a 25 m³/h), mas com distâncias superiores a 1 km em relação ao limite das glebas, também não ocasionariam impacto às UCs em termos de alteração na quantidade de águas subterrâneas e interferências nos níveis d'água.

Constatou-se, entretanto, a existência de uma bateria de poços com vazão outorgada acima de 100 m³/h/poço para uso na irrigação, explorando tanto o SAG como o Aquífero Serra Geral, em Descalvado, a sudoeste da zona de amortecimento. Recomenda-se a não adoção desse tipo de configuração de adensamento de poços, com vazões superiores a 100 m³/h/poço, e a distâncias inferiores a 1 km do limite das glebas da UC.

As captações de água subterrânea realizada por poços profundos devem ser devidamente autorizadas e outorgadas pelo DAEE para garantir a exploração sustentável do recurso hídrico subterrâneo.

3.7. RECURSOS HÍDRICOS SUPERFICIAIS

As águas superficiais do PEV e de seu entorno apresentaram grande amplitude de valores das características físicas,

químicas e microbiológicas, Para melhor contextualização, os resultados são discutidos para cada gleba.

Pé-de-Gigante

As águas da gleba Pé-de-Gigante (ponto 1) (Apêndice 3.7.A) são oriundas de nascentes existentes no interior da própria área e apresentaram-se com as melhores condições de qualidade entre todas as analisadas, mostrando reduzidos valores de turbidez, sólidos suspensos totais, sólidos dissolvidos totais, cor real, DQO, DBO, cloreto, fósforo total, nitrogênio amoniacal e nitrato. As concentrações de oxigênio dissolvido são adequadas às condições de manutenção da vida aquática, variando entre 5,5 mg/L a 7,9 mg/L. A condutividade elétrica oscilou numa faixa restrita de valores, de 3,7 $\mu\text{S}\cdot\text{cm}^{-1}$ a 6,5 $\mu\text{S}\cdot\text{cm}^{-1}$, estando esse fato relacionado às características dos solos que predominam na gleba, isto é, solos arenosos com baixa reserva de minerais. Essas características parecem também refletir nos valores de pH, os quais não são superiores a 6,4. Quanto às variáveis microbiológicas, os níveis de coliformes fecais mostraram-se baixos, não excedendo a 49 NMP/100 mL. Já os valores de coliformes totais são os mais elevados de todas as águas amostradas e devem estar sendo influenciados pelo solo e pela vegetação da área, não estando relacionados a qualquer tipo de poluição sanitária.

Praxedes

Sete pontos dos cursos d'água da gleba Praxedes e de seu entorno imediato foram selecionados para proceder às análises de qualidade da água. Dois deles, pontos 4 e 5 (Apêndice 3.7.A), estão localizados a montante da UC.

No geral, os resultados mostraram-se satisfatórios. Os índices de condutividade elétrica concentraram-se numa faixa de 26,5 $\mu\text{S}\cdot\text{cm}^{-1}$ a 65,3 $\mu\text{S}\cdot\text{cm}^{-1}$, considerados adequados para águas superficiais naturais. O pH oscilou de levemente ácido, com valor mínimo de 5,84, a básico, com 7,37. Os níveis dos sólidos dissolvidos, sólidos em suspensão, DQO, DBO e as concentrações de nitrogênio e fósforo foram poucos expressivos, com exceção da última espécie química no ponto 6, que alcançou concentração de 0,1 mg/L. Seria interessante realizar novo monitoramento nesse local para verificar se essa tendência é mantida e, em caso afirmativo, estudar as causas para tal. Os coliformes fecais oscilaram numa faixa de 2 NMP/100 mL a 330 NMP/100 mL. O maior índice foi encontrado na junção de todas as águas que drenam a gleba Praxedes (ponto 6). Os coliformes totais, por sua vez, ocuparam uma ampla faixa, de 130 NMP/100 mL até 4.900 NMP/100 mL.

Chama atenção alguns resultados verificados no córrego Rico, a montante da gleba (ponto 4) (Apêndice 3.7.A). A turbidez de 35 NTU, embora não seja um valor necessariamente elevado, pode ser decorrente do avançado estágio de degradação do solo da microbacia de drenagem, que é ocupada pela cultura de cana-de-açúcar, onde há estradas de terra junto à zona ripária, e na qual se destaca a total ausência de matas ciliares. Esses fatores notoriamente contribuem para a erosão do solo e, conseqüentemente, para a sedimentação da água. Observou-se também o maior valor de cor real, isto é, 200 mg/L Pt. Nas demais amostras, o valor não excedeu 52 mg/L Pt. O problema de coloração da água é meramente estético. Foram detectadas ainda concentrações de oxigênio dissolvido de apenas 1,8 mg/L e 3,1 mg/L. Esses resultados podem ser decorrentes, entre outros fatores, das pequenas vazão e turbulência da água nesse local. Porém, não deixam de ser preocupantes, uma vez que as concentrações são muito baixas, incompatíveis com as condições de preservação do equilíbrio natural das comunidades aquáticas. Seria interessante realizar nesse local um monitoramento mais intenso para verificar se as tendências para essas características se confirmam e, em caso afirmativo, diagnosticar as reais causas.

Capetingas Leste e Oeste

Outros sete pontos da rede de drenagem do PEV foram amostrados nas glebas Capetinga Leste e Capetinga Oeste: três deles no Córrego da Gruta, antes de adentrar a Unidade (pontos 13, 14 e 15) (Apêndice 3.7.A), um no rio Bebedouro (ponto 17) (Apêndice 3.7.A) e os demais no interior da Unidade (16, 18 e 19) (Apêndice 3.7.A). As amplitudes de variação da condutividade elétrica e do pH foram muito próximas às registradas na gleba Praxedes, com valores entre 15,0 $\mu\text{S}\cdot\text{cm}^{-1}$ e 84,7 $\mu\text{S}\cdot\text{cm}^{-1}$ e 5,85 a 7,42, respectivamente. Não houve grandes diferenças entre os níveis de sólidos em suspensão, sólidos dissolvidos, cor real, DQO, DBO, cloreto, fósforo total e nitrogênio para as amostras coletadas a montante da

gleba, no seu interior e no rio Bebedouro.

Os maiores níveis de turbidez foram determinados nos pontos 13 e 19 (Apêndice 3.7.A), isto é, 179 FTU e 47 FTU, respectivamente. Esses resultados deveram-se, principalmente, à presença de material orgânico nos corpos d'água, que de certa forma "mascararam" os resultados, pois quando da realização das coletas, com a imersão dos frascos, esse material que se encontrava aderido na vegetação aquática se desprendia desta, "contaminando" a amostra. Em ambos os locais, o fluxo de água é bastante lento, sendo esta a causa provável dos baixos níveis de oxigenação verificados: 3,7 mg/L e 2,1 mg/L, respectivamente.

Merece destaque o elevado valor de coliformes fecais encontrado na amostra de água do rio Bebedouro, durante coleta realizada no período úmido, isto é, 1.300 NMP/100 mL. Este supera em 300 NMP/100 mL o limite para cursos d'água de classe 2 da Resolução CONAMA nº 357 de 2005. Drenando uma microbacia da ordem de 38.000 ha, o córrego deve receber em seu percurso considerável carga de dejetos animais oriundos de propriedades agrícolas estabelecidas ao longo de seu canal e também de seus contribuintes. Pequenos assentamentos humanos desprovidos de adequado sistema de tratamento de esgoto doméstico podem também estar colaborando para a contaminação fecal da água. A presença das bactérias coliformes termotolerantes torna o curso d'água impróprio para a recreação de contato primário, entre outros usos. Uma eventual utilização da água para consumo humano da UC deve ser obrigatoriamente vetada.

Capão da Várzea

Apenas um pequeno curso d'água drena essa gleba. Dois pontos foram amostrados somente no período seco: um nas proximidades de sua nascente (ponto 20) (Apêndice 3.7.A) e o outro já no limite da área (ponto 21). A condutividade elétrica da água mostrou-se reduzida, da ordem de 7 $\mu\text{S}\cdot\text{cm}^{-1}$, e, portanto, levemente superior à verificada na gleba Pé-de-Gigante. O pH, ácido, não superou o valor de 5,62. Ambas as características devem ser influenciadas pelo solo arenoso da área. As concentrações de oxigênio variaram de 4,8 mg/L a 6,7 mg/L, com o menor valor medido nas proximidades das nascentes, em local onde a água flui vagarosamente.

Maravilha

A gleba Maravilha não apresenta curso d'água em seu interior, porém, o rio Mogi Guaçu faz limite com a área. Um único ponto de amostragem de qualidade da água foi selecionado (ponto 12) (Apêndice 3.7.A), a montante da gleba. A condutividade elétrica oscilou entre 77,3 $\mu\text{S}\cdot\text{cm}^{-1}$ e 94,9 $\mu\text{S}\cdot\text{cm}^{-1}$, sendo o maior valor próximo ao limite de 100 $\mu\text{S}\cdot\text{cm}^{-1}$, citado pela CETESB (2004) como indicativo de ambiente impactado. A turbidez de 58 FTU, se não é excessivamente elevada, já indica a presença considerável de materiais em suspensão na água, resultado das atividades que ocorrem a montante do rio, como agricultura intensiva, aglomerados urbanos, mineração, entre outras. Os níveis de oxigenação da água foram bons, com as concentrações de oxigênio dissolvido superiores a 6,3 mg/L.

4. MEIO ANTRÓPICO

4.1. HISTÓRIA E PATRIMÔNIO

HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A ocupação da região nordeste do estado de São Paulo remonta ao século XVIII, com a divulgação da descoberta de ouro em Goiás (posteriormente às descobertas em Minas Gerais) e o traçado do chamado Caminho de Goiás (ou dos Goiáses), situado a leste da atual Via Anhanguera. Nesse período, também foram concedidas as primeiras sesmarias e o houve o estabelecimento dos chamados pousos, que serviam ao abastecimento dos viajantes que transitavam de São Paulo e Vale do Paraíba para as minas de Goiás e Cuiabá (BRIOSCHI, 2002). A economia da região estava voltada para itens de primeira necessidade para o consumo próprio e para o abastecimento dos viajantes, e a evolução demográfica foi pouco expressiva nesse período (CUNHA, 2008).

Com a exaustão das reservas de ouro em Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais no final do século XVIII e início do XIX,

ondas migratórias rumaram em direção às terras do nordeste e noroeste paulistas, dedicando-se principalmente à agricultura (lavoura de cereais, sobretudo de milho) e à criação de gado (ZANCANARI, 2017; IF/FF, 2014). Em meados do século XIX, o café começou a avançar para a região, especialmente nas terras altas e com matas. As áreas densamente florestadas eram indicativas de terras férteis, enquanto as áreas de Cerrado eram consideradas terrenos de segunda e terceira categorias para a agricultura. Assim, as matas da região sofreram grande impacto com o avanço da cultura do café. A introdução da ferrovia em território paulista, na segunda metade do século XIX, contribuiu para a expansão cafeeira na região (IF/FF, 2014).

Em escala regional, a introdução e a expansão da lavoura cafeeira no nordeste do estado de São Paulo conduziram a uma reorganização da rede fundiária. Como característica marcante dessa mudança, a terra passou por um processo de concentração na formação de novas propriedades rurais. Outra mudança desse nível somente foi vista após 1930, sobretudo devido à crise de 1929, que provocou a falência de inúmeros cafeicultores, o que resultou na venda e fracionamento de muitas propriedades e sua posterior reorganização sob a agroindústria canaveira nas décadas de 1960 e 1970 (IF/FF, 2014).

O município de Santa Rita do Passa Quatro, onde o PE de Vassununga está localizado, foi fundado em 1860 por Inácio Ribeiro do Valle e seu filho Francisco Deoclesiano Ribeiro, em terras do Distrito de São Simão, doadas por Dona Rita de Cássia Vilela para a construção de uma capela em homenagem à Santa Rita de Cássia. Com o avanço da cultura cafeeira em meados do século XIX, o município passou a despontar como um dos mais cobiçados devido à sua altitude e à existência de grandes áreas densamente florestadas. No final do século XIX, por intermédio de alguns proprietários locais, foi criada a Companhia Ramal Férreo Santa Rita, aberta ao tráfego em 1890 e incorporada à Cia. Paulista de Estradas de Ferro em 1891. Esse ramal ligava Santa Rita ao município de Porto Ferreira (IF/FF, 2014).

No fim do século XIX e início do XX, a paisagem foi fortemente modificada em decorrência da cultura cafeeira, com a criação de muitas fazendas – o que fez com que Santa Rita despontasse no ano de 1905 como a 10ª produção do estado. O município também sofreu influência da migração dos italianos para as fazendas de café, organizando uma nova forma de estrutura social com reflexos diretos na sociedade. Essa tradição é comemorada atualmente pelo Festival Tradições Italianas, realizado todos os anos na cidade (IF/FF, 2014).

Com a crise de 1929, ocorreu uma maior diversificação agrícola e a cana-de-açúcar passou a assumir posição de destaque na economia estadual. O estabelecimento da agroindústria canaveira ocorreu na segunda metade do século XX, mais precisamente a partir da década de 1970. Nesse processo de diversificação da produção agrícola no estado de São Paulo, também ganharam força, principalmente na região nordeste, a citricultura e a silvicultura de eucalipto, o que acarretou grande ocupação de áreas de Cerrado existentes na região. Entre os municípios de Santa Rita do Passa Quatro, Luiz Antônio e São Simão, a silvicultura de eucalipto e o cultivo de cana e de laranja avançaram muito, restando poucos fragmentos da grande extensão de Cerrado outrora existente entre esses municípios (IF/FF, 2014).

Diante desse cenário de degradação ambiental e de fragmentação da vegetação nativa da região, o PE de Vassununga desponta como prioritário para conservação por abrigar porções representativas de Floresta Estacional Semidecidual e de Cerrado e nascentes de cursos d'água em seu interior. A fragmentação da vegetação implica em alto grau de isolamento das populações dos remanescentes, o que leva à perda de variabilidade genética e à baixa taxa de migração, aumentando o risco de extinção das espécies.

PATRIMÔNIO MATERIAL

No que tange aos patrimônios materiais dos municípios onde se localiza a UC, foram feitas consultas aos catálogos do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT, 2019a) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2019a).

No município de Santa Rita do Passa Quatro, há dois bens tombados no âmbito estadual: a EMEF Francisco Ribeiro (categoria Educação e Pesquisa) e a Estação Ferroviária de Santa Rita do Passa Quatro (categoria Ferroviário). No município de Descalvado, também há dois bens tombados no âmbito estadual: a EMEF Cel. Tobias (categoria Educação e

Pesquisa) e a Estação Ferroviária de Descalvado (categoria Ferroviário). Nenhum desses bens incide sobre a área de estudo do Parque.

PATRIMÔNIO IMATERIAL

Em consultas realizadas aos catálogos do portal Patrimônio Imaterial do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT, 2019b) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2019b), não foram identificados patrimônios imateriais registrados ou inventariados para os municípios de Santa Rita do Passa Quatro e Descalvado.

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

Em consultas realizadas no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2019c) e no catálogo de bens protegidos do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT, 2019a), foram cadastrados sítios arqueológicos apenas em Santa Rita do Passa Quatro (no âmbito federal): sítio Usina Santa Rita S/A (sítio lito-cerâmico a céu aberto) e sítio Fazenda do Brejão (sítio histórico com estruturas construtivas da sede antiga da Fazenda do Brejão). A Usina Santa Rita localiza-se na área de estudo, enquanto a Fazenda do Brejão está distante da área de estudo.

4.2. OCUPAÇÃO HUMANA E POPULAÇÕES RESIDENTES

DESCRIÇÃO DA OCUPAÇÃO

Em um rápida passagem pela história dos municípios da região, são muitos os apontamentos da presença indígena no passado. Expulsos ou dizimados pelo avanço da expansão portuguesa sobre o território, sua presença permanece em alguns nomes, como “Pirassununga”, “Mogi Guaçu”, “Jequitibá” ou mesmo “Vassununga”. Particularmente em áreas do atual município de Santa Rita, foram constatadas presenças indígenas em regiões próximas ao rio Mogi Guaçu, como na atual propriedade de Maurício Correa Dias, possuindo na sede de sua fazenda grande número de artefatos indígenas recolhidos em sua propriedade durante a década de 1980. Segundo Dias (2006), é possível identificar, ao menos, quatro gerações de autóctones que teriam habitado a região. A base de argumentação do autor são quatro fragmentos de cerâmica distintos encontrados na área, pois não poderiam coexistir quatro técnicas diferentes de trabalhar a cerâmica numa mesma geração. Entretanto, a existência dessas primeiras organizações sociais na área do atual município de Santa Rita carece de estudos para a sua datação e identificação, embora as pesquisas, de modo geral, confirmem as já mencionadas presenças indígenas em outras áreas da bacia do rio Mogi Guaçu, como as áreas próximas aos atuais municípios de Pirassununga e São Simão (Godoy, 1974; Oliveira, 1975).

Em fins do século XVIII e início do XIX, a região nordeste do atual estado de São Paulo recebeu inúmeros migrantes mineiros vindos de regiões auríferas decadentes que tomaram posse de grandes quantidades de terras (Camargo, 2004). Mais do que uma expansão demográfica, ocorreu uma expansão de base geográfica de um modo econômico peculiar que tomou força ao sul da província mineira com a decadência da mineração (Lages, 1996). Segundo Bacellar e Brioschi (1999), “as décadas de 1720 e 1730 e o início do século XIX foram os dois períodos em que se concentraram os atos de concessão de sesmarias no Sertão do Rio Pardo”. No primeiro período destacado, devido à descoberta de ouro em Goiás, muitos paulistas rumaram para a região, visando a instalação de “pousos” ao longo do Caminho destinado a prover as necessidades dos que viajavam para as minas, estabelecendo uma agropecuária local e firmando determinados núcleos que posteriormente alcançaram foros de Vilas. O segundo período referido pelos autores é marcado pela retração da produtividade das minas na região das Gerais e mesmo no planalto central. Esses dois momentos mostraram-se decisivos para a formação dos núcleos de povoamento na região oeste do Caminho, entre os rios Pardo e Mogi Guaçu. Segundo Beluz, a fundação de Santa Rita do Passa Quatro, em terras pertencentes à Vila de São Simão, ocorreu em 1860, por Inácio Ribeiro do Valle e seu filho Francisco Deocleciano Ribeiro, migrantes mineiros de Pouso Alegre fixados na região

desde 1840. Originalmente, deveria se localizar na área próxima às entradas das atuais fazendas Aurora e São José. No entanto, erguera-se onde se encontra hoje dada a justificativa de que o povoado precisava localizar-se entre dois cursos d'água, sendo esse local doado para o "Patrimônio de Santa Rita de Cássia" para a construção da igreja local. Por volta da década de 1870, sua economia baseava-se na lavoura de cereais, sobretudo do milho, e na criação de gado. Com o avanço do café para a região, a partir de meados do século XIX, o município de Santa Rita do Passa Quatro despontou como um dos mais cobiçados devido à altitude (cerca de 800 m) e à existência de grandes áreas de florestas nativas, como aparece no relato de um viajante que passou pela cidade em 1899:

"havia trabalho e labuta diária, e os velhos jequitibás, sentinelas avançadas das matas virgens daquela era, caíam aos golpes de machado, para cederem terreno à preciosa rubiácea, que tanta sedução oferecia aos olhos cobiçosos de forasteiros vindos de longínquas plagas" (Beluz, 1993b).

Enquanto os mineiros ocupavam campos e margens dos rios devido ao caráter de sua economia de subsistência, os paulistas, desde o início do século XIX, vinham preferindo ocupar terras mais altas para o plantio do café, a fim de evitarem geadas. Nesse processo de ocupação, davam prioridade às terras "férteis", identificadas na época segundo a exuberância das matas nelas encontradas, podendo-se arguir que as matas da região sofreram seu maior impacto efetivamente com o avanço das fazendas de café e, por conseguinte, com a estrada de ferro. Numa rápida passagem pela história do município, encontram-se inúmeros relatos de fazendeiros comprando terras "cobertas pela mata, repleta de Jequitibás", empreendendo a derrubada para plantar o café. A chegada do café, conduzindo à procura por terras altas e férteis (de matas virgens), provocou grande valorização em glebas ainda inexploradas. O café promoveu, necessariamente, maior exploração das terras roxas, as terras de matas (Bacellar, 1999a). Em um período de preferências por áreas densamente florestadas, sinal de fertilidade do solo, as áreas de Cerrado figuravam como terrenos de segunda ou terceira categoria para a agricultura. Tal preferência perdurou até meados dos anos de 1960.

A introdução da ferrovia na província Paulista a partir da segunda metade do século XIX contribuiu para o sucesso da expansão cafeeira na região. As duas principais linhas de acesso à região foram a Estrada de Ferro Mogiana e a Companhia Paulista de Vias Férreas. O Município de Santa Rita encontrava-se em meio às áreas de influência das duas companhias, mas não possuía uma linha férrea para escoar sua produção cafeeira. No final do século XIX, por intermédio de alguns proprietários locais, foi criada a Companhia Ramal Férreo Santa Rita, sendo incorporada à Cia. Paulista de estradas de ferro em 1891. Esse ramal ligava Santa Rita ao município de Porto Ferreira. Em escala regional, a introdução e a expansão da lavoura cafeeira no nordeste do estado de São Paulo conduziram a uma reorganização da rede fundiária, até então voltada para o abastecimento interno. Como característica marcante dessa mudança, a terra passou por um processo de concentração na formação de novas propriedades rurais. Outra mudança desse nível somente foi vista após 1930, sobretudo devido à crise do ano anterior, que provocou a falência de inúmeros cafeicultores, o que resultou na venda e no fracionamento de muitas propriedades e sua posterior reorganização sob a agroindústria canvieira nas décadas de 1960 e 1970. Logo, Santa Rita do Passa Quatro e a região como um todo passaram por um processo de reordenamento fundiário, com implicações diretas nos modos de vida da maioria da população, devido, entre outros fatores, à abertura de sua economia, à chegada da estrada de ferro e à chamada "migração de elite", na qual proprietários de terras em outras áreas ou províncias dirigiram-se para a região atraídos pelas propagandas de alguns já estabelecidos. Os fluminenses foram os primeiros a chegar em meados da década de 1880, ocupando terras em torno de São Simão (Bacelar, 1999b) e propiciando o fortalecimento de uma elite proprietária de terras que traçou os caminhos das políticas locais. Em Santa Rita, já no ano de 1876 registra-se a abertura de uma grande fazenda, chamada "Paulicéia", com cerca de 7.260 hectares e de propriedade de Francisco Leite Ribeiro Guimarães, que no ano seguinte iniciou a plantação dos cafezais sobre áreas, até então, de floresta nativa. Contíguo às áreas dessa fazenda, o Conselheiro Lucas Augusto Monteiro de Barros, advindo da capital da província paulista, adquiriu grande gleba de terra coberta por densas matas e iniciou a abertura da fazenda Córrego Rico, com cerca de 12.100 ha, para o plantio de café.

De fins do século XIX até o primeiro quartel do século XX, a paisagem foi profundamente modificada por conta da criação de um grande número de fazendas, devido, sobretudo, ao apogeu da cultura cafeeira. Em 1886, o município possuía 38 fazendas produtoras de café; em 1903, contava com 145 propriedades; em 1905, alcança a 10ª produção do estado de São Paulo. As "sociedades" de então, fragmentadas em diversos núcleos rurais, começaram a se estruturar somente a

partir do avanço da frente cafeeira, que trouxe para a região maior número de pessoas (fazendeiros, escravos e imigrantes) e capital para investimentos, com a chegada das linhas férreas. Esse conjunto de fatores contribuiu para a formação e permanência de muitos traços estruturais e culturais característicos do município e da região. Traço característico foi a influência da migração de italianos para as fazendas de café, estruturando toda uma nova forma de organização social a partir das colônias com reflexos diretos nos modos alimentares, por exemplo. Essa tradição é hoje comemorada pelo Festival de Tradições Italianas, realizado anualmente na cidade. Após a crise deflagrada pelas sucessivas superproduções cafeeiras ao longo das primeiras décadas do século XX e a Quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, a diversificação agrícola ganha força e, nesse contexto, o plantio de cana ganha maior visibilidade, até assumir a posição de destaque que o café possuía na pauta de exportações do estado paulista. O estabelecimento da agroindústria canavieira ocorre na segunda metade do século XX, mais precisamente a partir da década de 1970. Após ter tido grande parte de suas matas derrubadas para a abertura de novos espaços para o café, Santa Rita viu, da segunda metade do século XX em diante, as extensas faixas de Cerrado, que existiam na região limítrofe com São Simão e Luiz Antônio, serem sistematicamente ocupadas, agora, pelas plantações de cana e eucalipto. No bojo desse processo, é criada a Companhia Usina Vassununga, que em 1926 mói sua primeira safra, voltada à produção de açúcar. A instalação dessa usina e o contexto favorável à produção de açúcar em São Paulo promoveram a rápida substituição dos cafezais pelo cultivo da cana. Essa Companhia, até meados da década de 1960, representava o grande centro rural do município de Santa Rita, contando com cinco colônias povoadas por mais de 550 famílias, algumas ainda descendentes de imigrantes, sobretudo de italianos, vindos na época das plantações de café. Essas colônias representavam praticamente núcleos urbanos em meio à área rural, pois possuíam olaria, serralheria, vendas de “secos e molhados”, farmácia, padaria, salão de festas, campos de futebol e até uma sala de cinema. A origem dessas colônias remonta à época do café; no entanto, sua permanência deveu-se às atividades da referida usina, até fins da década de 1960, quando, juntamente com a nova configuração do trabalho rural, dada pelo emergente modelo agroindustrial, ocorre um processo de despovoamento da área.

No processo de diversificação da produção agrícola no estado de São Paulo, ganham força, principalmente na região nordeste, a citricultura e a silvicultura de eucaliptos, esta última impulsionada pela Lei 5.106, de 1966, que concedia incentivo fiscal ao reflorestamento, o que causou grande ocupação de áreas de Cerrado existentes na região. A Cia. Guatapará de Celulose e Papel, no começo dos anos de 1970, inicia suas atividades no município de Luiz Antônio. A partir de 1988, o Grupo Votorantim, junto ao BNDES, adquire o projeto Celulose e Papel Votorantim (CELPV) da antiga Cia. Guatapará para a implantação de uma fábrica integrada de papel e celulose na cidade de Luiz Antônio (Votorantim Celulose e Papel, 2006). Na região entre os municípios de Santa Rita do Passa Quatro, Luiz Antônio e São Simão, a silvicultura de eucalipto e o cultivo de cana e de laranja avançaram tremendamente, restando poucos fragmentos da grande extensão de Cerrado existente entre esses municípios. Em Santa Rita, em 2006, a área plantada com eucaliptos atingiu as mesmas proporções que as áreas cultivadas com cana, registrando cerca de 12.661,4 ha distribuídos em 117 propriedades, enquanto a cana cobre cerca de 12.649,5 ha distribuídos em 320 propriedades, ambas acompanhadas de perto pela produção citrícola, com aproximadamente 12.299,4 ha espalhados por 314 propriedades (São Paulo, 2006). Com o Proálcool, a partir da segunda metade dos anos 1970, a região de Ribeirão Preto, cuja área plantada de cana em 1968 era de 182.500 ha, passou a ter 624.700 ha de canaviais em 1989 (Elias, 2003). Essa expansão da área cultivada deu-se sobre áreas de outras culturas e remanescentes de vegetação nativa, sobretudo do Cerrado, fato proporcionado pelas melhorias técnicas e pesquisas sobre a utilização desse tipo de solo para produção. De acordo com Elias (2003), o interior paulista “apresenta, desde a década de 1980, um dos maiores desenvolvimentos econômicos do país, e isso se deve, em grande parte, à modernização de sua produção agropecuária”, com destaque para a região de Ribeirão Preto, que se reorganizou na produção de poucas culturas, especialmente de cana e laranja.

Além da histórica relação da região com o cultivo da cana a ponto de transformar-se em um grande centro de produção sucroalcooleiro, segundo a autora acima citada, a instalação da primeira agroindústria de suco concentrado de laranja se deu também nessa região, na cidade de Matão, em 1964, com padrão tecnológico norte-americano. Registrou-se em Santa Rita do Passa Quatro relativo desenvolvimento industrial, destacando-se: a Indústria de Laticínios Paulista, responsável pela produção do Leite Condensado Santa-Ritense, instalada no início da década de 1920 e posteriormente

incorporada à Cia. Nestlé; as Indústrias Reunidas Santa Rita S/A, com produção de sacos de juta durante as décadas de 1940 até a sua falência em 1968, dada a sua falência, espaço onde funcionou do início os anos de 1970 até 1978 a Jutacional – Justifício Nacional Ltda; Indústria de Bebidas Missiato, que desde os anos de 1960 atua na área de envasamento de bebidas alcoólicas; a Açucareira Manarin, responsável pelo empacotamento e distribuição do Açúcar Cristal Santa Rita, desde os anos de 1980; entre outros estabelecimentos e atividades de menor vulto. Na área rural, o destaque foi a Cia. Usina Vassununga, cuja sucessora é a Usina Santa Rita S/A – Açúcar e Álcool.

4.3. DINÂMICA DEMOGRÁFICA

O método utilizado para o diagnóstico demográfico encontra-se no Apêndice 4.1.A.

A Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI) 09 – Mogi-Guaçu, na qual o Parque Estadual (PE) de Vassununga se localiza abrange 38 municípios com sede na bacia, em uma área de drenagem de 15.004 km² (SÃO PAULO, 2018a). Santa Rita do Passa Quatro, com seus 754,359 km², possuía 26.408 habitantes em 2018 (0,06% da população do estado) e densidade demográfica de 35,0 hab/km², bem inferior à densidade demográfica média estadual de 177,2 hab/km². Já o município de Descalvado, com área de 753,843 km², possuía 32.176 habitantes em 2018 (0,07% da população do estado) e densidade demográfica de 42,7 hab/km², também inferior à média estadual (SEADE, 2019a; Apêndice 4.1.B).

O grau de urbanização em 2018 (percentual da população urbana sobre a população total) em Descalvado era de 92,15%, com 29.651 habitantes na área urbana e 2.525 na área rural, enquanto em Santa Rita do Passa Quatro era de 91,54%, com 24.173 habitantes na área urbana e 2.235 na área rural (SEADE, 2019a).

Considerando a dinâmica demográfica local, focando na área de estudo do PE de Vassununga, foi realizada uma análise dos setores censitários de 2010 localizados na área de estudo em Descalvado e Santa Rita do Passa Quatro que são limítrofes ao Parque e onde se encontram nascentes de cursos d'água que se dirigem até a Unidade de Conservação (UC), além dos setores da própria UC (totalizando, assim, 14 setores censitários). As glebas do Parque estão inseridas em cinco setores, todos em Santa Rita do Passa Quatro (setores 354750205000038, 354750205000039, 354750205000041, 354750205000042 e 354750205000044) (IBGE, 2010, 2011). Os 14 setores foram classificados como rurais e englobavam uma população de 1.545 habitantes e 479 domicílios em 2010, com baixa densidade demográfica em todos eles (Apêndice 4.1.C e 4.1.D). No Apêndice 4.1.E, é possível verificar a distribuição da população nos setores censitários no entorno da UC.

Em termos percentuais, as taxas geométricas de crescimento anual (TGCA) da população dos municípios reduziram entre 2000 e 2018 (Apêndice 4.1.F), seguindo a tendência estadual, passando de 0,72% a.a. para 0,45% a.a. em Descalvado e de 0,14% a.a. para -0,03% a.a. em Santa Rita do Passa Quatro (SEADE, 2019a). A TGCA do estado nesse mesmo período passou de 1,09% a.a. para 0,82% a.a.

Segundo as projeções populacionais calculadas pela Fundação Seade (Apêndice 4.1.G), o município de Descalvado terá 32.430 habitantes em 2020, 32.863 em 2025 e 33.026 em 2030, enquanto Santa Rita do Passa Quatro terá 26.385 habitantes em 2020, 26.238 em 2025 e 26.035 em 2030. Com relação à população de 2018 (32.176 e 26.408, respectivamente), haverá um acréscimo projetado de 2,64% para Descalvado e um decréscimo de -1,41% para Santa Rita até 2030. No estado de São Paulo, essa variação será de 6,44% (SEADE, 2019b).

4.4. DINÂMICA ECONÔMICA

A participação de Descalvado e de Santa Rita do Passa Quatro em relação ao estado de São Paulo, tanto no que se refere à população quanto ao valor adicionado, é bastante pequena e não sofreu alterações nos últimos anos. Em 2018, as populações das duas cidades – Descalvado com 32.176 habitantes e Santa Rita com 26.408 habitantes – representou 0,13% da estadual, enquanto o valor adicionado (ano base 2016) representou apenas 0,1%.

O Produto Interno Bruto – PIB (total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras, ou seja, a soma dos

valores adicionados acrescida dos impostos) de Descalvado, em 2016, foi de R\$ 1.385.106,90 mil, que correspondeu a 0,07% do PIB estadual (R\$ 2.038.004.931,13 mil), e o PIB per capita foi de R\$ 43.389,00 (92% da média do estado) (Apêndice 4.2.A). Santa Rita, no mesmo ano, apresentou um PIB de R\$ 621.984,72 mil (equivalente a 0,03% do PIB estadual) e um PIB per capita de R\$ 23.533,28 (50% da média do estado) (SEADE, 2019a).

O valor adicionado – VA (valor da atividade agregada aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo) de Descalvado, em 2016, foi de R\$ 1.173.593,99 mil e, na sua distribuição (Apêndice 4.2.B) percebe-se que o setor de serviços predominou, com 60,48%, seguindo a mesma tendência do estado de São Paulo (76,51%). Em segundo lugar, o setor da indústria, que contribuiu com 28,99% e, por último, o da agropecuária, com 10,52%. Já o município de Santa Rita, em 2016, apresentou um valor adicionado de R\$ 564.895,59 mil e seguiu, também, a tendência estadual, sendo o setor mais representativo o de serviços (75,19%), seguido pela indústria (13,87%) e, por último, a agropecuária (10,94%).

De acordo com a Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego, em 2016, Descalvado contava com 1.089 estabelecimentos empregadores e 9.093 vínculos empregatícios (BRASIL, 2016). A atividade com maior número de vínculos no município foi a administração pública em geral, com 2 estabelecimentos e 979 vínculos, seguida pela atividade fabricação de álcool (1 estabelecimento e 804 vínculos) e fabricação de alimentos para animais (3 estabelecimentos e 564 vínculos) (BRASIL, 2016).

Santa Rita do Passa Quatro, em 2016, contava com 807 estabelecimentos empregadores e 5.345 vínculos empregatícios, sendo a administração pública em geral a atividade com maior número de vínculos empregatícios, com 2 estabelecimentos e 744 vínculos, seguida pela fabricação de açúcar em bruto (1 estabelecimento e 365 vínculos) e pela fabricação de embalagens de material plástico (6 estabelecimentos e 364 vínculos) (BRASIL, 2016).

Nas questões relativas ao mercado de trabalho, segundo os dados da Fundação Seade (SEADE, 2019a), nota-se uma queda de 13,4% no número de empregos formais em Santa Rita entre 2010 e 2016, sendo o setor da indústria o que apresentou maior queda (42,4%). Já Descalvado apresentou aumento de quase 2% no número de empregos formais no mesmo período. Quanto à distribuição dos empregos nos setores em 2016, em Descalvado, indústria e serviços foram os setores que mais concentraram empregos (30,1% e 31% dos empregos formais totais, respectivamente), seguidos pelo setor do comércio (20%), da agropecuária (11,6%) e da construção civil (7,2%). Em Santa Rita, o setor de serviços concentrou, aproximadamente, 41% dos empregos formais, seguido pelo da indústria (25,4%), do comércio (23,3%), da agropecuária (9,6%) e da construção civil (0,8%) (Apêndice 4.2.C).

O Apêndice 4.2.D apresenta um resumo dos dados agropecuários provenientes das informações estatísticas produzidas pelo IBGE por meio de pesquisa dos produtos das lavouras temporárias e permanentes, da silvicultura e da pecuária para os dois municípios de interesse nesse estudo (IBGE, 2019a, 2019b, 2019c).

A cana-de-açúcar correspondeu à lavoura temporária mais significativa em área para ambos os municípios. Entre 2010 e 2017, houve um aumento significativo na área plantada de cana em Descalvado de, aproximadamente, 35,5% (de 28.050 ha para 38.000 ha) – ocupando mais de 50% da área do município em 2017. Já em Santa Rita, essa cultura teve uma queda de, aproximadamente, 9% (de 20.700 ha para 18.800 ha) – ocupando, em 2017, 25% da área municipal.

No caso das lavouras permanentes, a principal cultura foi a de laranja. Entre 2010 e 2017, houve queda da área destinada à colheita de laranja tanto em Descalvado (queda de quase 64%) quanto em Santa Rita (queda de 72%). Entretanto, considerando a soma das áreas destinadas à colheita das culturas permanentes nos municípios em 2017, a área destinada à laranja correspondeu à 82,7% em Descalvado (2.700 ha) e 88,8% em Santa Rita (1.254 ha).

Quanto à silvicultura, as pesquisas do IBGE indicaram que só há o plantio de eucalipto nos municípios. Chama a atenção a área total de eucalipto em Santa Rita no ano de 2017 (14.700 ha), que correspondeu a 19,5% da área do município. Nesse mesmo ano em Descalvado, a área com eucalipto (1.900 ha) correspondeu apenas a 2,5% de seu território.

Com relação à pecuária, em 2017 os maiores efetivos de rebanhos nos municípios foram de galináceos, bovinos e suínos, mas nenhum chegou 1% do efetivo estadual.

Quanto à atividade de mineração, uma forma indireta de estabelecer um conflito potencial associado à produção mineral é por meio da chamada Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (CFEM). Esse indicador permite uma leitura indireta da vulnerabilidade natural do meio ambiente decorrente da atividade mineradora. Assim, regiões ou municípios com maiores valores de arrecadação, por apresentarem uma atividade de mineração mais intensa, podem estar intervindo de forma negativa na qualidade ambiental (SÃO PAULO, 2018a). A CFEM constitui a participação dos estados, Distrito Federal, municípios e órgãos da administração direta da União no resultado da exploração de recursos minerais pelos agentes de produção (empresas). Sua base de cálculo é o valor do faturamento líquido resultante da venda do produto mineral, obtido após a última etapa do processo de beneficiamento adotado e antes de sua transformação industrial. A Agência Nacional de Mineração (ANM), vinculada ao Ministério de Minas e Energia, tem a responsabilidade de estabelecer normas e exercer a fiscalização sobre a arrecadação da CFEM (SÃO PAULO, 2018a).

O Apêndice 4.2.E apresenta os dados de arrecadação da CFEM e das substâncias minerais exploradas em 2010 e 2017 para os dois municípios de interesse no estudo (ANM, 2019). Descalvado apresentou um aumento de 31,5% em sua arrecadação entre 2010 e 2017, correspondendo a 2,25% da arrecadação total do estado em 2017 (com exploração de areia de fundição e areia para vidro). Santa Rita também apresentou aumento na arrecadação (51,3%), porém sua participação na arrecadação total do estado foi muito pequena (0,02%). Considerando a arrecadação da UGRHI 09 em 2017 de aproximadamente 4,25 milhões de reais – a sexta maior entre as 22 UGRHIs (SÃO PAULO, 2018a) –, Descalvado representou quase 30% do valor.

4.5. DINÂMICA SOCIAL

CONDIÇÕES DE VIDA

Os indicadores sociais permitem analisar as condições de vida da população na área de estudo do PE de Vassununga e sua possível influência na qualidade dos recursos naturais da UC.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) publica anualmente o Índice de Desenvolvimento Humano Global (IDH) para mais de 150 países. Com base na metodologia do IDH Global, e utilizando dados de longevidade, educação e renda obtidos pelo IBGE nos censos demográficos, é gerado o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Os indicadores são calculados e expressos em valores que variam de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de um, melhor é o desempenho.

O IDHM apresentou um aumento progressivo tanto nos municípios de Descalvado e Santa Rita do Passa Quatro quanto no estado nos anos de 1991, 2000 e 2010 (PNUD, 2013), conforme Apêndice 4.3.A. Descalvado evoluiu de 0,544 (IDHM baixo) em 1991 para 0,760 (IDHM alto) em 2010, enquanto Santa Rita do Passa Quatro passou de 0,581 (IDHM baixo) para 0,775 (IDHM alto). A dimensão que mais contribuiu para o IDHM 2010 dos municípios foi longevidade (0,865 para Descalvado e 0,887 para Santa Rita), seguida pela renda (0,740 e 0,764, respectivamente) e pela educação (0,687 e 0,686, respectivamente) (Apêndice 4.3.B).

O Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), calculado pela Fundação Seade, avalia as condições de vida da população considerando variáveis que compõem indicadores sintéticos de três dimensões: riqueza (indicadores de renda familiar e riqueza municipal), longevidade (indicadores de sistema e condições de saúde) e escolaridade (indicadores de cobertura e qualidade de ensino). O resultado em cada um dos indicadores é um número entre zero e 100, que, por sua vez, corresponde a um determinado nível de qualidade (baixo, médio ou alto). A compilação desses indicadores sintéticos gera um quarto indicador, o de Grupo do IPRS. São cinco grupos, sendo que o Grupo 1 apresenta os melhores índices de riqueza, escolaridade e longevidade, e o Grupo 5 apresenta os piores.

Considerando as três últimas edições do IPRS (2010, 2012 e 2014), Descalvado figurou no Grupo 2 em 2012, com nível de riqueza elevado e baixo desempenho nos indicadores sociais, e no Grupo 1 em 2010 e 2014, com nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais, enquanto Santa Rita do Passa Quatro figurou no Grupo 3 nos três anos, com nível de riqueza baixo e bons níveis nos indicadores sociais (SEADE, 2019c) (Apêndice 4.3.C).

Apesar de o IPRS agregar os desempenhos social e econômico ao seu índice, ele não caracteriza um fenômeno social que precisa ser identificado e enfrentado com políticas públicas específicas, a desigualdade. As áreas de concentração de pobreza dentro de cada município podem ser analisadas com os resultados do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS). Elaborado pela Fundação Seade a partir dos dados dos setores censitários do Censo Demográfico, localiza espacialmente as áreas da população residente nos municípios segundo grupos de vulnerabilidade à pobreza. A partir dos dados dos setores censitários do Censo Demográfico, as dimensões demográficas e socioeconômicas foram combinadas e geraram sete grupos (SÃO PAULO, 2018a):

- Grupo 1 – baixíssima vulnerabilidade;
- Grupo 2 – vulnerabilidade muito baixa;
- Grupo 3 – vulnerabilidade baixa;
- Grupo 4 – vulnerabilidade média;
- Grupo 5 – vulnerabilidade alta (urbanos);
- Grupo 6 – vulnerabilidade muito alta (aglomerados subnormais urbanos);
- Grupo 7 – vulnerabilidade alta (rurais).

Na última edição do IPVS, de 2010, a maior porcentagem da população de Descalvado (46,1%) e de Santa Rita do Passa Quatro (72,4%) encontrava-se no Grupo 2 (vulnerabilidade muito baixa), seguida pelo Grupo 4 (vulnerabilidade média, 31,4%), Grupo 3 (vulnerabilidade baixa, 11,1%), Grupo 5 (vulnerabilidade alta – urbanos, 7,9%) e Grupo 7 (vulnerabilidade alta – rurais, 3,4%) em Descalvado, e pelo Grupo 4 (vulnerabilidade média, 17,7%), Grupo 3 (vulnerabilidade baixa, 7,1%) e Grupo 5 (vulnerabilidade alta – urbanos, 2,8%) em Santa Rita (SEADE, 2019d) (Apêndice 4.3.D). No mapa do Apêndice 4.3.E, nota-se que toda a área de estudo em Santa Rita não foi classificada em grupos de IPVS. O setor de Descalvado limítrofe à gleba Maravilha foi classificado no Grupo 2. Cabe salientar que não há aglomerados subnormais nos municípios de interesse.

Os sistemas de esgotamento sanitário são de grande importância para a manutenção da qualidade ambiental. Dessa forma, a análise dos percentuais da população dos municípios atendida por rede de coleta de esgotos, bem como a proporção destes efluentes que passa por tratamento para remoção da carga poluidora, são indicadores relevantes para avaliação das condições de saneamento ambiental. Comparando os anos de 2010 e 2017, apesar de Descalvado coletar 100% de seu esgoto, não faz tratamento do mesmo; já Santa Rita do Passa Quatro teve melhora, passando de 86% de esgoto coletado e 60% tratado em 2010 para 97% coletado e 65% tratado em 2017 (Apêndice 4.3.F).

No intuito de aferir a situação dos municípios paulistas quanto ao desempenho de seus sistemas de coleta e tratamento de esgoto, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) calcula anualmente o Índice de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana do Município (ICTEM). Este índice tem como objetivo verificar a efetiva remoção da carga orgânica poluidora em relação à carga orgânica potencial gerada pelas populações urbanas dos municípios, sem deixar de observar outros importantes aspectos relativos ao sistema de tratamento, como a coleta, o afastamento e o tratamento dos esgotos, a destinação dada aos lodos gerados nas estações de tratamento e os impactos causados aos corpos hídricos receptores dos efluentes (SÃO PAULO, 2018a). Entre 2010 e 2017, Descalvado não obteve melhora em seu ICTEM, que permaneceu com o valor de 1,5 (CETESB, 2011a, 2018a). Já Santa Rita do Passa Quatro teve uma melhora no valor de seu ICTEM de 5,1 em 2010 para 6,0 em 2017, seguindo a tendência do estado, que passou de 5,0 em 2010 para 6,3 em 2017 (Apêndice 4.3.F).

Com relação aos resíduos sólidos urbanos municipais, a Cetesb elabora anualmente o “Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Urbanos”, no qual é apresentado o Índice de Qualidade de Aterro de Resíduos (IQR), que avalia, por meio de inspeções periódicas dos técnicos da Cetesb, as condições dos sistemas de disposição final dos resíduos sólidos urbanos. Entre 2010 e 2017, Descalvado manteve o IQR em 10,0 (Condição Adequada), enquanto Santa Rita passou de 6,7 (Condição Controlada) para 7,4 (Condição Adequada) (CETESB, 2011b, 2018b) (Apêndice 4.3.G).

Quanto à situação de saneamento local, foi realizada uma análise dos setores censitários de 2010 localizados na área de estudo em Descalvado e Santa Rita do Passa Quatro que são limítrofes ao Parque e onde se encontram nascentes de cursos d’água que se dirigem até a Unidade de Conservação (UC), além dos setores da própria UC (totalizando, assim, 14 setores censitários). O setor 354750205000045 de Santa Rita do Passa Quatro, que faz limite às glebas Pé de Gigante e Capetinga Leste, apresentava 89,36% dos domicílios com fossa rudimentar e 31,91% sem coleta de lixo. O setor 354750205000043, também em Santa Rita e que faz divisa com todas as glebas do Parque, apresentava quase 29,17% dos domicílios com fossa rudimentar e 64,58% com coleta de lixo. Muitos afluentes a leste e a sul do Rio Mogi-Guaçu, o qual faz limite com a gleba Maravilha, nascem em setores censitários onde mais de 60% dos domicílios possuíam fossa rudimentar e menos de 40% possuíam coleta de lixo (Apêndices 4.3.H, 4.3.I).

MATRIZ SOCIAL

Foram identificadas lideranças locais, grupos e representações sociais cujas atuações podem afetar direta ou indiretamente a gestão do PEV (Apêndice 4.3.J). A partir das entrevistas realizadas com lideranças da região, constataram-se alguns fatos interessantes para a caracterização da atual relação da comunidade com o PEV, da mesma forma que foi possível identificar a necessidade de parcerias. O fato que merece destaque, mencionado nas entrevistas, é a importância que a direção do PEV atribui às visitas de escolares. Observa-se que esse movimento escolar também é o principal meio de divulgação do Parque, quando seus alunos regressam às suas casas e aos seus bairros.

Existe uma forte demanda da Secretaria de Turismo e Meio Ambiente de Santa Rita do Passa Quatro e de segmentos econômicos, como as pousadas e hotéis-fazenda dos municípios vizinhos, para a expansão das atividades de turismo regional envolvendo o PEV em um roteiro ecoturístico da região. Esses setores demonstraram interesse em desenvolver parcerias a fim de incluir as áreas de visitação do Parque nesse roteiro.

No tocante à Polícia Militar Ambiental, o atual quadro de contingente e o tamanho da área de atuação desse comando foram apontados como os principais motivos pelos quais não se tem conseguido atender toda a demanda da região. Outra forte demanda de parceria para o Parque são as universidades e escolas de ensino superior da região, interessadas em atividades de visitação e de pesquisa.

No que se refere às ações que envolvam a conservação do entorno mais próximo em consonância com os objetivos do PEV, sugere-se trabalhar com diferentes grupos de interesse, quais sejam:

Empresas: ações conjuntas relacionadas ao desenvolvimento de Planos de Melhorias Ambientais e Planos de Acidentes e Riscos; a conclusão e implantação da Proposta de Readequação Ambiental em desenvolvimento para a Usina Santa Rita; Processos de Certificação Ambiental; Sistema de Saneamento adequado, priorizando as residências das Colônias da Usina Santa Rita. Nesse grupo, podem ser incluídos: Usina Santa Rita, Autovias, DER, International Paper e Fazenda Jaguarão.

Órgãos voltados à proteção ambiental: desenvolvimento de ações conjuntas de informação e fiscalização do entorno, bem como a adoção de critérios específicos de licenciamento, conforme prevê a Resolução CONAMA 13/90. Podem ser citados: Prefeituras Municipais, DEPRN, CETESB, Ministério Público e Polícia Ambiental.

Instituições acadêmicas: desenvolvimento de pesquisas voltadas ao conhecimento do meio e aplicadas a ações de

conservação para atendimento aos objetivos do Parque. Podem ser citados os Institutos de Pesquisa e Universidades.

4.6. DINÂMICA TERRITORIAL

COBERTURA E USO DO SOLO

A área de abrangência dos estudos do PEV possui sua maior parte ocupada com plantio de cana-de-açúcar, seguido reflorestamento com *Eucalyptus*. A terceira cultura mais expressiva é a de Citrus, seguido de ocupações com pastagens. A cana-de-açúcar e a citricultura são explorações agrícolas altamente mecanizadas. Nessas monoculturas, é frequente a utilização de herbicidas para o controle das ervas daninhas e de agrotóxicos para o controle de pragas e doenças, o que aumenta o risco de contaminação das águas subterrâneas. De todos os usos da terra acima elencados, o menos impactante é o do reflorestamento, cujo ciclo produtivo pode ser de aproximadamente 20 anos, pois o uso de produtos químicos é muito pequeno. No ciclo de vida dessa cultura, o uso de agrotóxicos é esporádico, apenas para alguns surtos de formigas. É uma cultura altamente protetora das águas superficiais e subterrâneas e, ao lado de áreas com vegetação natural, pode garantir o continuum florestal para a proteção da fauna e servir como corredor ecológico. (Apêndice 4.4.A).

INFRAESTRUTURA LINEAR

As principais estruturas lineares localizadas na área de estudo correspondem a dois empreendimentos: a Rodovia Anhanguera (SP 330), cujas obras entre São Paulo e Campinas tiveram início em 1940 e foram concluídas oito anos depois em 1948. Sua duplicação data de 1953; e a Linha de Transmissão de 440KV da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista. (Apêndice 4.4.B).

Além dos referidos empreendimentos lineares, na área de estudo está localizada, também, a Usina Santa Rita S/A – Açúcar e Álcool, que funciona desde início da década de 1970 produzindo açúcar e etanol.

Fundada por Antonio Augusto Monteiro de Barros no século 19 (entre 1.860 e 1.880) a Cia Usina Vassununga, localizada na zona rural da cidade de Santa Rita do Passa Quatro, interior do Estado de São Paulo, teve suas atividades encerradas em 1.970, quando então em 15 de Julho de 1971 foi adquirida pela Família Cury, passando a partir desse momento a ser chamada de Usina Santa Rita, cujo acionista principal foi o patriarca da família Sr Afif Cury, o qual deu início a produção de açúcar e álcool hidratado em sua primeira safra, a de 1971/1972.

Com o falecimento do Sr Afif Cury em Janeiro de 1991, assume como administrador principal e acionista controlador o seu filho Sr Nelson Afif Cury, o qual continua com direção da empresa sob seu comando até os dias de hoje.

A Usina Santa Rita possui, em período de safra, aproximadamente 2000 colaboradores diretos, os quais, através de suas operações agrícolas, industriais e administrativas, somam-se para movimentar e transformar em açúcar e etanol milhões de toneladas de cana adquiridas em toda a sua macro região.

INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Quanto à infraestrutura de saneamento, de acordo com o “Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Urbanos” da Cetesb (2018b), Santa Rita do Passa Quatro dispõe seus resíduos sólidos em aterro próprio, que se encontra distante da área de estudo do PE de Vassununga. Já Descalvado dispõe seus resíduos em um aterro localizado no município de Guatapará.

De acordo com o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos de 2018 (ano-base 2017), Santa Rita do Passa Quatro possui duas estações de tratamento de esgoto com obras concluídas, a ETE do Córrego do Marinho (em 2017 já se encontrava em operação) e a ETE Bacia Capituvá – essa última estação foi inaugurada em 21/05/2019, tornando o município capaz de tratar 100% do seu esgoto (CBH-MOGI, 2018; SANTA RITA DO PASSA QUATRO, 2019). As duas

estações são próximas ao perímetro urbano do município, fora da área de estudo do PE de Vassununga. A ETE de Descalvado ainda não está em funcionamento (CBH-MOGI, 2018) e também se localiza próximo ao perímetro urbano do município, distante da área de estudo.

A Cetesb publica anualmente a relação de áreas contaminadas e reabilitadas no estado de São Paulo. A existência de uma área contaminada pode gerar problemas, como danos à saúde, comprometimento da qualidade dos recursos hídricos, restrições ao uso do solo e danos ao patrimônio público e privado, com a desvalorização das propriedades (CETESB, 2018c). Na área de estudo do PE de Vassununga, não foram identificadas áreas contaminadas ou reabilitadas.

CONSUMO DE ÁGUA E ENERGIA

O número de outorgas válidas para captação de água fornecidas pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) e sistematizadas pela Coordenadoria de Recursos Hídricos da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente pode ser utilizado como um indicativo de pressão sobre os recursos hídricos na região.

Em 2017, foram registradas 167 outorgas válidas no município de Descalvado, sendo 89 para uso rural, 34 para soluções alternativas, 32 para uso industrial, 9 para abastecimento público e 3 para outras finalidades, enquanto em Santa Rita do Passa Quatro foram registradas 123 outorgas, das quais 63 foram para uso rural, 33 para soluções alternativas, 14 para uso industrial, 8 para abastecimento público e 5 para outras finalidades (SÃO PAULO, 2019). As captações para “soluções alternativas” – que corresponde à segunda finalidade com maior número de outorgas em ambos os municípios – são aquelas destinadas ao abastecimento de hotéis, condomínios, clubes, hospitais, shopping center, entre outros, desprovidos ou em complemento ao sistema público de abastecimento (SÃO PAULO, 2018b).

As outorgas válidas em 2017 na área de estudo em Santa Rita do Passa Quatro totalizaram 12, sendo cinco para soluções alternativas (em um dos pontos, há duas outorgas), quatro para uso rural e três para uso industrial. Na área de estudo em Descalvado, há seis outorgas, sendo quatro na finalidade uso rural e duas em soluções alternativas no mesmo local. Há um ponto outorgado para uso industrial ao sul da gleba Pé-de-Gigante no Córrego Pauliceia (com uma captação superficial de 0,000521 m³/s) e dois pontos na da gleba Capetinga Leste para uso rural (ambos em um afluente do Rio Bebedouro, um com captação superficial de 0,003778 m³/s e o outro com lançamento superficial de mesma vazão) (Apêndice 4.4.C).

Os dados sobre o consumo de energia elétrica permitem avaliar o crescimento ou a redução da participação dos diferentes setores na economia. Analisando esses dados (SEADE, 2019a), verifica-se que em Descalvado o setor industrial foi o de maior consumo em 2017, seguido pelo residencial, enquanto em Santa Rita do Passa Quatro, o setor residencial foi o de maior consumo, seguido pelo industrial (Apêndice 4.4.D). Chama a atenção o aumento no consumo industrial em Santa Rita, que passou de 7.918 MWh em 2010 para 17.231 MWh em 2017, um aumento de 117%.

OCORRÊNCIAS E INFRAÇÕES AMBIENTAIS

A caracterização das ocorrências e infrações ambientais que afetam a unidade de conservação tem por objetivo apresentar indicativos dos vetores de pressão e conflitos negativos identificados e espacializados na área do Parque Estadual de Vassununga, tanto dentro dos limites da unidade como em seu entorno (Área de Estudo).

O levantamento contou com os estudos para elaboração do Plano de Manejo, finalizados em 2009 e atualizados em 2014 (IF/FF, 2014) e com dados secundários, priorizando-se:

- Informações do Plano de Ação de Fiscalização e do Plano de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais (PPCIF) da unidade;
- Dados e registros:
 - das ocorrências de incêndio florestal registradas pelo Parque Estadual de Vassununga no âmbito da

Operação Corta Fogo, entre os anos de 2014 e 2018;

- das ações e ocorrências registradas pelo Parque Estadual de Vassununga nas ações de fiscalização realizadas no âmbito do Sistema Integrado de Monitoramento de Unidades de Conservação (SIM) e especializadas no território da UC, entre os anos de 2013 e 2018;
- dos Autos de Infração Ambiental lavrados e especializados na área do Parque Estadual de Vassununga, entre os anos de 2013 e 2018.

A partir dos levantamentos foi realizada a análise quantitativa e qualitativa dos dados, a fim de identificar as dinâmicas do território e subsidiar o mapeamento de indicativos negativos de pressão e conflitos, bem como as áreas de maior vulnerabilidade na área do Parque Estadual de Vassununga, conforme Apêndice 4.4.E.

INCÊNDIOS FLORESTAIS

Os incêndios florestais se configuram como uma das principais ameaças à integridade do Parque Estadual de Vassununga. De acordo com informações do Relatório (ANO), a configuração territorial da unidade e sua divisão em seis glebas distintas entremeadas por atividades agrícolas e cortadas por rodovia de grande movimento, o torna muito suscetível à ocorrência de incêndios.

A gleba Capetinga, dividida pela rodovia Anhanguera, e a gleba Pé-de-Gigante, margeada pela mesma rodovia em toda sua extensão leste, estão expostas a riscos constantes de incêndios. A gleba Capetinga Leste é considerada um dos pontos mais críticos, juntamente com as várzeas do rio Mogi-Guaçu.

No período de estiagem, entre os meses de maio a setembro, é frequente o aparecimento de focos de incêndio nas proximidades da rodovia Anhanguera e imediações das glebas Capetinga Leste e Oeste, além de registro de focos na gleba Pé-de-Gigante, cujas causas provavelmente estejam associadas à atividade de visitantes irregulares.

Os registros de ocorrências de incêndio florestal estão principalmente localizados nas áreas de entorno da unidade, com poucos casos de propagação no interior das glebas. Porém, além das ameaças constantes originadas da presença de rodovia de grande movimento e das atividades agrícolas, em especial da cultura de cana-de-açúcar, as ocorrências causam prejuízos notáveis à conectividade das glebas, com impactos à fauna e à flora da região.

Outro aspecto de preocupação é a ocorrência de descargas elétricas, em especial ocasionadas por raios, pois Santa Rita do Passa Quatro ostentou o título de “capital dos raios”. Além de risco a ocorrência de incêndios, os raios podem causar danos às árvores, sobretudo àquelas com dossel mais alto, como os jequitibás-rosa presentes no Parque Estadual de Vassununga. Há inclusive registro de raio que atingiu o principal jequitibá-rosa do parque, “O Patriarca”, em meados de 1996, causando a queda de um de seus galhos (IF/FF, 2014).

Na reconstituição do histórico de incêndios florestais no Parque Estadual de Vassununga, destaca-se o registro de ocorrência de grandes proporções na estação seca do ano de 1975, o qual foi agravado pelo calor, ventos fortes e pela presença de biomassa vegetal muito seca na área. O fogo teve início na gleba Capetinga Leste e alastrou-se até a gleba Capetinga Oeste, perdurando por 59 dias até que fosse controlado com o empenho e a participação de diversas instituições locais e regionais, como Corpo de Bombeiros de Ribeirão Preto e São Carlos, Usina Vassununga e o apoio de funcionários e máquinas de outras unidades do Instituto Florestal, órgão gestor da unidade à época. Até hoje as causas são desconhecidas, mas acredita-se que o incêndio tenha sido provocado, provavelmente, por cigarro ou “faíscas elétricas” provenientes de escapamento de veículos que trafegavam pela rodovia (IF/FF, 2014).

Entre as décadas de 1980 a 2000 outros pequenos incêndios foram registrados na área do Parque, os quais foram controlados com o apoio de equipes do Instituto Florestal ou de parceiros como: Usina Santa Rita, Celulose e Papel

Votorantim (CEPLPAV), Chamflora (International Paper).

Em outubro de 2007, outro incêndio de grandes proporções foi registrado na margem do rio Mogi-Guaçu, no entorno da gleba Capão da Várzea. A área queimada foi estimada em 220 hectares, não atingido a gleba, e o fogo somente foi debelado com a auxílio de funcionários de quatro unidades do Instituto Florestal na região e apoio do Corpo de Bombeiros de Porto Ferreira e da Usina Santa Rita.

Entre o período de 2014 a 2018 não houve registro de ocorrências de incêndio no interior do Parque Estadual de Vassununga (SÃO PAULO – SIMA – CFB, 2019).

Apesar das dificuldades estruturais e do número reduzido de funcionários, o Parque Estadual de Vassununga realiza, anualmente, nos meses de abril e maio, como medidas para prevenção de incêndios: (i) manutenção de aceiros, em especial nas áreas de divisa com a rodovia Anhanguera, áreas agrícolas e estradas não pavimentadas; (ii) roçadas e limpeza de áreas nas bordas de mata e cercas, principalmente nas glebas Capetinga Oeste, Capetinga Leste e Pé-de-Gigante; (iii) fomento à formação de brigada com a participação de funcionários em cursos realizados pela própria entidade gestora ou por outras instituições.

De acordo com o Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais – PPCIF (SÃO PAULO – SIMA – CFB, 2019), o Parque conta ainda com alguns pontos para captação de água de alta disponibilidade nas glebas Pé-de-Gigante e Praxedes, de média disponibilidade na gleba Capetinga Leste e de baixa disponibilidade na gleba Capetinga Oeste, além das represas da Usina Santa Rita e Vassununguinha.

No PPCIF da unidade também estão elencados os principais parceiros como: Usina Santa Rita, Usina Ferrari, Conselho Municipal de Defesa Civil de Santa Rita do Passa Quatro, Idec Ceotan, além das demais unidades da própria Fundação Florestal e do Instituto Florestal, por intermédio da articulação da Operação Corta Fogo, que consolida a instituição do Sistema Estadual de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais no Governo do Estado. O parque conta também com apoio da CELPAV e da International Paper, que disponibilizam veículos, maquinário e pessoal quando da ocorrência de incêndios.

Em 2015, o Parque Estadual Vassununga passou a integrar o Polo Regional da Operação Corta Fogo de Ribeirão Preto. A criação dos polos foi uma iniciativa articulada pela Fundação Florestal, no âmbito da Operação Corta Fogo, com aporte de recursos da Câmara de Compensação Ambiental, para promover estrutura para a prevenção e o combate ao fogo nas áreas protegidas com maior risco de incêndio. Os polos foram equipados com estrutura, veículos, equipamentos, ferramentas e materiais, como tratores para manutenção de estradas e aceiros, caminhonetes equipadas com moto bomba, construção de torre de observação, reservatório de água, bomba costal, kits de equipamentos individuais, além de materiais para ações de prevenção e educação ambiental.

Considerando o alto risco de incêndios, destaca-se a necessidade de fortalecimento de ações e estratégias para um trabalho preventivo e educativo, especialmente com empresas responsáveis por empreendimentos vizinhos à unidade, como usinas do setor sucroenergético, empresas de reflorestamento e concessionárias de rodovias, além de articulação para apoio ao combate a incêndios, incluindo o Corpo de Bombeiros, a Prefeitura Municipal da Estância Climática de Santa Rita do Passa Quatro, e demais unidades que compõem o Polo da Operação Corta Fogo de Ribeirão Preto: Estação Ecológica de Jataí, Estação Ecológica de Ribeirão Preto, Parque Estadual de Porto Ferreira e Parque Estadual Furnas do Bom Jesus.

OBRAS IRREGULARES E ATIVIDADES ILEGAIS

De acordo com informações do Relatório (IF/FF, 2014), desde de sua criação o Parque Estadual de Vassununga sempre se deparou com a carência de recursos humanos, enfrentando desafios para a fiscalização das seis glebas da unidade. Até

1996, o parque contou com funcionários de outras unidades para a realização de atividades de manutenção e fiscalização e, somente a partir de 1994 passou a ter um quadro próprio de funcionários.

Neste período, as atividades irregulares identificadas estavam associadas (IF/FF, 2014): (i) à caça, com registro de encontro com caçadores de posse de matilha para caça de capivaras, redes e arma de fogo, e demais vestígios como trilhas e jirais, em especial nas glebas Praxedes, Maravilha (próximo às margens do rio Mogi-Guaçu), Capetinga Leste (próximo ao rio Bebedouro) e Capetinga Oeste; (ii) visitantes irregulares em atividades física, caminhada, descanso; (iii) descarte de resíduos; (iv) coleta de plantas ou madeira; (v) abertura de trilhas e caminhos; (vi) trânsito de veículos (bicicletas, motocicletas ou carros), em especial na Trilha do Pedregulho e por pessoas ligadas à Usina Santa Rita; (vii) automóveis roubados abandonados nas bordas das glebas; e (viii) confinamento e pastagem de gado, realizado na gleba Capão da Várzea pela Usina Santa Rita.

O Relatório (IF/FF, 2014) indica que as principais atividades conflitantes com a unidade envolviam: o manejo de monoculturas no entorno, como silvicultura de eucalipto, citricultura, soja, amendoim e cana-de-açúcar, incluindo o uso indevido de agrotóxicos; impactos advindos da rodovia Anhanguera (SP-330); atividades de mineração e indústrias; além de atividades irregulares como pesca, caça e apicultura clandestina.

Com a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Unidades de Conservação – SIM, em 2012, envolvendo a articulação entre a Fundação Florestal, a Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade e a Polícia Militar Ambiental, foi realizado novo diagnóstico situacional de problemas da unidade, o qual foi revisado em 2017, com participação do gestor da unidade e do comando local de policiamento ambiental. Neste diagnóstico, que compõe o Plano de Ação de Fiscalização do Parque Estadual de Vassununga (SÃO PAULO – SIMA – CFB, 2019), as áreas com maior vulnerabilidade se localizam no setor entre as glebas, caracterizado por áreas que encontram-se intimamente relacionadas à conservação do Parque Estadual de Vassununga e também pela disposição de culturas agrícolas diversificadas com destaque marcante à cana-de-açúcar. Neste setor, há apontamento de problemas considerados:

- Muito críticos: de caça, em especial no entorno imediato das glebas e na mata que faz divisa com o Rio Bebedouro e a gleba Capetinga Leste, com registros de apreensões de petrechos, armas e armadilhas; de atividades relacionadas ao uso e a ocupação do solo, como presença de tanque de vinhaça nas proximidades do parque, descarte de embalagens de agrotóxico de forma inadequada e dispersão de agrotóxicos por avião na borda do parque e nascentes da região; acesso irregular de pessoas à Trilha dos Jequitibás, com registro de fogueiras e acesso noturno;
- Críticos: pesca próxima ao Rio Bebedouro, na divisa da rodovia Anhanguera com a gleba Capetinga Leste; invasão de animais domésticos, em especial de cães caçadores de proprietários rurais do entorno na gleba Capetinga Leste, de gado na gleba Capão da Várzea e de javaporcos de forma generalizada;
- Pouco Críticos: supressão de vegetação, com corte de arvoretas e arbustos para cabos de enxada na borda da mata da gleba Capetinga Oeste.

Na face norte e oeste da gleba Pé-de-Gigante há, ainda, registro de problemas críticos de criação irregular de abelhas Apis, que carecem de ações conjuntas de fiscalização para inibição da prática; e acesso irregular de pessoas na Trilha do Mirante.

O Plano de Ação de Fiscalização do Parque Estadual de Vassununga (SÃO PAULO – SIMA – CFB, 2019) descreve ainda que a unidade conta para as atividades de fiscalização com 2 funcionários e dois postos de vigilante terceirizados, sendo um diurno e um noturno, em escala de revezamentos. A atuação dos vigilantes terceirizados limita-se à área dentro do perímetro da unidade, não atendendo às demandas para atuação no entorno do parque, o que é um inconveniente, especialmente em sua configuração e divisão em seis glebas distintas. O parque também conta com serviços de portaria

nas glebas Capetinga Leste e Pé-de-Gigante.

Nas ações de fiscalização e vistorias realizadas e registradas, entre os anos de 2013 e 2018 no âmbito do SIM, observa-se que a grande maioria, 99 ações, não indica indícios de ocorrências. Apenas no ano de 2016, há registro de ocorrências: uma na gleba Pé-de-Gigante, de invasão para cultivo de abelhas; uma na gleba Praxedes, de rancho de caça com apreensão de armadilha; e uma de obra irregular na gleba Maravilha, de edificação de tanques para vinhaça nas proximidades da UC.

Embora haja baixo número de registros de ocorrências, verifica-se necessidade de monitorar e aprimorar a atuação da fiscalização ambiental, a fim de planejar estratégias para combate à caça, ao acesso irregular, ao cultivo de abelhas de forma clandestina e demais atividades que impactem os atributos da unidade.

AUTOS DE INRAÇÃO AMBIENTAL

De acordo com os registros de autos de infração ambiental lavrados pela Polícia Militar Ambiental na área do Parque e entorno, entre os anos de 2013 a 2018, verifica-se um total de 99 autuações, todas registradas no entorno da unidade. Observa-se o maior número de autuações (72) de atividades relacionadas à pesca irregular, localizadas ao longo da extensão do rio Mogi-Guaçu, ao sul da unidade. Embora estas atividades, na maior parte das vezes, não impactem diretamente o parque, podem causar danos indiretos em função de atividades associadas, como possibilidade de risco a ocorrência de incêndio por fogueiras ou cigarros.

Das demais autuações, destaca-se:

- registro de 9 infrações relacionadas ao uso irregular do fogo em atividades agrosilvipastoris, sendo oito delas emitidas em nome da Usina Santa Rita, com registro de uma única ocorrência com mais de 17 hectares de vegetação nativa danificados, o que alerta para os impactos do fogo no entorno da unidade à perda de remanescentes de vegetação nativa e a prejuízos à conexão entre as glebas do Parque Estadual de Vassununga;
- O registro de 8 infrações relacionada à flora, três destas também em nome da Usina Santa Rita, sendo uma delas registrando dano a mais de 10 hectares de vegetação de cerrado.

5. JURÍDICO-INSTITUCIONAL

INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

Plano Diretor de Descalvado

O Plano Diretor de Descalvado foi instituído por meio da Lei Municipal nº 4.031/2016 e divide o município em quatro macrozonas (Apêndice 5.1.A). A porção sul da área de estudo da UC está inserida em duas Macrozonas: de Desenvolvimento Agropecuário (engloba a maior extensão do território municipal e circunda todo seu perímetro urbano, e cujos investimentos nela aplicados visam desenvolver, modernizar e transformar essa área em um cinturão agrícola sustentável e economicamente competitivo); e de Desenvolvimento Turístico (sobreposta à Macrozona de Desenvolvimento Agropecuário, é a porção do território municipal onde se encontram as quedas d'água e o morro do Descalvado, destinada ao desenvolvimento de atividades turísticas e à manutenção dos acessos ao patrimônio ambiental municipal).

O Plano não define áreas de expansão urbana próximas à UC e sua área de estudo.

Plano Diretor de Santa Rita do Passa Quatro

O Plano Diretor Participativo de Santa Rita do Passa Quatro (Lei nº 2.667/2006), ainda vigente, divide o município em sete Macrozonas, para as quais são definidas diretrizes para a utilização dos instrumentos de ordenamento territorial e de zoneamento de uso e ocupação do solo (Apêndice 5.1.B). As glebas do PE de Vassununga são classificadas na Macrozona APA do Vassununga, a qual é formada pela ARIE Buriti do Vassununga, pela ARIE Pé de Gigante e pelos corredores de biodiversidade que as interligam e que compõem as áreas previstas para a referida APA. Para essa Macrozona são definidas diretrizes para garantir a proteção dos ecossistemas locais, o desenvolvimento de pesquisas ambientais, o fomento ao turismo ecológico, a criação de corredores de biodiversidade interligando as ARIEs e a limitação ao adensamento nas áreas urbanas Colônia Nova e Residencial da Usina Vassununga. O entorno dos cursos de água e nascentes estão inseridos na Macrozona de Preservação Permanente.

O Parque é circundado em sua maior parte pela Macrozona Rural 1, constituída por áreas com predominância de cultura extensiva, destinadas às atividades rurais e à implantação de equipamentos urbanos ou estabelecimentos de grande porte, como aterro sanitário, estação de tratamento de água e de efluentes líquidos e agroindústria.

Entre as glebas Maravilha e Capetinga Oeste, há duas pequenas áreas urbanas denominadas Colônia Nova e Residencial da Usina Vassununga (pertencentes à chamada Macrozona Urbana). No entorno dessas duas áreas, há Macrozonas Urbanas Especiais, áreas que formarão um cinturão verde para a produção de hortifrutigranjeiros tanto para o abastecimento da população da cidade quanto para a comercialização em outros mercados, além de constituírem áreas de lazer e para atividades artesanais e manuais.

O Plano não define áreas de expansão urbana próximas à UC e sua área de estudo.

Estação Ecológica do Jataí e Estação Experimental de Luís Antônio

A Estação Ecológica do Jataí (EEJ) foi criada por meio do Decreto Estadual nº 18.997/1982 (alterado pelo Decreto nº 47.096/2002), no município de Luís Antônio, englobando uma área de 9.074,63 ha, com a finalidade de “assegurar a integridade dos ecossistemas e conjunto lagunar ali existentes e de proteger sua flora e fauna, bem como sua utilização para objetivos educacionais e científicos”. Essa UC abriga um dos mais significativos fragmentos de Cerrado do estado de São Paulo.

O Plano de Manejo da EEJ foi aprovado em 2016 por meio da Resolução SMA nº 09 e definiu sete zonas internas à UC (Intangível, Primitiva, Uso Extensivo, Histórico-Cultural, Recuperação, Uso Especial e Uso Conflitante) e a Zona de Amortecimento (ZA). A delimitação da ZA considerou a importância das áreas para a proteção da biodiversidade e a conectividade da paisagem, a presença de área de recarga de aquífero, localização das principais sub-bacias hidrográficas que convergem para a EEJ e a direção predominante dos ventos (que podem influenciar na deriva de produtos químicos). A ZA é bastante extensa, englobando uma área de aproximadamente 37.361 ha; em Santa Rita do Passa Quatro, faz divisa com a gleba Pé-de-Gigante do PE de Vassununga, seguindo pelo Córrego Pauliceia até o Rio Mogi-Guaçu (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2013).

No Plano de Manejo da EEJ, foi ressaltada a importância em se conectar a Estação Ecológica à gleba Pé-de-Gigante do PE de Vassununga por meio de corredores de vegetação natural, devido à pequena distância entre essas duas UCs (cerca de 3,5 km). Tal ação é considerada estratégica para ampliar a proteção da biodiversidade na região, especialmente para a fauna. Estudos mostraram que esse corredor seria extremamente importante, por exemplo, para as espécies nativas de porcos-do-mato, extintos na gleba Pé-de-Gigante, e a possibilidade de recolonização da espécie a partir da EEJ, bem como a ampliação da área de vida de outras espécies (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2013).

Contígua à EEJ está situada uma unidade de produção denominada Estação Experimental de Luiz Antônio (Decreto Estadual nº 35.982/1959, alterado pelo Decreto nº 47.096/2002), destinada às atividades de experimentação e produção econômica em silvicultura, principalmente de pinus e eucalipto. No Plano de Manejo da EEJ, também foi ressaltada como estratégia para efetivar a proteção da UC transformar essa Estação Experimental em um Parque

Estadual – estudos com espécies da fauna demonstraram que essa área era utilizada também como parte de seus ciclos de vida (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2013).

ARIE Cerrado Pé-de-Gigante e ARIE Buriti de Vassununga

Na gleba Pé-de-Gigante do PE de Vassununga, foi criada, em 1990, a Área de Relevante Interesse Ecológico denominada ARIE Cerrado Pé-de-Gigante (Decreto Federal nº 99.275/1990). No mesmo ano, vizinha a referida ARIE, foi criada a ARIE Buriti de Vassununga (Decreto Federal nº 99.276/1990).

De acordo com a Lei Federal nº 9.985/2000, as ARIEs são Unidades de Conservação de Uso Sustentável “com pouca ou nenhuma ocupação humana, que dispõem de características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional”. No Cadastro Nacional de Unidades de Conservação do Ministério do Meio Ambiente (<<http://www.mma.gov.br/areas-protetidas/cadastro-nacional-de-ucs>>), consta que as duas UCs ainda não possuem conselho gestor ou Plano de Manejo.

Zoneamento Agroambiental

O Zoneamento Agroambiental (ZAA) da cana-de-açúcar foi instituído pelo estado de São Paulo por meio da Resolução Conjunta SMA-SAA nº 04/2008 (alterada pela Resolução Conjunta SMA-SAA nº 06/2009), um instrumento de planejamento ambiental com o objetivo de disciplinar a expansão e a ocupação do solo pela atividade canavieira, além de subsidiar os processos de licenciamento ambiental das atividades do setor sucroenergético e a formulação de políticas públicas.

De acordo com esse zoneamento, praticamente toda a área de estudo, onde se encontram nascentes de cursos d’água que se dirigem para o Parque, está inserida na categoria “Adequada com Restrições Ambientais”, que corresponde ao território com aptidão edafoclimática favorável para a cultura da cana e com incidência de Zonas de Amortecimento de Unidades de Conservação de Proteção Integral, de áreas de alta prioridade para incremento de conectividade indicadas pelo Projeto BIOTA-FAPESP, e de áreas de alta vulnerabilidade de águas subterrâneas do estado de São Paulo, conforme publicação IG-CETESB-DAEE – 1997 (SÃO PAULO, 2008). As glebas que formam o PE de Vassununga e algumas pequenas áreas no entorno de cursos de água ou próximas a eles são enquadradas na categoria “Inadequada” do Zoneamento Agroambiental – estão enquadradas nessa categoria as Unidades de Conservação de Proteção Integral estaduais e federais, os fragmentos classificados como de extrema importância biológica para conservação, as Zonas de Vida Silvestre das APAs, as áreas com restrições edafoclimáticas para a cultura da cana, e as áreas com declividade superior à 20% (Apêndice 5.1.C).

POLÍTICAS PÚBLICAS

Programa Nascentes e áreas prioritárias para compensação ambiental

O Programa Nascentes foi instituído em 2014 por meio do Decreto Estadual nº 60.521, e reorganizado em 2017 pelo Decreto nº 62.914. Tem por objetivo fomentar a restauração da vegetação nativa no estado de São Paulo, considerando a conservação da biodiversidade e a segurança hídrica, por meio da otimização e direcionamento territorial do cumprimento de obrigações ambientais legais, voluntárias ou decorrentes de licenciamento ou de fiscalização (Artigo 2º do Decreto nº 62.914/2017). Para a execução do Programa, foi composto um comitê gestor com 12 Secretarias de Governo e outras entidades, incluindo a Cetesb, que deverá direcionar, no âmbito de seus processos de licenciamento ou de autorização ambiental, as medidas mitigadoras e compensatórias relacionadas à restauração ecológica para as áreas prioritárias para o Programa Nascentes.

Assim, em 2017, foi publicada a Resolução SMA nº 07, que estabeleceu critérios e parâmetros para a definição da compensação ambiental devida em razão da emissão de autorizações para supressão de vegetação nativa, corte de

árvores isoladas ou intervenção em Áreas de Preservação Permanente (APPs) emitidas pelo Cetesb. Essa Resolução classificou os municípios em classes de prioridade para conservação e restauração da vegetação nativa, considerando determinados parâmetros, entre os quais as áreas consideradas prioritárias para o Programa Nascentes e o Inventário Florestal do Estado de São Paulo. No mapa das áreas prioritárias, os municípios de Descalvado e Santa Rita do Passa Quatro foram classificados na categoria de “Alta Prioridade” para restauração da vegetação nativa.

Considerando que as glebas que compõem o PE de Vassununga apresentam importantes remanescentes de vegetação nativa e nascentes de cursos de água (especialmente a gleba Pé-de-Gigante, cujos cursos de água que nascem em seu interior são enquadrados na Classe 01, de acordo com o Decreto Estadual nº 10.755/1977) e que tanto o Parque quanto seu entorno encontram-se em área de recarga do Aquífero Guarani, o direcionamento de projetos de restauração ecológica fomentados pelo Programa Nascentes configuraria uma ferramenta importante para o incremento da vegetação e a conservação dos atributos naturais da região.

Plano de Bacias

O primeiro Plano de Bacia da UGRHI 09 (Mogi-Guaçu) foi aprovado em 2003 pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do Mogi-Guaçu, e já contou com duas atualizações: em 2008 (com validade até 2011 e prorrogado até 2015); e em 2015 (com vigência para os anos de 2016 a 2019). Os planos de bacia são instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos e norteia as tomadas de decisão do comitê de bacia hidrográfica, propondo metas e ações específicas para a remediação das criticidades que apontou, juntamente com os Relatórios de Situação de Recursos Hídricos daquela bacia hidrográfica; apresenta caracterizações socioeconômica e física da UGRHI, com enfoque na qualidade e quantidade dos recursos hídricos.

No Plano de Bacia 2008-2011 (prorrogado até 2015), foram estabelecidas 16 metas para a gestão e a recuperação dos recursos hídricos da bacia, cada uma delas com previsões para curto (2008/2011), médio (2012/2015) e longo prazos (2016/2019). O desenvolvimento de metas teve por princípio compatibilizar o desenvolvimento sustentável da região considerando as possibilidades econômico-financeiras, sociais e ambientais, tendo sido divididas em seis eixos principais: controle da poluição (metas 1 e 2); monitoramento das águas (metas 3 e 4); controle da exploração e uso da água (meta 5); infraestrutura de abastecimento (metas 6 e 7); controle de erosão e assoreamento (metas 8 a 10); e viabilização da gestão de recursos hídricos (metas 11 a 16) (CBH-MOGI, 2008). Para cada meta, foram definidas as ações necessárias para que ela fosse atingida.

Esse Plano foi revisto em 2015, com uma avaliação do cumprimento das metas pré-estabelecidas. Duas metas de curto prazo foram integralmente atingidas (meta 13 – elaboração de relatórios de situação, e meta 16 – incentivo a programas de treinamento e capacitação, de educação ambiental e comunicação social alusivos à gestão de recursos hídricos), sendo que a maior parte das metas de curto prazo foram parcialmente atingidas, exceto as metas 8, 12 e 14, que ainda não tinham sido iniciadas. Em relação às metas de médio e longo prazo, a grande maioria ainda não havia sido iniciada (CBH-MOGI, 2015). Notou-se a necessidade de maior atenção às metas 1, 2 e 7, relacionadas ao tratamento de efluentes e a perdas na distribuição de água, pois estes foram identificados como problemas agravantes na UGRHI 09. Analisando esse Plano em conjunto com o Relatório de Situação 2018 (ano base 2017), ficou evidente que a maior demanda por recursos hídricos na UGRHI foi do setor rural, seguido pelas demandas industrial e urbana (CBH-MOGI, 2018).

6. ANÁLISE INTEGRADA

O objetivo desse item é fazer uma análise integrada dos aspectos físicos, bióticos e antrópicos do PE Vassununga, além dos aspectos jurídico-institucionais mais relevantes, de forma a aportar diretrizes ao planejamento da unidade que possam ser incorporadas em seu zoneamento ou nos respectivos programas de gestão. À luz dos objetivos propostos à unidade, a intenção é destacar diretrizes que possam maximizar suas potencialidades, bem como sugerir estratégias para minimizar ou superar suas fragilidades e os impactos dos vetores de pressão.

O Parque Estadual de Vassununga foi criado com o objetivo de proteger as florestas de jequitibás vermelhos e conservar amostras representativas de outros tipos de vegetação, como a floresta de várzea e savana xeromorfa. Como uma Unidade de Conservação de Proteção Integral da categoria Parque Estadual, também estabelece dentre seus objetivos a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, de recreação e de turismo ecológico.

O diagnóstico dos aspectos físicos, bióticos e antrópicos evidenciou potencialidades e fragilidades internas à unidade ou em sua área de estudo, constituída por uma faixa de 3 km ao redor da UC.

A região do Parque Estadual de Vassununga abriga diferentes fisionomias de dois importantes biomas brasileiros: o Cerrado e a Mata Atlântica. A Mata Atlântica é representada pela Floresta Estacional Semidecidual *strictu sensu*, comumente chamada de Mata Atlântica de Interior, e se caracteriza por apresentar de 20 a 50% das árvores caducifólias no conjunto florestal, as quais perdem as folhas em decorrência da baixa precipitação pluviométrica no inverno. O Cerrado é representado por três formações na região do PEV: a Savana Florestada (Cerradão), a Savana Arborizada (Cerrado sentido restrito) e a Savana Gramíneo-lenhosa (campo).

Em relação a fauna, a heterogeneidade de ambientes, proporcionada pela transição entre o Cerrado e a Mata Atlântica no nordeste do Estado, área de inserção do PEV, implica uma grande riqueza de espécies animais. Assim, nas seis glebas, em fragmentos também representativos e próximos - como a Estação Ecológica de Jataí - e em algumas áreas particulares estão concentradas espécies ou grupos destas que desempenham funções determinantes na estrutura e funcionamento dos ecossistemas presentes. São conhecidas para o Parque 420 espécies de Vertebrados, sendo 38 espécies de Peixes de Água Doce, 27 de Anfíbios, 53 de Mamíferos, 26 de Répteis e 276 de Aves.

De acordo com o diagnóstico do meio físico, a região do PEV está inserida na zona de contato entre a Cuesta Basáltica, com altitudes de 700 a 780 m, e a Depressão Periférica (Zona Mogi Guaçu), que apresenta altitudes de 540 a 650 m. Nessa área, são observados relevos do tipo: rampas, colinas amplas, médias e pequenas, escarpas, morrotes residuais e planícies fluviais.

Os relevos da região são sustentados por arenitos das formações Pirambóia e Botucatu, basaltos e intrusivas básicas tabulares correlatas à Formação Serra Geral. Essas rochas são recobertas por sedimentos terciários da Formação Santa Rita, ocorrendo ainda sedimentos aluviais quaternários, depositados em planícies fluviais.

Conicionados pelos diferentes tipos de rocha e de relevo, foram identificados na área Neossolo Quartzarênico Órtico e Latossolo Vermelho-Amarelo, associados aos materiais arenosos e aos relevos de colinas e rampas; Latossolo Vermelho distroférico, Nitossolo Vermelho, Neossolo Litólico, associados às áreas de predomínio de rochas básicas e respectivamente a relevos colinosos e escarpa; Latossolo Vermelho em áreas com influência dos dois materiais; e Gleissolo, Neossolo Flúvico e Neossolo Quartzarênico Hidromórfico, nas planícies fluviais.

Em relação às águas subterrâneas, o Sistema Aquífero Guarani (SAG) na UGRHI 9 tem papel importante para o desenvolvimento dos municípios, sendo explotado para diferentes usos, inclusive para abastecimento público nos municípios de Luís Antônio e Descalvado. A qualidade da água subterrânea apresenta regionalmente boa qualidade e tem se mantido nos últimos anos, como mostram os poços monitorados pela CETESB em Santa Rita do Passa Quatro e em Luís Antônio.

A proteção da água subterrânea na UC deve se pautar em controle das atividades antrópicas existentes de forma a minimizar o perigo de contaminação, sendo que as principais pressões observadas no entorno imediato da UC são as atividades ligadas à agricultura como aplicação de agroquímicos e presença de lagoas de acumulação de vinhaça e água residuária, e ao risco de acidentes com produtos perigosos na rodovia Anhanguera.

Na área de abrangência há poucos poços em funcionamento, com vazões outorgadas geralmente inferiores a 10 m³/h, nenhum deles dentro das glebas da UC. Alguns poços com vazões outorgadas superiores (> 10 m³/h a 25 m³/h), mas com distâncias superiores a 1 km em relação ao limite das glebas, também não ocasionariam impacto às UCs em termos de alteração na quantidade de águas subterrâneas e interferências nos níveis d'água.

Constatou-se, entretanto, a existência de uma bateria de poços com vazão outorgada acima de 100 m³/h/poço para uso na irrigação, explotando tanto o SAG como o Aquífero Serra Geral, em Descalvado, a sudoeste da zona de amortecimento. Recomenda-se a não adoção desse tipo de configuração de adensamento de poços, com vazões superiores a 100 m³/h/poço, e a distâncias inferiores a 1 km do limite das glebas da UC.

As captações de água subterrânea realizada por poços profundos devem ser devidamente autorizadas e outorgadas pelo DAEE para garantir a exploração sustentável do recurso hídrico subterrâneo.

Em relação a dinâmica demográfica, a Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI) 09 – Mogi-Guaçu, na qual o Parque Estadual (PE) de Vassununga se localiza abrange 38 municípios com sede na bacia, em uma área de drenagem de 15.004 km². Santa Rita do Passa Quatro, com seus 754,359 km², possuía 26.408 habitantes em 2018 (0,06% da população do estado) e densidade demográfica de 35,0 hab/km², bem inferior à densidade demográfica média estadual de 177,2 hab/km². Já o município de Descalvado, com área de 753,843 km², possuía 32.176 habitantes em 2018 (0,07% da população do estado) e densidade demográfica de 42,7 hab/km², também inferior à média estadual.

O grau de urbanização em 2018 (percentual da população urbana sobre a população total) em Descalvado era de 92,15%, com 29.651 habitantes na área urbana e 2.525 na área rural, enquanto em Santa Rita do Passa Quatro era de 91,54%, com 24.173 habitantes na área urbana e 2.235 na área rural.

O diagnóstico da Unidade de Conservação evidenciou algumas de suas fragilidades que devem ser abordadas no processo de planejamento da UC, dentre as quais, as atividades agrosilvopastoris, os incêndios, a caça, a pesca, a invasão de animais domésticos e a presença de javaporcos.

O diagnóstico também evidenciou a fragilidade das atuais condições e a premência da adoção de propostas de manejo, em especial nas áreas de entorno. A fragmentação da unidade sugere ações que contemplem o aumento da conectividade via interligação das glebas, bem como a composição estratégica com áreas do entorno. Tais soluções técnicas viabilizariam a promoção da melhoria da dinâmica e da sanidade dos ecossistemas existentes.

A análise das potencialidades e vulnerabilidades da área de estudo do PE Vassununga deu elementos para a delimitação de sua Zona de Amortecimento e evidenciou especificidades em seu território.

A análise integrada dos diagnósticos dos meios físico, biótico e antrópico do PE Vassununga e de sua área de estudo, à luz de suas potencialidades e fragilidades, permitiu evidenciar diretrizes que devem orientar a formulação do zoneamento e dos programas de gestão, tendo em vista o alcance dos principais objetivos estabelecidos para a unidade.

7. ZONEAMENTO

7.1. OBJETIVOS DA UC

São objetivos do Parque Estadual de Vassununga:

Preservar as maiores e mais belas florestas de jequitibás-vermelhos ainda existentes, a possibilidade de aquelas florestas, se preservadas, incrementarem o turismo no município de Santa Rita do Passa Quatro;

- I. Conservar amostras representativas de outros tipos de vegetação, como a floresta de várzea e a savana xeromorfa;
- II. Existência, na gleba Pé-de-Gigante, de uma formação geológica de interesse turístico.

7.2. DO ZONEAMENTO

O Zoneamento do Parque Estadual de Vassununga está dividido em 4 (quatro) zonas e 4 (quatro) Áreas sobrepostas às zonas, sendo:

ZONAS

- I. ZONA DE CONSERVAÇÃO (ZC);
- II. ZONA DE RECUPERAÇÃO (ZR);
- III. ZONA DE USO EXTENSIVO (ZUE);
- IV. ZONA DE USO INTENSIVO (ZUI).

ÁREAS

- I. ÁREA DE USO PÚBLICO (AUP);
- II. ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO (AA);
- III. ÁREA HISTÓRICO-CULTURAL (AHC);
- IV. ÁREA DE OCUPAÇÃO HUMANA (AOH).

Tabela 1: Relação das zonas do PE Vassununga

Relação das zonas do PE Vassununga		
Zona	Dimensão (hectares - ha)	% do total da UC
ZC	1.134,77	54,78
ZR	916,10	44,23
ZUE	17,50	0,84
ZUI	3,05	0,15
TOTAL	2071,42	100

Obs. As dimensões e percentuais são aproximadas.

A Zona de Amortecimento é composta por 03 (três) setores (tabela 2), sendo:

SETORES

- I. SETOR I;
- II. SETOR II;
- III. SETOR III.

Tabela 2: Relação dos Setores da Zona de Amortecimento do PE Vassununga

Relação dos Setores da Zona de Amortecimento do PE Vassununga		
Setor	Dimensão (hectares - ha)	% do total da ZA
SETOR I	4.134,97	18,26
SETOR II	2.757,49	12,18
SETOR III	15.747,16	69,56
TOTAL	22.639,62	100

Obs. As dimensões e percentuais são aproximadas.

- a) Zona: porção territorial delimitada com base em critérios socioambientais que estabelece objetivos e diretrizes próprios;
- b) Área: porção territorial destinada à implantação dos programas e projetos prioritários de gestão da Unidade de Conservação, em conformidade com as características, objetivos e diretrizes da zona sobre a qual incide;
- c) As normas gerais e específicas do zoneamento do PE Vassununga constam no item 7.3 e o respectivo mapa constam no Anexo 1. Utilizou-se como base as cartas oficiais do IBGE (1:50.000) e as Ortofotos Digitais Emplasa 2010/11;
- d) As diretrizes e normas da Zona de Amortecimento do Parque Estadual de Vassununga e seus respectivos setores constam no item 7.4 e o respectivo mapa consta no Anexo 2. Utilizou-se como base as cartas oficiais do IBGE (1:50.000) e as Ortofotos Digitais Emplasa 2010/11.

7.3. DO ZONEAMENTO INTERNO

NORMAS GERAIS

- I. As atividades desenvolvidas no interior da unidade de conservação deverão estar de acordo com o seu instrumento legal de criação;
- II. As diretrizes, normas e programas da unidade de conservação deverão ser considerados no processo de licenciamento ambiental, observado o disposto nas Resoluções CONAMA nº428/2010 e SMA nº85/2012 e outras normativas relacionadas;
- III. As atividades desenvolvidas no Parque Estadual de Vassununga, previstas nos Programas de Gestão, deverão estar de acordo com a sua categoria e os seus objetivos e não poderão comprometer a integridade dos recursos naturais e os processos ecológicos mantenedores da biodiversidade;
- IV. As atividades incompatíveis com os objetivos da Unidade de Conservação não são admitidas em qualquer zona;
- V. Não são permitidos a introdução, o cultivo e a criação de espécies exóticas, salvo as exceções previstas no Plano de Manejo;
- VI. Programas de revigoramento e reintrodução de fauna nativa só poderão ser desenvolvidos desde que recomendados por pesquisa prévia e autorizada pelo órgão competente;
- VII. Não são permitidas, sem autorização, a coleta, a retirada ou a alteração, em parte ou na totalidade, de qualquer exemplar animal ou vegetal nativo ou mineral, à exceção da necessária à limpeza e à manutenção de acessos, trilhas ou aceiros existentes, desde que feitas de forma compatível com a conservação dos atributos da Unidade de Conservação;
- VIII. A coleta de propágulos para fins de restauração será autorizada pela entidade gestora mediante projeto específico, desde que atendido o disposto na Resolução SMA nº 68, de 19 de setembro de 2008;
- IX. São admitidas ações emergenciais visando à segurança dos usuários, à integridade dos atributos da Unidade de Conservação e ao alcance de seus objetivos em quaisquer zonas, tais como intervenções em vias de acesso, trilhas e aceiros, combate a incêndios, controle de processos erosivos e erradicação de espécies exóticas invasoras e espécies nativas super abundantes;
- X. Não é permitida a coleta ou a alteração, sem autorização e acompanhamento do órgão competente, em parte ou na totalidade, de qualquer bem natural, histórico-cultural, artístico, arqueológico, geológico ou paleontológico, ressalvados os casos previstos nos incisos anteriores;
- XI. Não é permitida a alteração intencional de fisionomias de vegetação nativa, especialmente o florestamento das fisionomias campestres e savânicas;
- XII. Não é permitida a prática de pulverização aérea de agrotóxicos na Unidade de Conservação;
- XIII. Não é permitido o cultivo de Organismos Geneticamente Modificados - OGM dentro da Unidade de Conservação;
- XIV. Os resíduos gerados na Unidade de Conservação deverão ser removidos e ter destinação adequada;

- XV. Não é permitido o lançamento de efluentes ou quaisquer resíduos potencialmente poluentes diretamente sobre o solo, cursos ou espelhos d'água sem tratamento adequado, devendo ser priorizadas técnicas sustentáveis;
- XVI. Não é permitido o emprego de fogo, salvo para controle fitossanitário e projetos de restauração ecológica mediante autorização específica;
- XVII. Apenas as Áreas de Uso Público estabelecidas sobre as Zonas de Uso Extensivo e Intensivo poderão ser objeto de concessão, sendo possível o estabelecimento de novas Áreas de Uso Público desde que não comprometam os atributos ambientais da Unidade de Conservação;
- XXVIII. No caso de residências funcionais no interior da UC será admitida a introdução, o cultivo e a criação de espécies exóticas sem potencial de invasão que sejam necessárias para subsistência de funcionários da entidade gestora;
- XIX. O uso das estruturas da Unidade de Conservação como residência funcional somente será permitido em casos excepcionais e de interesse da gestão, mediante a aprovação da entidade gestora e do Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente;
- XX. A implantação, gestão e operação de estradas públicas no interior da Unidade de Conservação deverão atender ao disposto no Decreto Estadual nº 53.146, de 20 de junho de 2008;
- XXI. Os empreendimentos de utilidade pública de saneamento, transporte, telecomunicações e energia, no âmbito do processo de licenciamento, somente poderão ser implantados mediante a comprovação de inexistência de alternativa locacional e da viabilidade socioambiental, devendo ser preferencialmente alocados nas seções da mesma natureza que transpassem a Unidade de Conservação;
- XXII. Os empreendimentos de utilidade pública no interior da Unidade de Conservação deverão ser mapeados e as regras de implantação e manutenção dos empreendimentos e de seu entorno deverão observar ao disposto no Anexo 3, sendo que:
- a. A concessionária e a entidade gestora deverão firmar um Termo de Compromisso detalhando o conteúdo indicado no Anexo 3;
 - b. O Termo de Compromisso será requisito para obtenção da licença de instalação e para renovação da licença de operação;
- XXIII. A proteção, a fiscalização e o monitoramento deverão ocorrer em toda a Unidade de Conservação;
- XXIV. Pesquisa científica na Unidade de Conservação poderá ocorrer em qualquer zona, mediante autorização da entidade gestora, observando-se os procedimentos estabelecidos, ressaltando que:
- a. As marcações e os sinais utilizados nas atividades de pesquisa científica deverão priorizar os materiais biodegradáveis e se limitar aos locais previamente definidos e acordados com a entidade gestora;
 - b. A coleta de espécimes de flora ou de fauna deverá garantir a manutenção de populações viáveis in situ;
 - c. Ao encerramento das atividades de pesquisa científica, quaisquer elementos que tenham sido introduzidos com fins experimentais deverão ser retirados pelo pesquisador;
- XXV. Deverá ser promovido o acesso aos atrativos e à infraestrutura visando à visitação pública, nas zonas e áreas que admitam essa atividade;
- XXVI. Deverão ser promovidas condições de acessibilidade e inclusão, conforme legislação vigente;
- XXVII. Os eventos esportivos e culturais só poderão ser realizados com autorização da entidade gestora, nos termos estabelecidos neste Plano de Manejo;
- XXVIII. As atividades e a infraestrutura de uso público, educação ambiental e pesquisa científica admitidas em cada uma das zonas deverão tomar como referência o disposto no Anexo 4;
- XXIX. É permitido o deslocamento de veículos motorizados nas vias públicas, sendo que o tráfego fora das vias públicas somente será admitido para atividades de proteção, fiscalização, monitoramento e pesquisa, quando devidamente autorizado pela entidade gestora;
- XXX. Não é permitida captura de imagens para fins comerciais sem autorização da entidade gestora;
- XXXI. Não é permitido o uso de aeromodelos (drones, VANTs) para fins recreacionais; para outros fins, tais como proteção, fiscalização e pesquisa, o uso será permitido somente com autorização da entidade gestora e de acordo com as normas vigentes.

ZONA DE CONSERVAÇÃO (ZC)

Definição: É aquela onde há ambientes naturais bem conservados, podendo apresentar efeitos de intervenção humana não significativos.

Descrição: Abrange aproximadamente 1.134,77 hectares da UC (54,78% da área total) e corresponde às áreas em que os ecossistemas se encontram em bom estado de conservação, não necessitando de ações de manejo para sua recuperação.

Objetivo: Conservar a paisagem natural, a biodiversidade e o meio físico, possibilitando atividades de pesquisa científica, educação ambiental e contemplação da natureza, com mínimo impacto sobre os atributos ambientais da Unidade de Conservação.

Objetivos específicos:

- I. Assegurar a conservação da diversidade biológica servindo como banco genético da fauna e flora;
- II. Conservar a representatividade das distintas comunidades naturais do PE Vassununga;
- III. Garantir corredores naturais entre remanescentes de vegetação natural ou regiões em restauração ecológica;
- IV. Manter as condições ambientais adequadas para assegurar a qualidade e a quantidade dos recursos hídricos existentes na Unidade de Conservação;
- V. Proteger regiões de alta fragilidade do meio físico, com cobertura vegetal pouco alterada;
- VI. Proteger o patrimônio histórico-cultural, arqueológico e geológico;
- VII. Promover a pesquisa científica, a educação ambiental e contemplação da natureza.

Atividades permitidas:

- I. Pesquisa científica, educação ambiental e contemplação da natureza;
- II. Acesso para realizar atividades de pesquisa científica, educação ambiental e contemplação da natureza, restrito e de mínimo impacto sobre os atributos ambientais da UC;
- III. Proteção, fiscalização e monitoramento.

Normas:

- I. A infraestrutura de proteção, fiscalização, monitoramento e pesquisa científica deverá circunscrever-se às Áreas de Administração, ser de mínimo impacto e poderá incluir aceiros, guaritas, postos de controle, estruturas para desembarque e abrigos para pesquisadores, dentre outros;
- II. A infraestrutura para as atividades de educação ambiental e de contemplação da natureza deverá circunscrever-se às Áreas de Uso Público, ser de mínimo impacto e poderá incluir trilhas, sinalização e equipamentos de segurança, tais como corrimões, escadas ou pontes;
- III. O uso de aparelhos sonoros só é permitido com finalidade científica ou de fiscalização;
- IV. As atividades de educação ambiental e de contemplação da natureza deverão circunscrever-se às Áreas de Uso Público e às Áreas Histórico-Culturais e atender às normas estabelecidas para essas áreas;
- V. Será permitida a coleta de propágulos da flora, desde que autorizada pela entidade gestora e vinculada a projetos de recuperação da unidade;
- VI. Não são permitidos deslocamentos em veículos motorizados em trilhas exceto para o desenvolvimento das atividades de proteção, de fiscalização, pesquisa científica e de manutenção dos acessos.

ZONA DE RECUPERAÇÃO (ZR)

Definição: É aquela constituída por ambientes naturais degradados que devem ser recuperados para atingir um melhor estado de conservação e que, uma vez recuperada, deverá ser reclassificada.

Descrição: Abrange aproximadamente 916,10 hectares da UC (44,23 % da área total) e corresponde principalmente às regiões de bordas das glebas florestais e/ou às áreas com necessidade de manejo para conservação do mosaico de fisionomias savânicas.

Objetivo: Deter a degradação dos recursos ambientais e recuperar os ecossistemas naturais quanto à estrutura, função e composição, o mais próximo possível da condição anterior à sua degradação.

Objetivos específicos:

- I. Implantar projetos de recuperação do patrimônio natural e histórico-cultural;
- II. Implantar projetos de restauração ecológica, visando o aumento da cobertura de vegetação nativa e habitat para a fauna silvestre;
- III. Incentivar pesquisas em Ecologia da Restauração que subsidiem técnicas adequadas a diferentes situações de degradação;
- IV. Recuperar regiões de alta fragilidade do meio físico que representem riscos à população humana ou aos atributos do PE Vassununga;
- V. Priorizar projetos de restauração ecológica nas áreas ocupadas por espécies exóticas;
- VI. Manter o mosaico de fisionomias savânicas na gleba Pe-de-Gigante.

Atividades permitidas:

- I. Recuperação do patrimônio natural e histórico-cultural;
- II. Pesquisa científica, educação ambiental e contemplação da natureza ;
- III. Proteção, fiscalização e monitoramento.

Normas:

- I. A infraestrutura de proteção, fiscalização, monitoramento e pesquisa científica deverá circunscrever-se às Áreas de Administração, ser de mínimo impacto e poderá incluir aceiros, guaritas, postos de controle, estruturas para desembarque e abrigos para pesquisadores, dentre outros;
- II. A infraestrutura para as atividades de educação ambiental e de contemplação da natureza deverá circunscrever-se às Áreas de Uso Público, ser de mínimo impacto e poderá incluir trilhas, sinalização e equipamentos de segurança, tais como corrimões, escadas ou pontes;
- III. As atividades de educação ambiental e de contemplação da natureza deverão circunscrever-se às Áreas de Uso Público e às Áreas Histórico-Culturais e atender às normas estabelecidas para essas áreas;
- IV. O projeto de Restauração Ecológica deverá ser aprovado pela entidade gestora, que poderá , a qualquer tempo, realizar vistorias ou solicitar complementações e adequações conforme regulamentações específicas, inclusive em relação à eficácia dos métodos e das ações realizadas, considerando ainda que:
 - a. Em caso de conhecimento incipiente sobre o ecossistema a ser restaurado, somente será permitido o isolamento dos fatores de degradação, sendo adotadas apenas técnicas de condução de regeneração natural;
 - b. Em situações excepcionais, será permitida a introdução de propágulos, que devem ser coletados em ecossistemas de referência de mesma tipologia vegetal, existentes na própria Unidade de Conservação ou em local de maior proximidade possível, a fim de se evitar contaminação genética;
 - c. Será incentivada a eliminação de espécies exóticas cultivadas e invasoras, buscando o baixo impacto sobre as espécies nativas em regeneração e sobre a fauna, sendo permitida, inclusive, a sua exploração comercial para garantir a viabilidade da eliminação;
 - d. Poderá ser realizado o cultivo temporário de espécies vegetais exóticas não invasoras, tais como espécies de adubação verde, como estratégia de manutenção da área para auxiliar o controle de gramíneas invasoras e favorecer o estabelecimento da vegetação nativa, desde que não representem risco à conservação dos ambientes naturais;

- e. É permitido o manejo de fragmentos de ecossistemas degradados que necessitem de controle de espécies nativas hiperabundantes, adensamento e/ou enriquecimento, a fim de recuperar a composição, estrutura e função da comunidade;
 - f. É permitido o uso de agrotóxicos para controle de espécies cultivadas ou invasoras, em caráter experimental ou em larga escala, desde que justificado tecnicamente;
 - g. É permitida a queima controlada visando o manejo conservacionista da vegetação nativa, cujas características ecológicas estejam associadas evolutivamente à ocorrência do fogo;
 - h. Deverão ser priorizados projetos de restauração ecológica nas áreas ocupadas por espécies exóticas com potencial de invasão.
- V. É permitida a circulação de veículos motorizados, máquinas e equipamentos necessários ao desenvolvimento das atividades permitidas na zona.

ZONA DE USO EXTENSIVO (ZUE)

Definição: É aquela constituída em sua maior parte por regiões naturais conservadas, podendo apresentar efeitos de intervenção humana e atrativos passíveis de visitação pública.

Descrição: Abrange aproximadamente 17,50 hectares da UC (0,84 % da área total) e corresponde as áreas onde estão localizadas as trilhas do PEV, Trilha do Mirante na gleba Pé-de-Gigante, Trilha dos Jequitibás e Trilha do Pedregulho na gleba Capetinga Oeste e Trilha da Mina e Trilha do Trilho do Trem na gleba Capetinga Leste.

Objetivo: Conservar a paisagem natural, a biodiversidade e o meio físico, possibilitando atividades de pesquisa científica, educação ambiental e visitação pública, com baixo impacto sobre os recursos ambientais.

Objetivos específicos:

- I. Conservar a representatividade das distintas comunidades naturais;
- II. Promover o potencial das regiões para visitação pública de notório valor paisagístico, histórico-cultural, , e geológico;
- III. Sensibilizar o usuário para a importância da conservação dos recursos ambientais e de regiões de alta fragilidade do meio físico;
- IV. Promover a pesquisa científica e a educação ambiental;
- V. Manter as condições ambientais adequadas para assegurar a qualidade e a quantidade dos recursos hídricos existentes na Unidade de Conservação.

Atividades permitidas:

- I. Visitação pública com baixo impacto sobre os recursos ambientais;
- II. Pesquisa científica e educação ambiental;
- III. Proteção, fiscalização e monitoramento.

Normas:

- I. A infraestrutura de proteção, fiscalização, monitoramento e pesquisa científica deverá circunscrever-se às Áreas de Administração, ser de mínimo ou baixo impacto e poderá incluir aceiros, guaritas, postos de controle, estruturas para desembarque e abrigos para pesquisadores, dentre outros;
- II. O uso de aparelhos sonoros só será permitido com finalidade científica, educação ambiental, fiscalização ou em eventos específicos autorizados pela entidade gestora;
- III. As atividades de educação ambiental e de visitação pública deverão circunscrever-se às Áreas de Uso Público e às Áreas Histórico-Culturais e atender às normas estabelecidas para essas áreas;
- IV. A infraestrutura para as atividades de educação ambiental e de visitação pública deverá circunscrever-se às

Áreas de Uso Público, ser de mínimo ou baixo impacto e poderá incluir, além daquela prevista nas zonas anteriores, trilhas, abrigos, quiosques, mirantes, tirolesa e arborismo, dentre outros;

- V. Deverão ser adotadas medidas de saneamento para tratamento dos resíduos e efluentes gerados na Unidade de Conservação, para abastecimento de água e fornecimento de energia, priorizando tecnologias e destinação de baixo impacto e ambientalmente adequadas;
- VI. São permitidos deslocamentos em veículos motorizados em trilhas para o desenvolvimento das atividades de proteção, fiscalização, monitoramento, pesquisa científica e para oferecer acessibilidade.

ZONA DE USO INTENSIVO (ZUI)

Definição: É aquela constituída em sua maior parte por regiões naturais conservadas, podendo apresentar efeitos de intervenção humana e atrativos possíveis de visitação pública.

Descrição: Abrange aproximadamente 3,05 hectares (0,15% da área total) e corresponde à gleba Capetinga Leste, onde está localizado o Centro de Visitantes e as edificações de apoio à gestão e à pesquisas científicas.

Objetivo: Oferecer infraestrutura de suporte às atividades de gestão e administração, fiscalização, monitoramento, pesquisa científica, educação ambiental e visitação pública com médio impacto sobre os recursos ambientais.

Objetivos específicos:

- I. Abrigar estruturas de apoio ao uso público e atrativos que suportam maior intensidade de visitação pública;
- II. Instalar, operar e manter edificações e equipamentos necessários às atividades previstas para a zona.

Atividades permitidas:

- I. Gestão e administração;
- II. Visitação pública;
- III. Pesquisa científica e educação ambiental;
- IV. Proteção, fiscalização e monitoramento.

Normas:

- I. As espécies exóticas utilizadas em projetos de paisagismo já implantados deverão ser substituídas por nativas, ainda que gradualmente;
- II. A infraestrutura para a gestão, administração e pesquisa científica deverá circunscrever-se às Áreas de Administração, ser de mínimo, baixo ou médio impacto e poderá incluir sede administrativa, centro de pesquisa e almoxarifado, dentre outros;
- III. A infraestrutura para educação ambiental e visitação pública deverá circunscrever-se às Áreas de Uso Público, ser de mínimo, baixo ou médio impacto e poderá incluir, além daquela permitida nas zonas anteriores, estacionamento, centro de visitantes, equipamentos de lazer e recreação, lojas, lanchonete, restaurante, museu, dentre outros;
- IV. As edificações e a infraestrutura deverão estar harmoniosamente integradas à paisagem;
- V. É permitida a implantação de projetos de paisagismo, desde que utilizadas espécies nativas, mediante aprovação pela entidade gestora;
- VI. Deverão ser adotadas medidas de saneamento para tratamento dos resíduos e efluentes gerados na Unidade de Conservação, para abastecimento de água e fornecimento de energia elétrica, priorizando tecnologias e destinação de baixo impacto e ambientalmente adequadas;
- VII. O uso de aparelhos sonoros só será permitido com finalidade científica, para educação ambiental, para fiscalização ou em eventos específicos autorizados pela entidade gestora.

VIII. É permitida a circulação de veículos, máquinas e equipamentos necessários ao desenvolvimento das atividades permitidas na zona.

ÁREAS

ÁREA DE USO PÚBLICO (AUP)

Definição: É aquela que circunscreve as atividades de uso público e que possibilita a instalação de infraestrutura de suporte às atividades permitidas na zona em que se insere.

Descrição: São compostas pelas trilhas do PEV, sendo elas, Trilha do Mirante, Trilha dos Jequitibás, Trilha do Pedregulho e Trilha da Mina. Além do Centro de Visitantes, localizado na Gleba Capetinga Leste.

Incidência: Se sobrepõe às Zonas de Conservação, de Recuperação, Uso Extensivo e de Uso Intensivo.

Objetivo: Possibilitar o desenvolvimento das atividades de uso público permitidas na zona em que se insere.

Objetivos Específicos:

- I. Propiciar atividades de uso público voltadas à interpretação, vivência e contato com a paisagem e os recursos naturais;
- II. Sensibilizar o usuário para a importância da conservação dos recursos naturais;
- III. Comportar a infraestrutura de apoio às atividades permitidas na zona.

Atividades permitidas:

- I. Nas Áreas de Uso Público sobrepostas às Zonas de Conservação e Recuperação são permitidas atividades de pesquisa científica, educação ambiental e contemplação da natureza, com acesso restrito e de mínimo impacto sobre os atributos ambientais da unidade de conservação;
- II. Nas Áreas de Uso Público sobrepostas à Zona de Uso Extensivo são permitidas atividades de pesquisa científica, educação ambiental e visitação pública de até média intensidade, com mínimo ou baixo impacto sobre os atributos ambientais da unidade de conservação;
- III. Nas Áreas de Uso Público sobrepostas à Zona de Uso Intensivo são permitidas atividades de pesquisa científica, educação ambiental e visitação pública de até alta intensidade, com até médio impacto sobre os atributos ambientais da unidade de conservação.

Normas:

- I. Nas Áreas de Uso Público sobrepostas às Zonas de Conservação e de Recuperação:
 - a. A infraestrutura deve ser de mínimo impacto e pode incluir trilhas, sinalização e equipamentos de segurança, tais como corrimões, escadas ou pontes compatíveis com as características da zona;
 - b. O acesso à Área deve ser limitado, controlado e previamente acordado com a entidade gestora da unidade de conservação;
 - c. As atividades nas Áreas de Uso Público sobrepostas à Zona de Recuperação serão suspensas durante operações de manutenção, pesquisa ou quaisquer outras que exijam o emprego de máquinas ou equipamentos que ofereçam riscos;
- II. Nas Áreas de Uso Público sobrepostas à Zona de Uso Extensivo a infraestrutura deve ser de mínimo ou baixo impacto e pode incluir, além das anteriores, abrigos, quiosques, mirantes, tirolesa e arvorismo, dentre outras;
- III. Nas Áreas de Uso Público sobrepostas à Zona de Uso Intensivo a infraestrutura deve ser de até médio impacto e

pode incluir, além das anteriores, estacionamento, centro de visitantes, lojas, lanchonete, restaurante, museu, equipamentos de lazer e recreação, pousadas e hotéis, dentre outras.

ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO (AA)

Definição: É aquela que circunscreve as atividades e as infraestrutura de apoio aos serviços administrativos, de proteção, de fiscalização e de pesquisa científica.

Descrição: São áreas destinadas à administração da UC que serão sobrepostas as Zonas de Recuperação, de Uso Extensivo e Intensivo.

Incidência: Se sobrepõe às Zonas de Conservação, de Recuperação, de Uso Extensivo e de Uso Intensivo.

Objetivo: Oferecer suporte ao desenvolvimento das atividades de gestão da Unidade de Conservação.

Objetivos específicos:

- I. Abrigar a sede administrativa e as estruturas necessárias às atividades de gestão da UC;
- II. Garantir a operacionalização das atividades de proteção, fiscalização, pesquisa e manutenção do patrimônio físico.

Atividades permitidas:

- I. São permitidas as seguintes atividades:
 - a. Administração;
 - b. Pesquisa científica;
 - c. Manutenção do patrimônio físico;
 - d. Proteção, fiscalização e monitoramento.

Normas:

- I. Nas Áreas de Administração sobrepostas às Zona de Conservação e de Recuperação a infraestrutura deve ser de mínimo impacto e pode incluir, dentre outras, aceiros, guaritas, postos de controle, estruturas para desembarque e abrigo para pesquisadores;
- II. Nas Áreas de Administração sobrepostas à Zona de Uso Extensivo a infraestrutura deve ser de mínimo ou baixo impacto e pode incluir, dentre outras, aceiros, guaritas, postos de controle, estruturas para desembarque e abrigo para pesquisadores;
- III. Nas Áreas de Administração sobrepostas à Zona de Uso Intensivo:
 - a. A infraestrutura deve ser de até médio impacto e pode incluir, além das anteriores, sede administrativa, centro de pesquisa, alojamentos e almoxarifado, dentre outras;
 - b. É permitida a infraestrutura necessária para viabilizar o tratamento adequado de efluentes, bem como para o tratamento ou depósito dos resíduos sólidos gerados na unidade de conservação, priorizando tecnologias e destinação de baixo impacto e ambientalmente adequadas, compatível com a unidade.

ÁREA DE OCUPAÇÃO HUMANA (AOH)

Definição: É aquela que circunscreve ocupações humanas.

Descrição: São áreas no interior da UC que compreende propriedades produtivas, localizadas na região leste da gleba Capetinga Leste.

Objetivo: Indicar a ocorrência das ocupações humanas, até que seja definido o encaminhamento apropriado a cada caso.

Objetivos específicos:

- I. Subsidiar a consolidação dos limites (ou do perímetro) da Unidade de Conservação;
- II. Subsidiar o programa de regularização fundiária da Unidade de Conservação;
- III. Minimizar o impacto das atividades desenvolvidas na área sobre os atributos da Unidade de Conservação.

Atividades permitidas:

- I. Proteção, fiscalização e monitoramento;

Normas:

- I. A entidade gestora deverá priorizar as ações de consolidação dos limites.

ÁREA HISTÓRICO-CULTURAL (AHC)

Definição: É aquela que circuncreve o patrimônio histórico-cultural ou arqueopaleontológico.

Descrição: Compreende os lavadores de café na gleba Capetinga Oeste e a Trilha do Trilho do Trem na gleba Capetinga Leste, que compreende remanescente do leito do antigo ramal férreo Santa Rita da Cia Paulista que ligava os municípios de Porto Ferreira e Santa Rita do Passa Quatro.

Objetivo: Proteger e difundir a importância do patrimônio histórico-cultural ou arqueopaleontológico.

Objetivos específicos:

- I. Assegurar a conservação do patrimônio histórico-cultural;
- II. Promover a pesquisa científica e a educação ambiental;
- III. Sensibilizar o usuário para a importância da conservação do patrimônio histórico-cultural.

Atividades permitidas:

- I. Nas Áreas Histórico-Culturais sobrepostas às Zonas de Conservação e Recuperação são permitidas atividades de pesquisa científica e educação ambiental, com acesso restrito e de mínimo impacto sobre os atributos da unidade de conservação;
- II. Nas Áreas Histórico-Culturais sobrepostas à Zona de Uso Extensivo são permitidas atividades de pesquisa científica, educação ambiental e visitação pública de até média intensidade, com mínimo ou baixo impacto sobre os atributos da unidade de conservação;
- III. Nas Áreas Histórico-Culturais sobrepostas à Zona de Uso Intensivo são permitidas atividades de pesquisa científica, educação ambiental e visitação pública de até alta intensidade e médio impacto sobre os atributos da unidade de conservação.

Normas:

- I. É permitida a instalação de infraestrutura de mínimo impacto para viabilizar as atividades previstas na área;
- II. São permitidos o restauro e a manutenção de estruturas objetivando sua conservação, valorização e visitação;
- III. Não é permitida a alteração das características originais dos sítios histórico-culturais.

7.4. DA ZONA DE AMORTECIMENTO

Definição: É o entorno da Unidade de Conservação onde as atividades humanas potencialmente causadoras de impactos sobre os seus atributos estão sujeitas a diretrizes e normas específicas.

Objetivo: Minimizar os impactos ambientais negativos sobre a Unidade de Conservação e incentivar o desenvolvimento de práticas sustentáveis no entorno.

Diretrizes e Normas Gerais:

- I. As diretrizes, normas e incentivos definidos no Plano de Manejo devem ser considerados no processo de licenciamento ambiental, sem prejuízo do disposto na legislação aplicável, em especial as Resoluções CONAMA nº 428/2010 e SMA nº 85/2012;
- II. A Zona de Amortecimento deve ser objeto prioritário das políticas públicas de estímulo econômico para a preservação do meio ambiente, com vistas ao desenvolvimento sustentável do entorno da unidade de conservação;
- III. Não é permitido o emprego de fogo, salvo para controle fitossanitário e projetos de restauração ecológica mediante autorização específica;
- IV. Não é permitida a utilização de espécies exóticas com potencial de invasão nas ações de restauração ecológica, conforme disposto na Resolução SMA nº 32/2014;
- V. Não é permitido o cultivo ou criação de espécies exóticas com potencial de invasão constantes nas normativas do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA;
- VI. A pessoa física ou jurídica que cultivar ou criar espécies exóticas envolvidas em processo de invasão biológica e não contempladas nas normativas do CONSEMA deve adotar ações de controle para evitar seu estabelecimento no interior da unidade de conservação, sendo que os órgãos ambientais competentes estabelecerão procedimentos para manejo e controle das espécies;
- VII. São consideradas áreas prioritárias para restauração ecológica aquelas que minimizem o efeito de borda e incrementem a conectividade e a permeabilidade da paisagem, sendo:
 - a. As situadas na faixa de 400 metros do entorno imediato da UC;
 - b. As situadas no Setor I;
 - c. As áreas originalmente ocupadas por savana, conforme Artigo 9º da Lei estadual 13.550/2009;
- VIII. As áreas de que trata o inciso VII são elegíveis para receber apoio técnico-financeiro da compensação prevista no artigo 36 da Lei nº 9.985/2000, com a finalidade de recuperação e manutenção, conforme o disposto no artigo 41, § 6º, da Lei federal nº 12.651/2012;
- IX. Todos os projetos de restauração ecológica, incluindo os de recuperação e manutenção, devem ser aprovados pela entidade gestora, ressaltando que:
 - a. Devem ser observadas as diretrizes do Programa de Recuperação Ambiental da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo;
 - b. O projeto deve ser cadastrado no Sistema Informatizado de Apoio à Restauração Ecológica – SARE;
 - c. A restauração deve observar o disposto na Resolução SMA nº 32/2014 e outras normas específicas sobre o tema;
- X. As Reservas Legais das propriedades inseridas na Zona de Amortecimento devem estabelecer conectividade estrutural e/ou funcional com a unidade de conservação, quando possível;
- XI. A instituição da Reserva Legal deve ser, preferencialmente, no próprio imóvel, sendo, nesses casos, elegível para receber apoio técnico-financeiro para a sua recomposição, conforme acima estabelecido;
- XII. O cultivo ou a criação de Organismos Geneticamente Modificados - OGMs ou seus derivados deve ocorrer mediante posse de cópia do extrato do parecer técnico da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, referente à utilização comercial, atestando que não trará risco aos atributos da unidade de conservação, conforme previsto no artigo 27 da Lei federal nº 11.460/2007;

- XIII. As atividades agrossilvipastoris, novas e existentes, devem:
- a. Adotar práticas de conservação, uso e manejo adequadas do solo e água em atendimento ao disposto na legislação vigente, com vistas a evitar: (i) o desencadeamento de processos erosivos e a compactação do solo; (ii) o aumento da turbidez e interrupção do fluxo contínuo dos cursos d'água; (iii) a contaminação dos corpos hídricos; (iv) a diminuição da disponibilidade hídrica; (v) a perda das características físicas, químicas ou biológicas do solo; (vi) os impactos à biodiversidade; (vii) a utilização de queimadas como forma de limpeza de terrenos ou para renovação de pastagens; (viii) a poluição e a disposição inadequada dos resíduos gerados pelas atividades agrossilvipastoris;
 - b. Adotar medidas de controle e/ou erradicação de espécies exóticas de plantas ou animais com potencial de invasão aos remanescentes de ecossistemas naturais presentes na unidade de conservação;
 - c. Evitar o uso de agrotóxicos que comprometam a qualidade ambiental, devendo, minimamente: (i) priorizar os de menor risco toxicológico e periculosidade ambiental, observando-se o disposto na legislação vigente; (ii) apresentar, sempre que solicitado, o receituário agrônomo; (iii) adotar boas práticas no descarte de embalagens vazias de agrotóxicos, observando-se as normas vigentes; (iv) observar as normas vigentes quanto à aplicação do uso de agrotóxicos, em especial a Instrução Normativa MAPA nº 02/2008, que trata da aviação agrícola, e a Instrução Normativa Conjunta nº SDA/ MAPA/ IBAMA 01/2012, que dispõe sobre a aplicação dos ingredientes ativos Imidacloprido, Clotianidina, Tiametoxam e Fipronil;
 - d. Aderir, sempre que possível, aos protocolos ambientais do Governo do Estado de São Paulo, como o Protocolo de Transição Agroecológica e o Protocolo "Etanol Mais Verde";
 - e. Adotar boas práticas no controle de pragas e priorizar o manejo integrado de pragas e o controle biológico;
 - f. Manter atualizado o Plano de Aplicação de Vinhaça, além de observar as normas vigentes em relação à sua aplicação;
 - g. Adotar, sempre que possível, práticas agroecológicas para minimizar o uso de agrotóxicos;
 - h. Prevenir a poluição e promover o gerenciamento ambiental adequado dos resíduos gerados nas atividades agrossilvipastoris;
 - i. Destinar adequadamente os resíduos agrícolas ou pecuários provenientes de granjas, esterqueiros, chiqueiros e lavagens;
 - j. Promover a contenção e a recuperação dos processos erosivos em curso;
 - k. Impedir a invasão da unidade de conservação por animais de criação, como gado bovino ou equino, mantendo cercas permanentes em bom estado;
 - l. Na rotação de cultura, sempre que possível, priorizar espécies vegetais não invasoras e que não atraiam javalis (*Sus scrofa*);
 - m. Nas práticas de manejo de cultivo, sempre que possível, planejar as atividades no sentido da borda da Zona de Amortecimento para as glebas do PEV, com objetivo de promover rotas de fuga para a proteção da fauna.
- XIV. As atividades agrossilvipastoris não licenciáveis devem observar a Resolução Conjunta SAA/SMA/SJDC nº 01/2011;
- XV. Impedir a invasão da unidade de conservação por animais domésticos;
- XVI. Na faixa de 500 metros contígua as glebas da unidade de conservação:
- a. Não é permitida a prática de pulverização aérea;
 - b. As demais formas de pulverização controlada de agrotóxicos e maturadores químicos, estarão condicionadas ao aviso prévio de, no mínimo, 7 dias de antecedência ao gestor da Unidade de Conservação, com a declaração de:
 - i. A justificativa da aplicação;
 - ii. O tipo de defensivo agrícola ou maturador químico que será utilizado;
 - iii. A sua dosagem por hectare;
 - iv. O tipo de calda utilizada na aplicação;
 - v. A forma de aplicação;

- vi. A área de aspersão (polígono);
 - vii. A data e hora da pulverização.
- XVII. As obras, atividades e empreendimentos, incluindo os de utilidade pública e de interesse social, novos ou existentes, quando da emissão, renovação e regularização da licença ambiental, devem, quando aplicável tecnicamente:
- a. Apresentar programa de monitoramento de fauna silvestre e medidas mitigadoras para os possíveis impactos, como, por exemplo: (i) passagem de fauna silvestre; (ii) limitador de velocidade para veículos; (iii) medidas para redução de ruídos antropogênicos e poluição sonora; (iv) sinalização da fauna silvestre; (v) atividades de educação ambiental;
 - b. Apresentar plano de ação de emergência de acidentes com produtos perigosos;
 - c. Construir, em estradas com tráfego de produtos perigosos, sistemas de drenagem e bacias de retenção nos trechos que cortam a ZA para contenção de vazamentos e de produtos perigosos decorrentes de acidentes rodoviários;
 - d. Apresentar programa de apoio à prevenção e combate a incêndios;
 - e. Apresentar programa de monitoramento e controle de espécies exóticas com potencial de invasão aos remanescentes de ecossistemas naturais, presentes na unidade de conservação;
- XVIII. São vedados o corte e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração no entorno imediato de 400 (quatrocentos) metros da unidade de conservação, conforme o disposto:
- a. no artigo 11 da Lei federal nº 11.428/2006, excetuando-se as obras de utilidade pública de energia, saneamento e transporte, desde que comprovada a inexistência de alternativa locacional;
 - b. no inciso IV do artigo 4º da Lei estadual nº 13.550/2009;
- XIX. A compensação pela supressão de vegetação nativa, em estágio inicial, médio ou avançado de regeneração, e as intervenções em Áreas de Preservação Permanente desprovidas de vegetação nativa deve observar a normativa vigente e, minimamente, os seguintes critérios:
- a. A compensação em áreas dentro da unidade de conservação ou na faixa contígua de 400 (quatrocentos) metros do entorno da unidade de conservação deve ser em área equivalente a, no mínimo, 2 (duas) vezes a área autorizada para supressão ou intervenção;
 - b. A compensação em áreas dentro da Zona de Amortecimento - ZA, fora do limite de 400 (quatrocentos) metros, deve ser em área equivalente a, no mínimo, 3 (três) vezes a área autorizada para supressão ou intervenção;
 - c. A compensação em áreas fora da Zona de Amortecimento - ZA deve ser em área equivalente a, no mínimo, 9 (nove) vezes a área autorizada para supressão ou intervenção;
- XX. A compensação pelo corte de árvores nativas isoladas deve observar a normativa vigente e, minimamente, os seguintes critérios:
- a. A compensação em áreas dentro da unidade de conservação ou na faixa contígua de 400 (quatrocentos) metros do entorno da unidade de conservação deve ser na proporção de 10 para 1;
 - b. A compensação em áreas dentro da Zona de Amortecimento - ZA, fora do limite de 400 (quatrocentos) metros, deve ser na proporção de 15 para 1;
 - c. A compensação em áreas fora da Zona de Amortecimento - ZA deve ser na proporção de 35 para 1;
- XXI. A supressão de vegetação nativa, o corte de árvores isoladas e a intervenção em Áreas de Preservação Permanente, quando permitidas, podem ser compensadas com a doação, ao Poder Público:
- a. de área equivalente localizada no interior da unidade de conservação pendente de regularização fundiária, e a critério da entidade gestora;
 - b. de área equivalente a ser incorporada à unidade de conservação e que amplie a conexão funcional/estrutural entre as glebas;
- XXII. Não é permitida a criação de organismos aquáticos exóticos sem a observância de medidas que visem impedir sua dispersão, acidental ou não;
- XXIII. Os parcelamentos do solo, conforme disposto na legislação vigente, devem priorizar:

- a. A implantação dos espaços livres considerando os fragmentos existentes e a proximidade com a unidade de conservação, de modo a contribuir para a consolidação dos corredores ecológicos;
 - b. A utilização de espécies nativas regionais no paisagismo das áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como espaços livres de uso público;
 - c. A implantação de sistemas de microdrenagem, pavimentos permeáveis, reservatórios de retenção de águas, , soluções para a infiltração e reutilização de águas pluviais;
 - d. Sistema de iluminação artificial adequado nas áreas adjacentes à unidade de conservação para minimizar atração e ou desorientação da fauna;
 - e. A destinação adequada de resíduos sólidos, de acordo com a legislação vigente;
 - f. Prever a instalação de hidrantes conforme instruções técnicas vigentes do corpo de bombeiros;
- XXIV. Os empreendimentos que utilizam insumos a base de petróleo e contaminantes, tais como chumbo, deverão dar descarte ambientalmente adequado ao material, evitando contaminação de solo e mananciais de água;
- XXV. A entidade gestora poderá, verificado o potencial impacto dos ruídos antropogênicos e poluição sonora aos atributos da UC ou as demais atividades permitidas, solicitar dos empreendimentos novos ou existentes: (i) a realização de estudos de bioacústica; ou (ii) a realização de monitoramento acústico para avaliar e mitigar o real efeito da poluição sonora;
- XXVI. Não é permitida a realização de espetáculos pirotécnicos com utilização de fogos de artifício e artefatos similares.

NORMAS ESPECÍFICAS POR SETOR:

SETOR I

Descrição: Corresponde a uma área de aproximadamente 4.134,97 ha (18,26% da área total da ZA), situada entre as seis glebas do PEV. É aquela constituída por fragmentos de ecossistemas naturais e suas conexões via Áreas de Proteção Permanente e áreas relevantes para a conservação ambiental.

Objetivo: Conservar os ecossistemas naturais mais relevantes e manter os processos ecológicos por meio do estímulo ao incremento de conexão entre as glebas do PEV.

Normas:

- I. Não é permitida a instalação de novos empreendimentos industriais;
- II. A ampliação de empreendimentos industriais, a instalação e ampliação de empreendimentos minerários ficam condicionadas à comprovação de que não haverá fragmentação da vegetação nativa, perda de conectividade e diminuição da permeabilidade da paisagem;
- III. As obras, atividades e empreendimentos de utilidade pública devem, quando permitidas, compatibilizar-se com os objetivos estabelecidos para a Zona de Amortecimento, devendo, quando pertinente, ser previstas e implementadas medidas mitigadoras para os seguintes impactos:
 - a. Alteração da estabilidade geotécnica;
 - b. Intensificação dos processos de dinâmica superficial do solo;
 - c. Fragmentação da vegetação nativa, perda de conectividade e diminuição da permeabilidade da paisagem;
 - d. Assoreamento dos cursos d'água e alteração na qualidade e quantidade da água superficial e subterrânea;
 - e. Poluição sonora, inclusive em sinergia com fontes de ruídos de origem antrópica pré-existentes;
 - f. Indução de ocupação no entorno do empreendimento;
 - g. Aumento do tráfego de veículos e abertura de novos acessos;
- IV. A criação de abelhas exóticas deverá empregar técnicas de tela excludora de alvado e desmembramento de enxame.

SETOR II

Descrição: Corresponde a uma área de aproximadamente 2.757,49 ha (12,18% da área total da ZA), situada à oeste da gleba Pé de Gigante. Este setor se sobrepõe à Zona de Amortecimento da Estação Ecológica de Jataí.

Objetivo: Salvar e consolidar a vocação do território como corredor ecológico, de modo a assegurar a conectividade e a disponibilidade dos serviços ecossistêmicos.

Normas:

- I. Será permitida a pulverização controlada de agrotóxicos e maturadores químicos, com aviso prévio de, no mínimo, 4 dias de antecedência ao gestor da Unidade de Conservação, onde será declarado:
 - b. A justificativa da aplicação;
 - c. O tipo de defensivo agrícola ou maturador químico que será utilizado;
 - d. A sua dosagem por hectare;
 - e. O tipo de calda utilizada na aplicação;
 - f. A forma de aplicação;
 - g. A área de aspersão (polígono);
 - h. A data e hora da pulverização.
- II. O uso da vinhaça como adubo orgânico deve seguir o disposto nos parâmetros estabelecidos na Norma CETESB P. 4.231 (Vinhaça – Critérios e Procedimentos para Aplicação no Solo Agrícola) ou outra que venha substituí-la;
- III. Não será permitido o uso de qualquer espécie transgênica antes da realização de análises e avaliações ambientais específicas para verificar seus possíveis impactos sobre a UC;
- IV. Não será permitido o uso da área para instalação de colméias de apicultura com abelhas exóticas;
- V. Eventos que alterem as dinâmicas do território com aumento do fluxo de veículos e pessoas, poluição sonora e luminosa e geração de resíduos deverão ser autorizados pela entidade gestora, condicionado a adoção de monitoramento e medidas mitigadoras dos impactos.

SETOR III

Descrição: Corresponde a uma área de aproximadamente 15.747,16 ha (69,56% da área total da ZA), composta predominantemente por atividades de cana de açúcar e silvicultura.

Objetivo: Conservar os atributos da UC, especialmente os recursos hídricos que vertem para o interior da UC.

Normas:

- I. Os empreendimentos minerários devem:
 - a. no âmbito do licenciamento ambiental, apresentar medidas mitigadoras dos impactos identificados na ZA, com destaque para: (i) Plano de lavra, com a indicação de ações e estratégias para exploração e reabilitação, de modo a considerar o seu avanço, e minimizar os impactos visuais e o efeito de borda; (ii) Modelo 3D da área para avaliar o impacto na paisagem cênica, de modo a simular a situação durante e após a operação da atividade; (iii) Estudos geotécnicos da lavra e da pilha de estéril, a fim de avaliar a estabilidade da atividade;
 - b. Ao final do processo de lavra, apresentar o Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD, o qual deverá atender aos objetivos do Setor III da Zona de Amortecimento, bem como atender às condicionantes indicadas pela entidade gestora, no âmbito do processo de licenciamento;
- II. Quando da renovação da licença dos empreendimentos minerários, o órgão licenciador deverá dar ciência ao órgão gestor/entidade gestora quanto ao atendimento das condicionantes anteriores;
- III. Obras, empreendimentos e atividades deverão observar as diretrizes, normas e os parâmetros urbanísticos estabelecidos na legislação vigente;

- IV. As obras, atividades e empreendimentos, incluindo os de utilidade pública e de interesse social, devem, quando permitidas, compatibilizar-se com os objetivos estabelecidos para a Zona de Amortecimento, devendo, quando pertinente, ser previstas e implementadas medidas mitigadoras para os seguintes impactos:
- a. Alteração da paisagem cênica;
 - b. Intensificação dos processos de dinâmica superficial do solo;
 - c. Fragmentação da vegetação nativa, perda de conectividade e diminuição da permeabilidade da paisagem;
 - d. Assoreamento dos cursos d'água e alteração na qualidade e quantidade da água superficial e subterrânea;
 - e. Poluição sonora, inclusive em sinergia com fontes de ruídos de origem antrópica pré-existentes;
 - f. Indução de ocupação no entorno do empreendimento;
 - g. Aumento do tráfego de veículos e abertura de novos acessos.

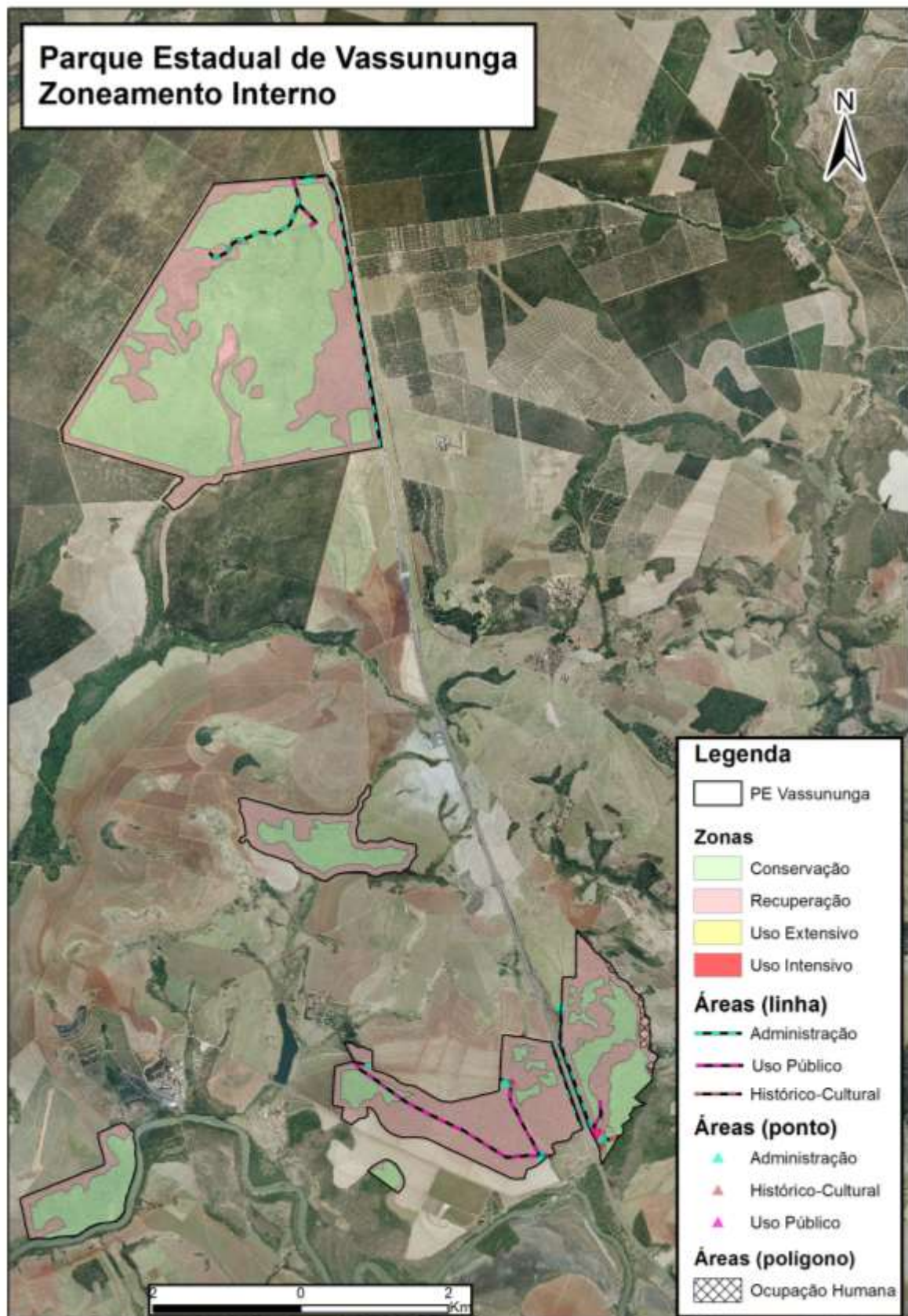
DISPOSIÇÕES GERAIS

As ações necessárias para a implementação do zoneamento e dos programas de gestão previstos no Plano de Manejo do Parque Estadual de Vasununga deverão ser planejadas, executadas e monitoradas, de forma integrada, com as instituições que compõem o Sistema Ambiental Paulista e parceiros.

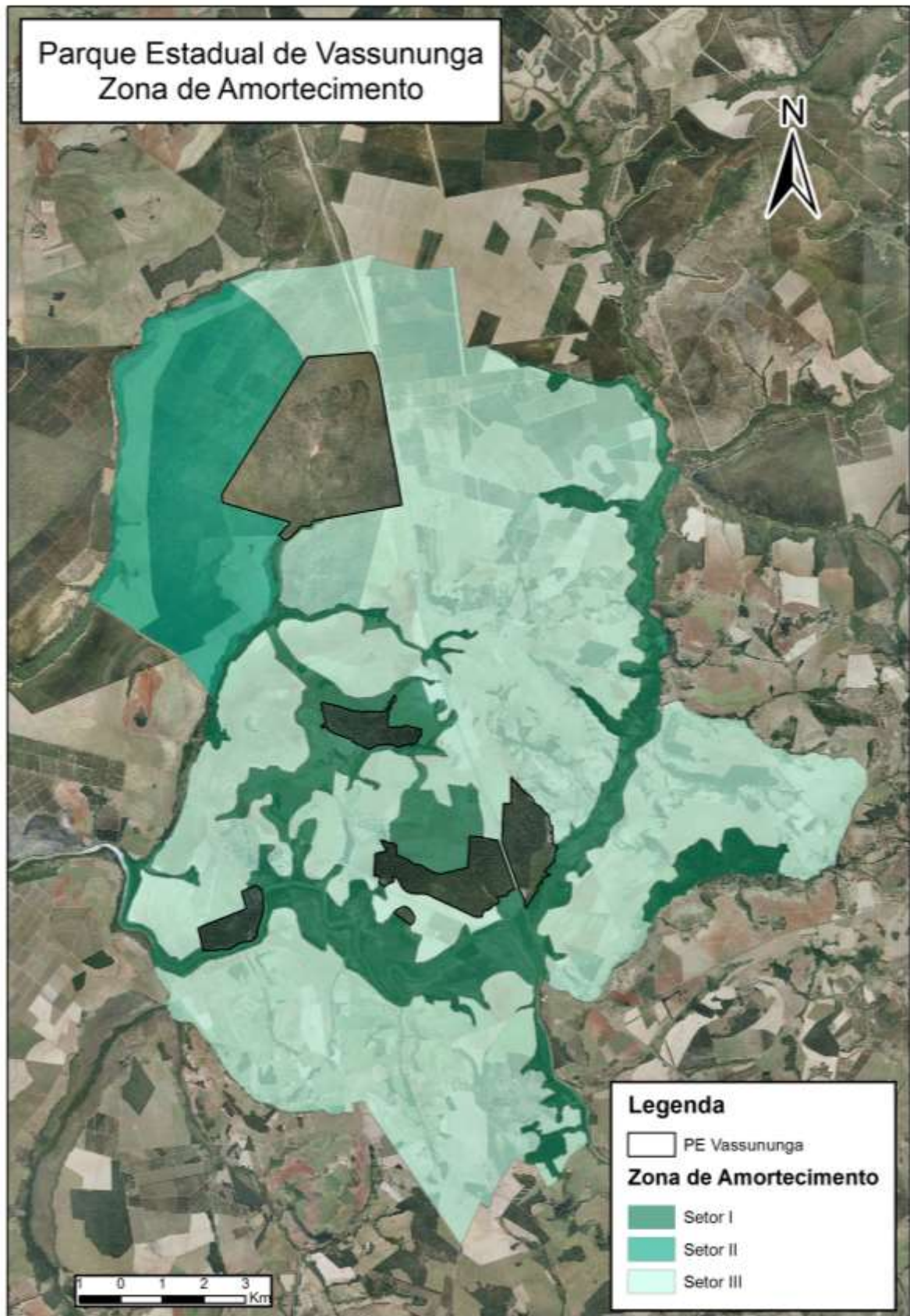
Os programas de gestão são: (1) Manejo e Recuperação; (2) Uso Público; (3) Interação Socioambiental; (4) Proteção e Fiscalização e (5) Pesquisa e Monitoramento.

Para o delineamento das ações e estratégias definidas nos respectivos programas de gestão foram considerados os problemas centrais da UC, as características do território, as normas e diretrizes estabelecidas no zoneamento (zonas e respectivas áreas).

7.5. ANEXO 1 - MAPA DO ZONEAMENTO INTERNO (ZONAS E ÁREAS)



7.6. ANEXO 2 - MAPA DA ZONA DE AMORTECIMENTO



7.7. ANEXO 3 - CONTEÚDO MÍNIMO PARA O TERMO DE COMPROMISSO

Obrigações da concessionária:

- I. Disponibilizar plantas contendo a localização do empreendimento e da área de servidão/domínio;
- II. Acordar com a entidade gestora a agenda dos serviços de manutenção da área de servidão/domínio e dos empreendimentos;
- III. Acordar com a entidade gestora as práticas de manutenção a serem adotadas, de forma a minimizar os impactos no ambiente;
- IV. No caso de concessão de estradas, atender ao disposto no Decreto Estadual nº 53.146/2008 no que se refere à gestão, manutenção e operação de estradas no interior de Unidades de Conservação;
- V. Remover e destinar quaisquer resíduos gerados durante a implantação e manutenção do empreendimento e da área de servidão/domínio, em comum acordo com a entidade gestora da Unidade de Conservação;
- VI. Elaborar um Plano de Contingência, aprovado pela entidade gestora, o qual deverá contemplar a adoção de ações preventivas, mitigadoras e compensatórias, no caso de acidentes;
- VII. Elaborar e implementar um Plano de Fiscalização intensiva nas áreas afetadas pelo empreendimento, aprovado pela entidade gestora, a fim de evitar que os acessos às estruturas sejam feitos por pessoas não autorizadas.

Obrigações da entidade gestora:

- I. Permitir que a concessionária execute as ações de implantação e manutenção dos empreendimentos de utilidade pública e da área de servidão/domínio, conforme acordado;
- II. Fiscalizar e Monitorar o cumprimento dos acordos estabelecidos com a concessionária.

7.8. ANEXO 4 - LISTA EXEMPLIFICATIVA DO ENQUADRAMENTO DE ATIVIDADES E INFRAESTRUTURA CONFORME NÍVEL DE IMPACTO QUE SERÃO PARAMETRIZADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE USO PÚBLICO

Atividades e práticas possíveis	Área de Uso público em Zona de Uso Intensivo (Médio impacto)	Área de Uso público em Zona de Uso Extensivo (Baixo impacto)	Área de Uso público em Zona de Conservação e Recuperação (Mínimo impacto)
Mergulho	SIM	SIM	NÃO
Stand UpPaddle	SIM	SIM	NÃO
Boia-Cross	SIM	SIM	NÃO
Rafting	SIM	SIM	NÃO
Canoagem	SIM	SIM	NÃO
Canionismo	SIM	SIM	NÃO
Arvorismo	SIM	SIM	NÃO
Tirolesa	SIM	SIM	NÃO
Escalada	SIM	SIM	NÃO

Rapel	SIM	SIM	NÃO
TreeClimbing (Arborismo)	SIM	SIM	NÃO
Caminhada / Caminhada de longo curso (travessia)	SIM	SIM	SIM
Cicloturismo	SIM	SIM	NÃO
Espeleoturismo	SIM	SIM	NÃO
Observação da vida silvestre	SIM	SIM	SIM
Turismo equestre	SIM	SIM	NÃO
Slackline / Highline	SIM	SIM	NÃO
Corrida de aventura	SIM	SIM	NÃO
Turismo fora-de-estrada (veículo 4x4)	SIM	NÃO	NÃO
Quadriciclo	SIM	NÃO	NÃO
Voo Livre *decolagem	SIM	SIM	NÃO
Balonismo *decolagem	SIM	NÃO	NÃO
Turismo pedagógico	SIM	SIM	SIM
Estacionamento	SIM	NÃO	NÃO
Lojas	SIM	NÃO	NÃO
Lanchonete / Restaurante	SIM	NÃO	NÃO
Pousada / hospedaria	SIM	NÃO	NÃO

Infraestruturas compatíveis	Área de Uso público em Zona de Uso Intensivo (Médio impacto)	Área de Uso público em Zona de Uso Extensivo (Baixo impacto)	Área de Uso público em Zona de Conservação e Recuperação (Mínimo impacto)
Sanitários	SIM	SIM	NÃO
Lixeiras	SIM	SIM	NÃO

Sinalização, orientação e interpretação	SIM	SIM	SIM
Mirante artificial	SIM	SIM	NÃO
Infraestrutura de segurança (escada, corrimão, ponte, degrau, etc)	SIM	SIM	SIM Construções primitivas, tais como pinguela de tronco, ripados, falsa-baiana, baixios, cordas, pontes, etc.
Abrigo de pernoite	SIM	SIM	NÃO
Camping rústico	SIM	SIM	NÃO
Obrigatoriedade de agendamento	NÃO	NÃO / SIM	SIM
Trilha autoguiada	SIM	SIM	SIM
Limite de visitantes/dia	NÃO	SIM A ser definido nos Programas de Gestão	SIM A ser definido nos Programas de Gestão
Limite do tamanho de grupos	NÃO	SIM A ser definido nos Programas de Gestão	SIM A ser definido nos Programas de Gestão
Obrigatoriedade de apresentação de equipamento individual necessário à atividade (ex: fogareiro, barraca, calçado fechado, alimentação)	NÃO	NÃO	SIM
Banho em corpos d'água	SIM	SIM	NÃO
Termo de responsabilidade	NÃO	NÃO	SIM
Credenciamento	NÃO	NÃO	SIM
Controle de acesso (entrada e saída, cartão de controle)	NÃO	NÃO	SIM
Identificação do responsável pelo grupo	NÃO	NÃO	SIM
Pernoite	SIM	SIM	SIM

8. PROGRAMAS DE GESTÃO

8.1. APRESENTAÇÃO

Os Programas de Gestão correspondem aos objetivos, diretrizes, ações e metas necessárias para o alcance dos objetivos da UC, com o propósito de transformar a realidade identificada na etapa de Diagnóstico em uma situação desejada. Além disso, os Programas de Gestão contribuem para que os objetivos das Zonas, definidas na etapa Zoneamento, sejam alcançados.

Todos os Programas foram elaborados a partir da leitura do território, resultantes das etapas de Diagnóstico e Zoneamento, ambos discutidos e trabalhados coletivamente, junto aos Conselhos Consultivos e diversos atores que compõem o território.

No Plano de Manejo do Parque Estadual de Vassununga foram estabelecidos cinco Programas de Gestão, sendo: (1) Manejo e Recuperação; (2) Uso Público; (3) Interação Socioambiental; Proteção e Fiscalização; e (5) Pesquisa e Monitoramento.

Os Programas de Gestão serão executados no prazo de até cinco anos e a fim de facilitar o entendimento da sequência lógica estabelecida, foram estruturados em uma Matriz Lógica, composta por: (i) Objetivo Geral e (ii) Objetivo Estratégico, (iii) Diretrizes (iv) Ações, (v) Classificação das Ações, (vi) Responsabilidades e Parcerias, e (vii) Cronograma.

O Objetivo Geral representa o estado ou condição ideal, altamente desejável, nos quais são abordados os atributos naturais e culturais, as funções ecológicas que a UC desempenha e o seu papel perante a sociedade; são objetivos não quantificáveis e abrangentes, que orientam a gestão em escala macro. O Objetivo Estratégico é a declaração expressa do que se pretende atingir quanto ao tema do programa na UC ao fim do período de implementação do Plano de Manejo. As Diretrizes são orientações, guias, rumos, linhas que definem e regulam um traçado ou um caminho a seguir. Instruções ou indicações para se estabelecer um plano, uma ação. As Ações são os resultados esperados necessários, que juntos e conquistados, atingem os objetivos estratégicos. Cada Ação ainda possui uma Classificação de Ações, que a classifica em temas pré-estabelecidos; Responsabilidades e Parcerias, que indica quem ou quais instituições devem cumpri-la; e um Cronograma anual para o período de cinco anos de implementação do Programa.

Visando subsidiar a fase de implementação do Plano de Manejo, bem como monitorar e avaliar os desdobramentos das atividades e o alcance dos objetivos, ou seja, a qualidade do programa, foram lançadas como mecanismos as Metas, que expressam de forma explícita e mensurável os resultados previstos e desejáveis; os Indicadores, instrumentos de mensuração associados a cada meta e utilizados para indicar o seu alcance; e as Condicionantes, que trazem pressupostos e premissas sem as quais a conquista das metas, e portanto a execução do Programa, fica impossibilitada.

As condicionantes podem ser ações que estão fora da governabilidade da gestão da UC, dependem de esferas superiores de poder ou compreendem fatos ou eventos imprevisíveis. Manter uma estrutura adequada em termos de recursos humanos e financeiros é condição essencial para a implantação dos programas de gestão do PEV.

8.2. PROGRAMA DE MANEJO E RECUPERAÇÃO

1 - PROGRAMA DE MANEJO E RECUPERAÇÃO										
OBJETIVO DO PROGRAMA: Assegurar a conservação da diversidade biológica e as funções dos ecossistemas (aquáticos ou terrestres), por meio de ações de recuperação ambiental e manejo sustentável dos recursos naturais.										
OBJETIVO ESTRATÉGICO	METAS		INDICADORES	CONDICIONANTES						
Recuperar áreas degradadas e promover a restauração ecológica do patrimônio natural e cultural do PEV.	M1.	Destacar ao menos um funcionário para promover as ações que visam a implantação do programa.	11. Compra de equipamentos, alocação de funcionários/técnicos, realização de parcerias, recursos alocados.	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilização orçamentária - financeira e de recursos humanos pela Fundação Florestal para viabilizar as ações do programa de gestão; Parcerias bem estabelecida com instituições, universidades, empresas, órgãos público, proprietários do entorno para cumprimento das ações e cronograma; Concordância do proprietário para cumprimento das ações previstas em áreas particulares. 						
	M2.	Recuperar 10% da Zona de Recuperação.	12. Número de áreas recuperadas, projetos de recuperação/restauração elaborados ou implantados, áreas cadastradas no programa nascentes.							
	M3.	Realizar projetos de manejo de espécies exóticas da fauna e da flora.	13. Número de projetos elaborados, tamanho de área manejada, parcerias firmadas.							
	M4.	Elaborar projetos técnicos para conservação e manejo do patrimônio Histórico-Cultural, Arqueológico, Geológico.	14. Número de projetos elaborados, parcerias firmadas.							
	M5.	Aumentar em 10% as ações de incremento à conectividade dos fragmentos florestais nativos, devolução e reintrodução de fauna silvestre e/ou mapeamentos de fauna.	15. Número de passagens para fauna instaladas, número de espécies reintroduzidas/devolvidas.							
	M6.	Elaborar projetos de manejo para conservação dos jequitibás-rosa.	16. Número de projetos elaborados, parcerias firmadas.							
	M7.	Elaborar projetos técnicos para restauração ecológica do cerrado via manejo do fogo.	17. Número de projetos elaborados, parcerias firmadas.							
DIRETRIZES	AÇÕES		CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES	RESPONSABILIDADES E PARCERIAS	CRONOGRAMA (ANOS)					
					1	2	3	4	5	
1	Dotar de infraestrutura adequada ao manejo.	1.1	Alocar funcionários/técnicos para realização das atividades de manejo e recuperação por meio de contratações ou parcerias.	Recursos humanos	Fundação Florestal					
		1.2	Adquirir equipamentos e implementos para o manejo e recuperação.	Recursos financeiros	Fundação Florestal					
		1.3	Acessar e gerenciar recursos financeiros.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal					
2	Promover a restauração ecológica na Zona de Recuperação do PEV.	2.1	Selecionar áreas prioritárias para recuperação/restauração na Zona de Recuperação da UC.	Estudo técnico	Fundação Florestal, Instituto Florestal					
		2.2	Cadastrar a Zona de Recuperação da UC no Programa Nascentes.	Articulação interinstitucional	Fundação Florestal, Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente					
		2.3	Aplicar parâmetros de manejo florestal (manejo de lianas, condução de regenerantes e enriquecimento com plantio de mudas) para projetos de restauração do Programa Nascentes.	Articulação interinstitucional	Fundação Florestal, Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, CETESB					
		2.4	Viabilizar a coleta de sementes, conforme Resolução SMA nº 68, de 19/09/2008.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal					
		2.5	Fomentar estudos para a aplicação de métodos convencionais ou experimentais para subsidiar as ações de recuperação de áreas degradadas.	Pesquisa científica	Fundação Florestal, Instituto Florestal, Universidades					
3	Promover o manejo e controle de vegetação e fauna exótica e invasora.	3.1	Elaborar plano de erradicação e controle de flora exótica invasora em áreas prioritárias.	Estudo técnico	Fundação Florestal, Instituto Florestal, Instituto de Botânica, Universidades					
		3.2	Elaborar plano de erradicação e controle de fauna exótica invasora em áreas prioritárias.	Estudo técnico	Fundação Florestal, Instituto Florestal, Universidades					
		3.3	Promover o controle contínuo de javalis (<i>Sus scrofa</i>) a níveis seguros para a biota e para o desenvolvimento das atividades múltiplas da UC.	Articulação interinstitucional	Fundação Florestal, Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, controladores					
		3.4	Estimular ações conjuntas de controle de javalis (<i>Sus scrofa</i>) nas propriedades do entorno do PEV.	Articulação interinstitucional	Fundação Florestal, Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável/SAA, Secretaria de Saúde (Zoonoses), Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, proprietários do entorno					
4	Promover a conservação e manejo do Patrimônio Histórico-Cultural.	4.1	Definir estratégias de conservação/preservação e restauro do Patrimônio Histórico-Cultural, presentes nas Áreas Histórico-Cultural.	Estudo técnico	Fundação Florestal, CONDEPHAAT, IPHAN					
5	Assegurar a conexão entre os remanescentes de vegetação do entorno da UC.	5.1	Definir áreas prioritárias para restauração no Setor I da ZA.	Estudo técnico	Fundação Florestal, Instituto Florestal					
		5.2	Articular e apoiar os proprietários das áreas a serem restauradas nos planos estaduais de restauração.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal					
		5.3	Incrementar a conectividade entre o PEV e a EE Jatal.	Articulação interinstitucional	Fundação Florestal					
6	Garantir a conservação e manejo dos jequitibás rosa da UC.	6.1	Elaborar diagnóstico e classificação das matrizes (jequitibás centenários).	Estudo técnico	Fundação Florestal, Instituto Florestal, Universidades					
		6.2	Definir ações de manejo necessárias para a conservação dos indivíduos.	Estudo técnico	Fundação Florestal, Instituto Florestal					
		6.3	Realizar o monitoramento dos indivíduos com auxílio de drones.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal					
7	Promover a restauração ecológica do cerrado via manejo do fogo.	7.1	Identificar as fitofisionomias existentes na gleba Pé de Gigante.	Pesquisa científica	Fundação Florestal, Instituto Florestal					
		7.2	Realizar estudos de fauna e flora para grupo de indicadores ao manejo do fogo.	Pesquisa científica	Fundação Florestal, Instituto Florestal					
		7.3	Definir, executar e acompanhar os projetos de restauração com manejo do fogo.	Estudo técnico	Fundação Florestal					

8.3. PROGRAMA DE USO PÚBLICO

2 - PROGRAMA DE USO PÚBLICO											
OBJETIVO DO PROGRAMA: Oferecer à sociedade o uso público adequado, garantindo qualidade e segurança nas atividades dirigidas ou livres que ocorrem no interior da UC.											
OBJETIVOS ESTRATÉGICO		METAS		INDICADORES		CONDICIONANTES					
Aprimorar o Uso Público do PEV.		M1.	Realizar projetos de técnicos da infraestrutura existente e necessária para a UC.	11. Número de melhorias em infraestrutura realizadas, número de equipamentos adquiridos.		<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização orçamentária - financeira e de recursos humanos pela Fundação Florestal para viabilizar as ações do programa de gestão; • Parcerias bem estabelecida com instituições, universidades, empresas, órgãos público, proprietários do entorno para cumprimento das ações e cronograma. 					
		M2.	Implementar e monitorar ao menos dois roteiros de interpretação ambiental diferentes.	12. Programa de Educação Ambiental aprovado; número ações de educação ambiental previstas no calendário anual; grupos de observadores de aves e contemplação da natureza.							
		M3.	Implementar ao menos 01 roteiro turístico na UC.	13. Número de reuniões com o setor turístico, número de operações turísticas roteirizadas, número de cursos ministrados, número de parceiros/funcionários capacitados.							
		M4.	Recuperar/restaurar patrimônio histórico-cultural (Trilha do Trilho do Trem) e roteirizar para visitação pública.	14. Número de patrimônio histórico-cultural restaurados e disponibilizados para visitação pública.							
DIRETRIZES		AÇÕES		CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES		RESPONSABILIDADES E PARCERIAS	CRONOGRAMA (ANOS)				
							1	2	3	4	5
1	Dotar a UC de serviços e infraestrutura necessários para o desenvolvimento do programa de uso público.	1.1	Elaborar o Plano de Uso Público da UC.	Estudo técnico		Fundação Florestal					
		1.2	Realizar estudo para levantamento da viabilidade da implementação de novas trilhas na UC e seu entorno.	Estudo técnico		Fundação Florestal					
		1.3	Realizar diagnóstico da infraestrutura existente no PEV com objetivo de verificar seu estado e eventuais necessidades de reformas e ampliação, com vistas a melhorar o atendimento das demandas de Uso Público da UC.	Estudo técnico		Fundação Florestal					
		1.4	Elaborar um plano para equipamentos e melhorias de todas as trilhas do PEV, destinadas ao Uso Público.	Estudo técnico		Fundação Florestal					
		1.5	Elaborar Plano de Permissão e Concessão de serviços para Uso Público.	Estudo técnico		Fundação Florestal					
		1.6	Desenvolver normativas para a prática de camping, destinada a grupos em atividades específicas de interesse do PEV.	Estratégia de gestão		Fundação Florestal					
2	Promover ações de educação ambiental.	2.1	Elaborar e desenvolver o Programa de Educação Ambiental do PE Vassununga, em conformidade com o Programa de Educação Ambiental da Fundação Florestal (Portaria Normativa FF/DE 240/2016).	Operacionalidade de gestão		Fundação Florestal, Coordenadoria de Educação Ambiental, Prefeitura e atores locais.					
		2.2	Desenvolver roteiros de interpretação ambiental com escolas regionais e grupos de interesse.	Articulação interinstitucional		Fundação Florestal, Coordenadoria de Educação Ambiental					
		2.3	Estabelecer calendário anual de ações de educação ambiental.	Operacionalidade de gestão		Fundação Florestal					
		2.4	Estimular a prática de observação de aves e outras práticas contemplativas da natureza.	Operacionalidade de gestão		Fundação Florestal					
3	Promover parcerias com o trade turístico e gestão da informação turística.	3.1	Estabelecer parcerias para captação de recursos em projetos envolvendo educação ambiental e turismo.	Articulação interinstitucional		Fundação Florestal					
		3.2	Articular o envolvimento dos gestores municipais e trade local para o desenvolvimento do turismo sustentável, por meio de convênios, termos de parcerias e etc.	Articulação interinstitucional		Fundação Florestal, Prefeitura					
		3.3	Articular junto à prefeitura a inserção do PEV no programa de turismo do município de Santa Rita do Passa Quatro.	Articulação interinstitucional		Fundação Florestal, Prefeitura					
		3.4	Articular junto à prefeitura estratégias permanentes de divulgação do PEV, como placas informativas, audiovisual, aplicativos, site, entre outros.	Articulação interinstitucional		Fundação Florestal, Prefeitura					
		3.5	Promover a formação de monitores locais para atendimento às demandas do turismo na UC por meio de parcerias.	Articulação interinstitucional		Fundação Florestal, Prefeitura, operadores de turismo, Senar, Senac, Sebrae					
4	Revitalizar o Patrimônio Histórico-Cultural.	4.1	Promover a roteirização turística do patrimônio histórico cultural.	Estudo técnico		Fundação Florestal, CONDEPHAAT, IPHAN, Secretaria Estadual de Turismo					
		4.2	Avaliar a necessidade de restauração do Patrimônio Histórico-Cultural.	Estudo técnico		Fundação Florestal, CONDEPHAAT, IPHAN					
		4.3	Promover adaptações necessárias para aprimorar a visitação ao patrimônio.	Articulação interinstitucional		Fundação Florestal, CONDEPHAAT, IPHAN					
		4.4	Fortalecer a importância do patrimônio histórico cultural através de atividades de educação ambiental junto aos visitantes.	Operacionalidade de gestão		Fundação Florestal					

8.4. PROGRAMA DE INTERAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

3 - PROGRAMA DE INTERAÇÃO SOCIOAMBIENTAL											
OBJETIVO DO PROGRAMA: Estabelecer por meio das relações entre os diversos atores do território, os pactos sociais necessários para garantir o objetivo superior da UC.											
OBJETIVO ESTRATÉGICO		METAS		INDICADORES		CONDICIONANTES					
Promover a sensibilização da população do entorno para a importância da conservação da UC e buscar o diálogo para a corresponsabilidade nas ações de gestão.		M1.	Divulgar ações realizadas na UC em pelo menos um meio de comunicação minimamente duas vezes ao ano.	11.	Número de matérias produzidas, número de matérias publicadas.	• Disponibilização orçamentária - financeira e de recursos humanos pela Fundação Florestal para viabilizar as ações do programa de gestão;					
		M2.	Formar/capacitar conselheiros da UC.	12.	Número de cursos ministrados.						
		M3.	Promover pelo menos uma ação educativa, informativa e de formação para pelo menos 60% temas listados no programa.	13.	Número de ações elaboradas e implantadas, número de pessoas atendidas, número de material gráfico produzido.	• Parcerias bem estabelecida com instituições, universidades, empresas, órgãos público, proprietários do entorno para cumprimento das ações e cronograma;					
		M4.	Promover reuniões bimestrais entre as UC da região.	14.	Número de reuniões, número de ações conjuntas.						
DIRETRIZES		AÇÕES		CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES		RESPONSABILIDADES E PARCERIAS	CRONOGRAMA (ANOS)				
							1	2	3	4	5
1	Aprimorar os canais de divulgação da UC.	1.1	Elaborar e implementar um plano de comunicação do PEV, envolvendo várias ações de divulgação / comunicação.	Operacionalidade de gestão	Fundação Florestal						
		1.2	Realizar programa e campanha de divulgação da UC por diferentes meios de comunicação.	Estratégia de gestão	Fundação Florestal						
2	Fortalecer o Conselho Gestor como espaço de participação social.	2.1	Promover formação e capacitação socioambiental dos conselheiros da UC e comunidade do entorno.	Articulação interinstitucional	Fundação Florestal, Escola Técnica Agrícola						
3	Promover ações educativas, informativas e formação continuada para o enfrentamento de desafios da gestão socioambiental e compartilhada da UC.	3.1	Promover campanha de guarda responsável para animais domésticos e ações de promoção da saúde.	Articulação interinstitucional	Fundação Florestal						
		3.2	Orientar a população do entorno sobre os impactos e mitigação dos distúrbios sonoros e luminosos sobre a fauna.	Articulação interinstitucional	Fundação Florestal						
		3.3	Sensibilizar a população do entorno pelo bom uso e diminuição da degradação do território.	Articulação interinstitucional	Fundação Florestal						
		3.4	Conscientizar e apoiar o entorno sobre medidas de manejo de suas propriedades e de melhorias em suas instalações para garantir a coexistência humano / fauna.	Articulação interinstitucional	Fundação Florestal						
		3.5	Conscientizar propriedades do entorno do PEV quanto a necessidade de controle de javalis (<i>Sus scrofa</i>).	Articulação interinstitucional	Fundação Florestal						
		3.6	Garantir a participação em colegiados de diferentes esferas.	Articulação interinstitucional	Fundação Florestal						
4	Promover a gestão regional das UC de forma integrada e participativa.	4.1	Identificar oportunidades de gestão integrada com demais UC do entorno.	Estratégia de gestão	Fundação Florestal e Instituto Florestal						
		4.2	Implementar ações planejadas com otimização dos recursos humanos, físicos e financeiros.	Estratégia de gestão	Fundação Florestal e Instituto Florestal						

8.5. PROGRAMA DE PROTEÇÃO E FISCALIZAÇÃO

4 - PROGRAMA DE PROTEÇÃO E FISCALIZAÇÃO											
OBJETIVO DO PROGRAMA: Garantir a integridade física, biológica e cultural da unidade.											
OBJETIVO ESTRATÉGICO		METAS		INDICADORES		CONDICIONANTES					
Diminuir os impactos negativos exercidos pelos vetores de pressão no interior da UC.		M1.	Implantar sinalização e controle de acesso em 50% dos limites da UC nas estradas e vias de acesso.	I1.	Número de estradas e vias de acesso com placas e/ou estruturas de controle instaladas.	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização orçamentária - financeira e de recursos humanos pela Fundação Florestal para viabilizar as ações do programa de gestão; • Parcerias bem estabelecida com instituições, universidades, empresas, órgãos público, proprietários do entorno para cumprimento das ações e cronograma. 					
		M2.	Realizar rotinas de fiscalização mensais na UC e ZA.	I2.	Quilômetros percorridos, ações realizadas, autos de infração aplicados, número de pessoas envolvidas, material apreendido.						
		M3.	Diminuir em 30% o número de animais atropelados por ano e aumentar em 50% o resgate adequado da fauna.	I3.	Número de reuniões com os diferentes atores locais ligados ao tema, número de animais resgatados, número de animais atropelados.						
DIRETRIZES		AÇÕES		CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES		RESPONSABILIDADES E PARCERIAS	CRONOGRAMA (ANOS)				
							1	2	3	4	5
1	Controlar acessos e limites da UC.	1.1	Desenvolver e instalar placas informativas e comunicação visual em locais estratégicos.	Operacionalidade de gestão		Fundação Florestal					
		1.2	Instalar placas indicativas do limite da UC em vias de acesso e corpos hídricos.	Operacionalidade de gestão		Fundação Florestal					
		1.3	Instalar equipamentos fixos de restrição de acesso em pontos estratégicos.	Operacionalidade de gestão		Fundação Florestal					
		1.4	Instalar guaritas de fiscalização e controle nos principais acessos e alocar postos fixos de vigilância.	Operacionalidade de gestão		Fundação Florestal					
2	Coibir a ocorrência de danos ambientais à UC e seu entorno.	2.1	Realizar capacitação dos funcionários da UC para fiscalização e proteção.	Estratégia de gestão		Fundação Florestal					
		2.2	Estabelecer rotina de fiscalização com vistas a evitar a retirada de produtos florestais ou minerais, a captura de animais silvestres e o descarte irregular de resíduos.	Estratégia de gestão		Fundação Florestal, Polícia Militar Ambiental, Polícia Militar Rodoviária e Polícia Civil					
		2.3	Fortalecimento do Sistema Integrado de Monitoramento (SIM) nas ações de prevenção e pronto atendimento dos ilícitos.	Articulação interinstitucional		Fundação Florestal, Polícia Militar Ambiental, Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade					
		2.4	Buscar a integração de sistemas de vigilância local.	Estratégia de gestão		Fundação Florestal, Usina Santa Rita, International Paper, proprietários locais					
		2.5	Desenvolver e aperfeiçoar continuamente o Plano de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais (PPCIF).	Estratégia de gestão		Fundação Florestal, Corpo de Bombeiros					
3	Fomentar estratégias que minimizem o atropelamento de fauna e potencialize o seu resgate.	3.1	Adotar medidas mitigadoras de atropelamento de fauna no entorno do PEV.	Articulação interinstitucional		Fundação Florestal, Polícia Rodoviária, DER, Concessionária					
		3.2	Viabilizar parceria com instituições especializadas para atendimento e resgate de fauna silvestre.	Articulação interinstitucional		Fundação Florestal, Prefeitura, clínicas veterinárias, Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, Polícia Militar Ambiental					
		3.3	Estabelecer fluxograma entre os diversos atores locais com objetivo de agilizar e facilitar o encaminhamento da fauna resgatada.	Articulação interinstitucional		Fundação Florestal, Prefeitura, clínicas veterinárias, Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, Polícia Militar Ambiental, Polícia Militar Rodoviária, CRAS.					
		3.4	Implementação de medidas de mitigação para redução do atropelamento de mamíferos de médio e grande porte nos viários que cortam ou são imediatamente adjacentes à UC.	Articulação interinstitucional		Fundação Florestal, Prefeitura, DER, Concessionária, ARTESP, Ministério Público, Polícia Militar Rodoviária.					
		3.5	Executar o monitoramento sistemático de ocorrência de fauna e eventos de atropelamento nas estradas do entorno do PEV.	Operacionalidade de gestão		Fundação Florestal, Universidades, DER, Concessionária, Cetesb, Polícia Rodoviária					

8.6. PROGRAMA DE PESQUISA E MONITORAMENTO

5 - PROGRAMA DE PESQUISA E MONITORAMENTO											
OBJETIVO DO PROGRAMA: Produzir e difundir conhecimentos que auxiliem a gestão da UC em suas diversas ações.											
OBJETIVO ESTRATÉGICO		METAS		INDICADORES		CONDICIONANTES					
Produzir pesquisas e estudos necessários para subsidiar o desenvolvimento dos diversos programas de gestão.		M.1	Implantar banco de dados e sistema de gerenciamento das pesquisas realizadas na UC e Zona de Amortecimento.	I1. Número de estudos cadastrados no banco de dados, número de instituições com projetos de pesquisa na UC, número de projetos cadastrados no COTEC.	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilização orçamentária - financeiro pela Fundação Florestal para fomentar pesquisas necessárias aos programas de gestão (RH, transporte, alojamento, laboratório); Articulação bem estabelecida com Instituições de Pesquisa, Órgãos Públicos, Universidades; Haver interesse nas Universidades, Institutos de Pesquisas e nos pesquisadores pelos temas de pesquisas propostos. 						
		M.2	Utilizar ao menos 30% dos estudos no subsídio da implementação das ações dos demais programas.	I2. Número de projetos cadastrados no COTEC.							
DIRETRIZES		AÇÕES		CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES		RESPONSABILIDADES E PARCERIAS	CRONOGRAMA (ANOS)				
							1	2	3	4	5
1	Elaborar e implementar Programa de Pesquisa e Monitoramento da UC.	1.1	Alimentar e manter atualizado banco de dados de pesquisas realizadas na UC.	Operacionalidade de gestão		Fundação Florestal					
		1.2	Estabelecer linhas de pesquisa prioritárias a serem realizadas na unidade sobre temas de interesse da gestão.	Operacionalidade de gestão		Fundação Florestal, SIMA, ICMBio, Universidades					
		1.3	Avaliar periodicamente as pesquisas realizadas para redefinição das pesquisas prioritárias.	Operacionalidade de gestão		Fundação Florestal					
		1.4	Estimular pesquisas na Zona de Amortecimento.	Operacionalidade de gestão		Fundação Florestal, Universidades					
		1.5	Manter as informações de pesquisa atualizadas com vistas a orientar a gestão da UC e os proprietários do entorno no desenvolvimento de suas atividades.	Articulação interinstitucional		Fundação Florestal, Instituto Florestal, Universidades, moradores do entorno, empresas parceiras					
		1.6	Estabelecer programa de monitoramento dos corpos hídricos presentes no PEV e sua Zona de Amortecimento.	Estudo técnico		Fundação Florestal, Instituto Florestal, Universidades					
2	Realizar estudos para subsidiar a recuperação de áreas degradadas.	2.1	Estudar os impactos das áreas produtivas no entorno da UC (agrossilvopastoris e agrotóxicos utilizados) sobre os recursos naturais (eutrofização, erosão, contaminação).	Pesquisa científica		Fundação Florestal, Instituto Florestal, Universidades					
		2.2	Estudar os impactos causados pela poluição luminosa gerada nas áreas produtivas do entorno da UC.	Pesquisa científica		Fundação Florestal, Cetesb, Instituto Florestal, Universidades					
		2.2	Avaliar a necessidade de revigoramento e reintrodução de espécies nas áreas recuperadas.	Pesquisa científica		Fundação Florestal, Instituto Florestal, Universidades					
		2.3	Avaliar e propor métodos de enriquecimento e gerar modelos de restauração ecológica priorizando planos de ação para espécies ameaçadas.	Pesquisa científica		Fundação Florestal, Instituto Florestal, Universidades					
		2.4	Monitorar resíduos de agrotóxicos nos ecossistemas do PEV e seu entorno.	Pesquisa científica		Fundação Florestal, Instituto Florestal, Universidades					

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

9.1. MEIO BIÓTICO

VEGETAÇÃO

ABREU, R.C.R.; HOFFMANN, W.A.; VASCONCELOS, H.L.; PILON, N.A.; ROSSATTO, D.R.; DURIGAN, G. The biodiversity cost of carbon sequestration in tropical savanna. *Science Advances*. 3:e1701284. 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente - MMA. Lista oficial de espécies brasileiras ameaçadas de extinção. Portaria nº 443, de 17/dez/2014, do Ministério do Meio Ambiente.s/d. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=18/12/2014&jOrnal>>. Acesso em: 07 abr. 2016.

BUISSON, E. et al. Resilience and restoration of tropical and subtropical grasslands, savannas, and grassy woodlands. *Biological Reviews*, v. 94, p. 590-609, 2018.

CAVA, M. G. B. ; PILON, N. A. L. ; RIBEIRO, M. C. ; DURIGAN, G. Abandoned pastures cannot spontaneously recover the attributes of old-growth savannas. *Journal of Applied Ecology*, v. 55, p. 1164-1172, 2017.

Cavalheiro, A.L.; Torezan, J.M.D.; Fadelli, L. Recuperação de áreas degradadas: procurando por diversidade e funcionamento dos ecossistemas. In: MEDRI, M.E.; BIANCHINI, E.; SHIBATTA, O.A.; PIMENTA, J.A. (Eds.) *A bacia do rio Tibagi*. Londrina: M.E.Medri. 2002.

COUTINHO, L.M. O conceito de cerrado. *Rev Brasil. Bot.* V.1, n.1, p. 17-23, 1978.

DURIGAN, G.; SIMÕES, J. W. . Quebra-ventos de *Grevillea robusta* A. Cunn. - efeitos sobre a velocidade do vento, umidade do solo e produção de café.. *IPEF. Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais, Piracicaba*, v. 36, p. 27-34, 1987.

DURIGAN, G. ; SOARES, V. ; IVANAUSKAS, N.M. ; FRANCO, G.A.D.C. Espécies indicadoras de fitofisionomias na transição cerrado-mata atlântica no estado de São Paulo. 01. ed. São Paulo: SMA/CBRN, 2012. 146p .

DURIGAN, G. et al. Control of invasive plants: ecological and socioeconomic criteria for the decision making process. *Natureza & Conservação*, v. 11, n.1, p. 23-30. 2013. <http://dx.doi.org/10.4322/natcon.2013.003>.

ENGEL, V.L., FONSECA, R.C.B. & OLIVEIRA, R.E. Ecologia de lianas e o manejo de fragmentos florestais. *Série Técnica IPEF v.12*, p.43-64, 1998.

FLORA DO BRASIL 2020 em construção. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://floradobrasil.jbrj.gov.br>>. Acesso em : 01 Oct. 2017

FRANÇA, H.; RAMOS NETO, M.B.; SETZER, A. O fogo no Parque Nacional das Emas. MMA, 2007 (Série Biodiversidade, v.27).

FRANCO, G.A.D.C. ; DURIGAN, G. ; MATTOS, I. F. A. ; PASTORE, J.A. ; BAITELLO, J.B. ; TONIATO, M.T.Z. ; IVANAUSKAS, N. M. ; AGUIAR, O.T. ; CATARUCCI, A.F.M. ; POLISEL, R.T. Plano de Manejo do Parque Estadual de Vassununga. 2008.

Galetti, M.; Pizo, M.A.; Morellato, P. Fenologia, frugivoria e dispersão de sementes. In: CULLEN JR., L.; RUDRAN, R.; VALLADARES-PADUA, C. (Org.) *Métodos de estudos em Biologia da Conservação e Manejo da Vida Silvestre*. Curitiba: Ed. da UFPR; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2003.

INSTITUTOS NACIONAIS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – INCT. Herbário Virtual da Flora e dos Fungos. Disponível em: <<http://inct.splink.org.br/>>. Acesso em: 15 maio 2018.

INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE – IUCN. Red List of Threatened Species 2015. Disponível em: <<http://www.redlist.org>>. Acesso em: 31 maio 2018.

INVASIVE SPECIES COMPENDIUM – CABI. Datasheets, maps, images, abstracts and full text on invasive species of the world. Wallingford: CAB International. Disponível em: <www.cabi.org/isc>. Acesso em: 20 jun. 2015.

INVASIVES INFORMATION NETWORK – I3N BRASIL. Base de dados nacional de espécies exóticas invasoras. Florianópolis: Instituto Hórus de Desenvolvimento e Conservação Ambiental. Disponível: <<http://i3n.institutohorus.org.br>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

IVANAUSKAS, N. M.; RODRIGUES, R. R.; NAVE, G. Fitossociologia e seletividade de espécies numa floresta de brejo em Itatinga – SP. *Revista Brasileira de Botânica*, v.20, p. 139-153, 1997.

Kageyama, P. & Gandara, F. Recuperação de áreas ciliares. In: RODRIGUES, R.R. & LEITÃO-FILHO, H.F. (Eds.). *Matas ciliares: conservação e recuperação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2004.

Keel,S.; Sayre, R.; Sedaghatkish, G. Levantamentos da Vegetação e Espécies de Plantas. In: Sayre, R.; Roca, E.; Sedaghatkish, G.; Young, B.; Keel, S.; Roca, R., Sheppard, S. *Natureza em Foco: Avaliação Ecológica Rápida*. The Nature Conservancy, Arlington, Virginia, USA, 2003.

KORMAN, V. Proposta de interligação das glebas do Parque Estadual de Vassununga (Santa Rita do Passa Quatro, SP). Dissertação de Mestrado em Ecologia de Agroecossistemas. Centro de Energia Nuclear da Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Piracicaba, 2003. 131 p.

LOCKWOOD, L.; HOOPEs, M.F.; MARCHETTI, M.P. *Invasion ecology*. Oxford: Blackwell Publishing, 2007. 301 p.

LUEDER, D.R. *Serial photographic interpretation, principles and applications*. New York: MacGraw-Hill, 1959. 462 p.

MARTINELLI, G.; MORAES, M.A. *Livro vermelho da flora do Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2013. 1100 p.

MORELLATO, L.P.C. & LEITÃO FILHO, H.F. Reproductive phenology of climbers in a Southeastern Brazilian forest. *Biotropica* v.28, p.180-191, 1996.

MORO, M.F. et al. Alienígenas na sala: o que fazer com espécies exóticas em trabalhos de taxonomia, florística e fitossociologia? *Acta Bot. Bras.*, v. 26, n. 4, p. 991-999, 2012.

NALON, M.A., LIMA, L.M.P.R., WEINGARTNER, P., SOUZA, C.H.S. de, MONTAGNA, R.G., LIMA, I., MATSUKUMA, C.K., PAVÃO, M., KANASHIRO, M.M., YWANE, M.S.S., TEODORO, J.R. & PASCHOAL, E. Sistema de informações florestais do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.iflorestal.sp.gov.br/sifesp/creditos.html>> (último acesso em 01/05/2010).

PIVELLO, V. R.; VARANDA, E. M. (Org.). 2006. *O cerrado Pé-de-Gigante: ecologia e conservação – Parque Estadual de Vassununga*. São Paulo: SMA, 2016. 312p.

REIS, A. ZAMBORIN, R.M. & NAKAZONO, E.M. Recuperação de áreas florestais degradadas utilizando a sucessão e as interações planta-animal. *Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica*, n.14, 42p. MAB. UNESCO, 1999.

RIBEIRO, J.F. & WALTER, B.M.T. Fitofisionomias do Bioma Cerrado. In: SANO, S.M.; ALMEIDA, S.P. *Cerrado: ambiente e flora*. Brasília: EMBRAPA, p.89-168, 1998.

RIZZINI, C. T. *Tratado de fitogeografia do Brasil: aspectos sociológicos e florísticos*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1979. v. 2.

RODRIGUES, R.R. & LEITÃO FILHO, H.F. *Matas Ciliares - Conservação e Uso*. EDUSP, São Paulo, 2000. 320p.

RUGGIERO, P. G. C. et al. Relação entre solo, vegetação e topografia em área de cerrado (Parque Estadual de Vassununga, SP): como se expressa em mapeamentos? *Acta Botanica Brasilica*, v.20, n.2, p. 383-394, 2006.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Resolução no 57, de 05 de junho de 2016. Publica a segunda revisão da lista oficial das espécies da flora ameaçadas de extinção no Estado de São Paulo. *Diário Oficial do estado de São Paulo, Poder Executivo*, v. 127, n. 46, 7 jun. de 2016. Seção I, p. 69-71.

SPURR, S.H. *Photogrammetry and photo-interpretation*. New York: Ronald Press, 1960. 472 p.

THE PLANT LIST. Home. 2013. v. 1.1. Disponível em: <<http://www.theplantlist.org/>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

VELOSO, H.P.; RANGEL FILHO, A.L.R.; LIMA, J.C.A. Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 124 p, 1991.

WANDERLEY, M.G.L. et al. Checklist das Spermatophyta do Estado de São Paulo, Brasil. *Biota Neotrop.*, v. 11, p. 193-390, 2011.

ZENNI, R.D.; ZILLER, S.R. An overview of invasive plants in Brazil. *Rev. Bras. Bot.*, v. 34, n. 3, p. 431-446, 2011.

FAUNA

BENÍCIO, R.A., DA SILVA, F.R. **Amphibians of Vassununga State Park, one of the last remnants of semideciduous Atlantic Forest and Cerrado in northeastern São Paulo state, Brazil.** *Biota Neotropica*. 17(1): e20160197. <http://dx.doi.org/10.1590/1676-0611-BN-2016-0197>, 2017.

CATÁLOGO TAXONÔMICO DA FAUNA DO BRASIL. Disponível em: <<http://fauna.jbrj.gov.br/fauna/listaBrasil/PrincipalUC/PrincipalUC.do?lingua=pt>>. Acesso em: 11 Fev. 2019.

DEVELEY, P.; CAVANA, D. D.; PIVELLO, V. R. **Aves. Parte II: Caracterização de Grupos Biológicos do Cerrado Pé-de-Gigante.** In: PIVELLO, V. R.; VARANDA, E. M. (Org.) *O Cerrado Pé-de-Gigante: Ecologia e Conservação – Parque Estadual de Vassununga.* São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 2005. 312p.

FERREIRA, K. M.; CASTRO, R. M. C. **História natural dos peixes do córrego Paulicéia** In: PIVELLO, V. R.; VARANDA, E. M. (Org.) *O Cerrado Pé-de-Gigante: Ecologia e Conservação – Parque Estadual de Vassununga.* São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, p. 149-162. 2005.

GARBINO, G.S.T. **Research on bats (Chiroptera) from the state of São Paulo, southeastern Brazil: annotated species list and bibliographic review.** *Arquivos de Zoologia* 47(3): 43-128, 2016.

GRANT, T.; SEGALLA, M.; CARAMASCHI, U.; GARCIA, P.C.A. **Lissamphibia in Catálogo Taxonômico da Fauna do Brasil.** PNUD. Disponível em: <<http://fauna.jbrj.gov.br/fauna/faunadobrasil/62>>. Acesso em: 11 Fev. 2019.

INSTITUTO HÓRUS DE DESENVOLVIMENTO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL. **Base de dados nacional de espécies exóticas invasoras I3N Brasil.** Disponível em: <<http://i3n.institutohorus.org.br/www>>. Acesso em: 11 Fev. 2019.

INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE - IUCN. **The IUCN Red List of Threatened Species.** Disponível em: <<http://www.iucnredlist.org/>>. Acesso em: 29 Jan. 2019.

LYRA-JORGE, M. C. **Caracterização de grupos biológicos do cerrado Pé-de-Gigante. Mamíferos.** In: PIVELLO, V. R.; VARANDA, E. M. (Org.) *O Cerrado Pé-de-Gigante: Ecologia e Conservação – Parque Estadual de Vassununga.* São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 2005. p.136-148.

MENEZES, N.A.; WOSIACKI, W.B.; MELO, M.R.S. **Actinopteri in Catálogo Taxonômico da Fauna do Brasil.** PNUD. Disponível em: <<http://fauna.jbrj.gov.br/fauna/faunadobrasil/23>>. Acesso em: 11 Fev. 2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. **Lista nacional das espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção.** Brasília. Diário Oficial da União. 245. Seção 1. Publicado em 18/12/2014. Disponível em: www.mma.gov.br/port/sbf/fauna/index.cfm. Acesso em: 29 Jan. 2019.

OLIVEIRA, A.C. et al. **Relatório anual de rotas e áreas de concentração de aves migratórias no Brasil.** Cabedelo, PB: CEMAVE/ ICMBio, 2016. 63p.

PERCEQUILLO, A.R.; GREGORIN, R. **Mammalia in Catálogo Taxonômico da Fauna do Brasil.** PNUD. Disponível em: <<http://fauna.jbrj.gov.br/fauna/faunadobrasil/64>>. Acesso em: 11 Fev. 2019.

PIACENTINI, V.Q.; ALEIXO, A.L.P.; AGNE, C.E.Q.; MAURÍCIO, G.N.; PACHECO, J.F.; BRAVO, G.; BRITO, G.R.R.; NAKA, L.N.; OLMO, F.; POSSO, S.; SILVEIRA, L.F.; BETINI, G.; CARRANO, E.; FRANZ, I.; LEES A.; LIMA, L.; PIOLI, D.; SCHUNCK, F.; AMARAL, F.R.; BENCKE, G.A.; COHN-HAFT, M.; FIGUEIREDO, L.F.; STRAUBE, F.; CÉSARI, E. **Aves in Catálogo Taxonômico da**

Fauna do Brasil. PNUD. Disponível em: <<http://fauna.jbrj.gov.br/fauna/faunadobrasil/135125>>. Acesso em: 11 Fev. 2019.

SÃO PAULO (ESTADO). Decreto Estadual Nº 63.853 de 27 de novembro de 2018. **Declara as espécies da fauna silvestre no Estado de São Paulo regionalmente extintas, as ameaçadas de extinção, as quase ameaçadas e as com dados insuficientes para avaliação, e dá providências correlatas.** Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, seção 1, 128 (221): 1-11, 2018.

SOMENZARI, M. et al. **An overview of migratory birds in Brazil.** Pap. Avulsos Zool., v.58: e20185803, 2018.

WILLIS, E. O. & ONIKI, Y. **Levantamento preliminar de aves em treze áreas do Estado de São Paulo.** Rev. Brasil. Biol. 41: 121-135, 1981.

WILLIS, E. O. & ONIKI, Y. **Aves do Estado de São Paulo.** Rio Claro: Divisa, 2003.

ZAHER, H.; BÉRNILS, R.S. **Reptilia in Catálogo Taxonômico da Fauna do Brasil.** PNUD. Disponível em: <<http://fauna.jbrj.gov.br/fauna/faunadobrasil/72>>. Acesso em: 11 Fev. 2019.

9.2. MEIO FÍSICO

Argentina/Brasil/Paraguai/Uruguai. 2009. Síntese hidrogeológica do Sistema Aquífero Guarani. Série Manuais e Documentos Técnicos do Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani. GEF/BM/OEA, 105 p.

AUSTIN, M.P. & COOCKS, K.D. 1978. Land use on the south coast of new south wales. A study in methods of acquiring and using information to analyse regional land use options. Australia, v.1 e 2. Commonwealth Scientific and Industrial Research Organization (General Report).

BISTRICHI, C.A. et al. 1981. Mapa geológico do Estado de São Paulo; escala 1:500.000. In: ALMEIDA, F.F.M. de - Mapa Geológico do Estado de São Paulo; 1: 500.000, texto. São Paulo, IPT, 2v. IPT- Publicação 1184, Série Monografias 6.

BRASIL. Resolução nº 2, de 12 de dezembro de 1994, do Conselho Nacional de Defesa Civil. Aprova a Política Nacional de Defesa Civil. Diário Oficial República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Ano 133, n. 1, p. 82-86, 02 janeiro, 1995. Seção 1. Disponível em: <https://goo.gl/RWrDDE>. Acesso em 23 de mar de 2017.

BRASIL. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC. Diário Oficial República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Ano 149, n. 70, p. 1-4, 11 abril, 2012. Seção 1. Disponível em: <https://goo.gl/UrxUci>. Acesso em 23 de mar de 2017.

BRASIL. Compilação dos conteúdos produzidos no âmbito da Comunidade de Ensino e Aprendizagem em Planejamento de UC - CEAPM. Relatório Técnico, Ministério do Meio Ambiente. 2015. Disponível em: <http://bit.ly/2vLs7t8> . Acesso em: 07/05/2019.

Bruno, R. D. 2009. Balanço de água em microbacias de cerrado restrito e eucalipto: um estudo de caso com medidas observacionais. Tese de Doutorado. Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas, USP, 90 p.

CASTRO, A.L.C.; CALHEIROS, L.B.; CUNHA, M.I.R.; MARIA LUIZA NOVA DA COSTA BRINGEL, M. Manual de Desastres: desastres naturais. Volume 1. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento. 182 p., 2003. Disponível em: <https://goo.gl/Fu7e3N>. Acesso em: 23 de mar de 2017.

CBH Mogi. 2018. Relatório de situação dos recursos hídricos – UGRHI 09 – CBH-Mogi. Ano-base 2017. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi Guaçu, 148 p.

CETESB. 2016a. Qualidade das águas subterrâneas no Estado de São Paulo 2013 - 2015. Série Relatórios. CETESB, São Paulo, 308 p.

CETESB – COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. 2016b. Base Hidrográfica do Estado de São Paulo – Enquadramento dos corpos d'água conforme Decreto Estadual Nº 10.755/77. Relatório Técnico. São Paulo, Cetesb.

(Arquivos digitais em <http://aguasinteriores.cetesb.sp.gov.br/enquadramento-dos-corpos-hidricos-arquivos-digitais/>)

CETESB. 2018a. Qualidade das águas subterrâneas no Estado de São Paulo. Boletim 2017 (R. P. Modesto, coord.). CETESB, São Paulo, 78 p.

CETESB. 2018b. Relação de áreas contaminadas e reabilitadas no Estado de São Paulo. Dezembro/2018. CETESB, São Paulo (acesso em 20/05/2019).

COOPER, M; RUGGIERO, P.G.C., SPAROVEK, G. e PIRES NETO, A.G (2005) – Solos da Gleba Cerrado do Pé do Gigante. In: PIVELLO, V.R. e VARANDA, E.M. O CERRADO DO PÉ DO GIGANTE: ecologia e conservação – Parque Estadual de Vassununga. Secretaria do Meio Ambiente. São Paulo. 2005. Parte 1. (5) p. 61-70.

CPRM. 2019. Rede integrada de monitoramento das águas subterrâneas (RIMAS). Poço MNT/SP/SS01. (<http://rimasweb.cprm.gov.br/layout/index.php>). Consulta em 10/05/2019)

DAEE. 2019a. Pesquisa de dados dos recursos hídricos do Estado de São Paulo . (<http://www.aplicacoes.dae.sp.gov.br/usuarios/fchweb.html>) (consulta em 09/05/2019, outorgas até dezembro/2017)

DAEE. 2019b. Banco de Dados Hidrológicos. Posto Pluviométrico C4-107 (<http://www.hidrologia.dae.sp.gov.br/>) (consulta em 22/05/2019)

DAEE; UNESP. 2013. Águas subterrâneas do Estado de São Paulo, diretrizes de utilização e proteção. Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), Instituto Geociências e Ciências Exatas. Laboratório de Estudo de Bacias (UNESP-LEBAC). Governo do Estado de São Paulo. 44 p. ilus.

DAEE; IPT; IG; CPRM. 2005. Mapa de Águas Subterrâneas do Estado de São Paulo. Nota Explicativa. São Paulo, DAEE/IG/IPT/CPRM, Escala 1:1.000.000. texto e mapa.

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (DAEE- UNESP) 1982. Mapa geológico do Estado de São Paulo, folha Ribeirão Preto, escala 1: 250.000. São Paulo/ Rio Claro.

DOMINGUES, E. N., SILVA, da, D.A e PFEIFER, R.M. 1987. Reconhecimento da Geomorfologia e dos Solos do Parque Estadual da Vassununga, SP. Boletim Técnico do Instituto Florestal. São Paulo, 41 (2): 271-290. novembro 1987.

Fernandes, A. J., Maldaner, C. H., & Rouleau, A. (2011). Análise das fraturas nos basaltos de Ribeirão Preto, SP: aplicação à elaboração de modelo hidrogeológico conceitual. Geologia USP. Série Científica, 11(3), 43-64.

Fernandes, AJ, Maldaner CH, Rouleau A, Negri, FA. 2016. Aspects of a conceptual groundwater flow model of the Serra Geral basalt aquifer (Sao Paulo, Brazil) from physical and structural geology data. Hydrogeology Journal 24:1199–1212

FERREIRA, C.J.; ROSSINI-PENTEADO. Perigo, vulnerabilidade e risco à processos geodinâmicos da Unidade de Conservação Parque Estadual Vassununga. Relatório Técnico, Instituto Geológico, São Paulo, 2019. Disponível em: <http://bit.ly/2EOVolq> . Acesso em: 31 de mai 2019.

FERREIRA, C.J.; ROSSINI-PENTEADO, D.; GUEDES, A.C.M. O uso de sistemas de informações geográficas na análise e mapeamento de risco a eventos geodinâmicos. In: FREITAS, M.I.C & LOMBARDO, M.A.: Riscos e Vulnerabilidades: Teoria e prática no contexto Luso-Brasileiro. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. Disponível em: <https://goo.gl/db8Xv0>. Acesso em: 24 mar 2017.

FERREIRA, C.J.; ROSSINI-PENTEADO, D. Mapeamento de risco a escorregamento e inundação por meio da abordagem quantitativa da paisagem em escala regional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA DE ENGENHARIA E AMBIENTAL, 11, 2011, São Paulo. Anais... São Paulo: Associação Brasileira de Geologia de Engenharia e Ambiental, 2011. CD-ROM. Disponível em: <https://goo.gl/fiYLUC>. Acesso em: 24 mar 2017.

Instituto Florestal (IF); Fundação Florestal (FF). **Análise da Região e do Parque Estadual de Vassununga. Encarte 2 e Encarte 3.** In: Minuta do Plano de Manejo do Parque Estadual de Vassununga (PEV). Relatório Interno. São Paulo, 2014. 315 p.

Hirata, R.; Gesicki, A.; Sracek, O.; Bertolo, R.; Giannini, P.C.; Aravena, R. 2011. Relation between sedimentar framework and hydrogeology in the Guarani Aquifer System in São Paulo state, Brazil. *Journal of South American Earth Sciences*, 31: 444-456.

Massoli, M. 1981. Geologia do município de Santa Rita do Passa Quatro, SP. *Revista do Instituto Geológico*, 2(2): 35-45.

MATTOS, I F A; ROSSI, M; SILVA, D A da & PFEIFER, RM. Levantamento do Meio Físico e Avaliação da Fragilidade do Ecossistema na Estação Ecológica dos Caetetus - SP. *Sociedade Natureza Rev do Dep Geogr Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia*, v. 8, n. 15, p. 388-393, 1996.

Oliva, A.; Gastmans, D.; Zamprogno, C. F.; Paula e Silva, F.; Romualdo, D. B.; Lobo, G. A.; Lima, W. P.; Rocha, H. R.; Chang, H. K. 2006. Utilização do método da eletrorresistividade na caracterização hidrogeológica de área de recarga do Sistema Aquífero Guarani. In: *Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas*, 14, Anais, Curitiba, 16 p.

OLIVEIRA, J. B., PRADO, H. do e ALMEIDA, C.L. de. 1982. Levantamento Pedológico Semidetalhado do Estado de São Paulo (escala 1: 100.000). *Quadrícula de Descalvado (Folha SF-23-V-C-IV) Rio de Janeiro, Convênio EMBRAPA /SAA/ CPA/ IAC*.

OLIVEIRA, J.B. de; CAMARGO, M.N.de; ROSSI, M. & CALDERANO FILHO, B. 1999. Mapa pedológico do Estado de São Paulo: legenda expandida. Campinas: Instituto Agrônômico/EMBRAPA Solos, 1999. v. 1. 64 p.

ONU. UNISDR. Terminology on Disaster Risk Reduction, 2009. Disponível em: https://www.unisdr.org/files/7817_UNISDRTerminologyEnglish.pdf. Acesso em: 29 mai. 2019.

ONU. Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015-2030. New York: United Nations, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/lgJrmt>. Acesso em: 23 mar 2017.

ONU. UNISDR. Report of the open-ended intergovernmental expert working group on indicators and terminology relating to disaster risk reduction. New York: United Nations, 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2ZZ2GSO> . Acesso em: 06 mai 2019.

PERROTTA, M.M. et al. Mapa Geológico do Estado de São Paulo, escala 1:750.000. São Paulo: CPRM, 2005. (Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil). Disponível em: <http://rigeo.cprm.gov.br/jspui/handle/doc/2966> . Acesso em: 06 mai 2019.

PIRES NETO, A.G, ROCHA , H.R; COOPER, M. e SHIDA, C.N. (2005) – Fisiografia da região. In: PIVELLO, V.R. e VARANDA, E.M. O CERRADO DO PÉ DO GIGANTE: ecologia e conservação – Parque Estadual de Vassununga. Secretaria do Meio Ambiente. São Paulo. 2005. Parte 1. (1) p15-28.

PIRES NETO, A.G.; ROSSI, M.; MATTOS, I.F.A.; PFEIFER, R.M. 2007. Tipos de terreno do Parque Estadual de Vassununga-SP: subsídios para o desenvolvimento do plano de manejo. São Paulo, Instituto Florestal. Relatório Interno. 34p.

PONÇANO, W. L.; CARNEIRO, C. D. R.; BISTRICHI, C. A.; ALMEIDA, F. F. M. de.; PRANDINI, F. L. 1981 - Mapa geomorfológico do Estado de São Paulo. São Paulo. Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo. Monografia 5. v. 1 e 2. Escala 1:1.000.000.

RANZANI, G. 1978. Levantamento dos solos da Usina Santa Rita. Município de Santa Rita do Passa Quatro. (Relatório Mimiografado).

ROSS, J.L.S. 1990. Geomorfologia: ambiente e planejamento. O relevo no quadro ambiental, cartografia geomorfológica e diagnósticos ambientais. São Paulo, 1990. Contexto. (Coleção repensando a Geografia). 85 p.

ROSS, J., & MOROZ, I. **Mapa Geomorfológico Do Estado de São Paulo**. *Revista do Departamento de Geografia*, 10, 41-58, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.7154/RDG.1996.0010.0004> . Acesso em: 06 mai 2019.

ROSSI, M. 2017. Mapa pedológico do Estado de São Paulo: revisado e ampliado. São Paulo: Instituto Florestal, 2017. V.1. 118p. (inclui Mapas).

ROSSINI-PENTEADO, D.; FERREIRA, C.J. Mapeamento da vulnerabilidade para análise de riscos associados a processos geodinâmicos. In: FREITAS, M.I.C et al.: Vulnerabilidades e Riscos: reflexões e aplicações na análise do território. Rio Claro: UNESP-ICGE-CEAPLA, pp.77-94, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/Oi6hzz> . Acesso em: 24 mar 2017.

ROSSINI-PENTEADO, D.; FERREIRA, C.J. Sistema de classificação “Unidades Territoriais Básicas” (UTB) e mapeamento de risco de áreas urbanas de uso residencial/comercial/serviços à eventos geodinâmicos do Estado de São Paulo. São Paulo: INSTITUTO GEOLÓGICO, 2017. Disponível em:<http://bit.ly/2W7RnZb>. Acesso em: 17 mai 2019.

SÃO PAULO (Estado). Decreto no 57.512, de 11 de novembro de 2011. Institui o Programa Estadual de Prevenção de Desastres Naturais e de Redução de Riscos Geológicos e dá providências correlatas. Diário Oficial do Estado de São Paulo. São Paulo, SP. v. 121, n. 214, 12 nov. 2011. Poder Executivo, Seção I. Disponível em: <https://goo.gl/4a7gFZ>. Acesso em: 23 de mar de 2017.

SÃO PAULO (Estado). Unidades Básicas de Compartimentação do Meio Físico - UBC do Estado de São Paulo. Coordenadoria de Planejamento Ambiental, Instituto Geológico, Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 2014. Disponível em: <http://bit.ly/2vEGfnU> . Acesso em: 06 mai 2019.

SÃO PAULO (Estado). Sistema de Classificação Unidade Homogênea de Cobertura da Terra, Uso e Padrão da Ocupação Urbana – UHCT do Estado de São Paulo. Instituto Geológico, Coordenadoria de Planejamento Ambiental, Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/jA9utl>. Acesso em: 24 mar 2017.

SÃO PAULO (Estado). Sistema de Classificação Unidade Territorial Básica - UTB do Estado de São Paulo. Instituto Geológico, Coordenadoria de Planejamento Ambiental, Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2JkdogU>. Acesso em: 06 mai 2019.

Soares, P.C; Sinelli, O.; Penalva, F.; Wernick, E.; Souza, A.; Castro, P.M.R. 1973. Mapa geológico do Nordeste do Estado de São Paulo. 1:50.000. Folha Cravinhos. (O. Sinelli, resp.). Convênio CNEN/FFLC-Ribeirão Preto-USP. mapa

SSRH-CSAN (Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos), 2014a. Produto 6 (P6) – Proposta de Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico. Município Santa Rita do Passa Quatro. Elaboração de planos integrados regionais de saneamento básico e atividades de apoio técnico à elaboração de planos integrados municipais de saneamento básico para a Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos Mogi Guaçu – UGRHI 9. Consórcio Engecorps&Maubertec, nº 1222-SSE-34-SA-RT-0006-R4, São Paulo, 272 p.

SSRH-CSAN (Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos), 2014b. Produto 6 (P6) – Proposta de Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico. Município Luís Antônio. Elaboração de planos integrados regionais de saneamento básico e atividades de apoio técnico à elaboração de planos integrados municipais de saneamento básico para a Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos Mogi Guaçu – UGRHI 9. Consórcio Engecorps&Maubertec, nº 1222-SSE-20-SA-RT-0006-R4, São Paulo, 235 p.

SSRH-CSAN (Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos), 2014c. Produto 6 (P6) – Proposta de Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico. Município Descalvado. Elaboração de planos integrados regionais de saneamento básico e atividades de apoio técnico à elaboração de planos integrados municipais de saneamento básico para a Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos Mogi Guaçu – UGRHI 9. Consórcio Engecorps&Maubertec, nº 1222-SSE-09-SA-RT-0006-R4, São Paulo, 263 p.

VARNES, D.J. Slope Movement Types and Processes. In: Schuster R.L. & Krizek R. J. (eds.). 1978. Landslides-Analysis and Control, Special Report 176, Transportation Research Board, Washington, D.C., p. 12-33, 1978. Disponível em: <https://goo.gl/lemMID>. Acesso em: 23 de mar de 2017.

VEDOVELLO, R.; FERREIRA, C.J.; SALIM, A.; COSTA, J.A.; MATSUZAKI, K.; ROSSINI-PENTEADO, D.; OHATA, A. Compartimentação Fisiográfica do Estado de São Paulo: base para análises ambientais em escala regional. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA GEOTÉCNICA E GEOAMBIENTAL, 9, 2015, Cuiabá. Atas... São Paulo: ABGE, 2015. CD-ROM., 5pp. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/AXGz31>. Acesso em: 24 de mar de 2017.

Wendland, E.; Gomes, L. H.; Troeger, U. 2015. Recharge contribution to the Guarani Aquifer System estimated from the water balance method in a representative watershed. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, 87(2): 1-15.

ZONNEVELD, I. 1992. Land evolution and landscape science. International Institute for Aerospace Survey and Earth Sciences (ITC). The Netherlands, 22 p.

Sites consultados:

<http://www.hidrologia.daee.sp.gov.br/> – Banco de dados hidrológicos - DAEE

<http://rimasweb.cprm.gov.br/layout/index.php> - RIMAS - Rede Integrada de Monitoramento das Águas Subterrâneas / CPRM

<https://cetesb.sp.gov.br/aguas-interiores/enquadramento-dos-corpos-hidricos-arquivos-digitais/> - CETESB

<https://cetesb.sp.gov.br/aguas-subterraneas/publicacoes-e-relatorios/> - CETESB

<http://www.aplicacoes.daee.sp.gov.br/usuarios/fchweb.html> - Pesquisa de dados dos recursos hídricos do Estado de São Paulo - DAEE

<http://datageo.ambiente.sp.gov.br/> - Infraestrutura de dados espaciais ambientais do Estado de São Paulo – IDEA-SP

9.3. MEIO ANTRÓPICO

ANM. **Arrecadação da CFEM por substância.** Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/arrecadacao_cfem_substancia.aspx>. Acesso em: 30 mai. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).** Brasília (DF), 2016.

BRIOSCHI, L. R. De São Simão a Ribeirão Preto: reflexões sobre um processo de ocupação territorial. In: MARCONDES, R. L.; REGISTRO, T. C.; GUAZZELLI, A. M. C. (Org.). **Ribeirão Preto: a cidade como fonte de pesquisa. Volume I.** São Paulo: Prefeitura do Campus USP – Ribeirão Preto / Seção de Atividades Culturais. 2002. p. 503-527.

CBH-MOGI. **Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2018 (ano base 2017) – UGRHI 09.** CBH-MOGI, 2018, 148 p. Disponível em: <http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/documents//CBH-MOGI/13745/rs_2018-ano-base-2017-da-ugri-09-vs_2-15-06-2018.pdf>. Acesso em: mai. 2019.

CETESB. **Relatório de Qualidade das Águas Superficiais no Estado de São Paulo 2010.** São Paulo, 2011a. Disponível em: <<http://www.cetesb.sp.gov.br>>. Acesso em: mai. 2019.

CETESB. **Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Domiciliares 2010.** São Paulo, 2011b. Disponível em: <<http://www.cetesb.sp.gov.br>>. Acesso em: mai. 2019.

CETESB. **Relatório de Qualidade das Águas Interiores no Estado de São Paulo 2017.** São Paulo, 2018a. Disponível em: <<http://www.cetesb.sp.gov.br>>. Acesso em: mai. 2019.

CETESB. **Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Urbanos 2017.** São Paulo, 2018b. Disponível em: <<http://www.cetesb.sp.gov.br>>. Acesso em: mai. 2019.

CETESB. **Relação de áreas contaminadas e reabilitadas no estado de São Paulo em 2017.** São Paulo, 2018c. Disponível em: <<http://www.cetesb.sp.gov.br>>. Acesso em: mai. 2019.

CONDEPHAAT. **Pesquisa online de bens tombados (busca por município).** São Paulo: Condephaat, 2019a. Disponível em: <<http://condephaat.sp.gov.br/bens-protetidos-online/>>. Acesso em: mai. 2019.

CONDEPHAAT. **Patrimônio Imaterial do Estado de São Paulo.** São Paulo: Condephaat, 2019b. Disponível em:

<<http://www.patrimoniomaterial.sp.gov.br/>>. Acesso em: mai. 2019.

CUNHA, M. F. Criando Gado, plantando roças: trajetórias familiares e escravidão além das fronteiras de Minas Gerais. In: Seminário sobre a Economia Mineira, 13, 2008, Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais. **Anais...**

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: mar. 2019.

IBGE. **Base de informações do Censo Demográfico 2010: resultados da Sinopse por setor censitário**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/downloads-estatisticas.html>>. Acesso em: mar. 2019.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal (PAM)**. Rio de Janeiro, 2019a. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Acesso em: mai. 2019.

IBGE. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS)**. Rio de Janeiro, 2019b. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pevs/tabelas>>. Acesso em: mai. 2019.

IBGE. **Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM)**. Rio de Janeiro, 2019c. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/tabelas>>. Acesso em: mai. 2019.

IGC (São Paulo, SP). **Limites das 22 Unidades Hidrográficas de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI) do Estado de São Paulo em escala 1:1.000.000**. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://datageo.ambiente.sp.gov.br/>>. Acesso em: mar. 2019.

IGC (São Paulo, SP). **Limites Municipais do Estado de São Paulo**. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://datageo.ambiente.sp.gov.br/>>. Acesso em: mar. 2019.

Instituto Florestal (IF); Fundação Florestal (FF). **Encarte 2 - Análise da Região e do Parque Estadual de Vassununga**. In: Minuta do Plano de Manejo do Parque Estadual de Vassununga (PEV). Relatório Interno. São Paulo, 2014. p. 12-61.

IPHAN. **Patrimônio Material. Lista de bens tombados e processos em andamento (1938 – 2018)**. Brasília: IPHAN, 2019a. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>>. Acesso em: mai. 2019.

IPHAN. **Patrimônio Imaterial**. Brasília: IPHAN, 2019b. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>>. Acesso em: mai. 2019.

IPHAN. **Cadastro Nacional dos Sítios Arqueológicos**. Brasília: IPHAN, 2019c. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_resultado.php>. Acesso em: mai. 2019.

PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. Atlas Brasil 2013**. Brasília (DF), 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: mar. 2019.

SANTA RITA DO PASSA QUATRO. Portal da Prefeitura Municipal. Assessoria. **100% de esgoto tratado! DAEE e Prefeitura inauguram ETE Capituva**. Santa Rita do Passa Quatro, 2019. Disponível em: <<https://www.santaritadopassaquatro.sp.gov.br/portal/100-de-esgoto-tratado-dae-e-prefeitura-inauguram-ete-capituva/>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Instituto Florestal. **Inventário Florestal 2010**. São Paulo, 2010.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Logística e Transporte (SLT). Departamento de Estradas de Rodagem (DER). **Malha Rodoviária do Estado de São Paulo**. São Paulo, 2012.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente (SMA). Coordenadoria de Planejamento Ambiental (CPLA). **Relatório de Qualidade Ambiental 2018**. 1 ed. São Paulo, 2018a. 372 p.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH). Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRHi). **Situação dos Recursos Hídricos no estado de São Paulo – 2016**. São Paulo, 2018b. Disponível em:

<http://www.sigrh.sp.gov.br/relatoriosituacaodosrecursos_hidricos>. Acesso em: mar. 2019.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. Subsecretaria de Infraestrutura. Coordenadoria de Recursos Hídricos. Dados fornecidos referentes às outorgas emitidas pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica para captação de água no estado de São Paulo – ano base 2017. São Paulo, 2019.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA). Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade (CFB). Dados do Sistema Integrado de Monitoramento de Unidades de Conservação – SIM, Incêndios Florestais registrados no âmbito da Operação Corta Fogo, Autos de Infrações Ambientais lavrados pela Polícia Militar Ambiental. São Paulo: SIMA/CFB, 2019.

SEADE. **Informações dos Municípios Paulistas.** São Paulo, 2019a. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/imp/>>. Acesso em: mai. 2019.

SEADE. **Projeções Populacionais.** São Paulo, 2019b. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/projpop/>>. Acesso em: mai. 2019.

SEADE. **Índice Paulista de Responsabilidade Social – Versões 2008, 2010, 2012, 2014.** São Paulo, 2019c. Disponível em: <<http://www.iprs.seade.gov.br/iprs2016/view/index.php?prodCod=1>>. Acesso em: mai. 2019.

SEADE. **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – Versão 2010.** São Paulo, 2019d. Disponível em: <<http://www.iprs.seade.gov.br/ipvs2010/view/index.php?prodCod=2>>. Acesso em: mai. 2019.

ZANCANARI, N. S. A região Noroeste Paulista e a imagem do grande sertão. **Monções (Revista do Curso de História da UFMS/CPCX)**, vol. 4, n. 6, p. 2017. Disponível em: <<http://seer.ufms.br/ojs/index.php/moncx/article/view/5991>>. Acesso em: mai. 2019.

9.4. JURÍDICO INSTITUCIONAL

CBH-MOGI. **Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi-Guaçu 2008-2011.** São Paulo: CBH-MOGI/FMPFM, GEOSYSTEC, 2008. 170 p. Disponível em: <<http://www.sigrh.sp.gov.br/cbhmogi/documentos>>. Acesso em: mai. 2019.

CBH-MOGI. **Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi-Guaçu 2016-2019.** São Carlos: VM Engenharia de Recursos Hídricos, 2015, 115 p. Disponível em: <http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/documents/9069/diagnostico_sintese_cbh-mogi.pdf>. Acesso em: mai. 2019.

CBH-MOGI. **Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2018 (ano base 2017) – UGRHI 09.** CBH-MOGI, 2018, 148 p. Disponível em: <http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/documents//CBH-MOGI/13745/rs_2018-ano-base-2017-da-ugri-09-vs_2-15-06-2018.pdf>. Acesso em: mai. 2019.

FUNDAÇÃO FLORESTAL. **Plano de Manejo da Estação Ecológica do Jataí (Volume Principal).** São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://fflorestal.sp.gov.br/pagina-inicial/planos-de-manejo/planos-de-manejo-planos-concluidos/plano-de-manejo-ee-jatai/>>. Acesso em: abr. 2019.

IGC. **Limites das 22 Unidades Hidrográficas de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI) do Estado de São Paulo em escala 1:1.000.000.** São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://datageo.ambiente.sp.gov.br/>>. Acesso em: mai. 2019.

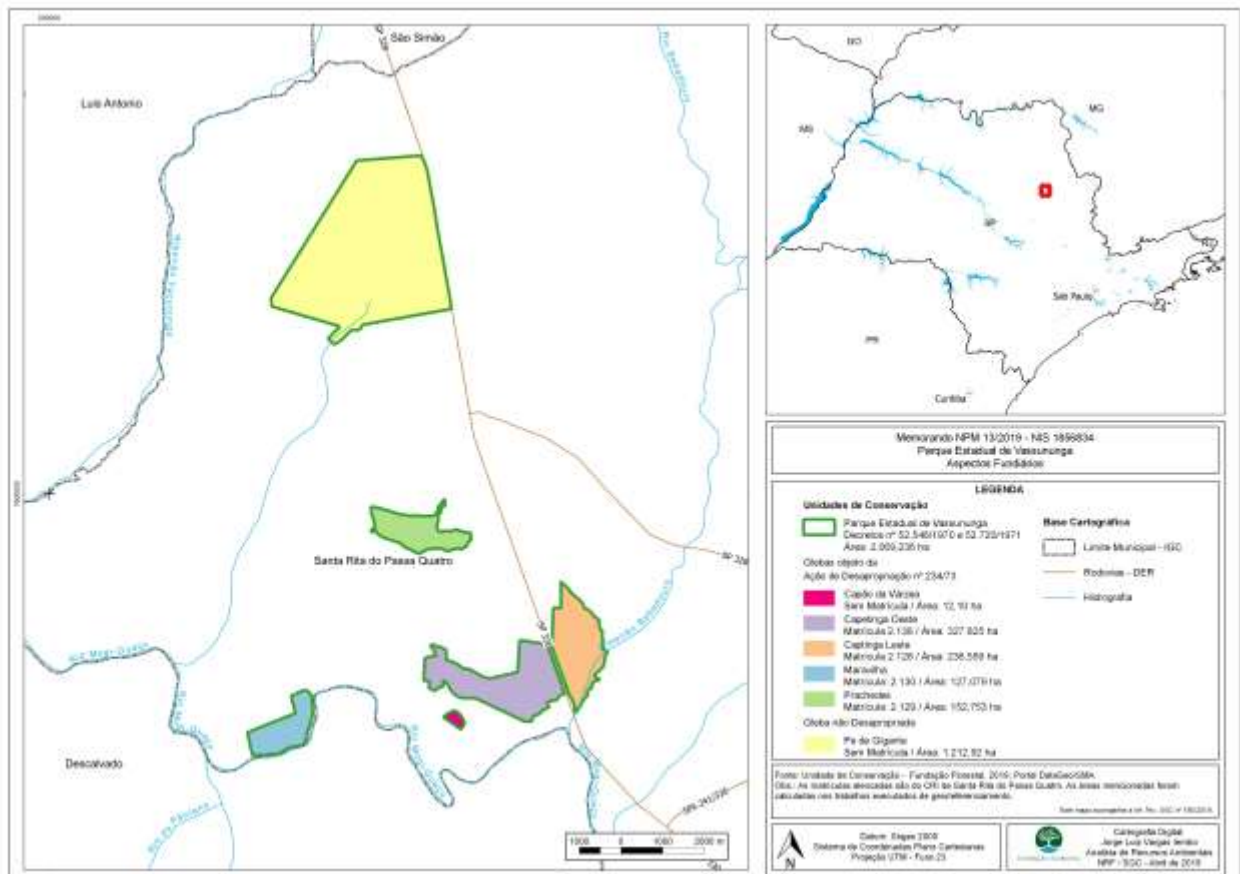
IGC. **Limites Municipais do Estado de São Paulo.** São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://datageo.ambiente.sp.gov.br/>>. Acesso em: mai. 2019.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. **Zoneamento Agroambiental para o Setor Sucroalcooleiro do Estado de São Paulo.** São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/etanolverde/zoneamento-agroambiental/>>. Acesso em: mai. 2019.

ANEXO I - INFORMAÇÕES GERAIS DA UC

1.1 ASPECTOS FUNDIÁRIOS

APÊNDICE 1.1.A. Aspectos fundiários



ANEXO II - MEIO BIÓTICO

2.1 VEGETAÇÃO

APÊNDICE 2.1.A. Método

Obtenção de dados secundários

A avaliação dos dados secundários visou ao diagnóstico e à análise de lacunas de conhecimento da produção científica sobre o tema vegetação no Parque Estadual de Vassununga. Como referência para a compilação dos dados sobre a flora do parque, foram utilizadas como fontes de referência os registros em herbários e estudos científicos.

O levantamento dos acervos dos herbários foi realizado a partir das bases de dados SpeciesLink e SinBiota. Foram considerados apenas os materiais que mencionassem em algum dos campos (e.g., localidade e notas) que a coleta havia sido realizada no município de Santa Rita do Passa Quatro, conforme descrito em Franco et al. (2008).

As coleções que, após a consulta, apresentaram alguma informação foram: Herbário Dom Bento Pickel do Instituto Florestal do Estado de São Paulo (SPSF), Herbário de São José do Rio Preto (HSJRP), Xiloteca Calvino Mainieri (BCTw), Herbário da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESA), Herbário da Universidade Estadual de Londrina (FUEL), Herbário do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), Herbário Dimitri Sucre Benjamin RJ (JBRJ_RB), The New York Botanical Garden - Brazilian Records (NYBG_BR), Coleção de Fanerógamas do Herbário do Estado "Maria Eneyda P. Kaufmann Fidalgo" (SP), Herbário do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo (SPF), Herbário da

Universidade Estadual de Campinas (UEC) e Herbário do Departamento de Botânica da Universidade Federal do Paraná (UPCB).

Com relação às publicações científicas, foram considerados apenas os estudos realizados no nível de comunidade (levantamentos florísticos e fitossociológicos) desenvolvidos no Parque Estadual de Vassununga e áreas de entorno, provenientes das seguintes fontes: a) projetos cadastrados na Comissão Técnico-Científica (COTEC) do Instituto Florestal; b) publicações técnicas e científicas disponíveis nas bibliotecas das principais Universidades do estado, nos centros e institutos de pesquisa e em bases de dados disponíveis na internet (BDT, SinBiota, Web of Science e outros); c) dados não publicados (Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado). Os dados disponíveis foram reunidos numa única matriz binária (presença/ausência).

Obtenção de dados primários

O mapeamento da vegetação foi realizado a partir da fotointerpretação de fotografias aéreas verticais, em colorido natural, na escala aproximada de 1:30.000 (vôo realizado pela BASE S.A., Obra 0-719 do ano de 2000, mosaico aerofotogramétrico digital do mesmo vôo) e trabalhos de campo. As informações levantadas foram digitalizadas por meio do Programa ArcView 3.2 e transportadas para a base cartográfica Folha Luiz Antonio, na escala 1:50.000 do ano de 1972. Estas cartas foram vetorizadas utilizando-se o Programa ArcView 3.2 e o software R2V. A vetorização das curvas de nível mestras foi realizada por método semi-automático e para as curvas intermediárias, de forma "manual". Após este processo ter sido concluído foram digitalizados os templates obtidos por fotointerpretação para as manchas de vegetação.

O método básico está centrado nos procedimentos adotados por Lueder (1959) e Spurr (1960) que identificam e classificam a vegetação através da fotointerpretação de fotografias aéreas, utilizando-se os elementos da imagem fotográfica: cor, tonalidade, textura, forma, dimensão e convergência de evidências, correlacionadas aos parâmetros de campo, tais como porte, densidade estrutura da vegetação, condições de preservação e condições ecológicas.

Adotou-se o sistema de classificação da vegetação brasileira proposto por Veloso et al. (1991), que se baseia em critérios florísticos e fisionômico-ecológicos. Por esse sistema, denomina-se "floresta" a classe de formação na qual a forma de vida dominante na fisionomia é a árvore (macro e mesofanerófitos, no sistema de Raunkiaer). Se não há árvores e predominam ervas, a vegetação é denominada estepe ou, popularmente, campo. Já o termo "savana" é aplicado globalmente a uma vegetação na qual as árvores estão distantes entre si e com a presença de um estrato herbáceo bastante desenvolvido. No Brasil, a denominação "Cerrado" é um sinônimo regionalista para a Savana presente em território brasileiro e equivalente à existente na África e na Ásia.

Como a Savana brasileira apresenta grande variação fisionômica, variando de fisionomias florestais (Savana Florestada/Cerradão) a campestres (Savana gramíneo-lenhosa/Campo Limpo), também optou-se por correlacionar o sistema de Veloso et al. (1991) ao sistema de classificação proposto por Ribeiro & Walter (1998) para o domínio Cerrado.

A checagem do mapeamento preliminar e o inventário florístico foi executado com base numa adaptação do método proposto pela TNC (The Nature Conservancy), denominado "Avaliação Ecológica Rápida" (AER, Keel et al., 2003), no período de 16 a 20 de janeiro de 2007, conforme descrito em detalhe em Franco et al. (2008).

Foram amostradas preferencialmente espécies em fase reprodutiva e predominantemente de porte arbustivo ou arbóreo. A coleta do material botânico foi realizada com o auxílio de uma tesoura de alta poda com cabo de alumínio. As árvores de maior porte foram escaladas com esporas por profissional habilitado. O material coletado de cada indivíduo foi agrupado com fita crepe, numerado e transportado em sacos plásticos. No alojamento, o material foi organizado em prensas e seco em estufas, embalado em sacos plásticos e transportado para a Seção de Ecologia do Instituto Florestal.

Para a identificação, foi utilizada bibliografia adequada, comparação com exsicatas existentes em herbários ou ainda a consulta a especialistas. Após a identificação, o material fértil foi incorporado ao herbário D. Bento Pickel (SPSF). A lista final de espécies, resultante da união dos dados primários e secundários, seguiu a grafia e sinonimização da Lista de Espécies da Flora do Brasil 2020 (2018). A mesma base de dados foi utilizada para a atualização e grafia de nomes científicos. As exóticas ausentes nesta fonte foram conferidas no banco de dados The Plant List (2018).

Adotou-se o conceito de espécie nativa apresentado por Moro et al. (2012): espécie que ocorre naturalmente em um dado local, devendo sua presença na área à sua própria capacidade dispersiva e competência ecológica. Espécies nativas estão em dado local ou porque evoluíram ali, ou porque evoluíram em outros locais e se dispersaram sem ajuda humana até atingir sua atual distribuição geográfica. Nesse contexto, foram consideradas nativas as espécies de ocorrência natural em Floresta Estacional Semidecidual e Cerrado no Estado de São Paulo (Nalon et al. 2010).

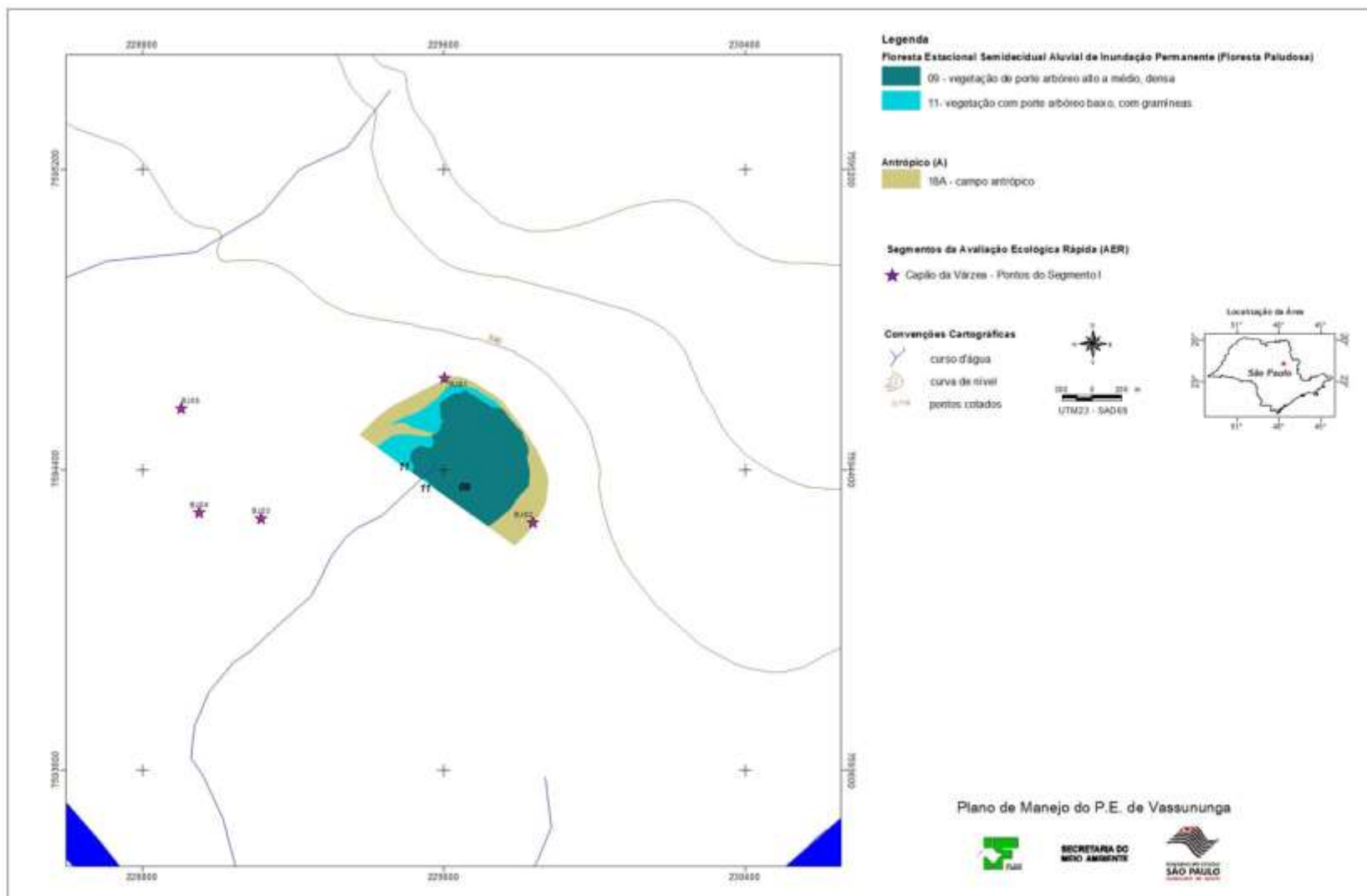
Dentre as espécies nativas registradas na área de estudo, foram destacadas aquelas consideradas ameaçadas de extinção. As listas oficiais utilizadas para consulta foram: a) Lista oficial de espécies ameaçadas de extinção no Estado de São Paulo (SÃO PAULO 2016); b) Lista oficial das espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção (BRASIL 2014), com categorias apresentadas no Livro Vermelho da Flora do Brasil (Martinelli e Moraes 2013) e c) Lista vermelha de espécies

ameaçadas de extinção globalmente (International Union for Conservation of Nature - IUCN 2013). Foram desconsideradas as espécies que, apesar de listadas no nível mundial, federal ou estadual, pertenciam à categoria de “baixo risco de ameaça” e “dados insuficientes”.

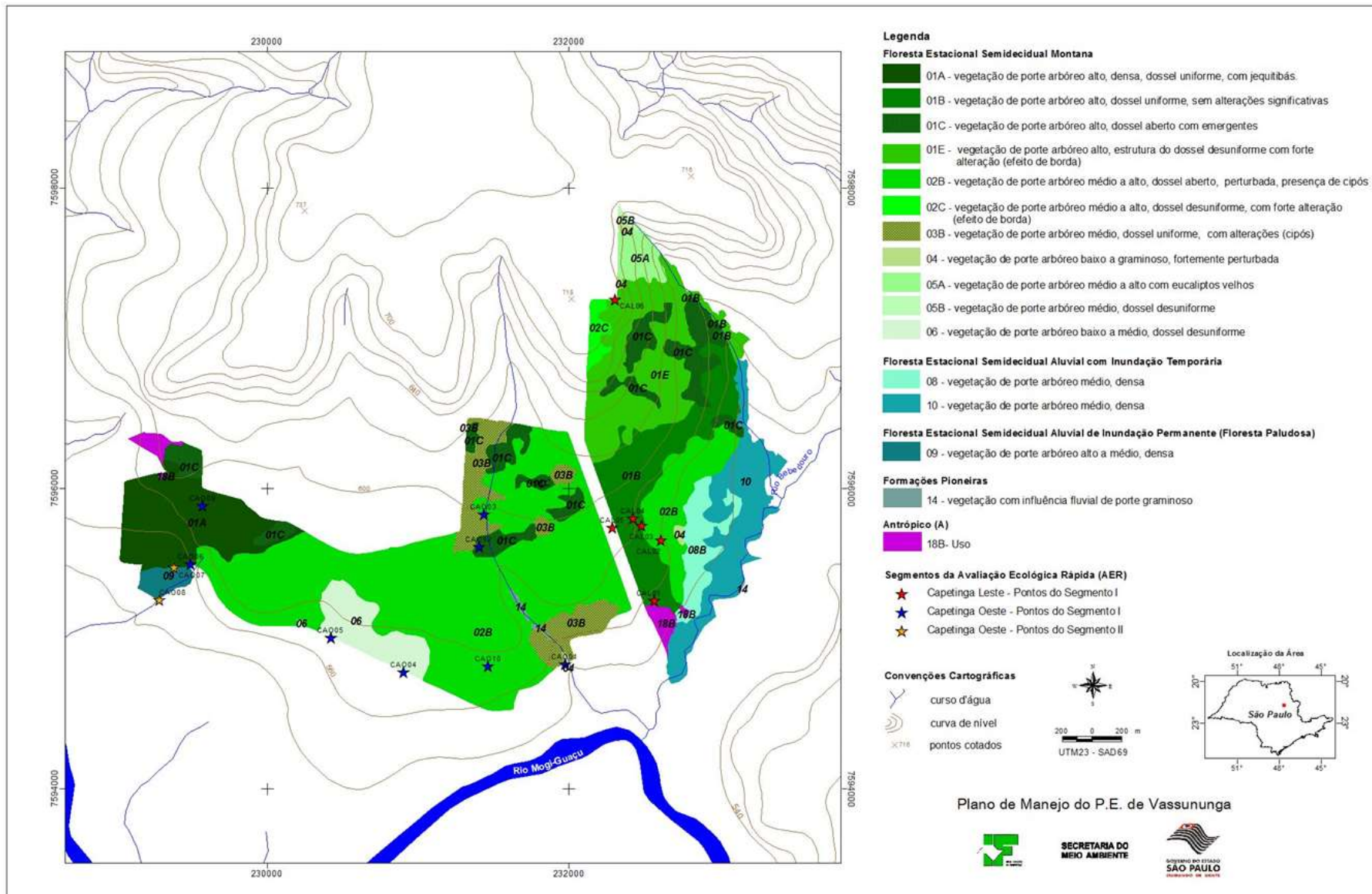
Foram consideradas exóticas as espécies transportadas de uma dada região geográfica para outra em que não ocorreriam naturalmente, independentemente de seu eventual impacto sobre os ecossistemas nativos, sendo o transporte realizado por ação humana intencional ou acidental (Lockwood et al. 2007). Nesse grupo foram incluídas todas as espécies de ocorrência fora dos limites geográficos historicamente reconhecidos para as formações naturais mapeadas para a Estação Ecológica e ausentes na lista oficial de espécies nativas no Estado de São Paulo (Wanderley et al. 2011). Em geral, foram consideradas exóticas aquelas provenientes de outro país ou de ocorrência restrita a outra tipologia vegetal que não a Floresta Estacional ou áreas savânicas do interior paulista. Espécies nativas da Floresta Estacional e cultivadas em áreas savânicas também foram consideradas exóticas para esta formação.

De acordo com os atributos da espécie e observações de campo, as exóticas foram classificadas em potencial de invasividade conforme agrupamento proposto por Durigan et al. (2013): exóticas transientes e invasoras (dominantes e não dominantes). Foram ferramentas úteis na busca dos atributos de cada espécie as informações disponíveis no banco de dados de espécies exóticas invasoras no Brasil (Zenni & Ziller, 2011; Invasive Information Network – I3N Brasil, 2015) ou no compêndio de espécies exóticas invasoras (Invasive Species Compendium – CABI, 2015).

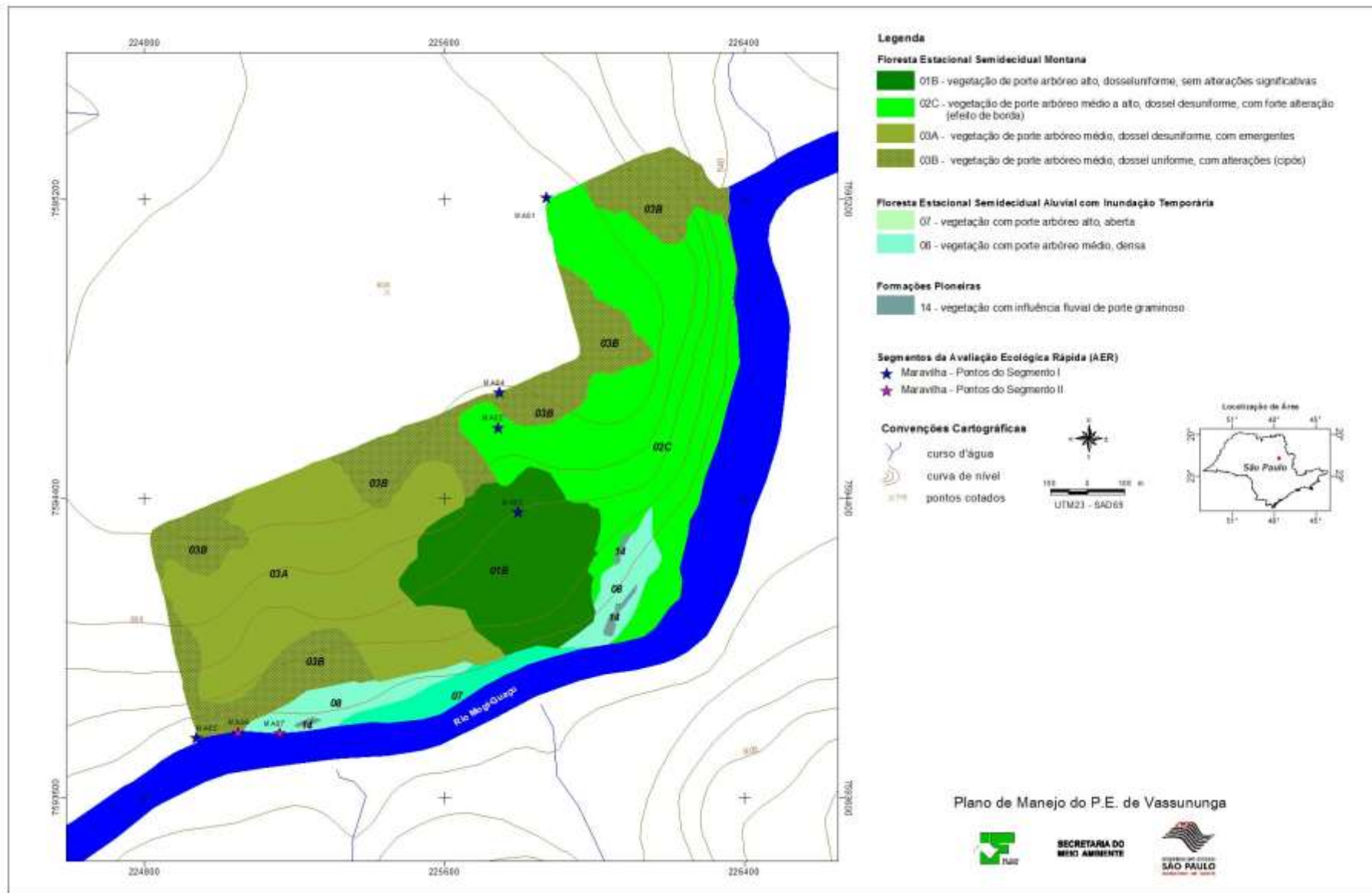
APÊNDICE 2.1.B. Tipos vegetacionais presentes no Parque Estadual de Vassununga, estado de São Paulo. (Os códigos da legenda correspondem aos do Apêndice 2.1.C).



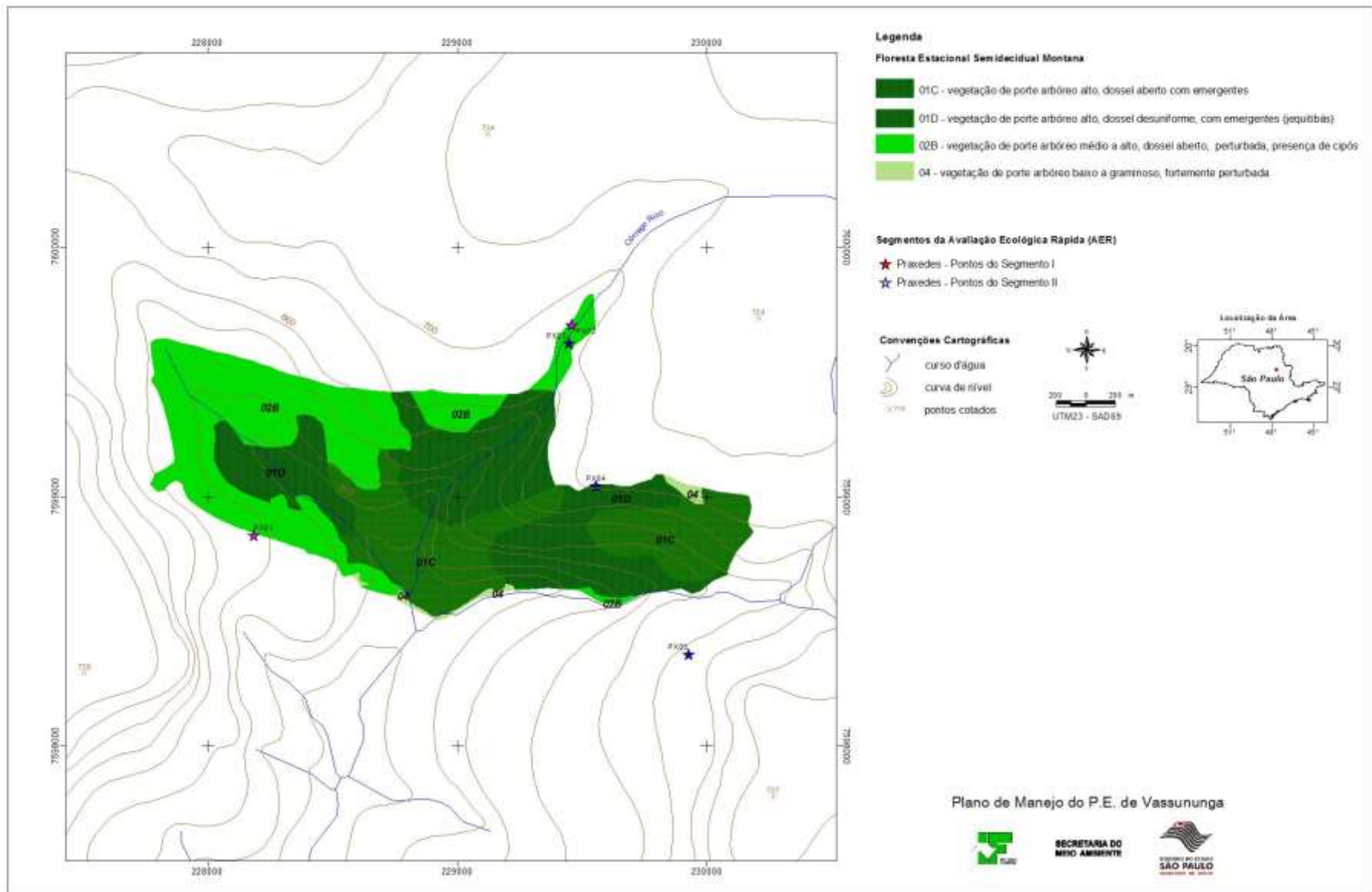
A. Fitofisionomias da gleba Capão da Várzea, Parque Estadual de Vassununga, São Paulo - SP.



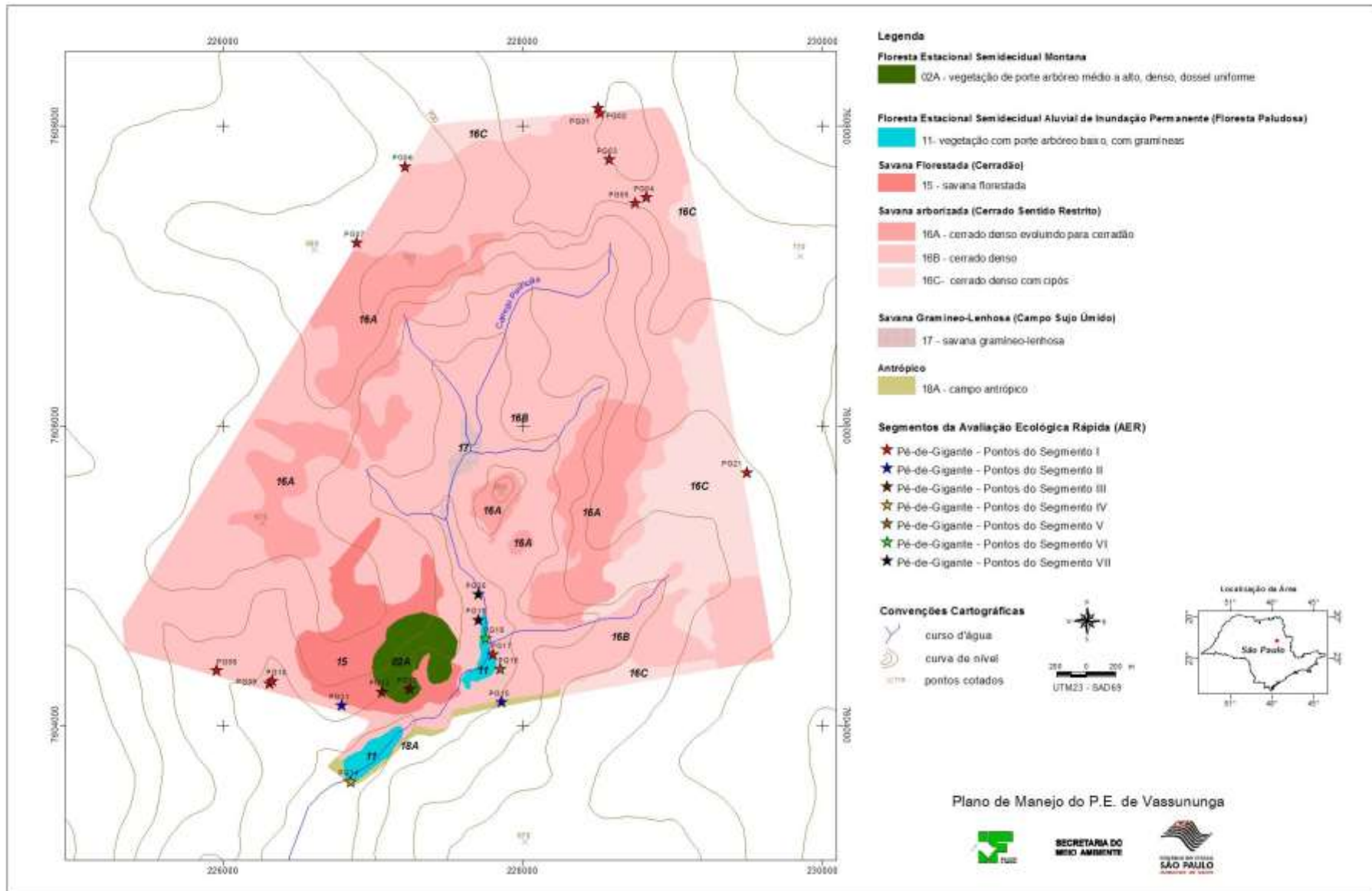
B. Fitofisionomias das glebas Capetingas Leste e Oeste, Parque Estadual de Vassununga, São Paulo - SP.



C. Fitofisionomias da gleba Maravilha, Parque Estadual de Vassununga, São Paulo - SP.



D. Fitofisionomias da gleba Praxedes, Parque Estadual de Vassununga, São Paulo - SP.



E. Fitofisionomias da gleba Pé de Gigante, Parque Estadual de Vassununga, São Paulo - SP.

APÊNDICE 2.1.C. Descritores dos tipos vegetacionais naturais do Parque Estadual de Vassununga, São Paulo-SP. Representação espacial no Apêndice 2.1.2. Gleba: Cv - Capão-da-várzea, Cp - Capetinga, Mv - Maravilha, Px - Praxedes, Pg - Pé-de-Gigante. RI - regime de inundação: NI - não inundável, T - temporária, P - permanente

Classe	Subclasse	Subgrupo			Formação		
Floresta	Estacional	Semidecidual			Montana		
Descritores	Código	Gleba	RI	Porte	Cobertura	Dossel	Observações
	01A	Cp	NI	alto	denso	uniforme	com jequitibás
	01B	Cp, Mv	NI	alto	denso	uniforme	sem alterações significativas
	01C	Cp, Px	NI	alto	aberto	com emergentes	
	01D	Px	NI	alto	aberto	desuniforme com emergentes	com jequitibás
	01E	Cp	NI	alto		desuniforme	forte alteração
	02A	Pg	NI	médio a alto	denso	uniforme	
	02B	Cp, Px	NI	médio a alto	aberto		perturbada, com cipós
	02C	Cp, Mv	NI	médio a alto		desuniforme	forte alteração
	03A	Mv	NI	médio		desuniforme com emergentes	
	03B	Cp, Mv	NI	médio	denso	uniforme	com alterações (cipós)
	04	Cp, Px	NI	baixo a graminoso	aberto		fortemente perturbada
	05A	Cp	NI	médio a alto	aberto		com eucaliptos velhos
06	Cp	NI	baixo a médio	aberto	desuniforme		

Classe	Subclasse	Subgrupo			Formação		
Floresta	Estacional	Semidecidual			Aluvial		
Descritores	Código	Gleba	RI	Porte	Cobertura	Dossel	Observações
	7	Mv	T	alto	aberto		
	08A	Mv	T	médio			
	08B	Cp	T	médio	densa		
	09.	Cv, Cp	P	alto a médio	densa		
	10	Cp	P	médio			
	11	Cv, Pg	P	baixo			com gramíneas

Formação Pioneira de Influência Fluvial							
Descritores	Código	Gleba	RI	Porte	Cobertura	Dossel	Observações
		14	Cp, Mv	P	graminoso		

Savana						
Classe	Subgrupo		RI	Código	Gleba	Observações
Savana	florestada		NI	15	Pg	
Savana	arborizada		NI	16A	Pg	
Savana	arborizada		NI	16B	Pg	
Savana	arborizada		NI	16C	Pg	Com cipó
Savana	gramíneo-lenhosa		T	17	Pg	

Fonte: Franco et al. (2008).

Apêndice 2.1.D. Fitofisionomias do Parque Estadual de Vassununga, São Paulo – SP







- A. Floresta Estacional Semidecidual Montana / B. Floresta Estacional Semidecidual Montana / C. Floresta Estacional Semidecidual Aluvial com inunda o permanente (Floresta Paludosa) Gleba Capão da Várzea / D. Floresta Estacional Semidecidual Montana. Borda com sinais de degrada o (efeito de borda) / E. Exemplar de *Cariniana legalis* (Mart.) O. ktze (jequitibá-rosa) na Floresta Estacional Semidecidual Montana na Gleba Capetinga-Oeste / F. Floresta Estacional Semidecidual Montana / G. Floresta Estacional Semidecidual Aluvial com inunda o temporária na margem do Rio Mogi-Guaçu (Gleba Maravilha) / H. *Cenchrus purpureus* (Schumach.) Morrone (capim-elefante) ocupando a borda degradada de Floresta Estacional Semidecidual Montana / I. Borda de Floresta Estacional Semidecidual Montana com elevada biomassa de trepadeiras / J. *Hedichium choronarium* J.Konig. (lírio-do-brejo), espécie invasora em várzea de Floresta Estacional Semidecidual Aluvial / K. *Hedichium choronarium* J.Konig. (lírio-do-brejo), detalhe da flor / L. *Melia azederach* L. ( rvore-de-Santa-Bárbara), espécie invasora no PEV / M. *Bambusa vulgaris* Schrad. ex J.C. Wendl., espécie exótica no PEV / N. *Tradescantia zebrina* Heynh. (tra eraba-roxa), espécie invasora no PEV.

APÊNDICE 2.1.E. Espécies de plantas nativas registradas no Parque Estadual de Vassununga, São Paulo - SP. Fonte de informa o: P - Dados primários; S - Dados secundários. Fisionomia Vegetal de acordo com Veloso et al. (1991): NI – Não informada; Fm - Floresta Estacional Semidecidual Montana; Faip - Floresta Estacional Semidecidual Aluvial de inunda o permanente (Floresta Paludosa); Fait - Floresta Estacional Semidecidual Aluvial de inunda o temporária; Pah - Forma o pioneira com influência fluvial e/ou lacustre herbácea; Paa - Forma o pioneira com influência fluvial e/ou lacustre arbustiva; Sf – Savana Florestada, Sa – Savana arborizada, Sg - Savana gramíneo-lenhosa

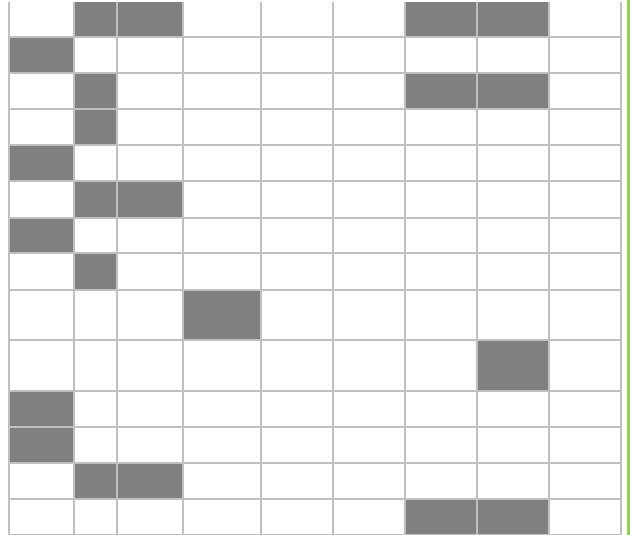
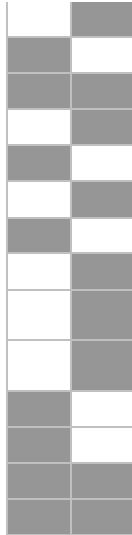
Família/Espécie		S	P	NI	Fm	Fait	Faip	Pah	Paa	Sf	Sa	Sg
Acanthaceae												
<i>Hygrophila brasiliensis</i>	DC	■		■								
<i>Justicia elegans</i>	Pohl	■		■								
<i>Ruellia geminiflora</i>	Kunth	■		■								
Alismataceae												
<i>Echinodorus grandiflorus</i>	(Cham. & Schltld.) Micheli	■		■								
Alstroemeriaceae												
<i>Alstroemeria pulchella</i>	L. f.	■		■								
Amaranthaceae												
<i>Alternanthera brasiliana</i>	(L.) Kuntze	■		■								
<i>Chamissoa altissima</i>	(Jacq.) Kunth	■		■								
<i>Chamissoa macrocarpa</i>	Kunth	■		■								
<i>Chenopodium album</i>	L.	■		■								
<i>Froelichia procera</i>	(Seub. & Mart.) Pedersen	■		■								
<i>Gomphrena virgata</i>	Mart.	■		■								
<i>Hebanthe paniculata</i>	Mart.	■		■								
<i>Pfaffia jubata</i>	Mart.	■		■								
Anacardiaceae												
<i>Anacardium humile</i>	A. St.-Hil.	■	■								■	
<i>Astronium fraxinifolium</i>	Schott ex. Spreng.		■		■	■						
<i>Astronium graveolens</i>	Jacq.	■	■									
<i>Tapirira guianensis</i>	Aublet	■	■		■	■	■					
<i>Tapirira obtusa</i>	(Benth.) D.J. Mitch.		■		■	■						
Annonaceae												
<i>Annona cacans</i>	Warm.	■	■		■							
<i>Annona coriacea</i>	Mart.	■	■							■	■	
<i>Annona crassiflora</i>	Mart.	■	■								■	
<i>Annona dioica</i>	A. St.-Hil.	■	■								■	
<i>Annona tomentosa</i>	R.E. Fr.		■								■	
<i>Duguetia furfuracea</i>	(A. St.-Hil.) Saff.	■	■							■	■	
<i>Duguetia lanceolata</i>	A. St.-Hil.	■	■		■							
<i>Guatteria australis</i>	A. St.-Hil.	■		■								
<i>Rollinia emarginata</i>	Schltld.	■	■		■							
<i>Rollinia sylvatica</i>	(A.St.-Hil) Mart	■	■		■	■						
<i>Xylopia aromatica</i>	(Lam.) Mart.	■	■		■					■	■	■
<i>Xylopia brasiliensis</i>	Spreng.	■	■		■							
<i>Xylopia emarginata</i>	Mart		■				■			■	■	
Apiaceae												
<i>Eryngium junceum</i>	Cham. & Schltld.	■		■								
Apocynaceae												
<i>Aspidosperma cuspa</i>	(Kunth) S.F. Blake ex Pittier	■		■								
<i>Aspidosperma cylindrocarpon</i>	Müll. Arg.	■		■								
<i>Aspidosperma polyneuron</i>	Müll. Arg.	■	■		■							
<i>Aspidosperma quirandy</i>	Hassl.		■		■	■						
<i>Aspidosperma ramiflorum</i>	Müll. Arg.	■	■		■							
<i>Aspidosperma tomentosum</i>	Mart.	■	■							■	■	
<i>Astephanus carassensis</i>	Malme	■		■								
<i>Blepharodon nitidum</i>	(Vell.) J.F. Macbr.	■		■								

<i>Calotropis procera</i>	(Aiton) W.T. Aiton	■	■																
<i>Condylocarpon isthmicum</i>	(Vell.) A. DC.	■																	
<i>Ditassa acerosa</i>	Mart.	■																	
<i>Ditassa obcordata</i>	Mart.	■																	
<i>Forsteronia glabrescens</i>	Müll. Arg.	■																	
<i>Forsteronia pilosa</i>	(Vell. Conc.) Müll. Arg.	■																	
<i>Forsteronia pubescens</i>	A. DC.	■																	
<i>Forsteronia refracta</i>	Müll. Arg.	■																	
<i>Forsteronia velloziana</i>	(A. DC.) Woodson	■																	
<i>Hancornia speciosa</i>	B.A. Gomes	■																	
<i>Himatanthus obovatus</i>	(Müll.Arg.) Woodson	■																■	
<i>Mandevilla pohliana</i>	(Stadelm.) A.H. Gentry	■																	
<i>Mesechites mansoanus</i>	(A. DC.) Woodson	■																	
<i>Odontadenia lutea</i>	(Vell.) Markgr.	■																	
<i>Oxypetalum appendiculatum</i>	Mart.	■																	
<i>Prestonia coalita</i>	(Vell.) Woodson	■																	
<i>Prestonia tomentosa</i>	R. Br.	■																	
<i>Rhodocalyx rotundifolius</i>	Müll. Arg.	■																	
<i>Tabaernamontana hystrix</i>	Steud.	■																	
<i>Temnadenia violaceae</i>	(Vell.) Miers	■																	
Aquifoliaceae																			
<i>Ilex affinis</i>	Gardner	■																	
Araceae																			
<i>Philodendron eichleri</i>	Engl.	■																	
Araliaceae																			
<i>Aralia excelsa (Griseb.) J. Wen</i>	Aralia (sciadodendron) excelsum	■																	
<i>Dendropanax cuneatus</i>	Decne & Planch (Aubl.) Maguire, Steyer. & Frodin	■																	
<i>Schefflera morototoni</i>	Frodin	■																	
<i>Schefflera venosa</i>	Frodin	■																	
<i>Sciadodendron excelsa</i>	Griseb.	■																	
Areaceae																			
<i>Acrocomia aculeata</i>	(Jacq.) Lodd. ex Mart.	■																	
<i>Allagoptera campestris</i>	(Mart.) Kuntze	■																	
<i>Astrocaryum sciophilum</i>	(Miq.) Pulle	■																	
<i>Attalea exigua</i>	Drude	■																	
<i>Attalea geraensis</i>	Barb. Rodr.	■																	
<i>Butia paraguayensis</i>	(Barb. Rodr.) L.H. Bailey	■																	
<i>Euterpe edulis</i>	Mart.	■																	
<i>Geonoma brevispatha</i>	Barb. Rodr.	■																	
<i>Syagrus flexuosa</i>	(Mart.) Becc.	■																	
<i>Syagrus loefgrenii</i>	Glassman	■																	
<i>Syagrus petraea</i>	(Mart.) Becc.	■																	
<i>Syagrus romanzoffiana</i>	(Cham.) Glassman	■																	
Aristolochiaceae																			
<i>Aristolochia gibertii</i>	Hook.	■																	
Asclepiadaceae																			
<i>Funastrum clausum</i>	(Jacq.) Schltr.	■																	
Aspleniaceae																			
<i>Asplenium abcissum</i>	Willd.	■																	

<i>Couepia grandiflora</i>	(Mart. & Zucc.) Benth. ex Hook. f.		
<i>Hirtella gracilipes</i>	(Hook f.) Prance		
<i>Licania humilis</i>	Cham. & Schltld.		
<i>Parinari excelsa</i>	Sabine		
Clusiaceae			
<i>Calophyllum brasiliense</i>	Cambess.		
<i>Clusia lanceolata</i>	Cambess.		
<i>Garcinia gardneriana</i>	(Planch. & Triana) Zappi		
<i>Kielmeyera coriacea</i>	Mart. & Zucc.		
<i>Kielmeyera grandiflora</i>	(Wawra) Saggi		
<i>Kielmeyera rubriflora</i>	Cambess.		
<i>Kielmeyera variabilis</i>	Mart. & Zucc.		
Combretaceae			
<i>Terminalia argentea</i>	Mart.		
<i>Terminalia brasiliensis</i>	(Cambess. ex A. St.-Hil.) Eichler		
<i>Terminalia glabrescens</i>	Mart.		
<i>Terminalia phaeocarpa</i>	Eichler		
Commelinaceae			
<i>Commelina erecta</i>	L.		
Connaraceae			
<i>Connarus suberosus</i>	Planch.		
<i>Rourea induta</i>	Planch.		
Convolvulaceae			
<i>Ipomoea alba</i>	Briquet		
<i>Ipomoea cairica</i>	(L.) Sweet		
<i>Ipomoea hederifolia</i>	L.		
<i>Ipomoea pes-caprae</i>	(L.) R. Br.		
<i>Ipomoea procurrens</i>	Meisn.		
<i>Ipomoea quamoclit</i>	L.		
<i>Ipomoea tubata</i>	Nees		
<i>Jacquemontia tamnifolia</i>	(L.) Griseb.		
<i>Merremia macrocalyx</i>	(Ruiz & Pav.) O'Donell		
Costaceae			
<i>Costus spiralis</i>	(Jacq.) Roscoe		
Cucurbitaceae			
<i>Cayaponia espelina</i>	(Silva Manso) Cogn.		
<i>Luffa cylindrica</i>	M. Roem.		
<i>Melothria cucumis</i>	Vell.		
<i>Momordica charantia</i>	L.		
<i>Psiguria ternata</i>	(M. Roem.) C. Jeffrey		
Cyatheaceae			
<i>Cyathea delgadii</i>	Sternb.		
Cyperaceae			
<i>Bulbostylis hirtella</i>	(Schrud. ex Schult.) Nees ex Urb.		
<i>Bulbostylis sphaerocephala</i>	(Boeck.) C.B. Clarke		
<i>Cyperus cayennensis</i>	Willd. ex Link		
<i>Cyperus diffusus</i>	Vahl		
<i>Cyperus laetus</i>	J. Presl & C. Presl		
<i>Eleocharis grandis</i>	(Nees) Boeck.		

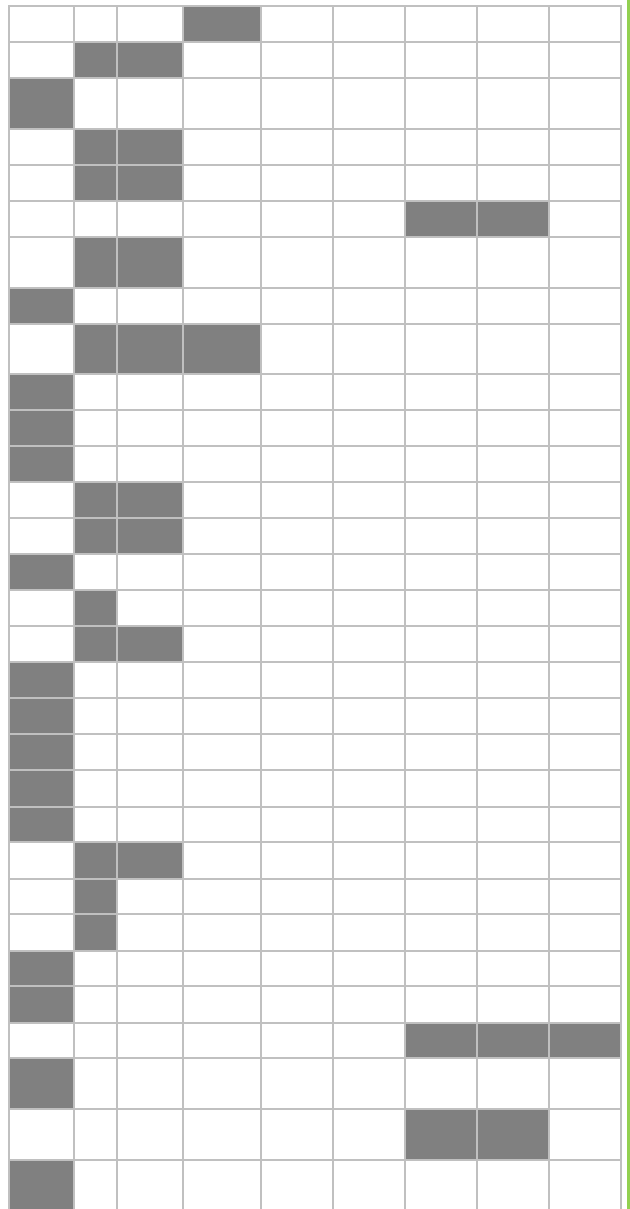
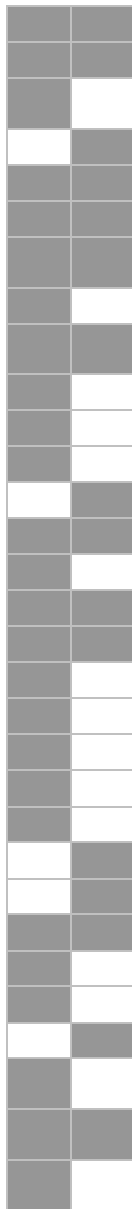
<i>Rhynchospora albiceps</i>	Kunth		
<i>Rhynchospora corymbosa</i>	(L.) Britton		
<i>Rhynchospora exaltata</i>	Kunth		
<i>Scleria comosa</i>	(Nees) Steud.		
Dennstaedtiaceae			
<i>Hypolepis repens</i>	(L.) C. Presl		
<i>Pteridium aquilinum</i>	(L.) Kuhn		
Dilleniaceae			
<i>Curatella americana</i>	L.		
<i>Davilla elliptica</i>	A. St.-Hil.		
<i>Davilla rugosa</i>	Poir.		
<i>Tetracera willdenowiana</i>	Steud.		
Dioscoreaceae			
<i>Dioscorea amaranthoides</i>	C. Presl		
<i>Dioscorea monadelphpha</i>	(Kunth) Griseb.		
<i>Dioscorea multiflora</i>	Griseb.		
Dryopteridaceae			
<i>Didymochlaena truncatula</i>	(Sw.) J. Sm.		
<i>Lastreopsis effusa</i>	(Sw.) Tindale		
<i>Tectaria incisa</i>	Cav.		
Ebenaceae			
<i>Diospyros hispida</i>	A. DC		
<i>Diospyros brasiliensis</i>	Mart. ex. Miq.		
<i>Diospyros inconstans</i>	Jacq.		
Elaeocarpaceae			
<i>Sloanea monosperma</i>	Vell.		
Ericaceae			
<i>Gaylussacia brasiliensis</i>	(Spreng.) Meisn.		
Eriocaulaceae			
<i>Paepalanthus polyanthus</i>	(Bongard) Kunth		
Erythroxylaceae			
<i>Erythroxylum campestre</i>	A. St.-Hil.		
<i>Erythroxylum pelleterianum</i>	A. St.-Hil.		
<i>Erythroxylum suberosum</i>	A. St.-Hil.		
<i>Erythroxylum tortuosum</i>	Mart.		
<i>Erythroxylum campestre</i>	A. St.-Hil.		
Euphorbiaceae			
<i>Acalypha macrostachya</i>	Jacq.		
<i>Actinostemon communis</i>	(Müll. Arg.) Pax		
<i>Actinostemon concepcionis</i>	(Chodat & Hassl.) Hochr.		
<i>Actinostemon concolor</i>	(Spreng.) Müll. Arg.		
<i>Actinostemon estrellensis</i>	(Müll. Arg.) Pax		
<i>Actinostemon oligandrus</i>	(Müll. Arg.) Baill.		
<i>Alchornea glandulosa</i>	Poepp.		
<i>Alchornea iicurana</i>	Casar.		
<i>Alchornea triplinervia</i>	(Spreng.) Müll. Arg.		
<i>Aparisthium cordatum</i>	(Juss.) Baill.		
<i>Croton eriocladus</i>	Müll. Arg.		
<i>Croton floribundus</i>	Spreng.		
<i>Croton glandulosus</i>	L.		

Platypodium elegans Vogel
Pterodon emarginatus Vogel
Pterodon pubescens (Benth.) Benth
Pterogyne nitens Tul.
Rhynchosia melanocarpa Grear
Schizolobium parahyba (Vell.) S.F. Blake
Senegalia polyphylla (DC.) Britton & Rose
Senna multijuga (Rich.) H.S. Irwin & Barneby
(Humb. & Bonpl. ex Willd.)
Senna pendula H.S. Irwin & Barneby
(G. Don) H.S. Irwin & Barneby
Senna rugosa
Stylosanthes gracilis Kunth
Stylosanthes guianensis (Aubl.) Sw.
Sweetia fruticosa Spreng.
Vatairea macrocarpa (Benth.) Ducke



Fabaceae - mimosoideae

Acacia paniculata Willd.
Acacia polyphylla DC.
(Hoehne) Barneby & J.W. Grimes
Albizia edwallii
Albizia niopoides (Spruce ex Benth.) Burkart
Anadenanthera colubrina (Vell.) Brenan
Anadenanthera falcata (Benth.) Speg.
Anadenanthera macrocarpa (Benth.) Brenan
Anadenanthera peregrina (L.) Speg.
Enterolobium contortisiliquum (Vell.) Morong
Enterolobium ellipticum Benth.
Enterolobium gummiferum (Mart.) J.F. Macbr.
Inga edulis Mart.
Inga laurina (Sw.) Willd.
Inga marginata Willd.
Inga semialata (Vell.) Mart.
Inga striata Benth.
Inga uruguensis Hook & Arn.
Mimosa debilis Humb. & Bonpl. ex Willd.
Mimosa gracilis Benth.
Mimosa nuda Benth.
Mimosa pigra L.
Mimosa xanthocentra Mart.
Mollinedia widgrenii A.DC.
Parapiptadenia rigida (Benth.) Brenan
Piptadenia gonoacantha (Mart.) J.F. Macbr.
Pithecellobium edwallii Hoehne
Plathymenia reticulata Benth.
Platymenia reticulata Benth.
Stryphnodendron adstringens (Mart.) Coville
Stryphnodendron obovatum Benth.
Stryphnodendron polyphyllum Mart.



Gesneriaceae

<i>Byttneria sagittifolia</i>	A. St.-Hil.		
<i>Ceiba speciosa</i>	A.St.-Hil.		
<i>Christiana macrodon</i>	Toledo		
<i>Eriotheca candolleana</i>	(K.Schum.) A. Robyns.		
<i>Eriotheca gracilipes</i>	(K. Schum.) A. Robyns		
<i>Guazuma ulmifolia</i>	Lam.		
<i>Helicteres brevispira</i>	A. St.-Hil.		
<i>Helicteres sacarolha</i>	Jacq.		
<i>Luehea divaricata</i>	Mart.		
<i>Luehea grandiflora</i>	Mart.		
<i>Melochia corchonfolia</i>	A.D. Faria		
<i>Melochia spicata</i>	(L.) Fryxell		
<i>Pavonia communis</i>	A. St.-Hil.		
<i>Pavonia hexaphylla</i>	(S. Moore) Krapov.		
<i>Peltaea edouardii</i>	(Hochr.) Krapov. & Cristóbal		
<i>Pseudobombax grandiflorum</i>	(Cav.) A. Robyns		
<i>Pseudobombax longiflorum</i>	(Mart. & Zucc.) A. Robyns		
<i>Sida glaziovii</i>	K. Schum.		
<i>Sida linifolia</i>	Cav.		
<i>Sida rhombifolia</i>	L.		
<i>Sida urens</i>	L.		
<i>Wissadula subpeltata</i>	(Kuntze) R.E. Fr.		
Marantaceae			
<i>Calathea sellowii</i>	Körn.		
<i>Calathea zebrina</i>	(Sims) Lindl.		
Melastomataceae			
<i>Acisanthera alsinaefolia</i>	(DC.) Triana		
<i>Leandra lacunosa</i>	Cogn.		
<i>Miconia affinis</i>	DC.		
<i>Miconia albicans</i>	Steud.		
<i>Miconia chamissois</i>	Naudin.		
<i>Miconia fallax</i>	DC.		
<i>Miconia latecrenata</i>	Triana		
<i>Miconia lepidota</i>	Schrank & Mart. ex DC.		
<i>Miconia ligustroides</i>	Naud.		
<i>Miconia rubiginosa</i>	DC.		
<i>Miconia stenostachya</i>	DC.		
<i>Microlicia cordata</i>	(Spreng.) Cham.		
<i>Tibouchina chamissoana</i>	Cogn.		
<i>Tibouchina gracilis</i>	(Bonpl.) Cogn.		
<i>Tibouchina stenocarpa</i>	Cogn.		
Meliaceae			
<i>Cabralea canjerana</i>	(Vell.) Mart. ssp.canjerana		
<i>Cabralea glaberrima</i>	A. Juss.		
<i>Cedrela fissilis</i>	Vell.		
<i>Cedrela odorata</i>	L.		
<i>Guarea guidonea</i>	(L.) Sleumer		
<i>Guarea kunthiana</i>	A.Juss.		
<i>Guarea macrophylla</i>	Vahl.		
<i>Guarea pohlii</i>	C. DC.		

<i>Trichilia casaretti</i>	C.DC.		
<i>Trichilia catigua</i>	A.Juss.		
<i>Trichilia claussenii</i>	C. DC.		
<i>Trichilia elegans</i>	A.Juss.		
<i>Trichilia hirta</i>	L.		
<i>Trichilia lagoensis</i>	C. DC.		
<i>Trichilia pallida</i>	Sw.		
<i>Trichilia selloi</i>	C. DC.		
Menispermaceae			
<i>Cissampelos glaberrima</i>	A. St.-Hil.		
<i>Cissampelos ovalifolia</i>	DC.		
<i>Cissampelos pareira</i>	L.		
Monimiaceae			
<i>Mollinedia chrysorrhachis</i>	Perkins		
<i>Mollinedia widgrenii</i>	A. DC.		
Moraceae			
<i>Brosimum gaudichaudii</i>	Trécul		
<i>Ficus citrifolia</i>	Mill.		
<i>Ficus enormis</i>	(Mart. ex Miq.) Mart.		
<i>Ficus eximia</i>	Schott		
<i>Ficus glabra</i>	Vell.		
<i>Ficus guaranitica</i>	Chodat		
<i>Ficus insipida</i>	Willd.		
<i>Ficus obtusifolia</i>	Roxb.		
<i>Ficus trigona</i>	L. f.		
<i>Maclura tinctoria</i>	(L.) D. Don ex Steud.		
<i>Pseudolmedia laevigata</i>	Trecul		
<i>Sorocea bonplandii</i>	(Baill.) W.C.Burger, Lanj. & Wess.Boer		
Musaceae			
<i>Heliconia hirsuta</i>	L. f.		
<i>Heliconia sp.</i>			
Myristicaceae			
<i>Viola sebifera</i>	Aubl.		
Myrsinaceae			
<i>Ardisia ambigua</i>	Mart.		
<i>Ardisia martiana</i>	Miq.		
<i>Cybianthus detergens</i>	Mart.		
<i>Rapanea ferruginea</i>	(Ruiz & Pav.) Mez		
<i>Rapanea gardneriana</i>	(A. DC.) Mez		
<i>Rapanea umbellata</i>	Mez		
Myrtaceae			
<i>Calycorectes schottianus</i>	O. Berg		
<i>Calypranthes clusiifolia</i>	(Miq.) O. Berg		
<i>Calypranthes grandifolia</i>	O. Berg		
<i>Calypranthes lucida</i>	Mart. ex DC.		
<i>Calypranthes polyantha</i>	O. Berg		
<i>Campomanesia guaviroba</i>	(DC.) Kiaersk.		
<i>Campomanesia guazumifolia</i>	(Cambess.) O. Berg		
<i>Campomanesia pubescens</i>	(DC.) O.Berg		

Rosaceae

Prunus myrtifolia (L.) Urb.



Rubiaceae

Alibertia concolor (Cham.) K.Schum.



Alibertia edulis (Rich.) A.Rich. ex DC.



Alibertia macrophylla K. Schum.



Alibertia sessilis (Vell.) K. Schum.



Alseis floribunda Schott



Amaioua guianensis Aubl.



Amaioua intermedia Mart.



Borreria verticillata (L.) G. Mey.



Borreria warmingii K. Schum.



Chiococca alba (L.) Hitchc.



Chomelia pohliana Müll.Arg.



Coccocypselum lanceolatum (Ruiz & Pav.) Pers.



Coffea arabica L.



Coussarea hydrangaefolia Benth. & Hook. f. ex Müll.



Coutarea hexandra Arg.



Coutarea hexandra (Jacq.) K.Schum.



Coutarea hexandra (Willd. ex Roem. & Schult.) Kuntze



Declieuxia fruticosa Kuntze



Diodia schumannii Standl. ex Bacigalupo



Diodia teres Walter



Faramea montevidensis (Cham. & Schltl.) DC.



Genipa americana L.



Guettarda viburnoides Cham. & Schltl.



Ixora brevifolia Benth.



Ixora gardneriana Benth.



Ixora venulosa Benth.



Manettia gracilis Cham. & Schltl.



Manettia luteo-rubra (Vell.) Benth.



Palicourea coriacea (Cham.) K. Schum.



Palicourea crocea (Sw.) Roem. & Schult.



Palicourea rigida Kunth



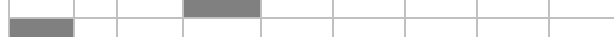
Psychotria barbiflora DC.



Psychotria capitata Ruiz & Pav.



Psychotria carthagenensis Jacq.



Psychotria deflexa DC.



Psychotria tricholoba Müll. Arg.



Randia armata (Sw.) DC.



Randia spinosa (Thunb.) Poir.



Rudgea viburnoides (Cham.) Benth.



Sabicea brasiliensis Wernham



Tocoyena formosa (Cham. & Schltl.) K. Schum.



Rutaceae

Citrus aurantiifolia (Christm.) Swingle



Esenbeckia febrifuga (A. St.-Hil.) A. Juss. ex Mart.



Esenbeckia grandiflora Mart.



Esenbeckia leiocarpa Engl.



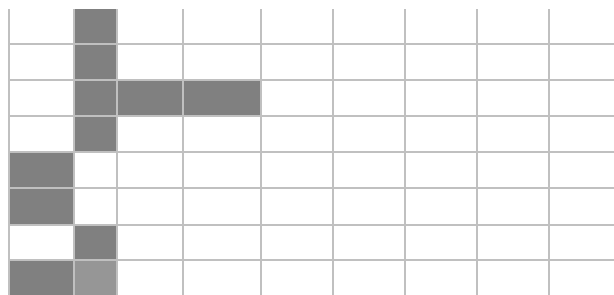
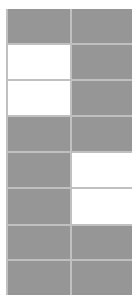
Galipea jasminiflora (A. St.-Hil.) Engl.



Galipea multiflora Schlecht

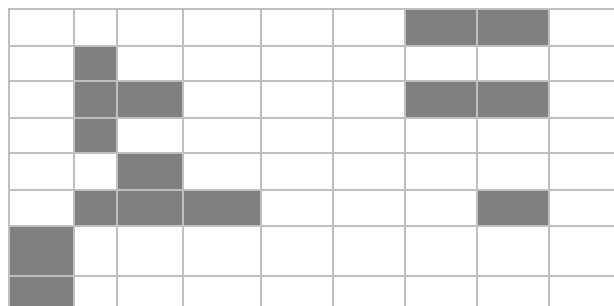
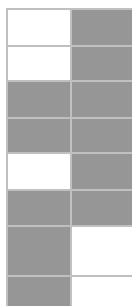


Metrodorea nigra A.St.-Hil.
Pilocarpus pauciflorus A.St.-Hil.
Zanthoxylum caribaeum Lam.
Zanthoxylum fagara (L.) Sarg.
Zanthoxylum hyemale A. St.-Hil.
Zanthoxylum pohlianum Engl.
Zanthoxylum rhoifolium Lam.
Zanthoxylum riedelianum Engl.



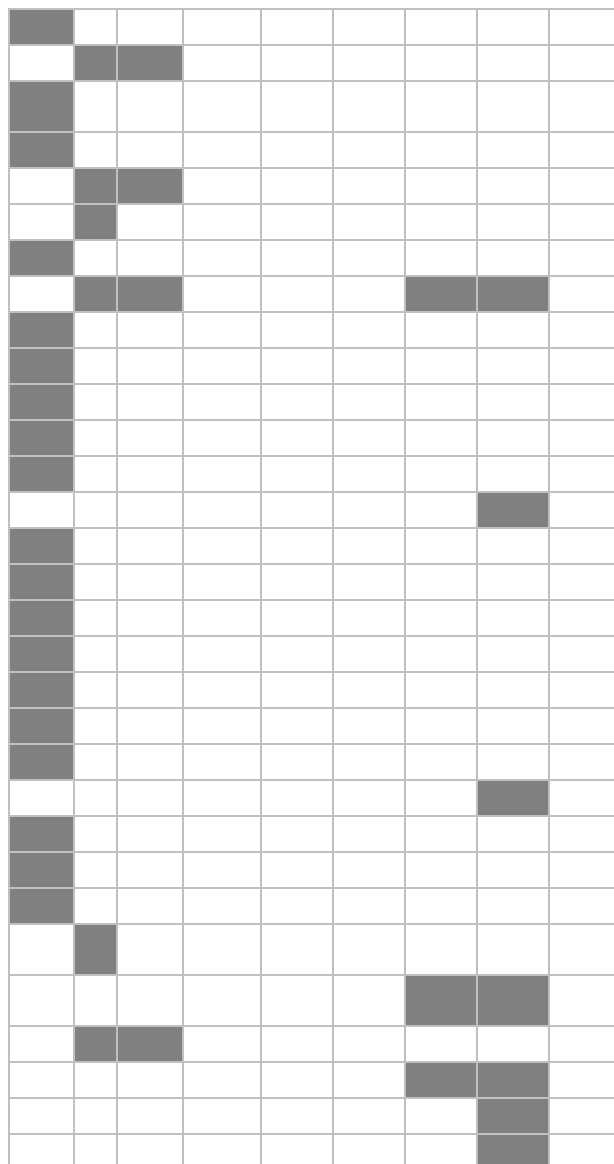
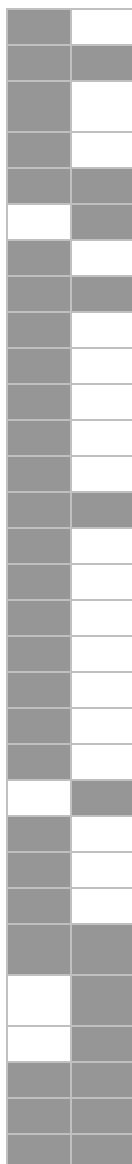
Salicaceae

Casearia arborea (Rich.) Urb.
Casearia decandra Jacq.
Casearia gossypiosperma Briq.
Casearia grandiflora Cambess.
Casearia obliqua Spreng.
Casearia sylvestris Sw.
Gossypiospermum lanospermum (Diogo) Pickel
Prockia crucis P. Browne ex L.



Sapindaceae

Allophylus membranifolius Radlk.
Allophylus sericeus Radlk.
Cardiospermum grandiflorum Sw.
Cupania oblongifolia Mart.
Cupania vernalis Cambess.
Diatenopteryx sorbifolia Radlk.
Magonia pubescens A. St.-Hil.
Matayba elaeagnoides Radlk.
Paullinia elegans Cambess.
Paullinia meliaefolia Juss.
Paullinia rhomboidea Radlk.
Paullinia spicata Benth.
Serjania caracasana (Jacq.) Willd.
Serjania erecta Radlk.
Serjania fuscifolia Radlk.
Serjania laruotteana Cambess.
Serjania lethalis A. St.-Hil.
Serjania meridionalis Cambess.
Serjania paradoxa Radlk.
Serjania reticulata Cambess.
Talisia angustifolia Radlk.
Talisia pygmaea Radlk.
Toulicia tomentosa Radlk.
Urvillea laevis Radlk.
Urvillea ulmacea Kunth
Chrysophyllum gonocarpum (Mart. & Eichler ex Miq.) Engl.
Chrysophyllum marginatum (Hook. & Arn.) Radlk.
Pouteria gardneri (Mart. & Miq.) Baehni
Pouteria ramiflora (Mart.) Radlk.
Pouteria subcaerulea (Pierre) Engl.
Pouteria torta (Mart.) Radlk.



<i>Cecropia catarinensis</i>	Cuatrec.		
<i>Cecropia cinerea</i>	Miq.		
<i>Cecropia glaziovii</i>	Snethl.		
<i>Cecropia pachystachya</i>	Trécul		
<i>Urera baccifera</i>	L. Gaudich.		
<i>Urera mitis</i>	Miq.		
Verbenaceae			
<i>Aloysia virgata</i>	Juss.		
<i>Lantana camara</i>	L.		
<i>Lantana hypoleuca</i>	Briq.		
<i>Lantana lilacina</i>	Desf.		
<i>Lippia lasiocalycina</i>	Cham.		
<i>Lippia salviaefolia</i>	Cham.		
<i>Stachytarpheta maximilliani</i>	Schauer		
Violaceae			
<i>Hybanthus atropurpureus</i>	(A. St.-Hil.) Taub.		
Vitaceae			
<i>Cissus erosa</i>	Rich.		
<i>Cissus inundata</i>	(Baker) Planch.		
Vochysiaceae			
<i>Qualea dichotoma</i>	(Mart.) Warm.		
<i>Qualea grandiflora</i>	Mart.		
<i>Qualea jundiahy</i>	Warm.		
<i>Qualea multiflora</i>	Mart.		
<i>Qualea parviflora</i>	Mart.		
<i>Vochysia cinnamomea</i>	Pohl.		
<i>Vochysia tucanorum</i>	Mart.		
Xyridaceae			
<i>Xyris jupicai</i>	Rich.		
Zingiberaceae			
<i>Hedychium coronarium</i>	J. König		
Total		771 336	19 1 121 57 1 1 57 115 20

Fonte de dados original: Franco et al. (2008).

APÊNDICE 2.1.F. Espécies vegetais ameaçadas de extinção registradas no Parque Estadual de Vassununga, São Paulo - SP. Risco de extinção das espécies em escala estadual - SP (SMA, 2016), nacional – BR (Martinelli; Moraes, 2013 e Forzza et al., 2014) e global - GL (IUCN, 2014). Categorias de risco de extinção: CR – criticamente em perigo; EN – em perigo; VU– vulnerável. Fitofisionomias em que foram registradas no interior do PEV: Fm: Floresta Estacional Semidecidual Montana; Faip: Floresta Estacional Semidecidual Aluvial de inundação permanente (Floresta Paludosa); Fait: Floresta Estacional Semidecidual Aluvial de inundação temporária; Sa: Savana arborizada; Sf: Savana Florestada

Família/Espécie	Categoria de ameaça			Fitofisionomia					
	SP	BR	GL	NI	Fm	Faip	Fait	Sf	Sa
Apocynaceae									
<i>Aspidosperma polyneuron</i> Müll. Arg.	LC	NT	EN		1				
<i>Aspidosperma quirandy</i> Hassl.	EN				1		1		
Arecaceae									
<i>Euterpe edulis</i> Mart.	VU	VU			1	1			
Bignoniaceae									
<i>Anemopaegma arvense</i> (Vell.) Stellfeld ex de Souza	EN	EN		1					
<i>Zeyheria tuberculosa</i> (Vell.) Bureau ex Verl.	VU	VU			1	1			
Fabaceae									
<i>Machaerium villosum</i> Vogel			VU		1		1		
Lauraceae									
<i>Nectandra cissiflora</i> Nees.	VU				1				
<i>Nectandra falcifolia</i> (Nees) J.A. Castigl. ex Mart. Crov. & Piccinini	EN					1			
<i>Ocotea odorifera</i> (Vell.) Rohwer	EN	EN							
Lecythidaceae									
<i>Cariniana legalis</i> (Mart.) Kuntze	VU	EN	VU		1				
Loganiaceae									
<i>Mostuea muricata</i> Sobral & Lc. Rossi	EN	VU							1
Marantaceae									
<i>Goeppertia zebrina</i> (Sims) Nees	VU				1				
Meliaceae									
<i>Cedrela fissilis</i> Vell.	VU	VU	EN		1				
<i>Cedrela odorata</i> L.	VU	VU	VU			1			
<i>Trichilia casaretti</i> C.DC.		LC	VU		1				
Myrtaceae									
<i>Calyptanthes brasiliensis</i> Spreng.	EX								
<i>Psidium salutare</i> (Kunth) O. Berg	EX								
Rutaceae									
<i>Esenbeckia leiocarpa</i> Engl.			VU		1				
Sapotaceae									
<i>Pouteria subcaerulea</i> (Pierre) Engl.	EN								1
Total				1	11	4	2	1	1

APÊNDICE 2.1.G. Espécies com baixo risco de extinção registradas no Parque Estadual de Vassununga, São Paulo - SP. Risco de extinção das espécies em escala estadual - SP (SMA, 2016), nacional – BR (Martinelli; Moraes, 2013 e Forzza et al., 2014) e global - GL (IUCN, 2014). Categorias de baixo risco: NT – quase ameaçada. Fitofisionomias em que foram registradas no interior do PEV: Fm: Floresta Estacional Semidecidual Montana; Faip: Floresta Estacional Semidecidual Aluvial de inundação permanente (Floresta Paludosa); Sf: Savana Florestada; Sa: Savana arborizada.

Família/Espécie

Categoria de ameaça

Fitofisionomia

	SP	BR	GL	Fm	Faip	Sf	Sa
Bignoniaceae							
<i>Handroanthus impetiginosus</i> (Mart. ex DC.) Mattos		NT		1	1		
Fabaceae							
<i>Bowdichia virgilioides</i> Kunth	NT	NT				1	1

APÊNDICE 2.1.H. Espécies exóticas registradas no Parque Estadual de Vassununga, São Paulo - SP. Hábito (H): Av – árvore; Ab – arbusto, Ba – bambusóide, Ev - erva. FO – Forma de ocorrência (FO): ai – indivíduo adulto isolado, ap – população de indivíduos adultos. Categoria de invasão (CI): ExT – exótica transiente, ExRnd – ruderal não dominante, ExRd – ruderal dominante, ExInd – Invasora não dominante, ExId – Invasora dominante. * Nativa no Brasil, mas exótica na flora regional

Família/espécie	Nome popular	H	FO	CI
Amaranthaceae				
<i>Chenopodium album</i> L.		Ab		
Anacardiaceae				
<i>Mangifera indica</i> L.	mangueira	Av	ai	ExInd
Apocynaceae				
<i>Calotropis procera</i> (Aiton) W.T. Aiton		Ab		
Araliaceae				
<i>Aralia excelsa</i> (Griseb.) J. Wen		Av		
Asteraceae				
<i>Bidens pilosa</i> L.	picão	Ev		
<i>Clibadium armani</i> (Balb.) Sch.Bip. ex O.E.Schulz		Ab		
<i>Tilesia baccata</i> (L.f.) Pruski		Ab		
Bignoniaceae				
<i>Tecoma stans</i> (L.) Juss. ex Kunth.	ipê-de-jardim	Av	ai	ExRnd
Brassicaceae				
<i>Raphanus raphanistrum</i> L.				
Caryophyllaceae				
<i>Polycarpaea corymbosa</i> (L.) Lam.				
Commelinaceae				
<i>Tradescantia zebrina</i> Heynh.	trapoeraba-roxa	Ev	ap	ExRd
Cucurbitaceae				
<i>Luffa cylindrica</i> (L.) M.Roem.	bucha	Tr		
<i>Momordica charantia</i> L.	melão-de-são-caetano	Tr		
Euphorbiaceae				
<i>Ricinus communis</i> L.	mamona	Ab	ap	ExRnd
Fabaceae				
* <i>Cenostigma pluviosum</i> (DC.) E. Gagnon & G.P.Lewis	sibipiruna	Av	ai	ExInd
* <i>Schyzolobium parahyba</i> (Vell.) Blake	guapuruvu	Av	ai	ExInd
Malvaceae				
<i>Melochia corchorifolia</i> L.		Ab		
Meliaceae				
<i>Melia azedarach</i> L.	árvore-de-santa-bárbara	Av	ai	ExInd
Myrtaceae				

<i>Eucalyptus spp.</i>	eucalipto	Av	ap	ExT
<i>Psidium guajava</i> L.	goiabeira	Av	ai	ExInd
* <i>Syzygium cumini</i> (L.) Skeels	jambolão	Av	ai	ExInd
Poaceae				
<i>Bambusa vulgaris</i> Schrad. ex J.C. Wendl.	bambu-verde-e-amarelo	Ba	ap	ExId
<i>Cenchrus purpureus</i> (Schumach.) Morrone	capim-elefante ou napiê	Ev	ap	ExId
<i>Digitaria insularis</i> (L.) Fedde	Capim-amargoso	Ev		
<i>Hyparrhenia rufa</i> (Nees) Stapf	capim-jaraguá	Ev	ap	ExId
<i>Melinis minutiflora</i> P. Beauv.	capim-gordura	Ev	ap	ExId
<i>Melinis repens</i> (Willd.) Zizka	capim-favorito	Ev	ap	ExId
<i>Megathyrsus maximus</i> (Jacq.) B.K.Simon & S.W.L.Jacobs	capim-colonião	Ev	ap	ExId
<i>Panicum repens</i> L.				
<i>Phyllostachys aurea</i> Rivière & C. Rivière	bambu-vara-de-pescar	Ba	ap	ExId
<i>Saccharum officinarum</i> L.	cana-de-açúcar	Ev	ap	ExT
<i>Urochloa decumbens</i> (Stapf) R.D.Webster	capim-braquiária	Ev	ap	ExId
Rubiaceae				
<i>Coffea arabica</i> L.	cafeeiro	Ab	ai	ExInd
Rutaceae				
<i>Citrus aurantiifolia</i> (Christm.) Swingle	Limão-galego	Av		
<i>Citrus limonia</i> Osbeck	limão-rosa	Av	ai	ExInd
Solanaceae				
<i>Nicotiana glauca</i> Graham		Ab		
Thelypteridaceae				
<i>Macrothelypteris torresiana</i> (Gaudich.) Ching		Ev		
Verbenaceae				
<i>Lantana camara</i> L.	camara	Ab		
Zingiberaceae				
<i>Hedichium choronarum</i> J.Konig.	lírio-do-brejo	Ev	ap	ExId

2.2 FAUNA

APÊNDICE 2.2.A. Método

As informações foram obtidas em publicações e nos relatórios não publicados, apresentados à Fundação Florestal, por pesquisadores contratados para a caracterização da UC.

Apenas foram considerados os registros obtidos no interior da UC e entorno imediato (raio de 3km). Formas identificadas até gênero foram mantidas somente quando nenhuma outra espécie do gênero tivesse sido relatada para a localidade. A nomenclatura utilizada é a do Catálogo Taxonômico da Fauna Brasileira (Grant et al., 2017; Menezes et al., 2017; Percequillo e Gregorin, 2017; Piacentini et al., 2017; Zaher e Bérnils, 2017). Assim, vários gêneros e epítetos específicos estão diferentes em relação aos trabalhos consultados.

A seguir nós apresentamos os critérios utilizados para o preenchimento dos templates do diagnóstico de fauna.

Riqueza e Fauna

A riqueza, número de espécies, é influenciada pelo total de habitats presentes, tamanho da área amostrada, conexão com outras áreas, histórico de perturbação antrópica e pelo esforço amostral. Por isso, a riqueza não é comparável entre unidades de conservação. Um conhecimento satisfatório da riqueza de qualquer grupo de animais de uma dada localidade resulta de um esforço amostral intenso, se avaliando todos os ecossistemas, cobrindo vários anos e as diferentes estações. Portanto, os valores apresentados devem ser considerados preliminares e deverão aumentar com a

realização de novos inventários.

Espécies migratórias

Popularmente se entende migração como qualquer movimento entre duas áreas, e já foram detectados gestores e funcionários de unidades de conservação se referindo incorretamente a uma determinada espécie como sendo migratória. Contudo, considera-se que migração é um movimento em resposta à variação sazonal na quantidade ou qualidade dos recursos utilizados, com posterior retorno ao local de origem.

Devido à localização geográfica do estado de São Paulo parte de sua avifauna migra durante a estação seca, entre meados de abril e meados de agosto, geralmente indo para regiões mais quentes dentro do próprio estado, para o centro-oeste do Brasil e mesmo para a Amazônia. Na mesma época do ano chegam em território paulista espécies do Brasil meridional e do sul do continente fugindo do frio intenso. Além de aves, no oceano aparecem cetáceos, pinípedes e certas espécies de peixes e lulas. Já durante a nossa primavera e verão aparecem espécies que se reproduzem na América do Norte. Algumas permanecem por aqui até abril, enquanto outras estão de passagem até áreas mais ricas em alimento no Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina.

Outro movimento migratório bem conhecido no nosso estado está ligado à reprodução de algumas espécies de peixes que vivem nos rios, a chamada piracema. Durante a estação chuvosa estas espécies sobem os cursos dos rios, por vezes até dezenas de quilômetros, para desovar mais próximo da cabeceira, onde os alevinos estarão mais protegidos e obterão mais alimento para o seu desenvolvimento inicial.

Para os objetivos dos planos de manejo entende-se que neste item seria de suma relevância mapear as áreas de concentração das aves migratórias de longa distância, as que vêm da América do Norte e do sul da América do Sul, e os trechos de rio em que ocorre a reprodução dos peixes de piracema.

Espécies endêmicas / raras

Endemismo depende da escala, nós podemos considerar desde espécies endêmicas da América do Sul, ex. anta *Tapirus terrestris* (Linnaeus, 1758), até espécies restritas a um único pico de montanha, como ocorre com vários sapinhos pingo-de-ouro *Brachycephalus* spp.

Nos planos de manejo já concluídos frequentemente são consideradas as espécies com distribuição restrita a um Bioma, são destacadas as endêmicas da Mata Atlântica, do Cerrado, etc. Contudo, entende-se que esta referência é pouco informativa para as tomadas de decisão de manejo. As espécies com distribuição muito restrita e para as quais as ações no interior da unidade podem ter um impacto mais significativo é que precisam ser enfatizadas. Geralmente elas também acabam sendo categorizadas como ameaçadas de extinção. A exceção são os anfíbios, grupo em que muitas espécies endêmicas são consideradas com informações insuficientes para a classificação quanto ao grau de ameaça (DD). Raridade é um conceito ligado ao tamanho populacional. Nós não temos esta informação para as áreas trabalhadas. Cabe destacar que na região tropical a maioria das espécies é naturalmente rara. Por outro lado, as espécies abundantes são de alta relevância para a manutenção dos ecossistemas. No interior das unidades de conservação as espécies comuns devem permanecer abundantes e as ameaçadas de extinção apresentar recuperação no seu tamanho populacional.

Espécies ameaçadas de extinção de acordo com listas vermelhas (SP, BR, IUCN)

Utilizou-se as últimas versões disponíveis.

Espécies exóticas/ em condição de sinantropia

Para a definição de espécies exóticas utilizou-se a base de dados do Instituto Hórus (2019). Destacamos a presença de espécies domésticas como categoria separada, pois estas na maioria das vezes não constituem populações asselvajadas (ferais), se tratando de casos de posse negligente de animais por parte de moradores do entorno. Somente relacionaram-se espécies em condições de sinantropia quando foram detectadas no interior ou entorno de edificações dentro da UC.

Espécies que sofrem pressão de caça/pesca

Não há informações detalhadas sobre as espécies alvo destas ações no interior da UC. Optou-se por elencar espécies que no estado de São Paulo, de uma forma geral, são conhecidas como suscetíveis à caça, pesca e captura para cativo. Para estas espécies ocorre um esforço de captura dirigido, porém o impacto destas intervenções pode afetar outras mais, devido ao uso de armadilhas ou petrechos de pesca pouco seletivos e ao abate de forma oportunista de qualquer animal de maior porte encontrado.

Espécies indicadoras (de áreas conservadas e degradadas)

Lista elaborada com base no mapa de fitofisionomias produzido pela equipe de vegetação para a UC e considerando-se a ocorrência verificada ou potencial das espécies nas manchas.

APÊNDICE 2.2.B. Vertebrados registrados no Parque Estadual Vassununga

A coluna status assinala a situação de conservação global (IUCN, 2019), no Brasil (Ministério do Meio Ambiente – MMA, 2014) e no estado de São Paulo - SP (São Paulo, 2018). Quando não indicado significa espécie de menor preocupação. CR = criticamente em perigo de extinção; EN = em perigo de extinção RE = regionalmente extinta e VU = vulnerável a extinção. Glebas: registro no interior das glebas constituintes do parque. CL = Capetinga Leste; CO = Capetinga Oeste, CV = Capão da Várzea; MA = Maravilha; PG = Pé de Gigante e PR = Praxedes. Corpos d'água: CorCV = Córrego Capão da Várzea; CorG = Córrego da Gruta; CorP = Córrego Paulicéia; CorR = Córrego Rico; CorAS = Córrego da Água Santa; RB = Rio Bebedouro e RMG = Rio Mogi Guaçu. Referências dos registros: 1 - Willis & Oniki, 1981; 2 - Willis & Oniki, 2003; 3 - Develey et al., 2005; 4 – Wikiaves, 2019; 5 - Cabral & Brito, relatório para o Plano de Manejo; 6 - Antunes & Toledo, relatório para o Plano de Manejo; 7 - Jorge & Pivello, 2005; 8 – Briani et al., relatório para o Plano de Manejo; 9 - Neri et al., relatório para o Plano de Manejo; 10 - Garbino, 2016; 11 - Benício & Da Silva, 2017; 12 - Ferreira & Castro, 2005 e 13 - Serra et al., relatório para o Plano de Manejo.

Táxon	Nome Popular	Status	Glebas/Corpos d'água	Referências
Filo Chordata				
Aves				
Ordem Tinamiformes				
Tinamidae				
<i>Crypturellus obsoletus</i> (Temminck, 1815)	inambuguaçu		CL e CO	2; 5
<i>Crypturellus undulatus</i> (Temminck, 1815)	jaó	SP (VU)	PG	5
<i>Crypturellus parvirostris</i> (Wagler, 1827)	inambu-chororó		CO e PG	1; 5
<i>Crypturellus tataupa</i> (Temminck, 1815)	inambu-chintã		CL, CO e PG	2; 3; 5
<i>Rhynchotus rufescens</i> (Temminck, 1815)	perdiz		?	5
<i>Nothura maculosa</i> (Temminck, 1815)	codorna-amarela		?	5
Anseriformes				
Anatidae				
<i>Cairina moschata</i> (Linnaeus, 1758)	pato-do-mato		CL e CO	1; 5
<i>Amazonetta brasiliensis</i> (Gmelin, 1789)	ananaí		Entomo	5
Galliformes				
Cracidae				
<i>Penelope superciliaris</i> Temminck, 1815	jacupemba		CL, CO e PG	3; 5
Odontophoridae				
<i>Odontophorus capueira</i> (Spix, 1825)	uru		CL	5
Ciconiiformes				
Ciconiidae				
<i>Mycteria americana</i> Linnaeus, 1758	cabeça-seca		MA	5
Suliformes				
Anhingidae				
<i>Anhinga anhinga</i> (Linnaeus, 1766)	biguatinga		CL	5
Pelecaniformes				
Ardeidae				
<i>Butorides striata</i> (Linnaeus, 1758)	socozinho		Entomo	5
<i>Ardea alba</i> Linnaeus, 1758	garça-branca		CL	5
<i>Syrigma sibilatrix</i> (Temminck, 1824)	maria-faceira		PG	3; 5
Threskiornithidae				
<i>Mesembrinibis cayennensis</i> (Gmelin, 1789)	coró-coró		CL	5
<i>Theristicus caudatus</i> (Boddaert, 1783)	curicaca		MA	5
Cathartiformes				
Cathartidae				
<i>Cathartes aura</i> (Linnaeus, 1758)	urubu-de-cabeça-		MA e PG	3; 5

	vermelha		
<i>Coragyps atratus</i> (Bechstein, 1793)	urubu	CO, PG e PR	1, 2; 3; 5
<i>Sarcoramphus papa</i> (Linnaeus, 1758)	urubu-rei	PG	3
Accipitriformes			
Accipitridae			
<i>Leptodon cayanensis</i> (Latham, 1790)	gavião-gato	?	5
<i>Elanus leucurus</i> (Vieillot, 1818)	gavião-peneira	PG	3
<i>Harpagus diodon</i> (Temminck, 1823)	gavião-bombachinha	?	5
<i>Accipiter striatus</i> Vieillot, 1808	tauató-miúdo	MA	5
<i>Ictinia plumbea</i> (Gmelin, 1788)	sovi	CO, PG	1, 2
<i>Geranospiza caerulescens</i> (Vieillot, 1817)	gavião-pernilongo	CO CL, CO, CV, MA, PG e PR	5
<i>Rupornis magnirostris</i> (Gmelin, 1788)	gavião-carijó		1, 2; 5
<i>Geranoaetus albicaudatus</i> (Vieillot, 1816)	gavião-de-rabo-branco	MA e PG	3; 5
<i>Buteo brachyurus</i> Vieillot, 1816	gavião-de-cauda-curta	CO e PG	1; 5
Gruiformes			
Rallidae			
<i>Aramides cajaneus</i> (Statius Muller, 1776)	saracura-três-potes	CV e PG	3; 5
<i>Laterallus melanophaius</i> (Vieillot, 1819)	sanã-parda	CL	5
<i>Mustelirallus albicollis</i> (Vieillot, 1819)	sanã-carijó	PG	2
<i>Pardirallus nigricans</i> (Vieillot, 1819)	saracura-sanã	PG	3
<i>Gallinula galeata</i> (Lichtenstein, 1818)	galinha-d'água	PG	3
Charadriiformes			
Charadriidae			
<i>Vanellus chilensis</i> (Molina, 1782)	quero-quero	CL, CO, CV, MA e PG	3; 5
Recurvirostridae			
<i>Himantopus melanurus</i> Vieillot, 1817	pernilongo-de-costas-brancas	Entorno	5
Scolopacidae			
<i>Gallinago paraguaiiae</i> (Vieillot, 1816)	narceja	Entorno	5
Jacanidae			
<i>Jacana jacana</i> (Linnaeus, 1766)	jaçanã	PG	5
Columbiformes			
Columbidae			
<i>Columbina talpacoti</i> (Temminck, 1810)	rolinha	CL, CO, MA, PG e PR	2; 3; 5
<i>Columbina squammata</i> (Lesson, 1831)	fogo-apagou	PG	3
<i>Claravis pretiosa</i> (Ferrari-Perez, 1886)	pararu-azul	CO	1
<i>Patagioenas picazuro</i> (Temminck, 1813)	asa-branca	CL, CO, MA, PG e PR	1, 2; 5
<i>Patagioenas cayennensis</i> (Bonnaterre, 1792)	pomba-galega	CL, CO, MA, PG e PR	1, 2; 5
<i>Patagioenas plumbea</i> (Vieillot, 1818)	pomba-amargosa	PG	5
<i>Zenaida auriculata</i> (Des Murs, 1847)	avoante	CL, CO, MA e PG CL, CO, CV, MA, PG e PR	1, 2; 5
<i>Leptotila verreauxi</i> Bonaparte, 1855	juriti-pupu		2; 3; 5
<i>Leptotila rufaxilla</i> (Richard & Bernard, 1792)	juriti-de-testa-branca	CL, CO, CV, MA e PG	3; 5
<i>Geotrygon violacea</i> (Temminck, 1809)	juriti-vermelha	CO e PR	1; 5
<i>Geotrygon montana</i> (Linnaeus, 1758)	pariri	?	4
Cuculiformes			
Cuculidae			
<i>Piaya cayana</i> (Linnaeus, 1766)	alma-de-gato	CL, CO, MA, PG e PR	1, 2; 5
<i>Coccyzus melacoryphus</i> Vieillot, 1817	papa-lagarta	PG	3
<i>Crotophaga ani</i> Linnaeus, 1758	anu-preto	MA, PG e PR	2; 5
<i>Guira guira</i> (Gmelin, 1788)	anu-branco	CL e PG	3; 5
<i>Tapera naevia</i> (Linnaeus, 1766)	saci	CO, PG	2; 3
Strigiformes			
Tytonidae			

<i>Tyto furcata</i> (Temminck, 1827)	suindara		PG	3
Strigidae				
<i>Megascops choliba</i> (Vieillot, 1817)	corujinha-do-mato		PG	2
<i>Pulsatrix perspicillata</i> (Latham, 1790)	murucututu	SP (CR)	CL	5
<i>Athene cunicularia</i> (Molina, 1782)	coruja-buraqueira		PG e PR	3; 5
Nyctibiiformes				
Nyctibiidae				
<i>Nyctibius griseus</i> (Gmelin, 1789)	urutau		PG	2
Caprimulgiformes				
Caprimulgidae				
<i>Lurocalis semitorquatus</i> (Gmelin, 1789)	tuju		CO	1
<i>Nyctidromus albicollis</i> (Gmelin, 1789)	bacurau		CL, CO, MA, PG e PR	1, 2; 5
<i>Hydropsalis parvula</i> (Gould, 1837)	bacurau-chintã		CL, MA, PG e PR	3; 5
<i>Hydropsalis torquata</i> (Gmelin, 1789)	bacurau-tesoura		MA e PG	3; 5
Apodiformes				
Apodidae				
<i>Streptoprocne zonaris</i> (Shaw, 1796)	taperuçu-de-coleira-branca		CO	2
<i>Chaetura meridionalis</i> Hellmayr, 1907	andorinhão-do-temporal		CO, PG	2; 3
Trochilidae				
<i>Phaethornis pretrei</i> (Lesson & Delattre, 1839)	rabo-branco-acanelado		CL, CO, CV, MA, PG e PR	2; 3; 5
<i>Eupetomena macroura</i> (Gmelin, 1788)	beija-flor-tesoura		CO e PG	3; 5
<i>Aphantochroa cirrochloris</i> (Vieillot, 1818)	beija-flor-cinza		CO	2
<i>Florisuga fusca</i> (Vieillot, 1817)	beija-flor-preto		PG e PR	3; 5
<i>Colibri serrirostris</i> (Vieillot, 1816)	beija-flor-de-orelha-violeta		CO, PG e PR	2; 3; 5
<i>Anthracothorax nigricollis</i> (Vieillot, 1817)	beija-flor-de-veste-preta		PG	3
<i>Chlorostilbon lucidus</i> (Shaw, 1812)	besourinho-de-bico-vermelho		PG e PR	3; 5
<i>Thalurania glaucopis</i> (Gmelin, 1788)	beija-flor-de-fronte-violeta		CO, MA e PG	2; 5
<i>Hylocharis chrysura</i> (Shaw, 1812)	beija-flor-dourado		CL e PG	2; 5
<i>Amazilia versicolor</i> (Vieillot, 1818)	beija-flor-de-banda-branca		CO	1
<i>Amazilia fimbriata</i> (Gmelin, 1788)	beija-flor-de-garganta-verde		CO e PG	3; 5
<i>Amazilia lactea</i> (Lesson, 1832)	beija-flor-de-peito-azul		CL, CO, CV e PR	2; 5
<i>Helimaster squamosus</i> (Temminck, 1823)	bico-reto-de-banda-branca		?	4
<i>Calliphlox amethystina</i> (Boddaert, 1783)	estrelinha-ametista		?	4
Trogoniformes				
Trogonidae				
<i>Trogon surrucura</i> Vieillot, 1817	surucuá-variado		CO, MA e PG	2; 3; 5
Coraciiformes				
Alcedinidae				
<i>Megasceryle torquata</i> (Linnaeus, 1766)	martim-pescador-grande		CL	5
<i>Chloroceryle americana</i> (Gmelin, 1788)	martim-pescador-pequeno		CL	5
Momotidae				
<i>Baryphthengus ruficapillus</i> (Vieillot, 1818)	juruva		CL, CO, PG	2; 3; 5
<i>Momotus momota</i> (Linnaeus, 1766)	udu		?	5
Galbuliformes				
Galbulidae				
<i>Galbula ruficauda</i> Cuvier, 1816	ariramba		CL, CO, MA, PG e PR	1; 5
Bucconidae				
<i>Nystalus chacuru</i> (Vieillot, 1816)	joão-bobo		PG	3
<i>Malacoptila striata</i> (Spix, 1824)	barbudo-rajado		PG	2
Piciformes				

Ramphastidae			
<i>Ramphastos toco</i> Stadius Muller, 1776	tucanuçu	CO, PG e PR	2; 3; 5
Picidae			
<i>Picumnus cirratus</i> Temminck, 1825	picapauzinho-barrado	CL, PG e PR	3; 5
<i>Picumnus albosquamatus</i> d'Orbigny, 1840	picapauzinho-escamoso	CO, PG	2; 3
<i>Melanerpes candidus</i> (Otto, 1796)	pica-pau-branco	PG	3
<i>Melanerpes flavifrons</i> (Vieillot, 1818)	benedito-de-testa-amarela	CO e PG	1; 5
<i>Veniliornis passerinus</i> (Linnaeus, 1766)	pica-pau-pequeno	CO, MA e PG	2; 3; 5
<i>Colaptes melanochloros</i> (Gmelin, 1788)	pica-pau-verde-barrado	PG	3
<i>Colaptes campestris</i> (Vieillot, 1818)	pica-pau-do-campo pica-pau-de-cabeça- amarela	CL e PG ?	3; 5 5
<i>Celeus flavescens</i> (Gmelin, 1788)			
<i>Dryocopus lineatus</i> (Linnaeus, 1766)	pica-pau-de-banda-branca	CO, PG e PR	2; 3; 5
<i>Campephilus robustus</i> (Lichtenstein, 1818)	pica-pau-rei pica-pau-de-topete- vermelho	CO PG	2 3
<i>Campephilus melanoleucos</i> (Gmelin, 1788)			
Cariamiformes			
Cariamidae			
<i>Cariama cristata</i> (Linnaeus, 1766)	seriema	CL, CO, PG e PR	2; 3; 5
Falconiformes			
Falconidae			
<i>Caracara plancus</i> (Miller, 1777)	carcará	CO, CV, MA e PG	1, 2; 5
<i>Milvago chimachima</i> (Vieillot, 1816)	carrapateiro	CO, CV, MA, PG e PR	2; 3; 5
<i>Herpethotes cachimans</i> (Linnaeus, 1758)	acauã	CL, CO, PG	2; 3; 5
<i>Micrastur ruficollis</i> (Vieillot, 1817)	falcão-caburé	PG	5
<i>Micrastur semitorquatus</i> (Vieillot, 1817)	falcão-relógio	?	5
<i>Falco sparverius</i> Linnaeus, 1758	quiriquiri	CO e PG	3; 5
<i>Falco femoralis</i> Temminck, 1822	falcão-de-coleira	PG	5
Psittaciformes			
Psittacidae			
<i>Psittacara leucophthalmus</i> (Stadius Muller, 1776)	periquitão	CO, CV e PG	1, 2; 5
<i>Eupsittula aurea</i> (Gmelin, 1788)	periquito-rei	PG	2
<i>Pyrrhura frontalis</i> (Vieillot, 1817)	tíriba	CL e CO	1, 2; 5
<i>Forpus xanthopterygius</i> (Spix, 1824)	tuim periquito-de-encontro- amarelo	CL, CO, PG CL, CO, CV, MA, PG e PR	1, 2; 5 1, 2; 5
<i>Brotogeris chiriri</i> (Vieillot, 1818)			
<i>Pionus maximiliani</i> (Kuhl, 1820)	maitaca	CO CL, CO, CV, MA, PG e PR	1 2; 3; 5
<i>Amazona aestiva</i> (Linnaeus, 1758)	papagaio		
Passeriformes			
Thamnophilidae			
<i>Formicivora rufa</i> (Wied, 1831)	papa-formiga-vermelho	PG e PR	3; 5
<i>Dysithamnus mentalis</i> (Temminck, 1823)	choquinha-lisa chorozinho-de-chapéu- preto	CL, CO, MA e PG CO, PG e PR	2; 3; 5 2; 3; 5
<i>Herpsilochmus atricapillus</i> Pelzeln, 1868	chorozinho-de-asa- vermelha	CL, CO, MA, PG e PR	1; 5
<i>Thamnophilus doliatus</i> (Linnaeus, 1764)	choca-barrada choca-de-chapéu- vermelho	CL, CO, MA e PG MA	1, 2; 5 5
<i>Thamnophilus ruficapillus</i> Vieillot, 1816			
<i>Thamnophilus pelzelni</i> Hellmayr, 1924	choca-do-planalto	CL, CO, MA, PG e PR	2; 5
<i>Thamnophilus caerulescens</i> Vieillot, 1816	choca-da-mata	CL, CO, MA e PG	2; 3; 5
<i>Taraba major</i> (Vieillot, 1816)	choró-boi	MA e PG	2; 5
<i>Hypodaleus guttatus</i> (Vieillot, 1816)	chocão-carijó	CO	2
<i>Mackenziaena severa</i> (Lichtenstein, 1823)	borralhara	CL e CO	2; 5
<i>Pyriglena leucoptera</i> (Vieillot, 1818)	papa-taoca-do-sul	CL e CO	1; 5
<i>Drymophila ferruginea</i> (Temminck, 1822)	trovoada	CO	1

Conopophagidae			
<i>Conopophaga lineata</i> (Wied, 1831)	chupa-dente	CL, CO, MA e PR	1; 5
Rhinocryptidae			
<i>Psilorhamphus guttatus</i> (Ménétriès, 1835)	tapaculo-pintado	CO	2
Dendrocolaptidae			
<i>Dendrocincla turdina</i> (Lichtenstein, 1820)	arapaçu-liso	MA	5
<i>Sittasomus griseicapillus</i> (Vieillot, 1818)	arapaçu-verde	CL, CO, MA, PG e PR	2; 3; 5
<i>Xiphorhynchus fuscus</i> (Vieillot, 1818)	arapaçu-rajado	CO	1
<i>Lepidocolaptes angustirostris</i> (Vieillot, 1818)	arapaçu-de-cerrado	CL, CO e PG	3; 5
<i>Dendrocolaptes platyrostris</i> Spix, 1825	arapaçu-grande	CO	1
Xenopidae			
<i>Xenops rutilans</i> Temminck, 1821	bico-virado-carijó	CO e MA	1; 5
Furnariidae			
<i>Furnarius rufus</i> (Gmelin, 1788)	joão-de-barro	PG	3
<i>Automolus leucophthalmus</i> (Wied, 1821)	barranqueiro-de-olho-branco	CL, CO, MA, PG e PR	1; 5
<i>Philydor rufum</i> (Vieillot, 1818)	limpa-folha-de-testa-baia	CO e MA	5
<i>Syndactyla rufosuperciliata</i> (Lafresnaye, 1832)	trepador-quiete	CL	5
<i>Phacellodomus ferrugineigula</i> (Pelzeln, 1858)	joão-botina-do-brejo	PG	2
<i>Certhiaxis cinnamomeus</i> (Gmelin, 1788)	curutié	CL, MA e PG	3; 5
<i>Synallaxis ruficapilla</i> Vieillot, 1819	pichororé	CL, CO e PR	1; 5
<i>Synallaxis frontalis</i> Pelzeln, 1859	petrim	CO, PG e PR	2; 3; 5
<i>Synallaxis albescens</i> Temminck, 1823	uí-pi	CO e CV	1; 5
<i>Synallaxis spixi</i> Sclater, 1856	joão-teneném	CL, CO, CV e MA	1; 5
<i>Cranioleuca pallida</i> (Wied, 1831)	arredio-pálido	PR	5
Pipridae			
<i>Neopelma pallescens</i> (Lafresnaye, 1853)	fruxu-do-cerradão	PG CL, CO, CV, MA, PG e PR	5 2; 5
<i>Manacus manacus</i> (Linnaeus, 1766)	rendeira	CL, CO e MA	1; 5
<i>Chiroxiphia caudata</i> (Shaw & Nodder, 1793)	tangará	CO, CV e PR	2; 5
Tityridae			
<i>Tityra inquisitor</i> (Lichtenstein, 1823)	anambé-branco-de-bochecha-parda	CO	1
<i>Tityra cayana</i> (Linnaeus, 1766)	anambé-branco-de-rabo-preto	CO	2
<i>Pachyramphus castaneus</i> (Jardine & Selby, 1827)	caneleiro	PG	5
<i>Pachyramphus polychopterus</i> (Vieillot, 1818)	caneleiro-preto	?	4
<i>Pachyramphus validus</i> (Lichtenstein, 1823)	caneleiro-de-chapéu-preto	PG	3
Platyrinchidae			
<i>Platyrinchus mystaceus</i> Vieillot, 1818	patinho	CL, CO, CV, MA, PG e PR	2; 5
Rhynchocyclidae			
<i>Mionectes rufiventris</i> Cabanis, 1846	abre-asa-de-cabeça-cinza	MA e PG	5
<i>Leptopogon amaurocephalus</i> Tschudi, 1846	cabeçudo	CO, PG e PR	1; 5
<i>Corythopsis delalandi</i> (Lesson, 1830)	estalador	CL e CO	1; 5
<i>Tolmomyias sulphurescens</i> (Spix, 1825)	bico-chato-de-orelha-preta	CL, CO, PG e PR	1; 5
<i>Todirostrum poliocephalum</i> (Wied, 1831)	teque-teque	CL, CO, MA e PR	1; 5
<i>Todirostrum cinereum</i> (Linnaeus, 1766)	ferreirinho-relógio	CL, CO, CV, MA e PR	5
<i>Poecilotriccus plumbeiceps</i> (Lafresnaye, 1846)	tororó	CO, PG	2; 3
<i>Myiornis auricularis</i> (Vieillot, 1818)	miudinho	CO, MA, PG e PR	2; 3; 5
<i>Hemitriccus diops</i> (Temminck, 1822)	olho-falso	CL, CO e PR	5
<i>Hemitriccus orbitatus</i> (Wied, 1831)	tiririzinho-do-mato	CO	1
<i>Hemitriccus nidipendulus</i> (Wied, 1831)	tachuri-campainha	?	4
<i>Hemitriccus margaritaceiventer</i> (d'Orbigny & Lafresnaye, 1837)	sebinho-de-olho-de-ouro	CV e PG	2; 5

Tyrannidae

<i>Euscarthmus meloryphus</i> Wied, 1831	barulhento	PG	2
<i>Camptostoma obsoletum</i> (Temminck, 1824)	risadinha guaracava-de-barriga- amarela	CL, CO, MA, PG e PR	1, 2; 5
<i>Elaenia flavogaster</i> (Thunberg, 1822)		CO, CV e PG	1, 2; 5
<i>Elaenia mesoleuca</i> (Deppe, 1830)	tuque	PG	3
<i>Myiopagis caniceps</i> (Swainson, 1835)	guaracava-cinzenta guaracava-de-crista- alaranjada	CL e CO	1; 5
<i>Myiopagis viridicata</i> (Vieillot, 1817)		CO	1
<i>Capsiempis flaveola</i> (Lichtenstein, 1823)	marianinha-amarela	CO	1
<i>Phaeomyias murina</i> (Spix, 1825)	bagageiro	?	5
<i>Phyllomyias fasciatus</i> (Thunberg, 1822)	piolhinho	CL e PR	5
<i>Serpophaga subcristata</i> (Vieillot, 1817)	alegrinho	CV e PG	3; 5
<i>Myiarchus swainsoni</i> Cabanis & Heine, 1859	irré	CO, PG	2; 3
<i>Myiarchus ferox</i> (Gmelin, 1789)	maria-cavaleira maria-cavaleira-de-rabo- enferrujado	CO, PG	2; 3
<i>Myiarchus tyrannulus</i> (Statius Muller, 1776)		PG	2
<i>Sirystes sibilator</i> (Vieillot, 1818)	gritador	CO	1
<i>Casiornis rufus</i> (Vieillot, 1816)	maria-ferrugem	PG	2
<i>Pitangus sulphuratus</i> (Linnaeus, 1766)	bem-te-vi	CL, CO, MA e PG	1, 2; 5
<i>Machetornis rixosa</i> (Vieillot, 1819)	suiriri-cavaleiro	CO, PG	2; 3
<i>Myiodynastes maculatus</i> (Statius Muller, 1776)	bem-te-vi-rajado	CO, PG	1, 2
<i>Megarynchus pitangua</i> (Linnaeus, 1766)	neinei bentevizinho-de-penacho- vermelho	CO, PG	1, 2
<i>Myiozetetes similis</i> (Spix, 1825)		CL, CO e PG	1, 2; 5
<i>Tyrannus melancholicus</i> Vieillot, 1819	suiriri	CO, PG	1, 2
<i>Tyrannus savana</i> Daudin, 1802	tesourinha	CO, MA e PG	2; 5
<i>Empidonomus varius</i> (Vieillot, 1818)	peitica	CO, PG	1, 2
<i>Colonia colonus</i> (Vieillot, 1818)	viuvinha	CL, CO, MA e PG	2; 3; 5
<i>Myiophobus fasciatus</i> (Statius Muller, 1776)	filipe	CO, PG	2; 3
<i>Pyrocephalus rubinus</i> (Boddaert, 1783)	príncipe	PG	3
<i>Fluvicola nengeta</i> (Linnaeus, 1766)	lavadeira-mascarada	CL	5
<i>Arundinicola leucocephala</i> (Linnaeus, 1764)	freirinha	CL	5
<i>Gubernetes yetapa</i> (Vieillot, 1818)	tesoura-do-brejo	PG e PR	2; 5
<i>Cnemosiccus fuscatus</i> (Wied, 1831)	guaracavuçu	CL, PG e PR	2; 5
<i>Lathrotriccus euleri</i> (Cabanis, 1868)	enferrujado maria-preta-de-bico- azulado	CL, CO, CV, PG e PR	1; 5
<i>Knipolegus cyanirostris</i> (Vieillot, 1818)		?	4
<i>Knipolegus lophotes</i> Boie, 1828	maria-preta-de-penacho	?	4
<i>Satrapa icterophrys</i> (Vieillot, 1818)	suiriri-pequeno	PG	3
<i>Xolmis cinereus</i> (Vieillot, 1816)	primavera	PG	3
Vireonidae			
<i>Cyclarhis gujanensis</i> (Gmelin, 1789)	pitiguari	CL, CO, MA, PG e PR	1, 2; 5
<i>Hylophilus amaurocephalus</i> (Nordmann, 1835)	vite-vite-de-olho-cinza	CO	2
<i>Vireo chivi</i> (Vieillot, 1817)	juruviara	CL, CO e PR	1; 5
Corvidae			
<i>Cyanocorax cristatellus</i> (Temminck, 1823)	gralha-do-campo	CL, PG e PR	2; 5
<i>Cyanocorax chrysops</i> (Vieillot, 1818)	gralha-picaça	PG	2
Hirundinidae			
<i>Pygochelidon cyanoleuca</i> (Vieillot, 1817)	andorinha-pequena-de- casa	CL, CO e PG	2; 3; 5
<i>Stelgidopteryx ruficollis</i> (Vieillot, 1817)	andorinha-serradora	CL, CO, PG e PR	1, 2; 5
<i>Progne tapera</i> (Vieillot, 1817)	andorinha-do-campo	PG	3
<i>Tachycineta albiventer</i> (Boddaert, 1783)	andorinha-do-rio andorinha-de-sobre- branco	Entorno	5
<i>Tachycineta leucorrhoa</i> (Vieillot, 1817)		CO	2
Troglodytidae			

<i>Troglodytes musculus</i> Naumann, 1823	corruíra	CO, CV, PG e PR	1, 2; 5
<i>Cantorchilus leucotis</i> (Lafresnaye, 1845)	garrinchão-de-barriga-vermelha	CL, CO, CV, MA, PG e PR	2; 5
Donacobiidae			
<i>Donacobius atricapilla</i> (Linnaeus, 1766)	japacanim	CL, CV e PG	2; 5
Turdidae			
<i>Turdus flavipes</i> Vieillot, 1818	sabiá-una	?	4
<i>Turdus leucomelas</i> Vieillot, 1818	sabiá-branco	CL, CO, CV, PG e PR	1, 2; 5
<i>Turdus rufiventris</i> Vieillot, 1818	sabiá-laranjeira	CO, CV e PG	2; 3; 5
<i>Turdus amaurochalinus</i> Cabanis, 1850	sabiá-poca	CL e PG	2; 5
<i>Turdus subalaris</i> (Seeböhm, 1887)	sabiá-ferreiro	PG	3
<i>Turdus albicollis</i> Vieillot, 1818	sabiá-coleira	CL, MA e PG	5
Mimidae			
<i>Mimus saturninus</i> (Lichtenstein, 1823)	sabiá-do-campo	CO, CV, MA e PG	1, 2; 5
Passerellidae			
<i>Zonotrichia capensis</i> (Statius Müller, 1776)	tico-tico	CL, CO, CV, MA, PG e PR	1, 2; 5
<i>Ammodramus humeralis</i> (Bosc, 1792)	tico-tico-do-campo	CO e PG	1, 2
<i>Arremon flavirostris</i> Swainson, 1838	tico-tico-de-bico-amarelo	CO e PG	1; 5
Parulidae			
<i>Setophaga pitiayumi</i> (Vieillot, 1817)	mariquita	CO, CV, PG e PR	2; 5
<i>Geothlypis aequinoctialis</i> (Gmelin, 1789)	pia-cobra	CL, CO e PG	2; 3; 5
<i>Basileuterus culicivorus</i> (Deppe, 1830)	pula-pula	CL, CO, CV, PG e PR	2; 3; 5
<i>Myiothlypis flaveola</i> Baird, 1865	canário-do-mato	CL, CO, CV, MA, PG e PR	1, 2; 3; 5
<i>Myiothlypis leucoblephara</i> (Vieillot, 1817)	pula-pula-assobiador	CO	5
Icteridae			
<i>Cacicus haemorrhous</i> (Linnaeus, 1766)	guaxe	CL	5
<i>Icterus pyrrhopterus</i> (Vieillot, 1819)	encontro	CL e PG	3; 5
<i>Gnorimopsar chopi</i> (Vieillot, 1819)	pássaro-preto	PG	3
<i>Chrysomus ruficapillus</i> (Vieillot, 1819)	garibaldi	CL, CO e PR	5
<i>Pseudoleistes guirahuro</i> (Vieillot, 1819)	chopim-do-brejo	PR	5
<i>Molothrus bonariensis</i> (Gmelin, 1789)	chupim	CL	5
<i>Sturnella supercilialis</i> (Bonaparte, 1850)	polícia-inglesa-do-sul	PG	5
Thraupidae			
<i>Pipraeidea melanonota</i> (Vieillot, 1819)	saíra-viúva	?	4
<i>Schistochlamys ruficapillus</i> (Vieillot, 1817)	bico-de-veludo	PG e PR	3; 5
<i>Tangara sayaca</i> (Linnaeus, 1766)	sanhaço-cinzento	CL, CO, CV, MA e PG	1, 2; 5
<i>Tangara palmarum</i> (Wied, 1821)	sanhaço-do-coqueiro	?	4
<i>Tangara cayana</i> (Linnaeus, 1766)	saíra-amarela	CL, CO, CV, MA, PG e PR	1, 2; 5
<i>Nemosia pileata</i> (Boddaert, 1783)	saíra-de-chapéu-preto	CO, PG	1, 2
<i>Conirostrum speciosum</i> (Temminck, 1824)	figuinha-de-rabo-castanho	CL, CO, CV, MA, PG e PR	1, 2; 5
<i>Sicalis flaveola</i> (Linnaeus, 1766)	canário-da-terra	PG	3
<i>Haplospiza unicolor</i> Cabanis, 1851	cigarra-bambu	CL	5
<i>Hemithraupis guira</i> (Linnaeus, 1766)	saíra-de-papo-preto	CL e PG	5
<i>Hemithraupis ruficapilla</i> (Vieillot, 1818)	saíra-ferrugem	CO, MA e PR	1; 5
<i>Volatinia jacarina</i> (Linnaeus, 1766)	tiziu	CO, CV e PG	2; 3; 5
<i>Eucometis penicillata</i> (Spix, 1825)	pipira-da-taoca	CL e CO	2; 5
<i>Trichothraupis melanops</i> (Vieillot, 1818)	tiê-de-topete	CL, CO, MA e PR	1; 5
<i>Coryphospingus cucullatus</i> (Statius Müller, 1776)	tico-tico-rei	CO, PG	1, 2
<i>Tachyphonus coronatus</i> (Vieillot, 1822)	tiê-preto	CL, CO, MA e PG	2; 3; 5
<i>Ramphocelus carbo</i> (Pallas, 1764)	pipira-vermelha	CL, CO, CV, MA, PG e PR	2; 3; 5
<i>Tersina viridis</i> (Illiger, 1811)	saí-andorinha	CO, PG	2; 3
<i>Dacnis cayana</i> (Linnaeus, 1766)	saí-azul	CL, CO, CV, MA e PG	2; 3; 5

<i>Coereba flaveola</i> (Linnaeus, 1758)	cambacica		CL, CO, CV, MA e PR	1; 5
<i>Tiaris fuliginosus</i> (Wied, 1830)	cigarra-preta		CL, CO e MA	1; 5
<i>Sporophila lineola</i> (Linnaeus, 1758)	bigodinho		CL e CO	5
<i>Sporophila plumbea</i> (Wied, 1830)	patativa	SP (VU)	PG	3
<i>Sporophila caerulescens</i> (Vieillot, 1823)	coleirinho		CL, CO, CV, MA, PG e PR	2; 3; 5
<i>Sporophila leucoptera</i> (Vieillot, 1817)	chorão		PG	3
<i>Sporophila angolensis</i> (Linnaeus, 1766)	curió		PG	3
<i>Emberizoides herbicola</i> (Vieillot, 1817)	canário-do-campo		PG	3
<i>Saltatricula atricollis</i> (Vieillot, 1817)	batuqueiro		PG	3
<i>Saltator similis</i> d'Orbigny & Lafresnaye, 1837	trinca-ferro		CL, CO e PG	2; 3; 5
<i>Saltator fuliginosus</i> (Daudin, 1800)	bico-de-pimenta		CO	1
<i>Thlypopsis sordida</i> (d'Orbigny & Lafresnaye, 1837)	saí-canário		CO	1
Cardinalidae				
<i>Piranga flava</i> (Vieillot, 1822)	sanhaço-de-fogo		PG	2
<i>Habia rubica</i> (Vieillot, 1817)	tiê-de-bando		CL, CO e PR	1; 5
<i>Cyanoxia brissonii</i> (Lichtenstein, 1823)	azulão		?	5
Fringillidae				
<i>Spinus magellanicus</i> (Vieillot, 1805)	pintassilgo		PG	5
<i>Euphonia chlorotica</i> (Linnaeus, 1766)	fim-fim		CO, CV, PG e PR	3
<i>Euphonia violacea</i> (Linnaeus, 1758)	gaturamo		CO	1
Passeridae				
<i>Passer domesticus</i> (Linnaeus, 1758)	pardal	Exótica-sinantrópica	?	4
Reptilia				
Crocodylia				
Alligatoridae				
<i>Caiman latirostris</i> (Daudin, 1802)	jacaré-de-papo-amarelo		CL	6
Testudines				
Chelidae				
<i>Phrynops geoffroanus</i> (Schweigger, 1812)	cágado-de-barbicha		PG	6
Squamata				
Amphisbaenidae				
<i>Amphisbaena</i> sp.	cobra-de-duas-cabeças		Entorno	6
Gekkonidae				
<i>Hemidactylus mabouia</i> (Moreau de Jonnés, 1818)	lagartixa	Exótica	CL	6
Gymnophthalmidae				
<i>Micrablepharus atticolus</i> Rodrigues, 1996	lagartinho-do-rabo-azul	SP (VU)	PG	6
Scincidae				
<i>Notomabuya frenata</i> (Cope, 1862)	briba		CL	6
Teiidae				
<i>Ameiva ameiva</i> (Linnaeus, 1758)	bico-doce ou calango		PG	6
<i>Salvator merianae</i> (Duméril, Bibron, 1839)	teíú		CL, CO e PG	6
Boidae				
<i>Boa constrictor</i> Linnaeus, 1758	jibóia		CL, MA e PG	6
<i>Eunectes murinus</i> (Linnaeus, 1758)	sucuri		CL e MA	6
Colubridae				
<i>Chironius flavolineatus</i> (Jan, 1863)	cobra-cipó		MA	6
<i>Spilotes pullatus</i> (Linnaeus, 1758)	caninana		CL	6
Dipsadidae				
<i>Sibynomorphus mikanii</i> (Schlegel, 1837)	dormideira		Entorno	6
<i>Phalotris nasutus</i> (Gomes, 1915)			PG	6
<i>Hydrodynastes gigas</i> (Duméril, Bibron, Duméril, 1854)	surucucu-do-pantanal		Entorno	6
<i>Philodryas patagoniensis</i> (Girard, 1858)	parelheira		PG	6

<i>Oxyrhopus guibei</i> Hoge, Romano, 1978	falsa-coral		CL, MA e PG	6
<i>Oxyrhopus trigeminus</i> Duméril, Bibron, Duméril, 1854	falsa-coral		PG	6
<i>Erythrolamprus miliaris</i> (Linnaeus, 1758)	cobra-d' água		CO	6
<i>Erythrolamprus poecilogyrus</i> (Wied, 1825)	cobra-de-capim		Entomo	6
<i>Xenodon merremii</i> (Wagler in Spix, 1824)	boipeva		CL e PG	6
Elapidae				
<i>Micrurus corallinus</i> (Merrem, 1820)	coral-verdadeira		CO	6
Viperidae				
<i>Bothrops jararaca</i> (Wied, 1824)	jararaca		CL, CO, MA e PG	6
<i>Bothrops moojeni</i> Hoge, 1966	caçaca		PG	6
<i>Bothrops pauloensis</i> Amaral, 1925	jararaca-pintada		PG	6
<i>Crotalus durissus</i> Linnaeus, 1758	cascaavel		PG	6
Mammalia				
Didelphimorphia				
Didelphidae				
<i>Didelphis albiventris</i> Lund, 1840	gambá-de-orelha-branca		CL, CO, CV, MA, PG e PR	7; 9
<i>Lutreolina crassicaudata</i> (Desmarest, 1804)	cuíca-de-cauda-grossa		CL, CO e MA	8
<i>Philander frenatus</i> (Olfers, 1818)	cuíca-de-quatro-olhos		CL, CO, CV, MA, PG e PR	7; 9
<i>Marmosa paraguayana</i> (Tate, 1931)	cuíca		CV, PG e PR	7; 8
<i>Cryptonanus</i> sp.	catita		PG	8
<i>Gracilinanus microtarsus</i> (Wagner, 1842)	cuíca		CL, CO, CV, MA, PG e PR	7; 9
<i>Thylamys velutinus</i> (Wagner, 1842)	catita	MMA (VU) SP (RE)	CL, CO, CV, MA, PG e PR	7; 9
Cingulata				
Dasypodidae				
<i>Dasypus novemcinctus</i> Linnaeus, 1758	tatu-galinha		CL, CO, CV, MA, PG e PR	7; 9
<i>Dasypus septemcinctus</i> Linnaeus, 1758	tatuí		PG	9
Chlamyphoridae				
<i>Euphractus sexcinctus</i> (Linnaeus, 1758)	tatu-peba		CO e PG	9
<i>Cabassous unicinctus</i> (Linnaeus, 1758)	tatu-de-rabo-mole		CO	9
Pilosa				
Myrmecophagidae				
<i>Myrmecophaga tridactyla</i> Linnaeus, 1758	tamanduá-bandeira	IUCN (VU) MMA (VU) SP (VU)	PG	7; 9
<i>Tamandua tetradactyla</i> (Linnaeus, 1758)	tamanduá-mirim		CL, CO e PG	7; 9
Primates				
Atelidae				
<i>Alouatta caraya</i> (Humboldt, 1812)	bugio-preto	SP (EN)	CL, CO, CV, MA, PG e PR	7; 9
Cebidae				
<i>Sapajus nigritus</i> (Goldfuss, 1809)	macaco-prego		CL, CO, CV, MA, PG e PR	7; 9
Pitheciidae				
<i>Callicebus nigrifrons</i> (Spix, 1823)	sauá		CL, CO e PG	7; 9
Rodentia				
Caviidae				
<i>Cavia aperea</i> Erxleben, 1777	preá		MA e PG	7; 9
<i>Hydrochoerus hydrochaeris</i> (Linnaeus, 1766)	capivara		CL, CV, MA, PG e PR	7; 9
Cuniculidae				
<i>Cuniculus paca</i> (Linnaeus, 1766)	paca		MA e PG	7; 9
Dasyproctidae				
<i>Dasyprocta azarae</i> Lichtenstein, 1823	cutia		CL, CO, CV, MA, PG e PR	7; 9
Echimyidae				

<i>Myocastor coypus</i> (Molina, 1782)	ratão-do-banhado	Exótica	CL	9
Erethizontidae				
<i>Coendou spinosus</i> (F. Cuvier, 1823)	ouriço-cacheiro		CL e PG	7; 9
Cricetidae				
<i>Akodon montensis</i> Thomas, 1913	rato-do-chão		PG e PR	7; 8
<i>Oxymycterus quaestor</i> Thomas, 1903	rato-do-brejo		CL, CO, CV, MA, PG e PR	7; 9
<i>Necomys lasiurus</i> (Lund, 1841)	rato-do-mato		CV, PG e PR	7; 8
<i>Nectomys squamipes</i> (Brants, 1827)	rato-d'água		CV e PG	7; 8
<i>Oligoryzomys nigripes</i> (Olfers, 1818)	rato-do-mato		CL, CO, MA, PG e PR	7; 8
<i>Pseudoryzomys simplex</i> (Winge, 1887)	rato-do-mato	SP (VU)	CL, CO, CV, MA, PG e PR	7; 9
<i>Calomys tener</i> (Winge, 1887)	rato-do-mato		CL, CO, CV, MA, PG e PR	7; 9
Muridae				
<i>Mus musculus</i> Linnaeus, 1758	camundongo	Exótica-sinantrópica	CL, CO, CV, MA, PG e PR	8
<i>Rattus norvegicus</i> Berkenhout, 1769	ratanzana	Exótica-sinantrópica	CL, CO, CV, MA, PG e PR	8
<i>Rattus rattus</i> Linnaeus, 1758	rato	Exótica-sinantrópica	CL, CO, CV, MA, PG e PR	8
Sciuridae				
<i>Guerlinguetus brasiliensis</i> (Gmelin, 1788)	serelepe		CO	9
Lagomorpha				
Leporidae				
<i>Sylvilagus brasiliensis</i> (Linnaeus, 1758)	tapeti		CO e PG	7; 9
<i>Lepus europaeus</i> Pallas, 1778	lebre	Exótica-invasora	CO e PR	9
Chiroptera				
Phyllostomidae				
<i>Chrotopterus auritus</i> (Peters, 1856)	morcego-carnívoro		?	10
Carnivora				
Canidae				
<i>Canis familiaris</i> Linnaeus, 1758	cachorro-doméstico	Exótica-doméstica	CL, CO, CV, MA, PG e PR	9
<i>Cerdocyon thous</i> (Linnaeus, 1766)	cachorro-do-mato		CL, CO, CV, MA, PG e PR	7; 9
<i>Chrysocyon brachyurus</i> (Illiger, 1815)	lobo-guará	MMA (VU) SP (VU)	CO, PG e PR	7; 9
<i>Lycalopex vetulus</i> (Lund, 1842)	raposinha-do-campo	MMA (VU) SP (VU)	CL, CO, CV, MA, PG e PR	9
Mephitidae				
<i>Conepatus semistriatus</i> (Boddaert, 1785)	jaritataca		CL, CO e PR	7; 9
Mustelidae				
<i>Eira barbara</i> (Linnaeus, 1758)	irara		CL, CO, CV e PG	7; 9
<i>Galictis cuja</i> (Molina, 1782)	furão-pequeno		CO e PG	9
<i>Lontra longicaudis</i> (Olfers, 1818)	lontra	SP (VU)	CL, CO e MA	9
Procyonidae				
<i>Nasua nasua</i> (Linnaeus, 1766)	quati		CL, CO, CV, MA, PG e PR	7; 9
<i>Procyon cancrivorus</i> G. Cuvier, 1798	mão-pelada		CL, CO, CV, MA, PG e PR	7; 9
Felidae				
<i>Leopardus guttulus</i> (Hensel, 1872)	gato-do-mato-pequeno	IUCN (VU) MMA (VU) SP (VU)	CL, CO, CV, PG e PR	7; 9
<i>Leopardus pardalis</i> (Linnaeus, 1758)	jaguaritica	SP (VU)	CO, MA, PG e PR	9
<i>Puma concolor</i> (Linnaeus, 1771)	onça-parda	MMA (VU) SP (VU)	CL, CO, MA, PG e PR	7; 9
<i>Puma yagouaroundi</i> (É. Geoffroy, 1803)	jaguarundi	MMA (VU)	CL, CO, CV, PG e PR	9
Artiodactyla				
Cervidae				
<i>Mazama americana</i> Erxleben, 1777	veado-mateiro	SP (EN)	CO, CV e MA	9
<i>Mazama gouazoubira</i> Fischer, 1814	veado-catingueiro		CL, CO, CV, MA, PG e PR	7; 9

Suidae				
<i>Sus scrofa</i> Linnaeus, 1758	javali	Exótica-invasora	CL, CO, CV, MA, PG e PR	da Cunha, com. pess. 2019
Tayassuidae				
<i>Pecari tajacu</i> (Linnaeus, 1758)	cateto		CO, CV, PG e PR	9
Lissamphibia				
Anura				
Bufo				
<i>Rhinella ornata</i> (Spix, 1824)	sapo-cururu		CL, CO e PG	11; 6
<i>Rhinella schneideri</i> (Werner, 1894)	sapo-cururu		CL, MA e PG	11; 6
Hylidae				
<i>Dendropsophus elianeae</i> (Napoli & Caramaschi, 2000)	pererequinha		MA	11
<i>Dendropsophus jimi</i> (Napoli & Caramaschi, 1999)	pererequinha		MA	11
<i>Dendropsophus minutus</i> (Peters, 1872)	pererequinha		CO, MA e PG	11; 6
<i>Dendropsophus nanus</i> (Boulenger, 1889)	pererequinha		CL, CO e MA	11; 6
<i>Dendropsophus sanborni</i> (Schmidt, 1944)	pererequinha		PG	11; 6
<i>Boana albopunctata</i> (Spix, 1824)			CL, CO, MA, PG e PR	11; 6
<i>Boana faber</i> (Wied-Neuwied, 1821)	sapo-ferreiro		MA e PG	11; 6
<i>Boana lundii</i> (Burmeister, 1856)	perereca		CO, CV, MA, PG e PR	11; 6
<i>Itapotihyla langsdorffii</i> (Duméril & Bibron, 1841)	perereca		CL e CO	11; 6
<i>Scinax fuscomarginatus</i> (Cope, 1874)	pererequinha		PG	6
<i>Scinax fuscovarius</i> (A. Lutz, 1925)	perereca-de-banheiro		CL, CO, MA, PG e PR	11; 6
<i>Scinax similis</i> (Cochran, 1952)	perereca		CO e MA	11
<i>Trachycephalus typhonius</i> (Linnaeus, 1758)	perereca-grudenta		CL e MA	11
Leptodactylidae				
<i>Physalaemus centralis</i> Bokermann, 1962	rãzinha		MA e PG	11; 6
<i>Physalaemus cuvieri</i> Fitzinger, 1826	foi-não-foi		CO, MA e PG	11; 6
<i>Physalaemus marmoratus</i> (Reinhardt & Lütken, 1862 "1861")	rãzinha		MA	11
<i>Physalaemus nattereri</i> (Steindachner, 1863)	rão-de-quatro-olhos		MA e PG	11; 6
<i>Leptodactylus fuscus</i> (Schneider, 1799)	rã-assobiadeira		CO, MA e PG	11; 6
<i>Leptodactylus labyrinthicus</i> (Spix, 1824)	rã-pimenta		CO e PR	11; 6
<i>Leptodactylus latrans</i> (Steffen, 1815)	rã-manteiga		CO, MA e PG	11; 6
<i>Leptodactylus mystaceus</i> (Spix, 1824)	rãzinha		CL e PG	11; 6
<i>Leptodactylus mystacinus</i> (Burmeister, 1861)	rãzinha		MA e PG	11; 6
<i>Leptodactylus podicipinus</i> (Cope, 1862)	rãzinha		CL, MA e PG	11; 6
Microhylidae				
<i>Chiasmocleis albopunctata</i> (Boettger, 1885)	rãzinha-pintada		PG	6
<i>Elachistocleis cesarii</i> (Miranda-Ribeiro, 1920)	sapo-grilo		MA	11; 6
Actinopteri				
Characiformes				
Anostomidae				
<i>Leporinus friderici</i> (Bloch, 1794)	piau-de-tês-pintas		RB; RMG	13
<i>Leporinus striatus</i> Kner, 1858	piau		RB; RMG	13
Characidae				
<i>Oligosarcus pinto</i> Campos, 1945	peixe-cachorro		CorG; CorP	13
<i>Aphyocharax dentatus</i> Eigenmann & Kennedy, 1903	lambari		RMG	13
<i>Astyanax altiparanae</i> Garutti & Britski, 2000	lambari		RB; RMG	13
<i>Astyanax fasciatus</i> (Cuvier, 1819)	lambari		CorP; RB; RMG CorAS; CO-CorG; PG- CorP; PR-CorR;	12; 13 12; 13
<i>Astyanax paranae</i> Eigenmann, 1914	lambari		RB	13
<i>Astyanax schubarti</i> Britski, 1964	lambari		RMG	13
<i>Moenkhausia intermedia</i> Eigenmann, 1908	lambari		CorP; RMG	12; 13
<i>Bryconamericus stramineus</i> Eigenmann, 1908	lambarizinho		CorP; RMG	12; 13

<i>Piabina argentea</i> Reinhardt, 1867	lambarizinho		CorP	12; 13
Crenuchidae				
<i>Characidium gomesi</i> Travassos, 1956	mocinha		CorP	12
<i>Characidium zebra</i> Eigenmann, 1909	mocinha		CorP	13
Curimatidae				
<i>Steindachnerina insculpta</i> (Günther, 1868)	saguiru		CL - RB	13
Erythrinidae				
			PG - CorP; afluente de CorR	12; 13
<i>Hoplias malabaricus</i> (Bloch, 1794)	traíra			
Parodontidae				
<i>Parodon nasus</i> Kner, 1859	canivete		RMG	13
Serrasalminidae				
<i>Serrasalmus marginatus</i> Valenciennes, 1836	piranha		RMG	13
Siluriformes				
Callichthyidae				
<i>Callichthys callichthys</i> (Linnaeus, 1758)	tamoatá		CorP	13
<i>Aspidoras</i> sp.			CorP	13
<i>Corydoras difluviatilis</i> Britto & Castro, 2002	são-pedro		PG - CorP	12
Heptapteridae				
<i>Cetopsorhamdia iheringi</i> Schubart & Gomes, 1959	bagrinho		CorAS; CorP;	12; 13
<i>Phenacorhamdia tenebrosa</i> (Schubart, 1964)	bagre		CorP	12
<i>Pimelodella avanhandavae</i> Eigenmann, 1917	mandizinho		CL-RB	13
			CO-CorG;	
<i>Rhamdia quelen</i> (Quoy & Gaimard, 1824)	jundiá		CorP; CL-RB	12; 13
Loricariidae				
			PG-CorP; PR- CorR	12; 13
<i>Hisonotus francirochai</i> (R. Ihering, 1928)	casquinho			
<i>Hisonotus insperatus</i> Britski & Garavello, 2003	casquinho		RB	13
			CorP; Riacho afluente CorR	12; 13
<i>Hypostomus ancistroides</i> (Ihering, 1911)	casco			
<i>Hypostomus nigromaculatus</i> (Schubart, 1964)	casco		RB; RMG	13
<i>Hypostomus</i> sp.	casco		RMG	13
Trichomycteridae				
<i>Trichomycterus brasiliensis</i> Lütken, 1874	cambeva		CO-CorG	13
Gymnotiformes				
Gymnotidae				
<i>Gymnotus carapo</i> Linnaeus, 1758	tuvira		CorCV; CorP	13
Sternopygidae				
<i>Eigenmannia trilineata</i> López & Castello, 1966	peixe-faca		CorP	13
<i>Eigenmannia virescens</i> (Valenciennes, 1836)	peixe-faca		PG-CorP	12
Cyprinodontiformes				
Poeciliidae				
			CO-CorG; MA; PR- CorR;	13
<i>Phalloceros harpagos</i> Lucinda, 2008	guaru			
<i>Phallotorynus jacundus</i> Ihering, 1930	guaru-listrado-do-cerrado	MMA (EM) SP (EM)	PG-CorP; Riacho, entorno CL	12; 13
<i>Poecilia reticulata</i> Peters, 1859	barrigudinho			13
Synbranchiformes				
Synbranchidae				
<i>Synbranchus marmoratus</i> Bloch, 1795	muçum		CorP	12
Cichliformes				
Cichlidae				
<i>Geophagus brasiliensis</i> (Quoy & Gaimard, 1824)	cará		CorG	13
<i>Coptodon rendalli</i> (Boulenger, 1897)	tilápia	Exótica-invasora	CorG	13

ANEXO III - MEIO FÍSICO

3.1 GEOLOGIA, GEOMORFOLOGIA E PEDOLOGIA

APÊNDICE 3.1.A. Método

Estudos realizados

A caracterização do meio físico foi realizada com base na compilação de dados e estudos existentes e nos levantamentos complementares de campo sobre os atributos do substrato rochoso, do relevo e dos solos (cobertura detrítica), elaborados por PIRES NETO *et al.* (2007).

Para a análise do substrato rochoso foram considerados os mapas geológicos publicados por: BISTRICHI *et al.* (1981), MASSOLI (1981) e DAEE-UNESP (1982), sendo adotado como referência para a caracterização regional o mapa apresentado por BISTRICHI *et al.* (1981), que foi complementado com a Formação Santa Rita, descrita por MASSOLI (1981).

Para o estudo do relevo, foi utilizado como referência os trabalhos de PONÇANO *et al.* (1981), DOMINGUES *et al.* (1987) e o mapa geomorfológico da Região do Cerrado Pé do Gigante, elaborado com interpretação de fotografias aérea na escala 1:60.000, trabalhos de campo e apresentado na escala 1:100.000 (PIRES NETO, *et al.*, 2005).

Para o estudo dos solos foram utilizados como referência o Levantamento de Solos da Usina Santa Rita (RANZANI, 1978); o Mapa Pedológico Semidetalhado da Quadricula de Descalvado, na escala 1:100.000 (OLIVEIRA *et al.*, 1982), o Mapa Pedológico do Estado de São Paulo (OLIVEIRA *et al.*, 1999 e ROSSI, 2017), e os trabalhos sobre a Fisiografia e Solos do Cerrado Pé do Gigante (PIRES NETO *et al.*, 2005 e COOPER *et al.*, 2005).

Esses estudos foram complementados com interpretação de fotografias aéreas na escala 1:25.000, levantamento integrado de geologia, geomorfologia e pedologia com descrição de noventa (90) pontos de campo, que subsidiaram a elaboração do Mapa de Unidades de Terrenos da área envoltória das glebas do Parque Estadual de Vassununga.

Aspectos Metodológicos

As características do substrato rochoso, do relevo e do solo, quanto analisadas de modo integrado, permitem identificar diferentes unidades de terrenos que são áreas ou regiões que podem ser facilmente reconhecidas pela sua fisionomia tanto no campo como por meio de imagens de sensores remotos, sendo caracterizadas com base em seus principais componentes que são interdependentes e tendem a ocorrer correlacionados.

O conceito de terreno, utilizado nesse trabalho agrega as propostas de MABBUTT (1968), AUSTIN e COOCKS (1978) e ZONNEVELD (1992), e é fundamentado no estudo descritivo e qualitativo dos parâmetros ambientais: substrato rochoso, relevo, solos e seus recursos. O conceito de terreno compreende também as características e atributos da vegetação.

Assim considera-se que:

- Os terrenos são áreas ou regiões que podem ser facilmente reconhecidas pela sua fisionomia tanto no campo como por meio de imagens de sensores remotos, sendo caracterizadas com base na forma de relevo, solo e vegetação (ZONNEVELD, 1992).
- São áreas onde seus principais componentes são interdependentes e tendem a ocorrer correlacionados.
- São áreas relacionadas e uniformes pelo tipo de relevo, solo e vegetação, que podem ser descritas simultaneamente em relação as suas feições mais significativas e com relação a um propósito prático (AUSTIN e COOCKS, 1978).
- O uso do terreno e os impactos associados dependem das combinações e interações de efeitos dos seus vários atributos MABBUTT (1968).
- O conceito de terreno é fundamentado no estudo descritivo e qualitativo dos parâmetros ambientais: substrato rochoso, relevo, solos, vegetação e de seus recursos.

A abordagem ainda prevê e incorpora os resultados de estudos de avaliação da aptidão agrícola, de classificação da terra e da capacidade de uso agropecuário, que são usos do meio físico importantes a serem considerados no planejamento territorial.

Para a definição e caracterização dos terrenos foi utilizado o método paramétrico que é baseado no estudo em separado e na classificação individual dos atributos apresentados nos mapas: geológico, geomorfológico, pedológico, de aptidão agrícola, cobertura vegetal e o uso do solo.

Na análise do meio físico foram avaliados aspectos do embasamento litoestrutural, do relevo e dos solos que apresentem maior relevância para a caracterização e definição das potencialidades e fragilidades dos diferentes tipos de terrenos que ocorrem na bacia.

O Substrato rochoso é avaliado no que se refere aos diferentes tipos de rochas que ocorrem na área, sua resistência aos

processos erosivos, seu papel no condicionamento no relevo e nos tipos de solo.

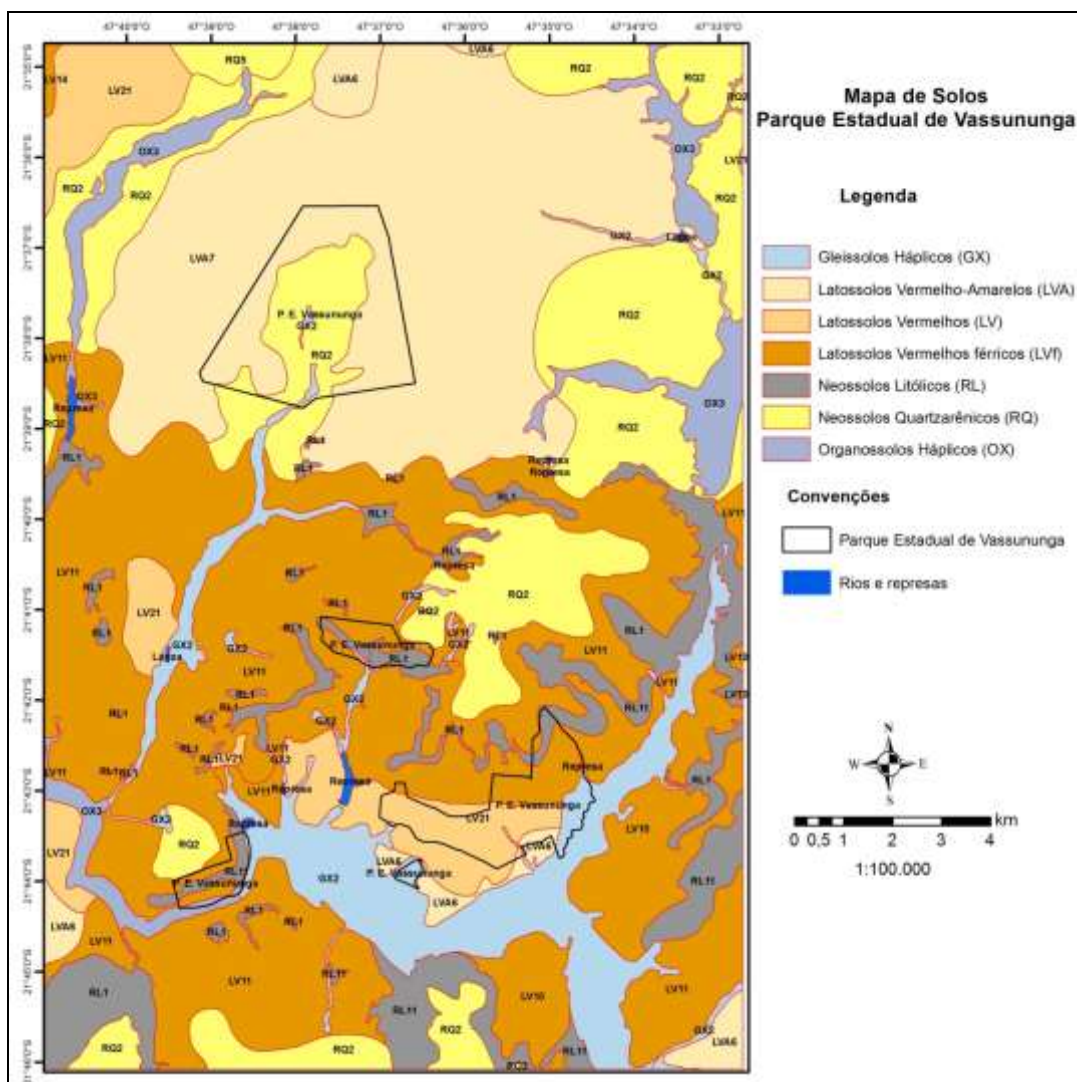
A análise do relevo compreendeu a caracterização de tipos relevo que foram individualizados com base na sua morfografia, morfometria e morfogênese, bem como com relação ao seu condicionamento litoestrutural e a cobertura pedológica. Estas informações permitiram identificar, o grau de estabilidade das encostas, do substrato rochoso e dos solos, apontando áreas de maior fragilidade frente aos processos erosivos potenciais e aos processos de acumulação.

Os estudos dos solos foram orientados para estabelecer as principais associações de solo e relevo, e para a caracterização de seus atributos tendo em vista o manejo dos remanescentes florestais.

Os estudos do meio físico embora avaliados de modo isolado subsidiam uma análise morfopedológica e geoambiental integrada e voltada para a compreensão da dinâmica da paisagem. Nessa análise em cada um dos compartimentos de relevo identificados, verificam-se os condicionantes lito-estruturais, os solos e os processos de erosão e deposição predominantes, compondo-se assim um mapa que identifica áreas com constituintes e atributos semelhantes.

A distribuição dos padrões fisiográficos em que se relaciona o clima, o relevo, a dinâmica superficial e as associações pedológicas subsidiam o entendimento das características estruturais e de composição da vegetação e dos ecossistemas terrestres.

APÊNDICE 3.1.B. Mapa de solos do Parque Estadual de Vassununga e seu entorno

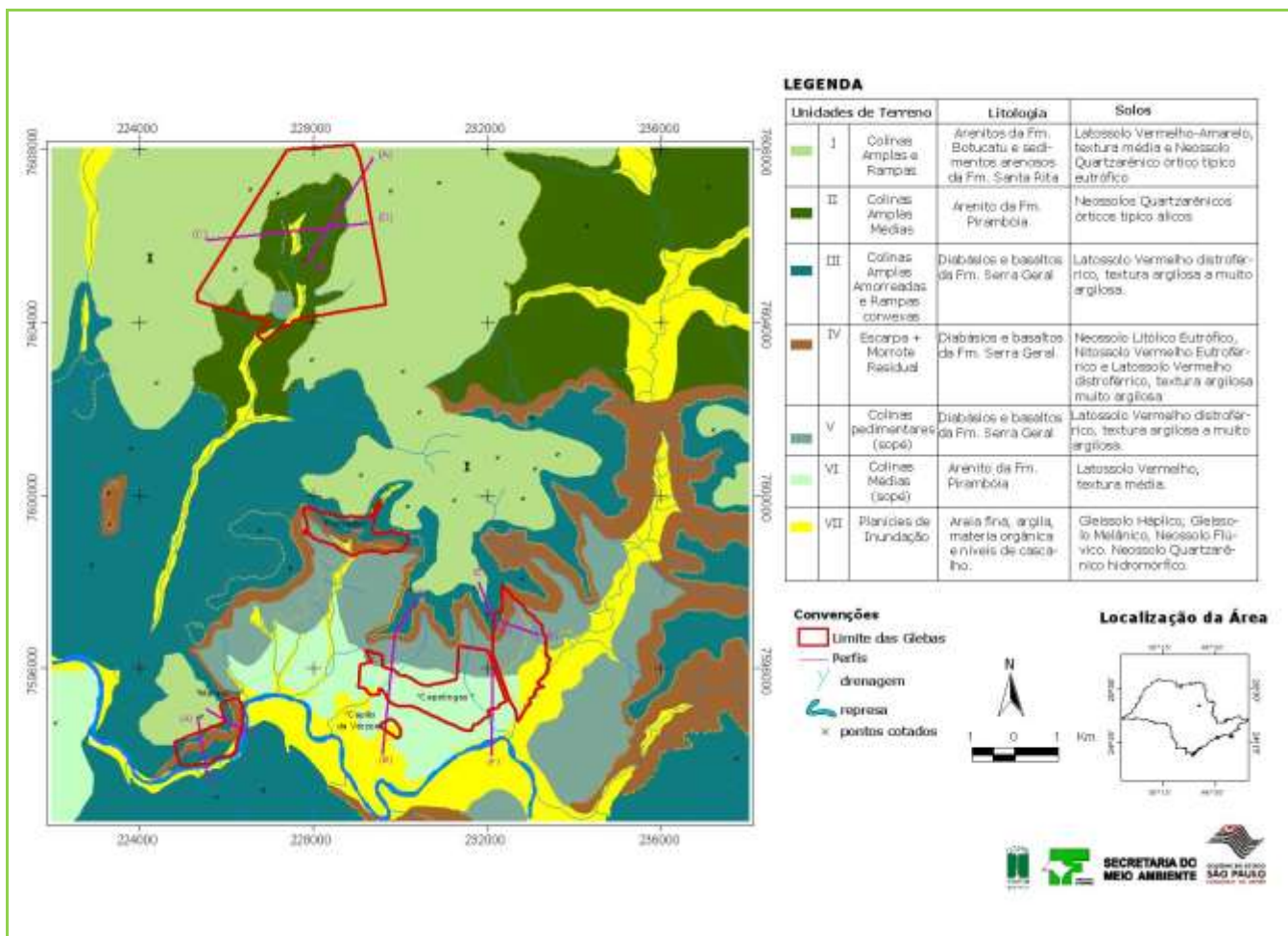


APÊNDICE 3.1.C. Descrição dos solos e suas respectivas áreas de ocorrência

Descrição dos solos	Área (ha)
---------------------	-----------

GLEISSOLOS	
GX2 - Complexo Indiscriminado de GLEISSOLO HÁPLICO ou MELÂNICO com ou sem ocorrência de ORGANOSSOLO, fase relevo plano	2.310,40
LATOSSOLOS	
LV10 - LATOSSOLO VERMELHO Distroférico/Eutroférico típico, A moderado e chernozêmico textura argilosa a muito argilosa, fase relevo suave ondulado e ondulado	1.180,63
LV11 - LATOSSOLO VERMELHO Distroférico típico, A moderado ou proeminente, textura argilosa ou muito argilosa, fase relevo suave ondulado	8.619,66
LV14 - LATOSSOLO VERMELHO Acriférico/Distroférico típico, A moderado textura argilosa ou muito argilosa, fase relevo suave ondulado	41,25
LV21 - LATOSSOLO VERMELHO ou VERMELHO-AMARELO Distrófico típico A moderado ou fraco textura média álico ou não álico, fase relevo suave ondulado	1.637,76
LVA6 - LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO/VERMELHO, Distróficos típicos, A moderado ou fraco, textura média, álico ou não álico, fase relevo suave ondulado e ondulado	591,19
LVA7 - Associação de LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO/VERMELHO Distrófico típico, A moderado textura argilosa ou média, álico + NEOSSOLO QUARTZARÊNICO Órtico típico, ambos fase relevo suave ondulado e ondulado	6.331,94
ORGANOSSOLOS	
OX3 - Associação de ORGANOSSOLO HÁPLICO + GLEISSOLO HÁPLICO ou MELÂNICO indiscriminados, ambos fase relevo plano	1.129,96
NEOSSOLOS LITÓLICOS	
RL1 - NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico típico, A moderado ou chernozêmico, textura argilosa ou muito argilosa, fase substrato basalto/diabásio, relevo regional ondulado localmente escarpado	1.570,51
RL11 - Associação de NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico/Distrófico A moderado ou chernozêmico, textura argilosa, substrato basalto ou diabásio + NITOSSOLO VERMELHO Eutroférico/Distroférico, A moderado textura argilosa a muito argilosa, ambos fase rel	961,73
NEOSSOLOS QUARTZARÊNICOS	
RQ2 - NEOSSOLO QUARTZARÊNICO Órtico típico, A moderado, álico, fase relevo ondulado	5435,60
RQ5 - Associação de NEOSSOLO QUARTZARÊNICO Órtico típico, A moderado, álico + LATOSSOLO VERMELHO Distrófico típico, A moderado, textura média, ambos fase relevo suave ondulado e ondulado	148,61
Rios, represas e lagoas	53,29
Total Geral	30.012,52

APÊNDICE 3.1.D. Mapa de unidades de terreno



APÊNDICE 3.1.E. Unidades de Terreno que ocorrem na região do Parque Estadual de Vassununga e seus principais atributos

Altitude (m)	Unidade de Terreno	Relevo	Substrato rochoso e cobertura detritica	Solos
640-770	I	Colinas amplas e Rampa	Arenitos da Fm. Botucatu e sedimentos arenosos da Fm. Santa Rita	Latossolo Vermelho-Amarelo, textura média e Neossolo Quartzarênico órtico típico eutrófico
620-670	II	Colinas amplas e médias	Arenitos da Fm. Pirambóia	Neossolo Quartzarênico órtico típico álico
640 -740	III	Colinas amplas amorreadas	Diabásios e basaltos da Fm. Serra Geral	Latossolo Vermelho distroférrico, textura argilosa a muito argilosa
620-700	IV	Escarpa	Diabásios e basaltos da Fm. Serra Geral	Neossolo Litólico Eutrófico, Nitossolo Vermelho Eutrófico e Latossolo Vermelho distroférrico, textura argilosa a muito argilosa
710-730		Morrotos residuais		
600-630	V	Colinas pedimentares	Diabásios e basaltos da Fm. Serra Geral	Latossolo Vermelho distroférrico, textura argilosa a muito argilosa
560-600	VI	Colinas médias	Arenitos da Fm. Piramboia	Latossolo Vermelho, textura média

520-640	VII	Planície fluvial	Areia fina, argila, matéria orgânica e níveis de cascalho	Gleissolo Háplico, Gleissolo Melânico, Neossolo Flúvico Neossolo Quartzarênico hidromórfico
---------	-----	------------------	---	--

APÊNDICE 3.1.F. Unidades de Terreno nas glebas que formam o PEV

Gleba	Unidade de Terreno	Relevo	Substrato rochoso e cobertura detrítica	Solos
Capão da Várzea	VII	Planície fluvial com alagadiços	Areia fina, argila, matéria orgânica e níveis de cascalho	Gleissolo Háplico e Gleissolo Melânico textura média / argilosa
Capetinga Oeste	V	Colinas pedimentares	Diabásios e basaltos da Fm. Serra Geral	Latossolo Vermelho distroférico, textura argilosa a muito argilosa
	VI	Colinas médias	Arenitos da Form. Pirambóia	Latossolo Vermelho textura média.
Capetinga Leste	III	Colinas amplas amorreadas		Latossolo Vermelho distroférico textura argilosa a muito argilosa
	IV	Escarpa	Diabásios e basaltos da Fm. Serra Geral	Neossolo Litólico Eutrófico, Nitossolo Vermelho Eutroférico e Latossolo Vermelho distroférico, textura argilosa a muito argilosa
	V	Colinas pedimentares		Latossolo Vermelho distroférico textura argilosa a muito argilosa
	VI	Colinas médias	Arenitos da Form. Pirambóia	Latossolo Vermelho, textura média
Praxedes	VII	Planície fluvial	Areia fina, argila, matéria orgânica e níveis de cascalho	Gleissolo Háplico, Gleissolo Melânico e Neossolo Flúvico
	III	Colinas amplas amorreadas		Latossolo Vermelho distroférico textura argilosa a muito argilosa
	IV	Escarpa	Diabásios e basaltos da Form. Serra Geral.	Neossolo Litólico Eutrófico, Nitossolo Vermelho Eutroférico e Latossolo Vermelho distroférico, textura argilosa a muito argilosa
Maravilha	V	Colinas pedimentares		Latossolo Vermelho distroférico textura argilosa a muito argilosa
	I	Colinas amplas e Rampa	Arenitos da Form. Botucatu e sedimentos arenosos da Form. Santa Rita	Latossolo Vermelho-Amarelo textura média e Neossolo Quartzarênico órtico típico eutrófico
	IV	Escarpa	Diabásios e basaltos da Fm. Serra Geral	Neossolo Litólico Eutrófico, Nitossolo Vermelho Eutroférico e Latossolo Vermelho distroférico textura argilosa a muito argilosa
	VII	Planície fluvial	Areia fina, argila, matéria orgânica e níveis de cascalho	Gleissolo Háplico, Gleissolo Melânico e Neossolo Flúvico.
Pé-de-Gigante	I	Colinas amplas e Rampa	Arenitos da Form. Botucatu e sedimentos arenosos da Form. Santa Rita	Latossolo Vermelho-Amarelo textura média e Neossolo Quartzarênico órtico típico eutrófico
	II	Colinas amplas e médias	Arenitos da Fm. Pirambóia	Neossolo Quartzarênico órtico típico álico

VII

Planície fluvial

Areia fina, argila, matéria orgânica e níveis de cascalho

Neossolo Flúvico e Neossolo Quartzarênico hidromórfico

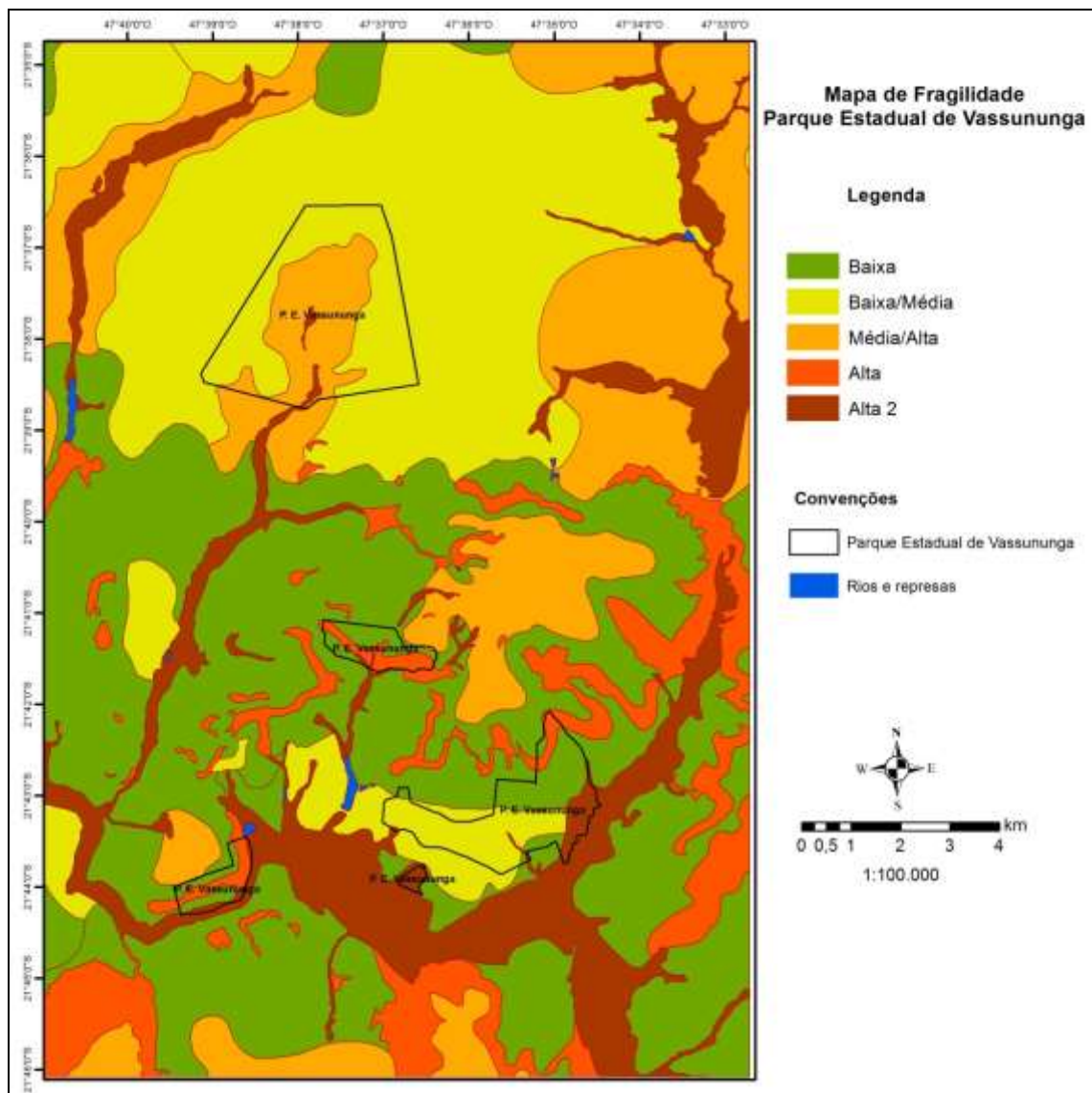
3.2 FRAGILIDADE

APÊNDICE 3.2.A. Caracterização dos solos, suas potencialidades, restrições e grau de fragilidade

Classe de solo	Trofismo	Textura	Declividade dominante (%)	Profundidade	Potencialidades e restrições	Fragilidade
LV10	Distrófico/ Eutrófico	Argilosa; muito argilosa	< 15	Muito profundos a Profundo	Solos friáveis, com baixa a alta fertilidade natural, bem a acentuadamente drenados, com baixo potencial de erodibilidade	Baixa
LV11	Distrófico	Argilosa, muito argilosa			Solos friáveis, com baixa fertilidade natural, bem a acentuadamente drenados, com baixo potencial de erodibilidade	
LV14	Ácrico/ Distrófico	Argilosa, muito argilosa			Solos friáveis, com baixíssima fertilidade natural, bem a acentuadamente drenados, com baixo potencial de erodibilidade	
LV21	Distrófico	Média	<10	Muito profundos	Solos friáveis, com baixa fertilidade natural, bem a acentuadamente drenados, com moderado potencial de erodibilidade	Baixa/Média
LVA6	Distrófico	Média				
LVA7	Distrófico	Argilosa, média, arenosa				
RQ2	Álico	Arenosa	<15	Muito profundos	Solos pobres, muito profundos, drenagem interna excessiva, alta suscetibilidade aos	Média/Alta
RQ5	Álico, Distrófico	Arenosa, média				

					processos erosivos lineares	
RL1	Eutrófico	Argilosa, muito argilosa		Raso	Solos fertilidade variada, rasos em relevo movimentado com rupturas fortes de declival e de Proteção Ambiental. Alta suscetibilidade a erosão, queda de blocos e movimentos de massa.	Alta 1
RL11	Eutrófico/ Distrófico	Argilosa, muito argilosa	> 30	Rasos a pouco profundos		
GX2	Indiscriminado	Arenosa, argilosa; média	0 - 2	Pouco profundo	Solos com baixa fertilidade natural, encharcados, sujeito à inundação e contaminação, terrenos moles, passíveis de recalques e subsidência. Áreas de Proteção Ambiental	Alta 2
OX3	Indiscriminado	Arenosa, média, argilosa	0-2	Pouco profundos a profundos		

APÊNDICE 3.2.B. Mapa de fragilidade dos solos do Parque Estadual de Vasununga e seu entorno



3.3 PERIGO, VULNERABILIDADE E RISCO

APÊNDICE 3.3.A. Método

Para os mapeamentos de risco com abordagem regional foi aplicada a metodologia descrita em FERREIRA & ROSSINI-PENTEADO (2011), a qual utiliza as Unidades Territoriais Básicas (UTB) como unidades de análise, com um detalhamento compatível com a escala 1:50.000. Foi realizada a análise de riscos relacionados aos processos de escorregamento planar e de inundação.

O método de análise de risco aos processos geodinâmicos envolve, inicialmente, a identificação e caracterização das variáveis que compõem a equação do risco, que são: perigo, vulnerabilidade e dano potencial. Entre as etapas metodológicas destacam-se:

- Delimitação das unidades espaciais de análise: Unidades Territoriais Básicas (UTB);
- Seleção e obtenção dos atributos que caracterizam os processos perigosos, a vulnerabilidade e o dano potencial;
- Modelo e cálculo das variáveis de risco (Perigo; Vulnerabilidade e Dano Potencial);

d) Elaboração dos produtos cartográficos.

A Unidade Territorial Básica - UTB (SÃO PAULO, 2017) compreende um sistema de classificação hierarquizado e multinível que abrange todo o território do Estado de São Paulo, resultante da intersecção dos planos de informação das Unidades Básicas de Compartimentação - UBC (SÃO PAULO, 2014, VEDOVELLO et al., 2015) e das Unidades Homogêneas de Uso e Cobertura da Terra e do Padrão da Ocupação Urbana - UHCT (SÃO PAULO, 2016). As unidades territoriais, associadas a um banco de dados relacional, integram informações do substrato geológico-geomorfológico-pedológico, da cobertura da terra, do uso do solo e do padrão da ocupação urbana.

O método das UTBs possibilita a espacialização de diferentes atributos do território, favorecendo a análise das inter-relações espaciais entre os sistemas ambientais, socioeconômicos e culturais. Além disso, permite a identificação das limitações, vulnerabilidades e fragilidades naturais, bem como dos riscos e potencialidades de uso de uma determinada área.

As UTBs foram obtidas a partir da classificação e interpretação de produtos de sensoriamento remoto de média e alta resolução espacial do ano de 2010, apresentando polígonos com expressão espacial na escala adotada.

Com base nas UTBs foram obtidos e associados os atributos do meio físico, do uso e cobertura da terra e do padrão da ocupação urbana, socioeconômicos, de infraestrutura sanitária e de excedente hídrico. Nesta etapa foram utilizadas ferramentas de geoprocessamento e operações de análise espacial em Sistemas de Informação Geográfica para a espacialização de dados, geração de grades numéricas, consultas espaciais, cálculo dos atributos e atualização automática do banco de dados alfanumérico (FERREIRA & ROSSINI-PENTEADO, 2011; FERREIRA et al., 2013).

A modelagem envolveu, inicialmente, a seleção dos fatores de análise que interferem ou tem influência direta no desencadeamento dos processos e, posteriormente, a aplicação de fórmulas, regras e pesos aos fatores de análise para a estimativa dos índices simples e compostos de cada variável da equação de risco. Nesta etapa foram obtidas as variáveis: perigo de escorregamento e inundação (PESC, PINU), vulnerabilidade de áreas de uso do tipo Residencial/Comercial/Serviço (VRCS), dano potencial (DAP) e risco de áreas de uso do tipo Residencial/Comercial/Serviço aos processos de escorregamento e inundação (RESC e RINU).

Os índices de perigo para os processos de escorregamento e inundação (PESC, PINU) foram calculados considerando-se os fatores do meio físico que interferem na suscetibilidade natural do terreno, bem como os fatores relacionados ao padrão de uso e cobertura da terra e padrão da ocupação urbana que potencializam a ocorrência do processo perigoso.

O índice de vulnerabilidade (VRCS) foi obtido a partir de fatores físicos da ocupação urbana e de fatores socioeconômicos e de infraestrutura sanitária, obtidos dos dados censitários do IBGE. O índice de Dano Potencial (DAP) foi calculado a partir da inferência da população residente com base nos atributos físicos de uso e padrão da ocupação urbana, ponderada pela área de cada unidade de análise. Os índices de risco (RESC e RINU) foram calculados como uma função do índice de perigo, do índice de vulnerabilidade e do índice de dano potencial. Estas análises foram realizadas apenas nas áreas de uso urbano ou edificado do tipo Residencial/Comercial/Serviço que apresentaram disponíveis dados do IBGE.

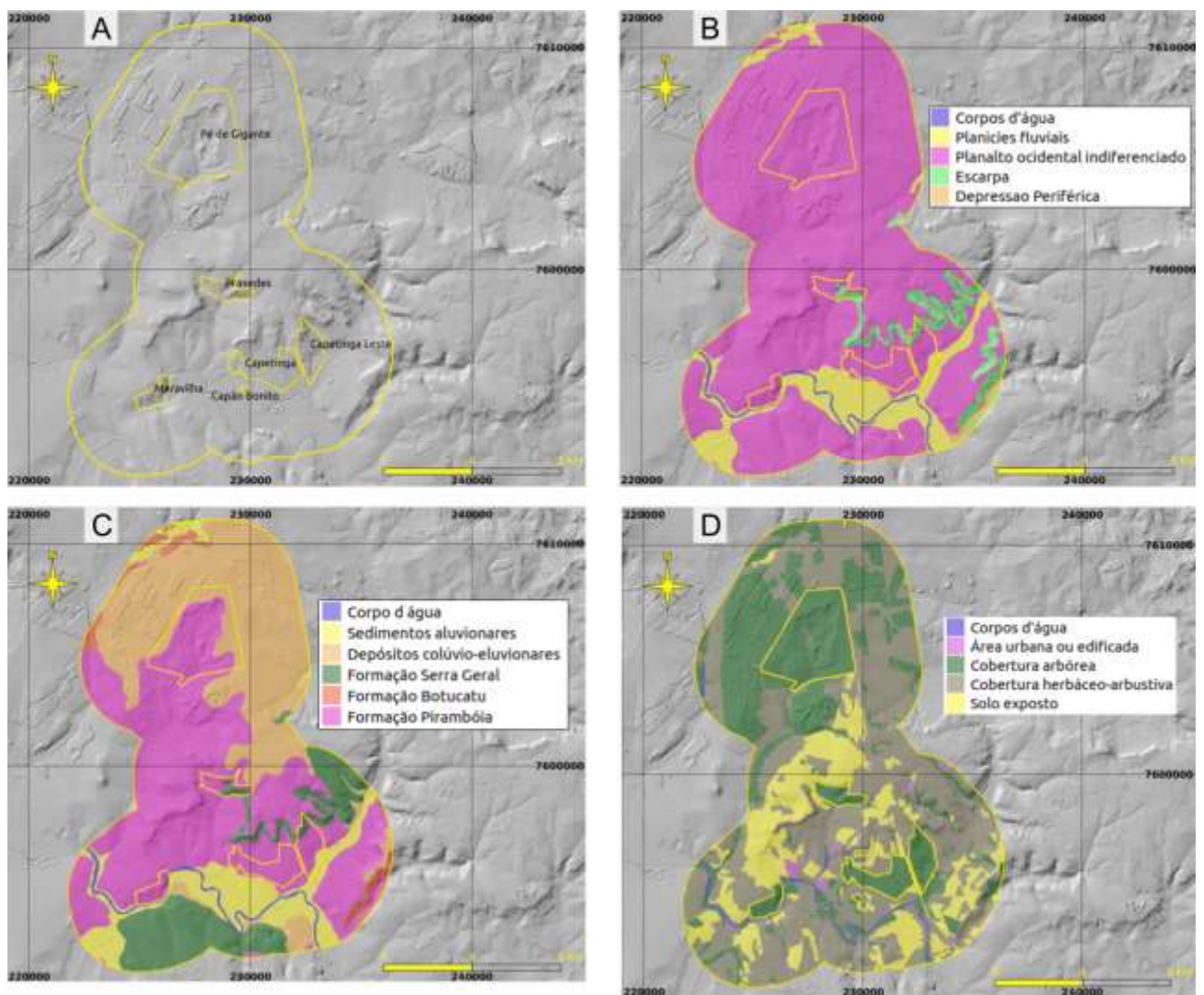
A descrição detalhada das variáveis e equações utilizadas estão disponíveis em (ROSSINI-PENTEADO & FERREIRA, 2017; SÃO PAULO, 2017).

As classes de perigo de escorregamento e de inundação, constantes na legenda dos respectivos mapas, foram caracterizadas quanto aos atributos: inclinação do terreno; probabilidade de ocorrência de um evento perigoso; volume de material escorregado; altura de atingimento da inundação e acumulados de chuva.

APÊNDICE 3.3.B. Valores absolutos estimados para as variáveis da legenda dos mapas de escorregamento planar e de inundação

VARIÁVEL	CATEGORIAS					
	NULA A QUASE NULA	MUITO BAIXA	BAIXA	MODERADA	ALTA	MUITO ALTA
Inclinação Escorregamento (°)	0-3	3-7	7-17	17-25	25-37	>37
Inclinação Inundação (°)	Setor de encosta	>15	10-15	7-10	5-7	0-5
Probabilidade (evento/ano)	0-1	1-5	5-10	10-15	15-40	>40
Volume escorregamento (m ³)	0	> 0-50	50-100	100-150	150-200	>200
Altura inundação (cm)	0	0-10	10-30	30-50	50-100	>100
Acumulado chuva (mm/24h)	0-40	40-60	60-80	80-120	120-180	>180

APÊNDICE 3.3.C. Aspectos do relevo (A), geomorfologia (B), geologia (C) e Cobertura da Terra (D) do Parque Estadual Vassununga



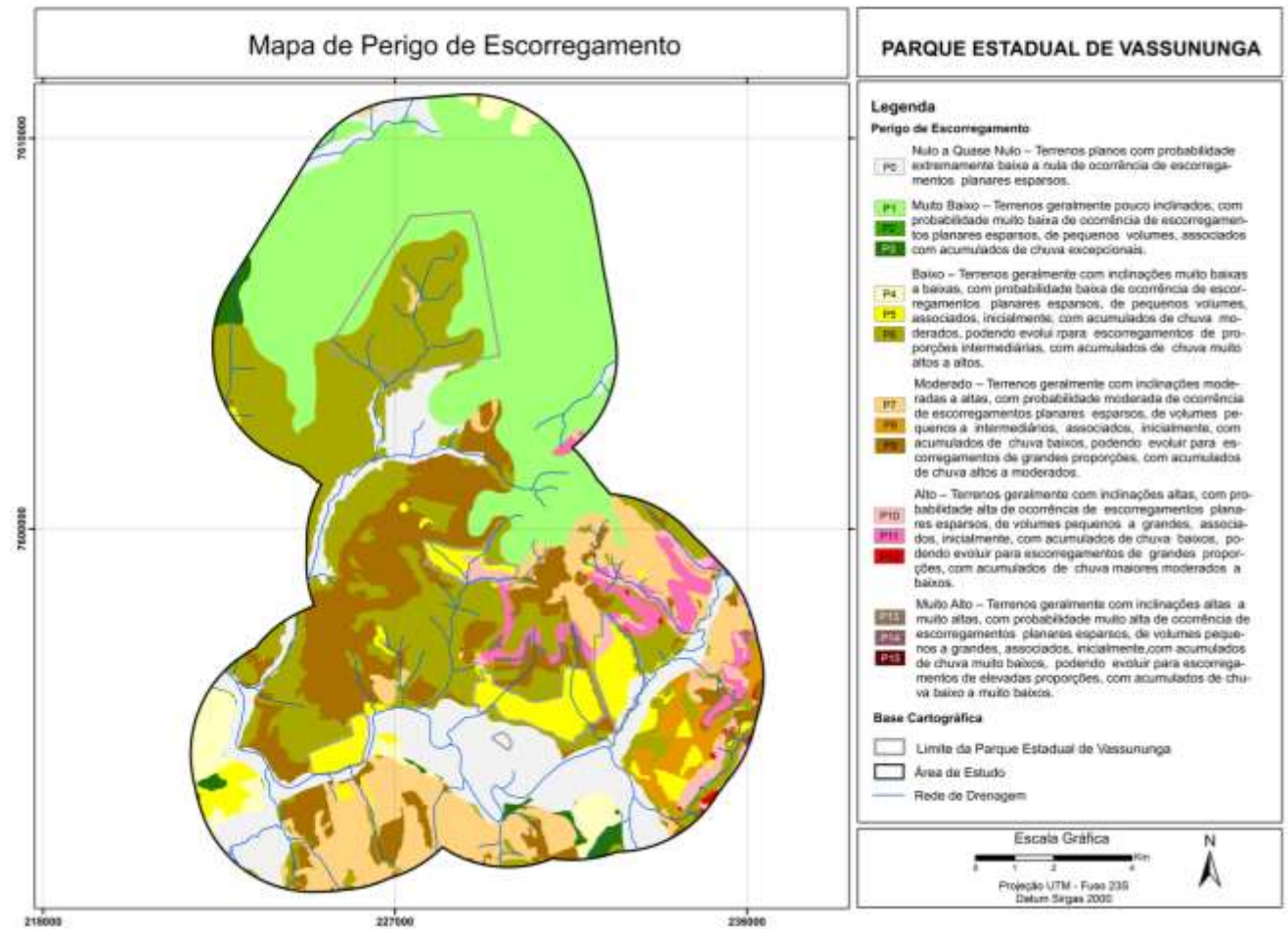
Fonte: Unidades Territoriais Básicas - UTB do Estado de São Paulo (ROSSINI-PENTEADO & FERREIRA, 2017; SÃO PAULO, 2017). Relevo sombreado obtido a partir de Modelo Digital de Superfície Emplasa. Imagem: Google Earth, de 19/04/2019.

APÊNDICE 3.3.D. Distribuição em cinco classes de influência/probabilidade de ocorrência dos processos, dos atributos e índices analisados

	Nula	Muito Baixa	Baixa	Moderada	Alta	Muito Alta
AMP	-	1,77 - 142,26	142,26 - 236,93	236,94 - 407,37	407,37 - 728,13	728,13 - 1997,06
DEDESC	0-3	3-7	7-17	17-25	25-37	37-85
DECINU	-	40 - 15	15 - 10	10 - 7	7 - 5	5 - 1
DEDESC	-	0,00 - 0,66	0,66 - 1,03	1,03 - 1,54	1,54 - 2,65	2,65 - 11,12
DEDINU	-	0-0,9	0,9-1,74	1,74-2,57	2,57-3,63	3,63-8,19
EXHESC	-	79,60 - 330,74	330,74 - 529,15	529,15 - 781,62	781,62 - 1265,55	1265,55 - 2443,87
EXHINU	-	67,67 - 250,70	250,70 - 425,70	425,70 - 680,96	680,96 - 1179,63	1179,63 - 2154,20
ERO	-	0 - 0,01529		0,01529 - 0,03058	0,03058 - 0,06100	
FOL	-	0 - 0,2	0,2-0,4	0,4-0,6	0,6-0,8	0,8-1,0
POIESC	-	0 - 0,2	0,2-0,4	0,4-0,6	0,6-0,8	0,8-1,0
POIINU	-	0 - 0,2	0,2-0,4	0,4-0,6	0,6-0,8	0,8-1,0
ORU	-	0 - 0,2	0,2-0,4	0,4-0,6	0,6-0,8	0,8-1,0
AGU	-	0 - 16	16 - 33	33 - 49	49 - 66	66 - 82
ESG	-	0-17	17-35	35-52	52-70	70-87
LIX	-	0 - 16	16 - 33	33 - 49	49 - 66	66 - 82
ALF	-	0 - 12	12 - 25	25 - 36	36 - 42	42 - 62
REN		12,9 - 18,5	11,1 - 12,9	9,2 - 11,1	3,7 - 9,2	0 - 3,7
PESC	-	0 - 0,1679	0,1679 - 0,2885	0,2885 - 0,4277	0,4277 - 0,5992	0,5992 - 0,9242
PINU	-	0,1558 - 0,3747	0,3747 - 0,4713	0,4713 - 0,5650	0,5650 - 0,6720	0,6720 - 0,9096
VUL	-	0,0844 - 0,2174	0,2174 - 0,3504	0,3504 - 0,4835	0,4835 - 0,6165	0,6165 - 0,74956
DAP	-	16 - 12764	12764 - 47412	47412 - 134859	134859 - 317410	317410 - 1222946
RESC	-	0 - 0,0536	0,0536 - 0,0976	0,0976 - 0,1387	0,1387 - 0,1849	0,1849 - 0,3689
RINU	-	0 - 0,0234	0,02343 - 0,0620	0,0620 - 0,1169	0,1169 - 0,2133	0,2133 - 0,4225

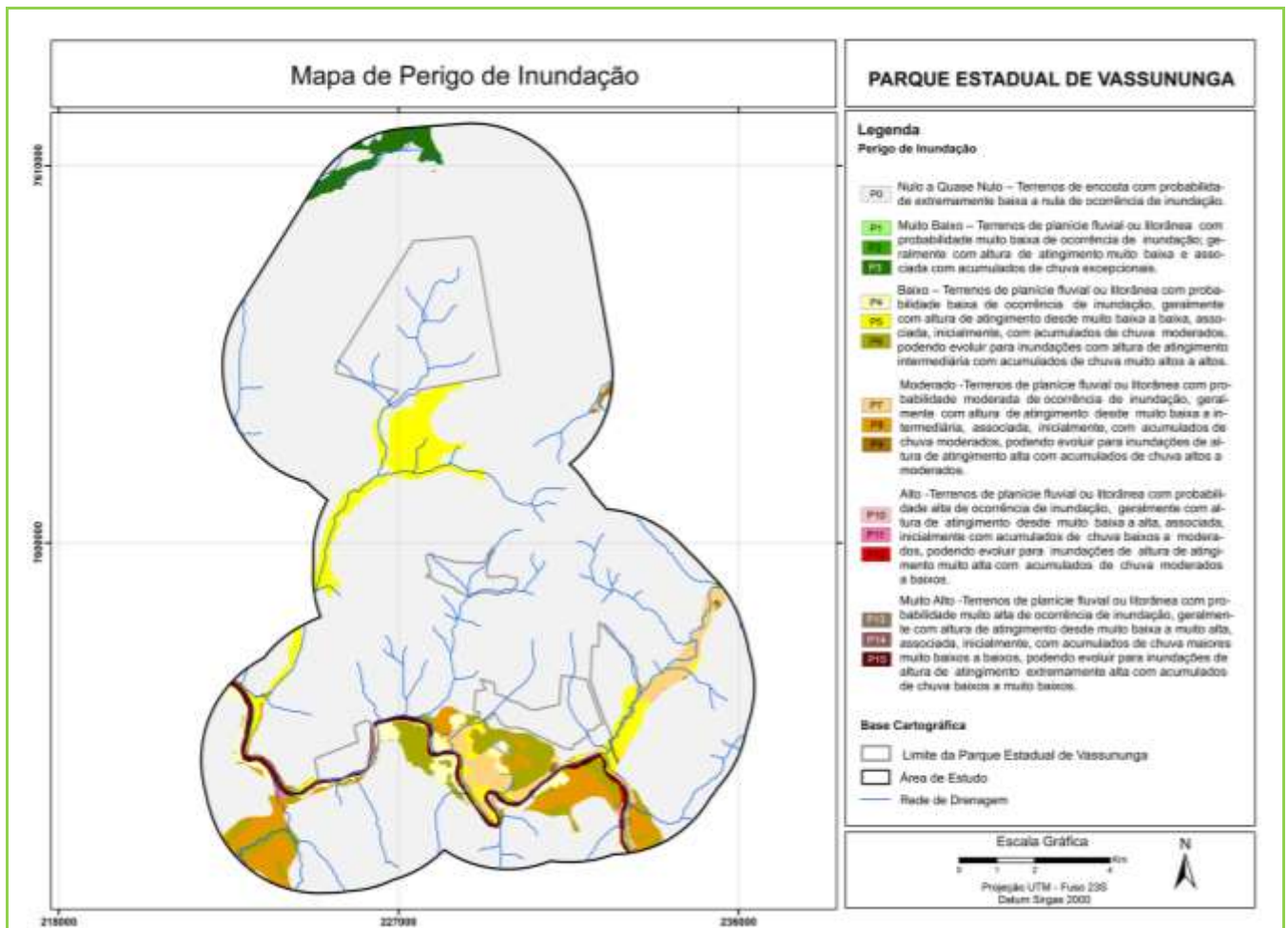
Sendo: DEDESC - declividade para escorregamento (°), DECINU - declividade para inundação (°), AMP - amplitude altimétrica (m), EXHESC - excedente hídrico para escorregamento (mm), EXHINU - excedente hídrico para inundação (mm), DEDESC - densidade de drenagem para escorregamento(m/m²), DEDINU - densidade de drenagem para inundação (m/m²), ERO - erodibilidade (t.ha-1.MJ-1.mm-1), FOL - índice de foliação (adimensional), POIESC - potencial de indução para escorregamento (adimensional), POIINU - potencial de indução para inundação (adimensional), ORU= ordenamento urbano, AGU = abastecimento de água, ESG = coleta e destinação de esgoto, LIX = coleta e destinação de lixo, ALF= índice de alfabetização, REN= renda, PESC - perigo de escorregamento, PINU - perigo de inundação, VUL = vulnerabilidade, DAP - dano potencial, RESC= risco de escorregamento e RINU - risco de inundação. Intervalos obtidos pelo método de quebras naturais, exceto para declividade, erodibilidade, abastecimento de água, coleta de esgoto, coleta de lixo, alfabetização e renda.

APÊNDICE 3.3.E. Mapa de Perigo de Escorregamento



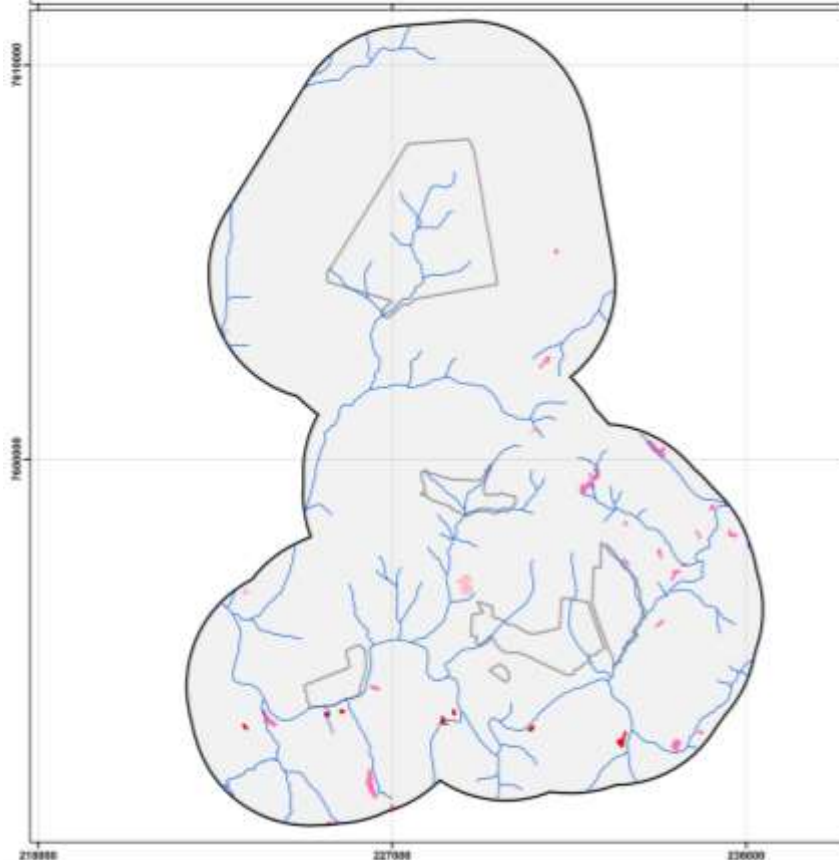
Fonte: autores (SÃO PAULO, 2017).

APÊNDICE 3.3.F. Mapa de Perigo de Inundação



Fonte: autores (SÃO PAULO, 2017).

Mapa de Vulnerabilidade de Áreas de Uso Residencial/Comercial/Serviço à Eventos Geodinâmicos



PARQUE ESTADUAL DE VASSUNUNGA

Legenda

Vulnerabilidade

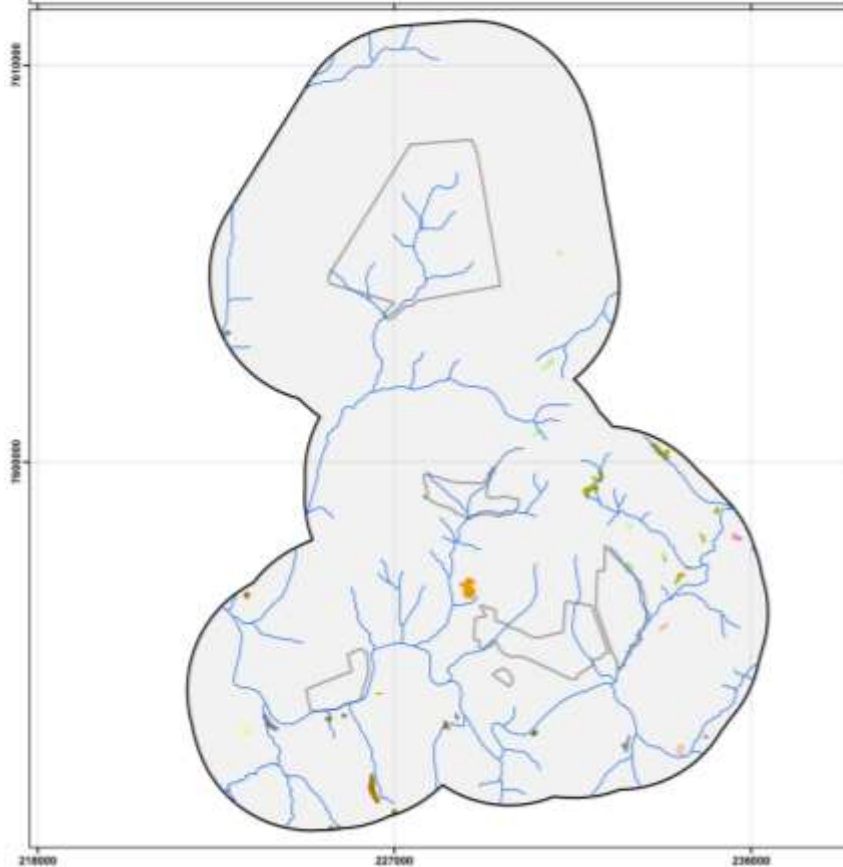
- V1** Muito Baixa - Setores residenciais predominantemente de alto a muito alto ordenamento urbano; de baixa a muito baixa criticidade quanto à infraestrutura sanitária e de alta renda. Geralmente ocorrem nas porções centrais dos núcleos urbanos.
- V2** Baixa - Setores residenciais predominantemente de médio a muito alto ordenamento urbano; de média a baixa criticidade quanto à infraestrutura sanitária e de média a alta renda. Geralmente ocorrem nas porções centrais dos núcleos urbanos.
- V3** Moderada - Setores residenciais predominantemente de médio a muito alto ordenamento urbano; de média a alta criticidade quanto à infraestrutura sanitária e de média a alta renda.
- V4** Alta - Setores residenciais predominantemente de médio a baixo ordenamento urbano; de alta a média criticidade quanto à infraestrutura sanitária e de baixa a média renda. Correspondem, em geral, aos setores mais periféricos ou isolados da mancha urbana.
- V5** Muito Alta - Setores residenciais predominantemente de baixo a médio ordenamento urbano; de muito alta a alta criticidade quanto à infraestrutura sanitária e de baixa renda. Correspondem, em geral, aos setores mais periféricos ou isolados da mancha urbana.

Base Cartográfica

- Não Classificado - Áreas Não Edificadas
- Limite do Parque Estadual de Vassununga
- Área de Estudo
- Rede de Drenagem



Mapa de Risco de Escorregamento



PARQUE ESTADUAL DE VASSUNUNGA

Legenda

Risco de Escorregamento

Nulo a Quase Nulo – Áreas de uso Residencial/Comercial/Serviço em terrenos planos com probabilidade extremamente baixa a nula de ocorrência de escorregamentos.

Muito Baixo – Predomínio de áreas de uso Residencial/Comercial/Serviço com vulnerabilidade variando de muito baixa a baixa, com probabilidade de ocorrer eventos perigosos severos variando de muito baixa a baixa e com índices de dano potencial à população variando de muito baixo a baixo, podendo resultar em danos e prejuízos de muito baixo impacto.

Baixo – Predomínio de áreas de uso Residencial/Comercial/Serviço com vulnerabilidade variando de baixa a moderada, com probabilidade de ocorrer eventos perigosos severos variando de baixa a moderada e com índices de dano potencial à população variando de baixo a moderado, podendo resultar em danos e prejuízos de baixo impacto.

Moderado – Predomínio de áreas de uso Residencial/Comercial/Serviço com vulnerabilidade variando de moderada a alta, com probabilidade de ocorrer eventos perigosos severos variando de moderada a alta e com índices de dano potencial à população variando de moderado a alto, podendo resultar em danos e prejuízos de moderado impacto.

Alto – Predomínio de áreas de uso Residencial/Comercial/Serviço com vulnerabilidade variando de alta a muito alta, com probabilidade de ocorrer eventos perigosos severos variando de alta a muito alta e com índices de dano potencial à população variando de alto a muito alto, podendo resultar em danos e prejuízos de alto impacto.

Muito Alto – Predomínio de áreas de uso Residencial/Comercial/Serviço com vulnerabilidade muito alta a alta, com probabilidade de ocorrer eventos perigosos severos variando de muito alta a alta e com índices de dano potencial à população variando de muito alto a alto, podendo resultar em danos e prejuízos de muito alto impacto.

Base Cartográfica

- Não Classificado - Áreas Não Edificadas
- Limite do Parque Estadual de Vassununga
- Área de Estudo
- Rede de Drenagem

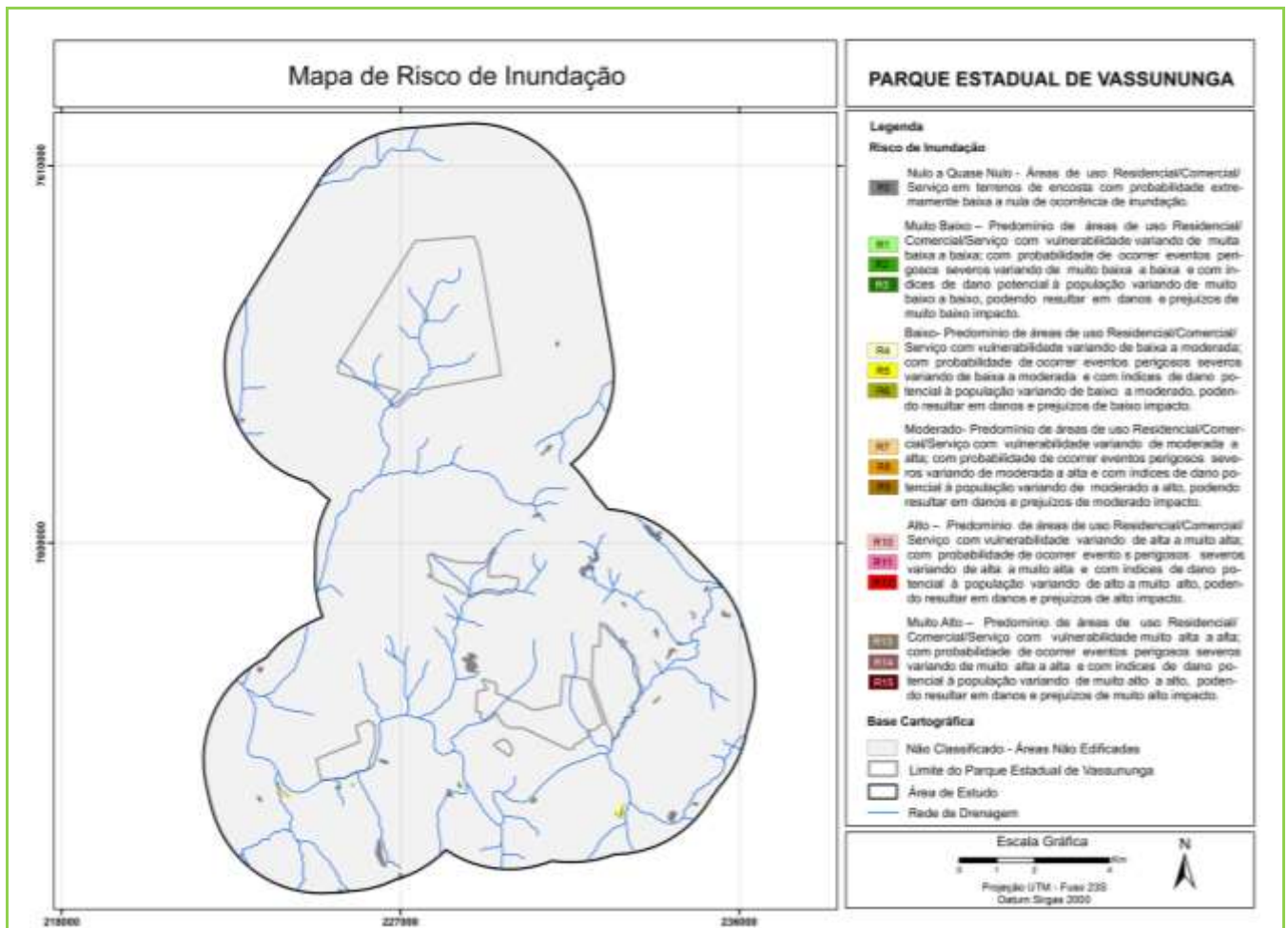
Escala Gráfica



Projeção UTM - Fuso 23S
Datum Sirgas 2002



APÊNDICE 3.3.I. Mapa de risco de inundação



3.4 CLIMA

APÊNDICE 3.4.A. Balanço hídrico segundo Thornthwaite e Mather (1955). Local: P.E.de Vassununga. Latitude: 21o 41' S e Longitude: 47o 34' W. Altitude: 665 mm

Meses	Num de dias	T °C	P mm	N horas	I	a	ETP Thornthwaite	P-ETP mm	NEG-AC	ARM mm	ALT mm	ETR mm	DEF mm	EXC mm
							1948							
Jan	30	26,0	285,9	10,7	12,1	2,8	115,91	170,0	0,0	300,00	11,60	115,9	0,0	158,4
Fev	28	26,2	206,0	11,0	12,3	2,8	113,55	92,5	0,0	300,00	0,00	113,5	0,0	92,5
Mar	31	25,9	143,6	11,5	12,0	2,8	127,00	16,6	0,0	300,00	0,00	127,0	0,0	16,6
Abr	30	24,1	53,5	12,2	10,8	2,8	106,54	-53,1	-53,1	251,36	-48,64	102,1	4,4	0,0
Mai	31	20,4	63,7	12,8	8,4	2,8	72,10	-8,4	-61,4	244,45	-6,91	70,6	1,5	0,0
Jun	30	19,2	23,1	13,2	7,7	2,8	60,70	-37,7	-99,1	215,62	-28,83	51,9	8,8	0,0
Jul	31	18,7	20,1	13,3	7,4	2,8	58,58	-38,5	-137,6	189,63	-25,99	46,0	12,5	0,0
Ago	31	20,5	18,6	13,0	8,5	2,8	73,96	-55,4	-193,0	157,66	-31,97	50,5	23,4	0,0
Set	30	22,6	67,5	12,4	9,8	2,8	90,75	-23,2	-216,2	145,92	-11,74	79,3	11,5	0,0
Out	31	24,7	113,8	11,8	11,2	2,8	114,21	-0,5	-216,7	145,69	-0,23	114,0	0,2	0,0
Nov	30	25,2	164,4	11,2	11,6	2,8	110,43	54,0	-122,1	199,68	53,99	110,4	0,0	0,0

Dez	31	25,7	205,6	10,8	11,9	2,8	116,88	88,7	-11,8	288,40	88,72	116,9	0,0	0,0
TOTAIS		279,2	1365,7	144,0	123,8	33,8	1160,61	205,1		2738	0,00	1098,2	62,4	267,5
MÉDIAS		23,3	113,8	12,0	10,3	2,8	96,72	17,1		228,2		91,5	5,2	22,3

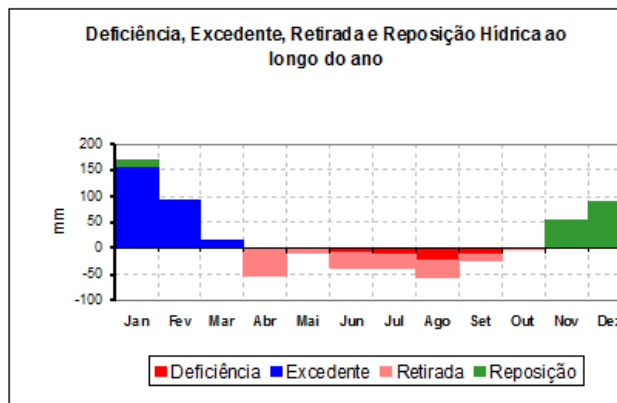
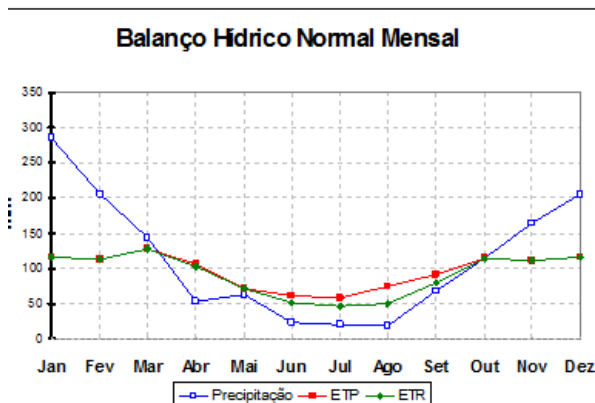
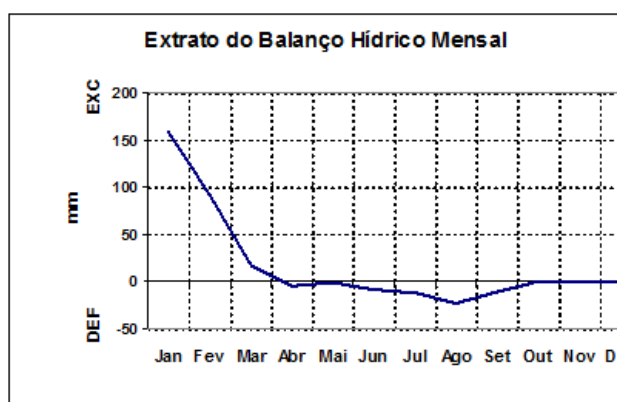
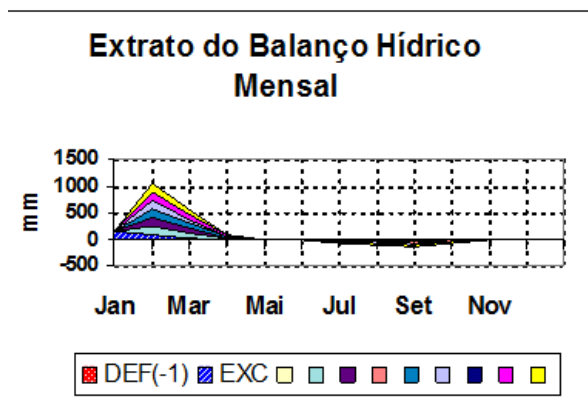
Fonte: Fazenda Cara Preta. Período: 1989 a 2005

P: precipitação pluvial

ETP: evapotranspiração potencial

DEF: deficiência hídrica/ EXC: excedente hídrico

APÊNDICE 3.4.B. Gráficos do balanço hídrico do Parque Estadual de Vassununga



Fonte: Thornthwaite e Mather (1955).

3.5 MINERAÇÃO

corresponde à vazão provável calculada a partir da correlação entre dados de vazão e de capacidade específica de poços existentes, com teste de vazão com duração maior que 20 horas.

A reserva explotável de água subterrânea, calculada pela diferença entre Q95% e Q7,10, é a estimativa do volume de água disponível para consumo sem comprometimento das reservas totais, considerando somente aquíferos livres. Os valores de reserva explotável, vazão outorgada e balanço hídrico subterrâneo referem-se a área da UGRHI 9 e foram obtidos no Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da UGRHI 9 (CBH-Mogi, 2018).

Para identificar os aquíferos mais explotados, os principais usos da água subterrânea e a distribuição dos poços existentes na região da UC, foi realizado um levantamento em 09/05/2019 no banco de dados de outorgas, disponível para consulta no site do DAEE (DAEE, 2019a). Os poços com informações foram plotados em mapa com identificação do aquífero explorado e os principais usos da água.

O levantamento de poços destinados ao abastecimento público foi complementado com as informações dos Planos Municipais de Saneamento (SSRH, 2014a, 2014 b, 2014c), que estavam disponíveis em fevereiro de 2019 no site da extinta Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos.

O banco de dados da Rede Integrada de Monitoramento das Águas Subterrâneas (RIMAS), operada pela CPRM, foi consultado em 10/05/2019, para levantamento de dados de qualidade e nível da água subterrânea dos aquíferos livres, sendo que o poço de monitoramento mais próximo se encontra no município de São Simão (CPRM, 2019).

Aspectos Qualitativos

Para a caracterização da qualidade da água subterrânea foram utilizados os dados da Rede de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas operada pela CETESB e da Rede Piezométrica de Monitoramento Integrada de Qualidade e Quantidade operada pelo DAEE, disponibilizados no sistema DATAGEO e em relatório digital publicado (CETESB, 2016a, 2018a). Foram buscados dados também da Rede integrada de Monitoramento das Águas Subterrâneas (RIMAS), operada pela CPRM (CPRM, 2019).

O levantamento das áreas contaminadas baseou-se no Cadastro de Áreas Contaminadas publicado em dezembro/2018 pela CETESB (CETESB, 2018b) e disponibilizado no sistema DATAGEO.

Aspectos regionais referentes à vulnerabilidade do aquífero à contaminação foram comentados com base em relatórios e trabalhos técnico-científicos, uma vez que os dados levantados não permitiram uma análise específica da UC.

Pressões sobre as águas subterrâneas

A avaliação das atividades e eventos que caracterizam uma pressão sobre a condição ambiental atual da água subterrânea na UC foi realizada com base na análise de imagens digitais disponíveis na plataforma Google Earth™, nos diagnósticos do meio físico realizado por Instituto Florestal (IF/FF, 2014), e nos relatórios de monitoramento dos recursos hídricos da CETESB (CETESB, 2016a e 2018a) e da CPRM (CPRM, 2019).

Limitações da Metodologia

O levantamento de informações foi fundamentado em pesquisa bibliográfica e a heterogeneidade na profundidade e na abrangência espacial e temporal dos dados levantados pode implicar em limitações quanto à atualidade e representatividade do diagnóstico realizado em relação à situação real.

Para uma análise mais aprofundada em algum aspecto, recomenda-se que o leitor recorra às fontes originais de informações, citadas no item Bibliografia.

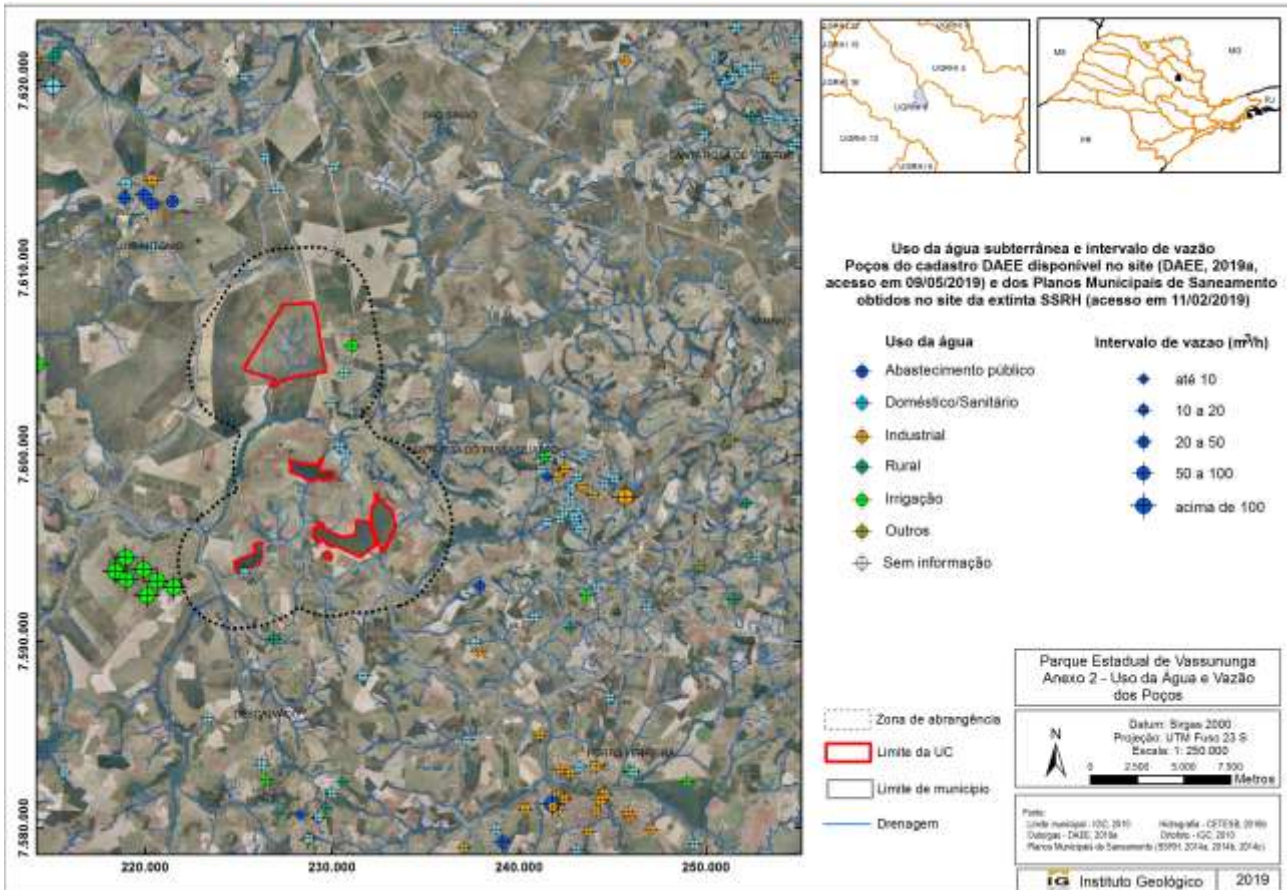
APÊNDICE 3.6.B Aquíferos e poços

DISPONIBILIDADE DAS ÁGUAS					
Parâmetros	2013	2014	2015	2016	2017
E-04-A Disponibilidade per capita - $Q_{\text{médio}}$ em relação à população total: $\text{m}^3/\text{hab.ano}$ <small>(DADOS ANO 2016)</small>	 4.216,24	 4.178,28	 4.140,53	 4.110,61	 4.080,83
E.05-A - Disponibilidade per capita de água subterrânea: $\text{m}^3/\text{hab.ano}$ <small>(DADOS ANO 2017)</small>	508,49	503,91	499,36	495,75	492,16

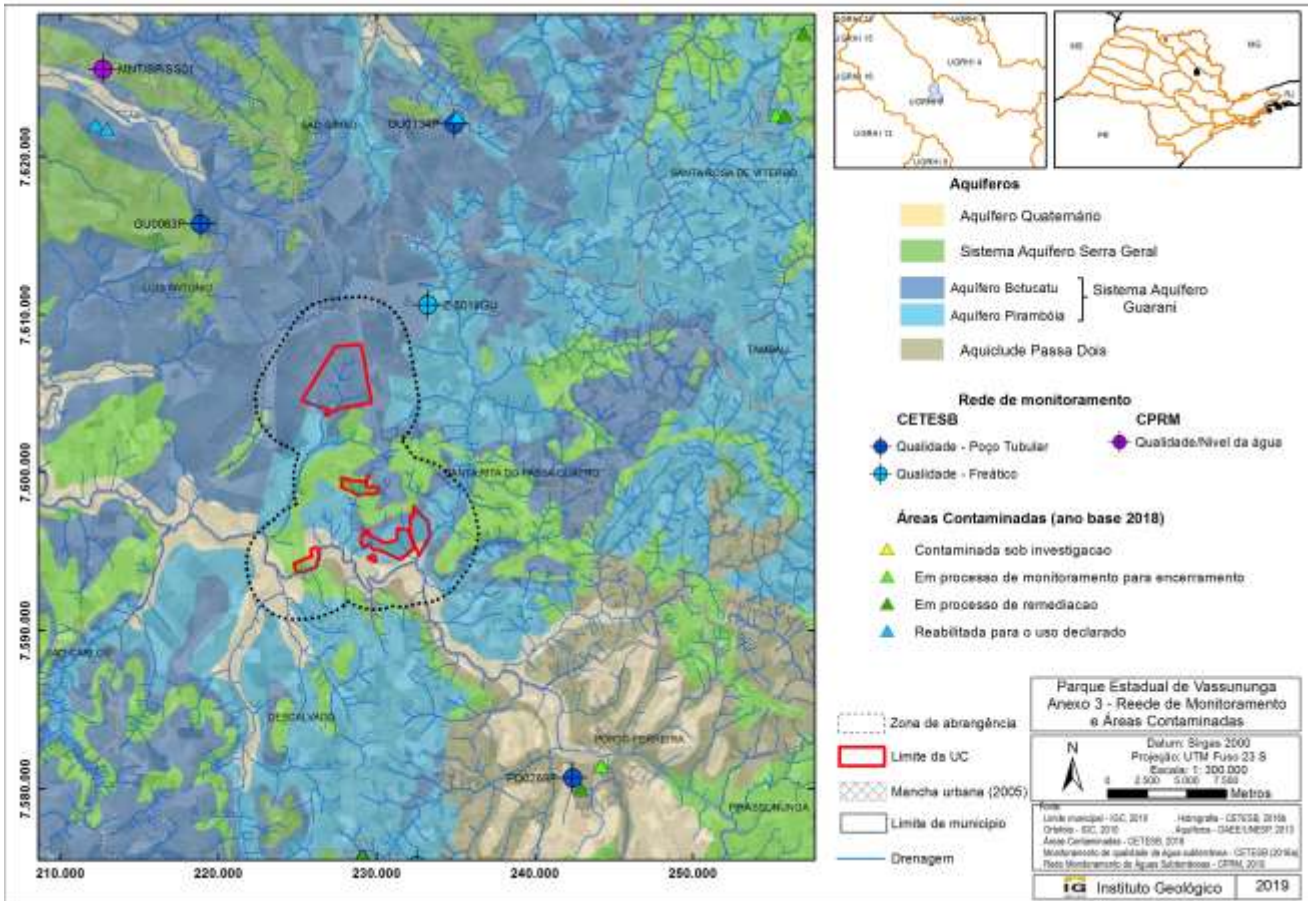


Fonte: Relatório de Situação – Ano Base 2017 (CBH-Mogi, 2018).

APÊNDICE 3.6.D Uso da água e vazão dos poços



APÊNDICE 3.6.E Rede de monitoramento e águas contaminadas



APÊNDICE 3.6.F Dados de qualidade da água subterrânea de poços da rede de monitoramento da CETESB e da CPRM

Rede de monitoramento	Rede de monitoramento de qualidade da água subterrânea (CETESB, 2016a)		Rede Integrada de Monitoramento (CETESB, 2016a)	RIMAS (CPRM, 2019)	
Poço	GU0134P	GU0063P	GU5019Z	MNT/SP/SS01	
Município	São Simão	Luís Antonio	Santa Rita do Passa Quatro	São Simão	
UGRHI	4	9	9	4	
Período monitorado	2013-2015			15/05/2018	
Parâmetros	VMP				
pH	6,0 a 9,5 ^(*)	4,51 a 5,63	5,69 a 6,16	5,58 a 5,94	4,57
Condutividade elétrica (µS/cm)	-	32,2 a 38,5	24,3 a 26,6	14 a 22	20,8
Alumínio (µg/L)	200 ^(*)	< 2 a 225	< 2 a 2,27	< 2 a 12,03	101
Ferro total (µg/L)	300 ^(*)	22,4 a 44,9	< 2	< 2 a 20,5	36

Manganês (mg/L)	100 ^(*)	37,4 a 161	0,91 a 1,25	0,15 a 2,21	65
N-Nitrato (mg/L)	10 ^(*)	2,01 a 2,29	0,97 a 1,05	0,38 a 0,57	1,42

(*) VMP-Valor máximo permitido (padrão de potabilidade) – Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde

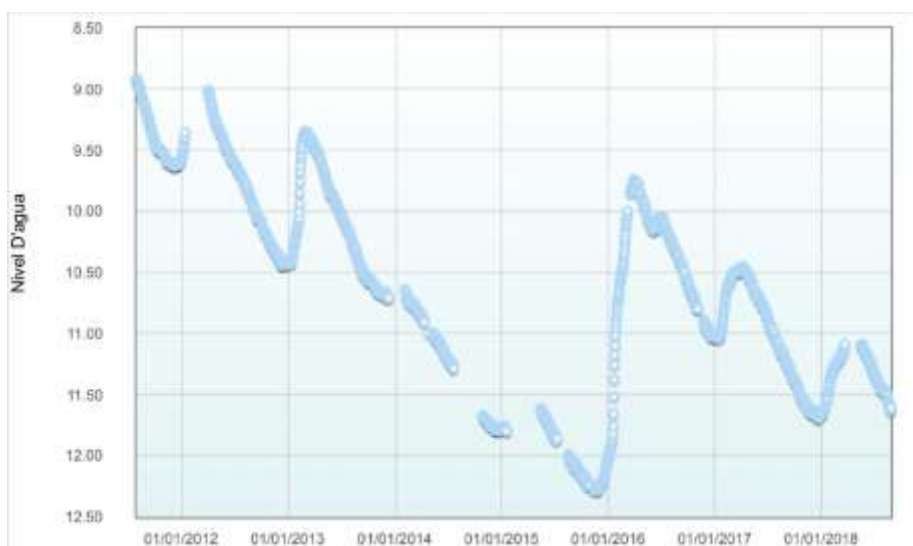
Fonte: CETESB, 2016a e CPRM, 2019.

APÊNDICE 3.6.G Poços de monitoramento de nível d'água da rede operada pelo DAEE

Município	Prefixo DAEE	Prefixo CETESB	Aquífero	UGRHI	Início	Medição de nível d'água	Amostragem em Qualidade	Latitude (S)	Longitude (W)
Santa Rita do Passa Quatro	4C-501Z	GU5019Z	Guarani	9	2009	Quinzenal	Semestral	21° 35' 14"	47° 34' 33"
Santa Rita do Passa Quatro	4C-502Z	-	Guarani	9	2006	Quinzenal	-	21° 37' 14"	47° 38' 26"
Santa Rita do Passa Quatro	4C-503Z	-	Guarani	9	2006	Quinzenal	-	21° 36' 35"	47° 37' 48"
Santa Rita do Passa Quatro	4C-504Z	-	Guarani	9	2006	Quinzenal	-	21° 35' 13"	47° 34' 32"
Santa Rita do Passa Quatro	4C-505Z	-	Guarani	9	2006	Quinzenal	-	21° 34' 44"	47° 35' 17"

Fonte: CETESB, 2016a.

APÊNDICE 3.6.H Monitoramento do nível da água subterrânea no poço MNT/SP/SS01 da rede RIMAS



Fonte: CPRM, 2019.

APÊNDICE 3.6.I Dados do poço de monitoramento MNT/SP/SS01 da Rede RIMAS

10/05/2019

RIMAS WEB

Poço: 3500027884 UF: SP Município: São simão Localidade: EST. EXPER. BENTO QUIRINO Versão para impressão

Perfil Construtivo

Geral

Dados Gerais:

Nome: MNT/SP/SS01
 Data da instalação: 31/03/2011
 Proprietário: CPRM - SUREG/SP
 Natureza do Poço: Poço de monitoramento
 Uso da Água: Sem uso
 Cota do Terreno (m): 595.32

Localização:

Localidade: EST. EXPER. BENTO QUIRINO
 UTM (Norte/Sul): 7625544
 UTM (Leste/Oeste): 231661
 Latitude (GMMSS): 212709
 Longitude (GMMSS): 473521
 Bacia Hidrográfica: Rio Parana
 Subbacia: Rios Parana, Tiete e outros
 Hidrográfica: Rios Parana, Tiete e outros

Situação:

Data: 27/10/2014
 Situação: Poço RIMAS equipado c medidor automático de nível

Construtivos

Perfuração:

Data:	Profundidade Inicial (m):	Profundidade Final (m):	Perfurador:	Método:
31/03/2011	0.00	46.00	A. F. BORSATO E CIA LTDA	Rotativo

Diâmetro:

De (m):	Até (m):	Polegadas:	Milímetros:
0.00	46.00	8 1/2	215.9000

Revestimento:

De (m):	Até (m):	Material:	Diâmetro (pol):	Diâmetro (mm):
0.00	27.30	Plástico p.v.c.	4	101.6000
41.30	45.30	Plástico p.v.c.	4	101.6000

Filtro:

De (m):	Até (m):	Material:	Diâmetro (pol):	Diâmetro (mm):	Ranhura
27.30	41.30	Plástico p.v.c.	4	101.6000	0.75

Espaço Anular:

De (m):	Até (m):	Material:
0.00	10.00	Cimentação
10.00	46.00	Pre-filtro

Boca do Tubo:

Data:	Altura(m):	Diâmetro (pol):	Diâmetro (mm):
31/03/2011	0.46	10	254.0000

Entrada d'água:

Profundidade(m):

Profundidade Útil:

Data:	Profundidade Útil:
31/03/2011	46.00

Geológicos

Feição Geomorfológica:

Descrição: Planalto

Formação Geológica:

Profundidade Inicial (m):	Profundidade Final (m):	Tipo de Formação:
0.00	15.00	Formacao Botucatu
15.00	46.00	Formacao Pirambola

Dados Litológicos:

De (m):	Até (m):	Litologia:	Descrição Litológica:
0	2	Solo	Solo alterado, areia fina, argilosa, acastanhado
2	10	Areia fina	Areia fina, argilosa, amrom acastanhado
10	15	Areia fina	Areia fina a media, pouca argila, presença de granulos marron acinzentado
15	19	Areia média	Areia média, pouca argila, marron acinzentado
19	28	Areia média	Areia média a congomeratica com seixos rosados
28	40	Areia fina	Areia fina a media com granulos argilosa rosado
40	45	Areia média	Areia média a grossa cinza rosado
45	46	Areia fina	Areia fina a media rosada, profundidade até 52m.

Hidrogeológicos**Aquífero no Ponto**

Topo (m):	0.00
Base (m):	46.00
Captação:	Única
Condição:	Livre
Penetração:	Total

Aquífero: Poroso**Nível da Água:**

Data:	27/08/2018
Nível da Água (m):	11.61
Nível Medido Bombeando (S/N)?	N
Vazão (m ³ /h):	

Gráfico de evolução do nível d'água

**Teste de bombeamento****Teste de Bombeamento:**

Data:	Surgência:	Nível Estático (m):	Duração do Teste (h):
02/04/2011	N	8.34	08:00
Nível Dinâmico (m):	Vazão Específica (m ³ /hm):	Coefficiente de Armazenamento:	Vazão Livre (m ³ /h):
21.68	0.862		
Permeabilidade (m/s):	Transmissividade (m ² /s):	Vazão Após Estabilização (m ³ /h):	Tipo do Teste:
		11.5	Rebaixamento
Método:	Unidade:		
	Bomba submersa		

Análise Química**Análises Químicas:**

Amostra:	0518/SP/SS01
Data da Coleta:	15/05/2018
Condutividade Elétrica (µS/cm):	20.80
Qualidade da Água (PT/CO):	
Sabor da Água:	
Qualidade da Água (Odor):	
Temperatura (C°):	
Turbidez (NTU):	0,33
Sólidos Suspensos (mg/l):	
Sólidos Sedimentáveis (mg/l):	
Aspecto Natural:	
Ph	4.57

Resultados Analíticos da Última Coleta:

Parâmetro:	Concentração:	Unidade:
Alumínio (Al)	0.101	mg/L (ppm)
Calcio (Ca)	0.674	mg/L (ppm)
Cloreto (Cl)	0.12	mg/L (ppm)
Dureza total	3.99	mg/L (ppm)
Ferro total (Fe)	0.036	mg/L (ppm)
Potássio (K)	0.34	mg/L (ppm)

Parâmetro:	Concentração:	Unidade:
Magnésio (Mg)	0.229	mg/L (ppm)
Manganês (Mn)	0.065	mg/L (ppm)
Sódio (Na)	0.41	mg/L (ppm)
Nitritos (NO ₂)	0.09	mg/L (ppm)
Nitratos (NO ₃)	6.4	mg/L (ppm)
Silica (SiO ₂)	3.75	mg/L (ppm)
Resíduo seco	25	mg/L (ppm)
Zinco (Zn)	0.01	mg/L (ppm)
Sólidos dissolvidos totais	0.5	mg/L (ppm)
Bário (Ba)	0.033	mg/L (ppm)
Estrôncio (Sr)	0.006	mg/L (ppm)
Brometo	0.01	mg/L (ppm)
Alcalinidade de Bicarbonato	1.56	mg/L (ppm)
Alcalinidade de Carbonato	0	mg/L (ppm)
Alcalinidade de Hidróxido	0	mg/L (ppm)

Gráfico de evolução da condutividade elétrica



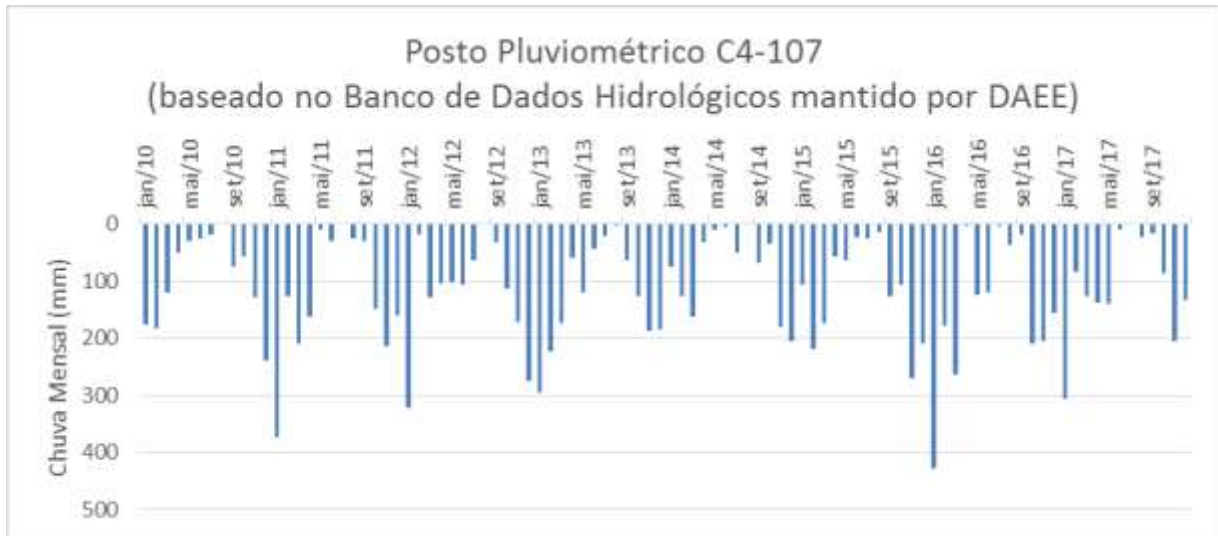
Gráfico de evolução do PH



Gráfico de evolução da Temperatura

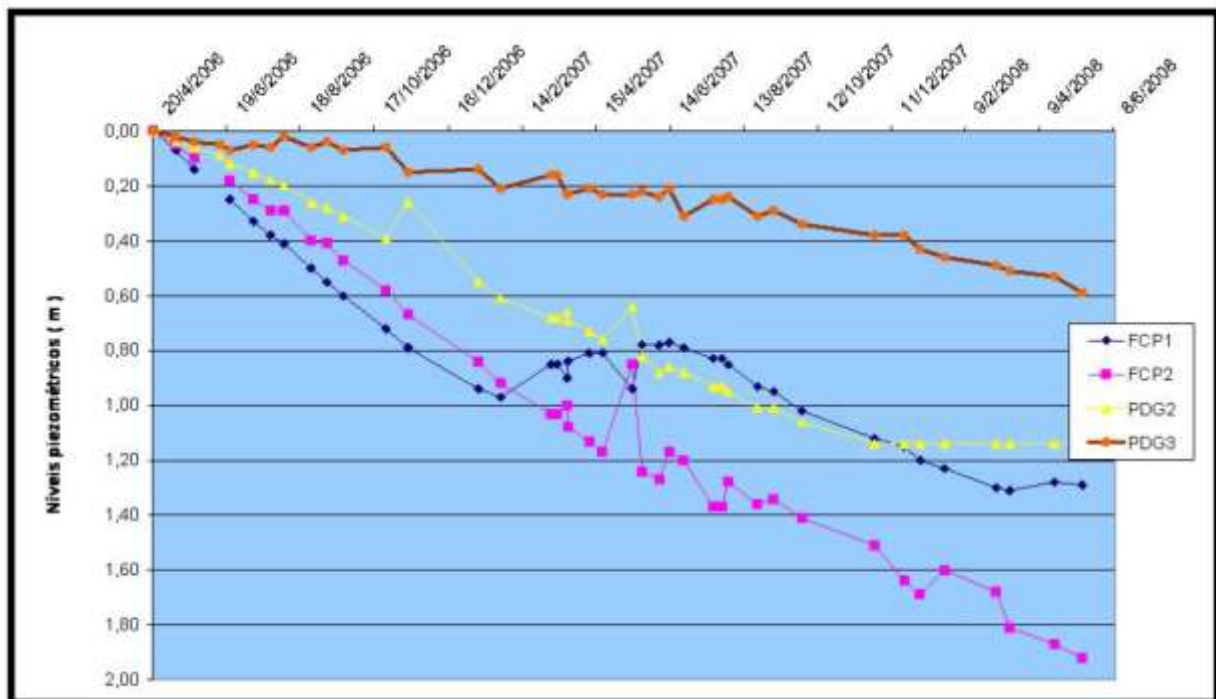
Sem dados coletados

APÊNDICE 3.6.J Variação pluviométrica durante o período de janeiro/2010 a dezembro/2017 (dados extraídos do Banco de Dados Hidrológicos mantido por DAEE)



Fonte: DAEE, 2019b.

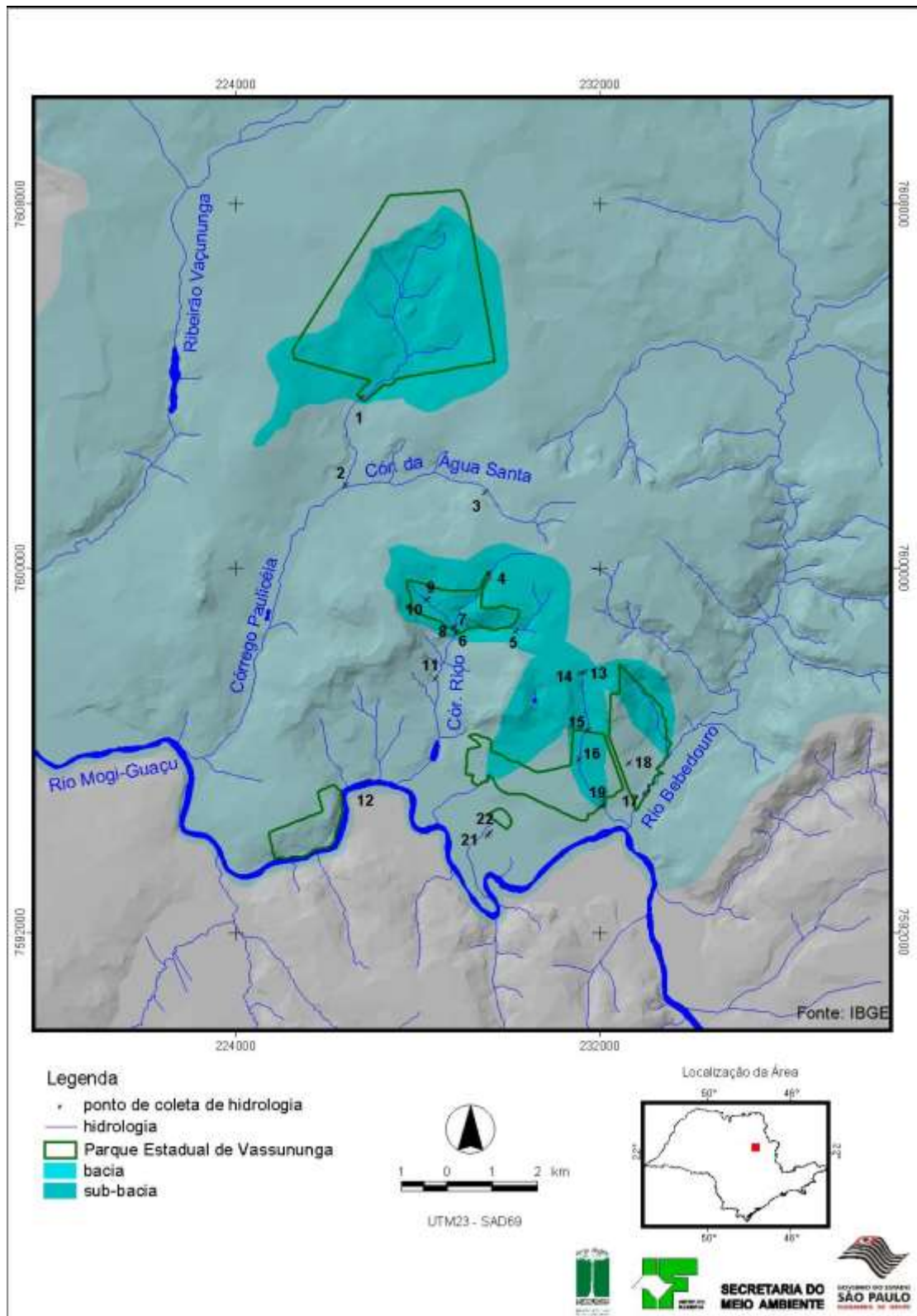
APÊNDICE 3.6.K Variação do nível da água subterrânea em poços monitorados em área de cerrado (PDG2 e PDG3) e de cultivo de eucalipto (FCP1 e FCP2)



Fonte: Bruno, 2009

3.7 RECURSOS HÍDRICOS SUPERFICIAIS

APÊNDICE 3.7.A. Mapa planialtimétrico do Parque Estadual de Vassununga e de seu entorno, com a hidrografia e os pontos de coleta de água e medição de vazão



As microbacias dos cursos d'água que influenciam diretamente as glebas estão delimitadas em azul.

ANEXO IV - MEIO ANTRÓPICO

4.1 DINÂMICA DEMOGRÁFICA

APÊNDICE 4.1.A. Método

O diagnóstico demográfico e socioeconômico foi elaborado por meio de pesquisa e análise de dados secundários produzidos pelos órgãos municipais, estaduais e federais oficiais, a saber:

1) Patrimônios histórico, cultural, artístico e arqueológico tombados: portal do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT, 2019a, 2019b) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2019a, 2019b, 2019c).

2) Dados demográficos e socioeconômicos para os anos de 2010 e 2016/2017/2018: portal da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), no link “Informações dos Municípios Paulistas” (SEADE, 2019a) e, especificamente para projeção populacional, no link “Sistema Seade de Projeções Populacionais” (SEADE, 2019b); Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2016); Relatório de Qualidade das Águas Superficiais no Estado de São Paulo – 2010 e 2017 (CETESB, 2011a, 2018a); Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Urbanos – 2010 e 2017 (CETESB, 2011b, 2018b); dados do Censo IBGE 2010 (IBGE, 2010) de infraestrutura de saneamento dos domicílios e de número de moradores, dos setores censitários na área de estudo à Floresta Estadual e também aqueles onde se encontram as nascentes dos cursos d’água que se dirigem à UC, além dos setores em que se encontra a UC.

3) Dados agrossilvipastoris: portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Banco de Tabelas Estatísticas SIDRA, onde são apresentados os dados da Produção Agrícola Municipal (PAM), da Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) e da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS) para os anos de 2010 e 2017 (IBGE, 2019a, 2019b, 2019c).

Os dados passíveis de serem espacializados foram analisados com o auxílio do software de Sistema de Informação Geográfica (GIS) Arcgis 10.5, utilizado para criação de mapas, compilação de dados geográficos, análise de informações mapeadas e gestão de informações geográficas em bancos de dados.

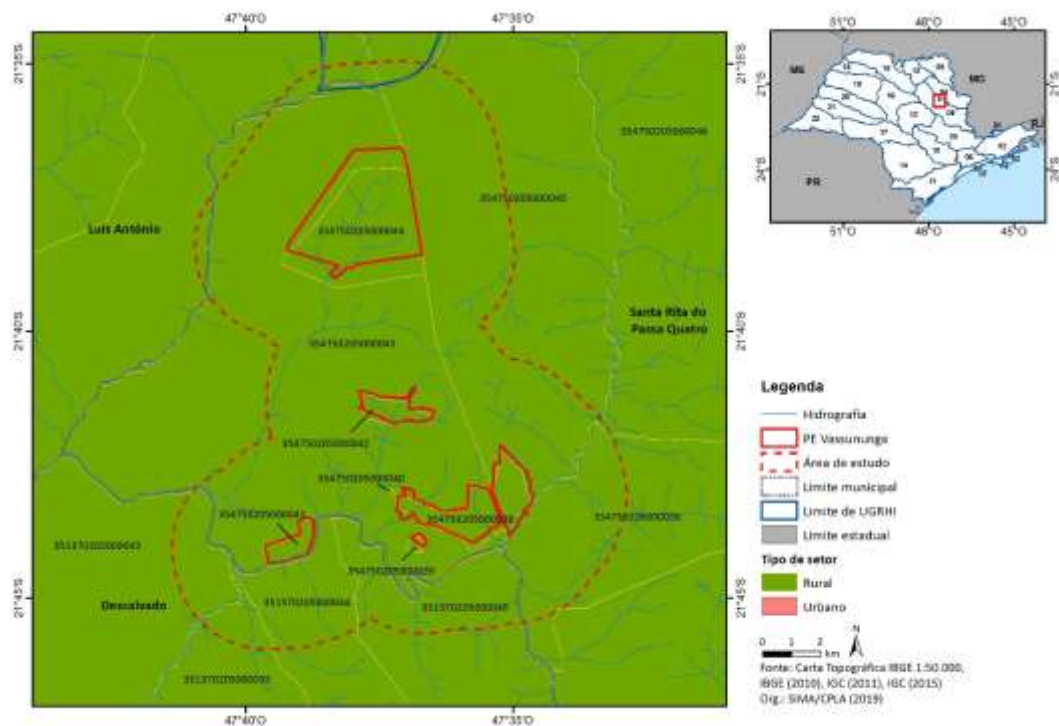
A definição dos limites da área de estudo em um raio de 3 km baseou-se na Resolução CONAMA N° 428, de 17 de dezembro de 2010, que determina que o licenciamento de empreendimento de significativo impacto ambiental, localizado numa faixa de 3 mil metros a partir do limite da unidade de conservação, cuja zona de amortecimento não esteja ainda estabelecida, só poderá ser concedido após a autorização do órgão responsável pela administração da unidade de conservação.

APÊNDICE 4.1.B. População e densidade demográfica nos municípios de Descalvado e Santa Rita do Passa Quatro e no estado de São Paulo

Localidade	População 1990	Densidade 1990 (hab/km ²)	População 2000	Densidade 2000 (hab/km ²)	População 2010	Densidade 2010 (hab/km ²)	População 2018	Densidade 2018 (hab/km ²)
Descalvado	25.133	33,3	28.889	38,3	31.038	41,2	32.176	42,7
Santa Rita do Passa Quatro	23.788	31,6	26.118	34,7	26.475	35,1	26.408	35,0
Estado de São Paulo	30.783.108	124,0	36.974.378	149,0	41.223.683	166,1	43.993.159	177,2

Fonte: Seade (2019a), elaborado por SIMA/CPLA (2019).

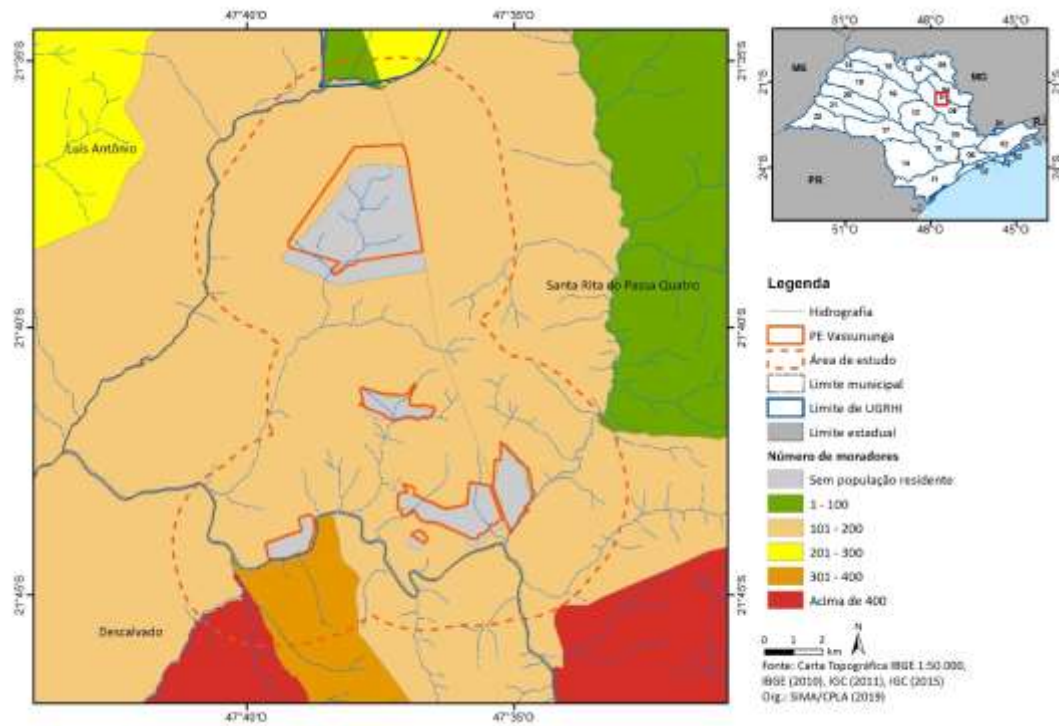
APÊNDICE 4.1.C. Tipificação dos setores censitários na área de estudo do Parque Estadual de Vassununga (Censo de 2010), com a identificação daqueles onde o Parque e sua área de estudo estão inseridos



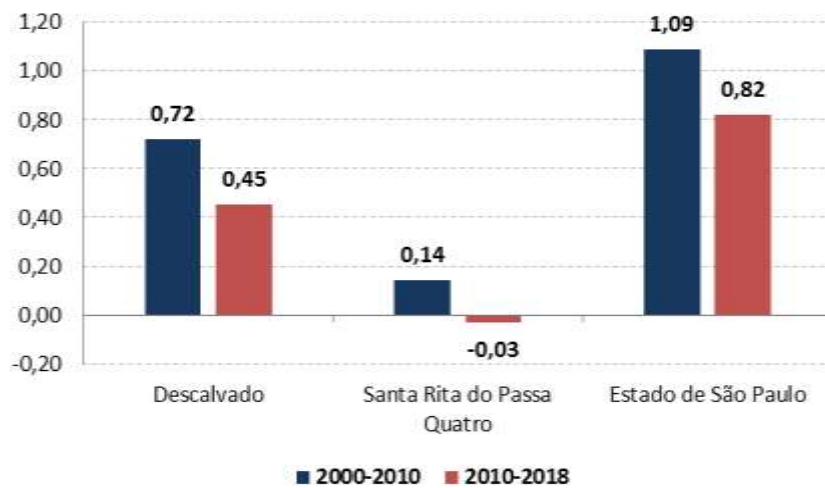
APÊNDICE 4.1.D. Setores censitários que compõem o Parque Estadual de Vassununga e sua área de estudo (Censo de 2010)

Município	Setor	Tipo do setor	Moradores	Domicílios	Domicílios particulares permanentes (PP)	% de domicílios PP com fossa rudimentar	% de domicílios PP com coleta de lixo	Área (km ²)	Densidade demográfica (hab/km ²)
Descalvado	351370205000035	RURAL	421	121	96	78,13	43,75	66,24	6,36
	351370205000043	RURAL	148	48	48	93,75	0,00	113,37	1,31
	351370205000044	RURAL	340	111	111	77,48	3,60	44,93	7,57
	351370205000045	RURAL	138	43	43	97,67	16,28	57,57	2,40
Santa Rita do Passa Quatro	354750205000036	RURAL	137	34	34	64,71	35,29	40,40	3,39
	354750205000043	RURAL	166	48	48	29,17	64,58	119,06	1,39
	354750205000045	RURAL	111	48	47	89,36	31,91	93,86	1,18
	354750205000046	RURAL	84	26	26	0,00	15,38	96,69	0,87
	354750205000038	RURAL	0	0	0	0,00	0,00	5,67	0,00
	354750205000039	RURAL	0	0	0	0,00	0,00	0,21	0,00
	354750205000040	RURAL	0	0	0	0,00	0,00	0,02	0,00
	354750205000041	RURAL	0	0	0	0,00	0,00	1,43	0,00
	354750205000042	RURAL	0	0	0	0,00	0,00	1,51	0,00
	354750205000044	RURAL	0	0	0	0,00	0,00	12,58	0,00

APÊNDICE 4.1.E. Distribuição da população por setor censitário na área de estudo do Parque Estadual de Vassununga (Censo de 2010)

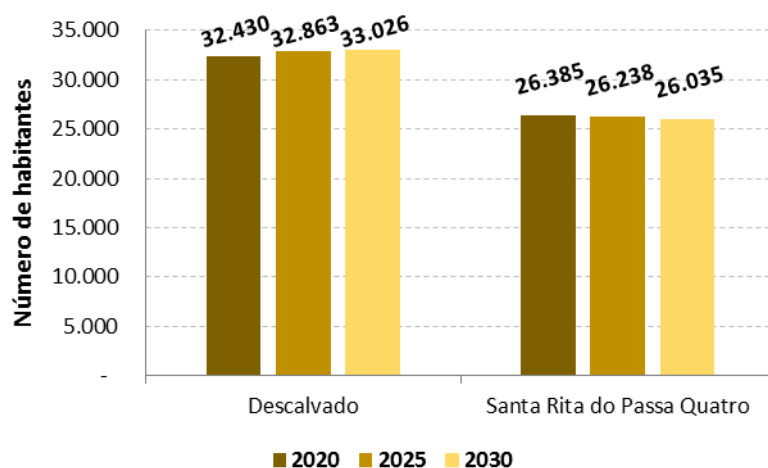


APÊNDICE 4.1.F. Taxa geométrica de crescimento anual (em % a.a.) nos períodos de 2000-2010 e 2010-2018 em Descalvado e Santa Rita do Passa Quatro e no estado de São Paulo



Fonte: Seade (2019a), elaborado por SIMA/CPLA (2019).

APÊNDICE 4.1.G. Projeção populacional para Descalvado e Santa Rita do Passa Quatro – anos 2020, 2025 e 2030



Fonte: Seade (2019b), elaborado por SIMA/CPLA (2019).

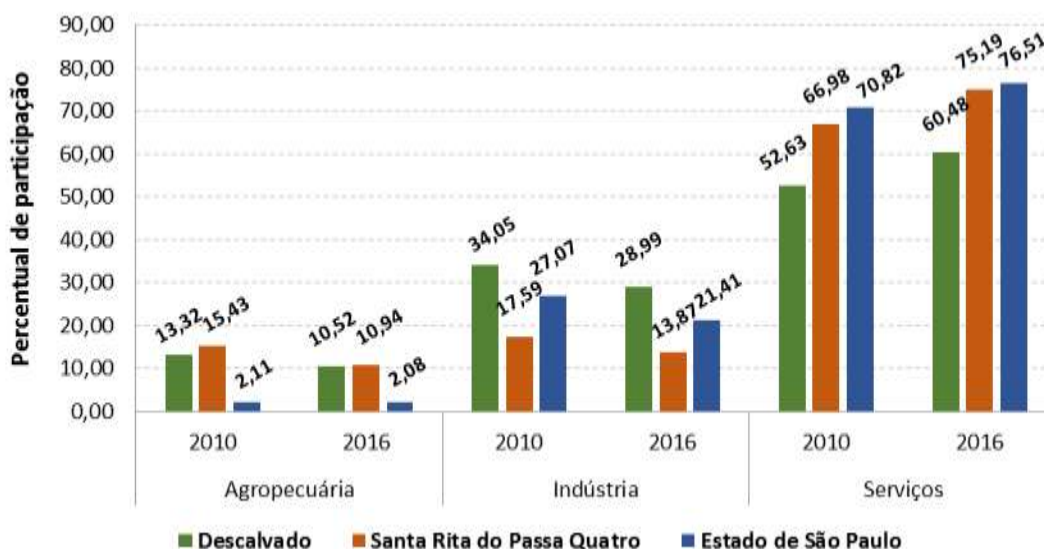
4.2 DINÂMICA ECONÔMICA

APÊNDICE 4.2.A. PIB, PIB per capita e valor adicionado em 2010 e 2016 nos municípios de Descalvado e Santa Rita do Passa Quatro e no estado de São Paulo

Localidade	PIB (em mil reais)		PIB per capita (em R\$)		Valor adicionado (em mil reais)	
	2010	2016	2010	2016	2010	2016
Descalvado	737.342,11	1.385.106,90	23.756,11	43.389,00	646.103,43	1.173.593,99
Santa Rita do Passa Quatro	457.220,85	621.984,72	17.269,91	23.533,28	416.894,96	564.895,59
Estado de São Paulo	1.294.695.988,45	2.038.004.931,13	31.406,61	47.003,04	1.071.840.401,68	1.724.554.930,59

Fonte: Seade (2019a), elaborado por SIMA/CPLA (2019).

APÊNDICE 4.2.B Participação dos setores no valor adicionado (em %) nos municípios de Descalvado e Santa Rita do Passa Quatro e no estado de São Paulo (2010 e 2016)



Fonte: Seade (2019a), elaborado por SIMA/CPLA (2019).

APÊNDICE 4.2.C. Empregos formais, por setores, em 2010 e 2016, nos municípios de Descalvado e Santa Rita do Passa Quatro e no estado de São Paulo

Localidade	Indústria		Comércio		Serviços		Construção		Agropecuária		Emprego formal total	
	2010	2016	2010	2016	2010	2016	2010	2016	2010	2016	2010	2016
Descalvado	2.743	2.743	1.648	1.825	2.487	2.811	848	659	1.203	1.055	8.929	9.093
Santa Rita do Passa Quatro	2.361	1.360	1.200	1.247	2.012	2.177	73	46	523	515	6.169	5.345
Estado de São Paulo	2.757.559	2.365.531	2.484.504	2.650.420	6.635.718	7.288.949	666.425	580.783	329.399	308.437	12.873.605	13.194.120

Fonte: Seade (2019a), elaborado por SIMA/CPLA (2019).

APÊNDICE 4.2.D. Dados agropecuários de Descalvado e Santa Rita do Passa Quatro nos anos de 2010 e 2017

Tipo de lavoura	Cultura	Descalvado		Santa Rita do Passa Quatro	
		2010	2017	2010	2017
Lavoura temporária	Batata-inglesa - área plantada (ha)	0	380	0	0
	Cana-de-açúcar - área plantada (ha)	28.050	38.000	20.700	18.800
	Mandioca - área plantada (ha)	103	61	0	0
	Milho (em grão) - área plantada (ha)	1.500	650	400	1.200
	Soja (em grão) - área plantada (ha)	0	0	100	600
Lavoura permanente	Abacate - área destinada à colheita (ha)	0	15	0	0
	Café (em grãos) - área destinada à colheita (ha)	550	500	393	158
	Coco-da-baía - área destinada à colheita (ha)	0	2	0	0
	Goiaba - área destinada à colheita (ha)	0	5	0	0
	Laranja - área destinada à colheita (ha)	7.451	2.700	4.491	1.254
	Maracujá - área destinada à colheita (ha)	0	42	0	0
	Palmito - área destinada à colheita (ha)	0	2	0	0
	Tangerina - área destinada à colheita (ha)	59	0	0	0
Silvicultura	Lenha total (metro cúbico)	1.850	nd	31.500	58.000
	Lenha de eucalipto (metro cúbico)	nd	nd	nd	58.000
	Madeira em tora total (metro cúbico)	0	nd	531.000	407.000
	Madeira em tora para papel e celulose (metro cúbico)	0	nd	531.000	407.000
	Madeira em tora de eucalipto para papel e celulose (metro cúbico)	nd	nd	nd	407.000
	Área total de eucalipto em 31/12/2017 (ha)	nd	1.900	nd	14.700
Pecuária	Bovinos (cabeças)	29.370	28.960	21.385	24.000
	Bubalinos (cabeças)	64	175	206	385
	Equinos (cabeças)	680	510	384	600
	Suínos (cabeças)	18.175	11.892	1.657	1.500
	Caprinos (cabeças)	95	60	0	35
	Ovinos (cabeças)	490	700	0	200
	Galináceos (cabeças)	1.236.669	1.250.000	922.910	807.000
	Codornas (cabeças)	0	0	3.000	3.500

Fonte: IBGE (2019a, 2019b, 2019c), elaborado por SIMA/CPLA (2019).

Nota: nd = valor não disponível.

APÊNDICE 4.2.E. Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (CFEM) em Descalvado e Santa Rita do Passa Quatro (e as substâncias minerais exploradas) e comparação com o valor arrecadado no estado de São Paulo em 2010 e 2017

Localidade	CFEM			
	2010	Substâncias	2017	Substâncias
Descalvado	962.524,76	Areia de fundição, areia para vidro	1.265.457,34	Areia de fundição, areia para vidro
Santa Rita do Passa Quatro	6.754,73	Cascalho, areia, argila	10.219,73	Cascalho, basalto, areia, argila, areia para vidro, saibro
Estado de São Paulo	37.688.101,47		56.268.536,60	

Fonte: ANM (2019), elaborado por SIMA/CPLA (2019).

4.3 DINÂMICA SOCIAL

APÊNDICE 4.3.A. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) nos anos de 1991, 2000 e 2010 para os municípios de Descalvado e Santa Rita do Passa Quatro e o estado de São Paulo

Localidade	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM 2010
Descalvado	0,544 (baixo)	0,700 (alto)	0,760 (alto)
Santa Rita do Passa Quatro	0,581 (baixo)	0,721 (alto)	0,775 (alto)
Estado de São Paulo	0,578 (baixo)	0,702 (alto)	0,783 (alto)

Fonte: PNUD (2013), elaborado por SIMA/CPLA (2019).

APÊNDICE 4.3.B. Indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) 2010 dos municípios de Descalvado e Santa Rita do Passa Quatro em comparação ao estado de São Paulo

Localidade	IDHM 2010	IDHM Educação	IDHM Longevidade	IDHM Renda	Ranking no estado
Descalvado	0,760 (alto)	0,687	0,865	0,740	164º
Santa Rita do Passa Quatro	0,775 (alto)	0,686	0,887	0,764	90º
Estado de São Paulo	0,783 (alto)	0,719	0,845	0,789	

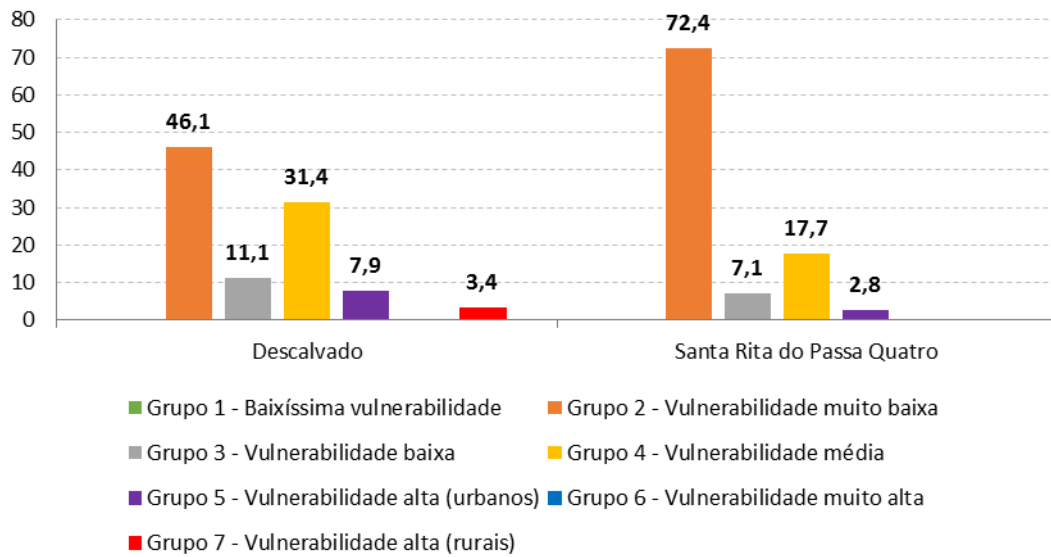
Fonte: PNUD (2013), elaborado por SIMA/CPLA (2019).

APÊNDICE 4.3.C. Indicadores sintéticos do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) nos municípios de Descalvado e Santa Rita do Passa Quatro e no estado de São Paulo em 2010, 2012 e 2014

Localidade	2010				2012				2014			
	R	L	E	Grupo	R	L	E	Grupo	R	L	E	Grupo
Descalvado	alta	alta	alta	1	alta	alta	baixa	2	alta	alta	média	1
Santa Rita do Passa Quatro	baixa	alta	alta	3	baixa	alta	alta	3	baixa	alta	alta	3
Estado de São Paulo	alta	alta	baixa		alta	alta	baixa		alta	alta	média	

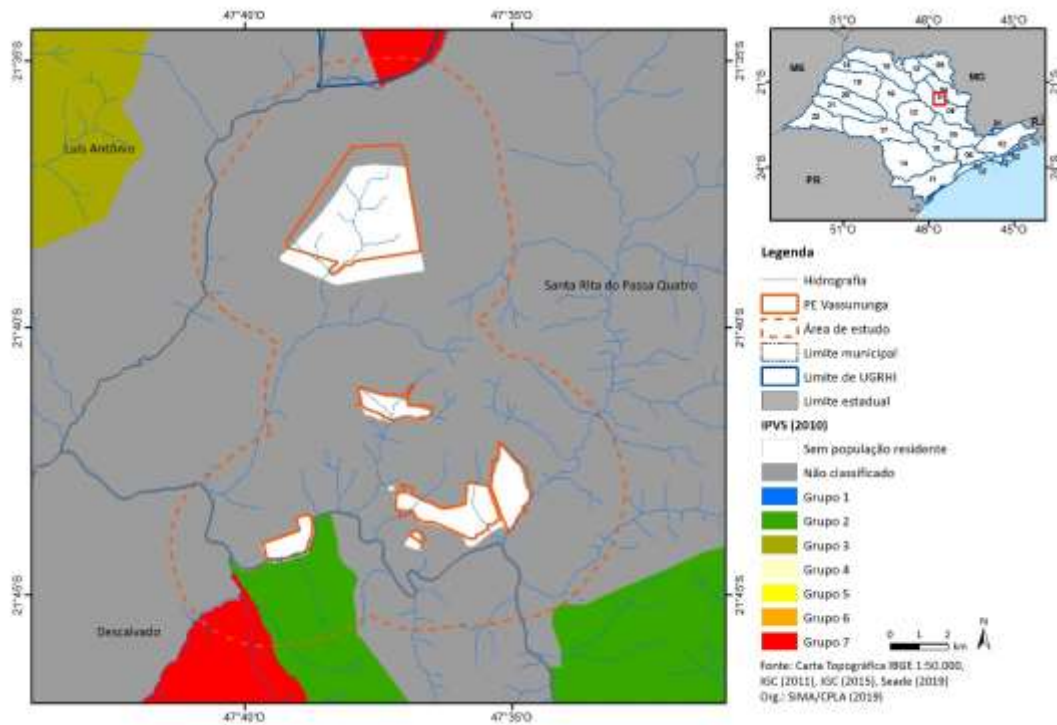
Fonte: Seade (2019c), elaborado por SIMA/CPLA (2019). R: dimensão riqueza. L: dimensão longevidade. E: dimensão escolaridade.

APÊNDICE 4.3.D. Distribuição da população exposta, segundo os grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) em 2010, nos municípios de Descalvado e Santa Rita do Passa Quatro



Fonte: Seade (2019d), elaborado por SIMA/CPLA (2019).

APÊNDICE 4.3.E. Distribuição dos grupos do IPVS de 2010 por setor censitário na área de estudo do Parque Estadual de Vassununga



Nota: os setores “não classificados” referem-se àqueles excluídos da análise, por falta de informações ou por possuírem menos de 50 domicílios particulares permanentes.

APÊNDICE 4.3.F. Índice de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana do Município (ICTEM) em Descalvado e Santa Rita do Passa Quatro e comparação com o estado em 2010 e 2017

Localidade	Atendimento (%)		Eficiência do processo de tratamento de esgoto (%)	ICTEM 2010	Atendimento (%)		Eficiência do processo de tratamento de esgoto (%)	ICTEM 2017
	Coleta	Tratamento			Coleta	Tratamento		
Descalvado	100,0	0,0	-	1,5	100,0	0,0	-	1,5
Santa Rita do Passa Quatro	86,0	60,0	88,0	5,1	97,0	65,0	83,0	6,0
Estado de São Paulo	87,0	51,0	79,0	5,0	88,0	64,0	85,0	6,3

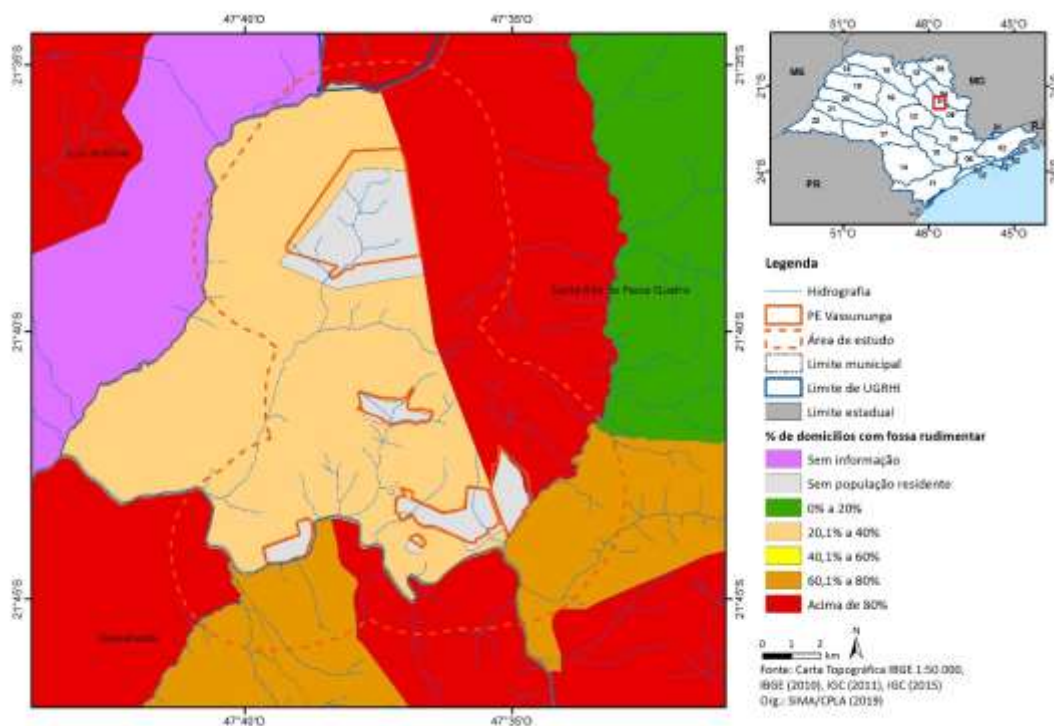
Fonte: Cetesb (2011a, 2018a), elaborado por SIMA/CPLA (2019).

APÊNDICE 4.3.G. Índice de Qualidade de Aterros de Resíduos (IQR) em Descalvado e Santa Rita do Passa Quatro e comparação com o IQR estadual entre 2010 e 2017

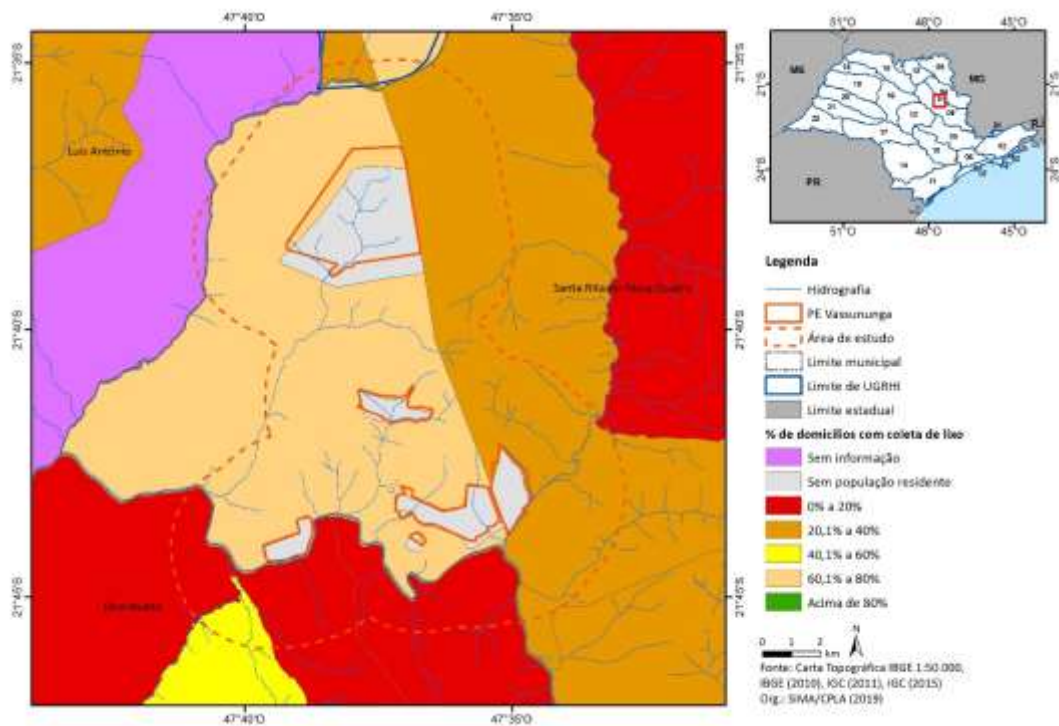
Localidade	RSU (t/dia)	IQR 2010	Enquadramento	RSU (t/dia)	IQR 2017	Enquadramento
Descalvado	11,1	10,0	Condição Adequada	23,8	10,0	Condição Adequada
Santa Rita do Passa Quatro	9,5	6,7	Condição Controlada*	1,2	7,4	Condição Adequada
Estado de São Paulo	26.340,5	8,4	Condição Adequada	39.891,6	8,7	Condição Adequada

Fonte: Cetesb (2011b, 2018b), elaborado por SIMA/CPLA (2019). RSU: Resíduo Sólido Urbano. * Na metodologia do cálculo do IQR anterior a 2012, as instalações eram enquadradas como inadequadas (de 0 a 6,0), controladas (de 6,1 a 8,0) e adequadas (de 8,1 a 10,0). Na metodologia atual, há apenas dois enquadramentos, inadequado (de 0 a 7,0) e adequado (de 7,1 a 10,0).

APÊNDICE 4.3.H. Porcentagem de domicílios com fossa rudimentar na área de estudo do Parque Estadual de Vassununga (Censo de 2010)



APÊNDICE 4.3.I. Porcentagem de domicílios com coleta de lixo na área de estudo do Parque Estadual de Vassununga (Censo de 2010)



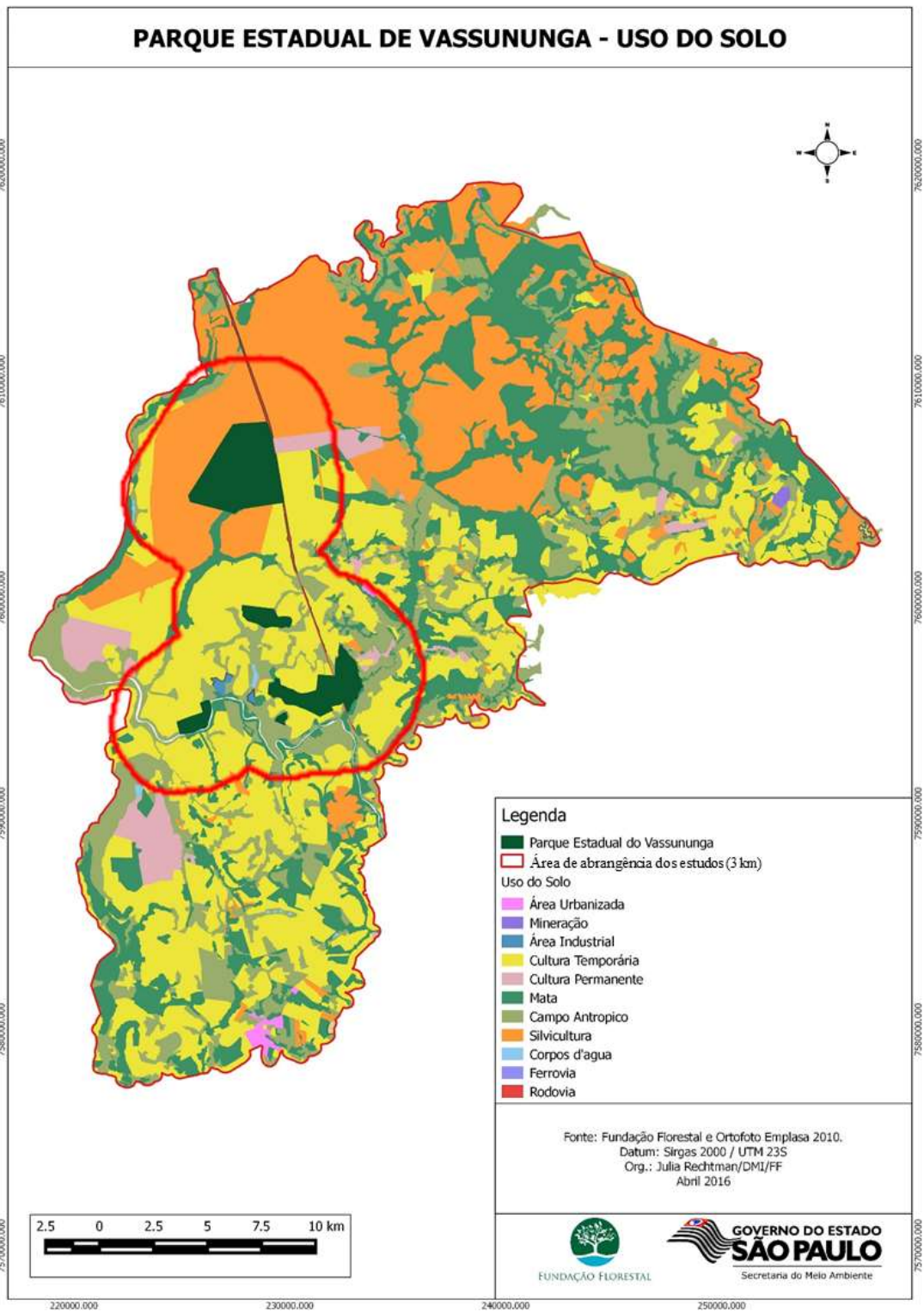
APÊNDICE 4.3.J. Relação de lideranças e representações locais

	NOME	INSTITUIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO
1	Sr. Rubens Ramalho	VIZINHO	35 anos morador. RL averbada. Interesse na conservação
2	Sr. Valentin José Mendonça	VIZINHO	Vizinho direto da Gleba Maravilha. RL averbada
3	Sr. Américo Barbuio	VIZINHO	RL averbada. Influencia positiva
4	Sr. João Samogim	VIZINHO	
5	Sr. Luis Antonio Comar	VIZINHO	RL averbada. Conectividade
6	Sr. Roberto Missiatto	VIZINHO	
7	Sr. Aparecido Caramuiri	VIZINHO	
8	Sr. Paulo Teixeira (administrador)	VIZINHO	Possibilidade de estabelecer conectividade
9	Sr. Kiko (administrador)	VIZINHO	Possibilidade de estabelecer conectividade
10	Usina Santa Rita	VIZINHO	Principal vizinho. Impactos negativos. Moradores da colonia
11	Sra. Edi Morey Hossre	VIZINHO	Liderança local. Interesse turismo rural

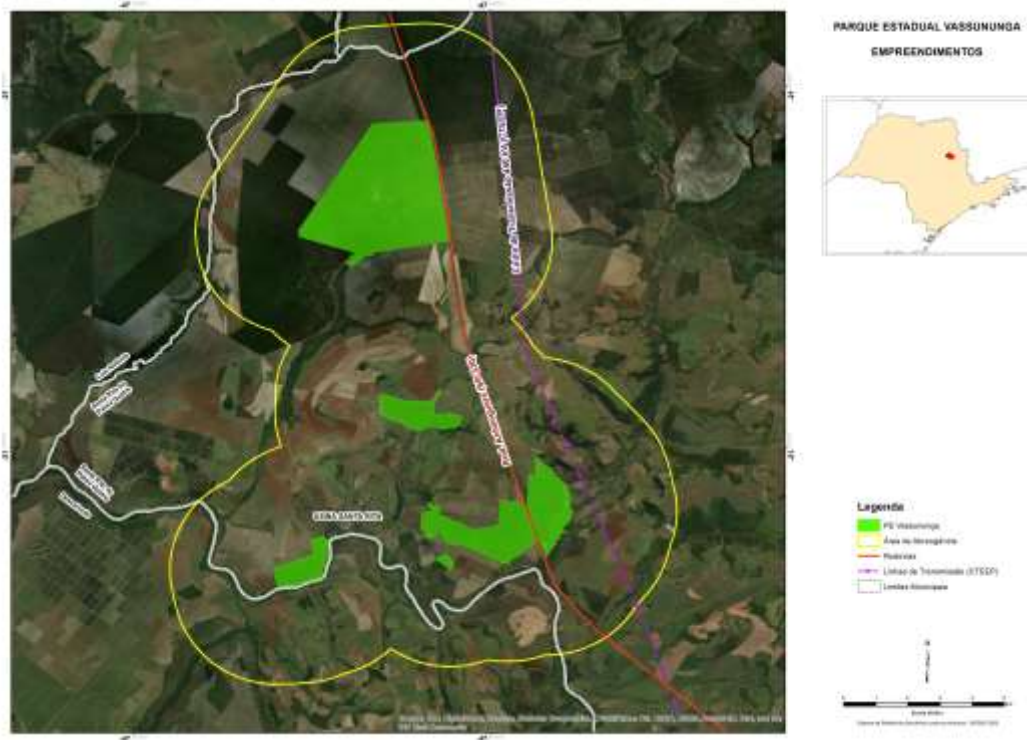
12	Sra. Ana Meirelles de Souza Pinto	VIZINHO	Interesse em atividades de turismo rural
13	Sr. Valmir da Rocha Melges	VIZINHO	Interesse turismo Possibilidade de conectividade
14	Ibama	Órgão público Federal	Fortalecimento institucional
15	Ministério Público	Órgão público Estadual	Fortalecimento institucional
16	Instituto Florestal	Órgão público Estadual	Gestão
17	DEPRN	Órgão público Estadual	Fortalecimento institucional e ZA
18	Polícia Ambiental (Comandante Potigura)	Órgão público Estadual	Fortalecimento institucional
19	Escola técnica Agrícola (Sr. Junior Otaviano)	Órgão público Estadual	Formação de profissionais de áreas rurais (futuros vizinhos)
20	CATI (Sr. Lauro Costa)	Órgão público Estadual	Fortalecimento institucional e ZA
21	Secretaria de MA e Turismo (Sr. Jéferson leoni)	Órgão público Municipal	Proporcionar maior envolvimento e interação
22	Secretaria de planejamento: Plano Diretor (Sr. Guido)	Órgão público Municipal	Proporcionar maior envolvimento e interação
23	Secretaria de Educação (Sr. Ronaldo)	Órgão público Municipal	Proporcionar maior envolvimento e interação
24	Conselho Municipal de Meio Ambiente (Sr. Ugatis ou Cristina ou Carlos Alberto Del Bel)	Órgão público Municipal	Maior envolvimento e interação
25	ASPA (Sr. Eduardo Pine)	ONG	Parcerias e divulgação
26	USP Ribeirão Preto (profa. Elenice Varanda)	Universidade	Direcionamento de pesquisas e contribuições ao conhecimento do PEV
27	USP Esalq (prof. Ricardo Rodrigues)	Universidade	Direcionamento de pesquisas e contribuições ao conhecimento do PEV
28	UFSCAR (Prof. Salatiel)	Universidade	Direcionamento de pesquisas e contribuições ao conhecimento do PEV
29	Unicastelo	Universidade	Contribuições ao conhecimento do PEV

4.4 DINÂMICA TERRITORIAL

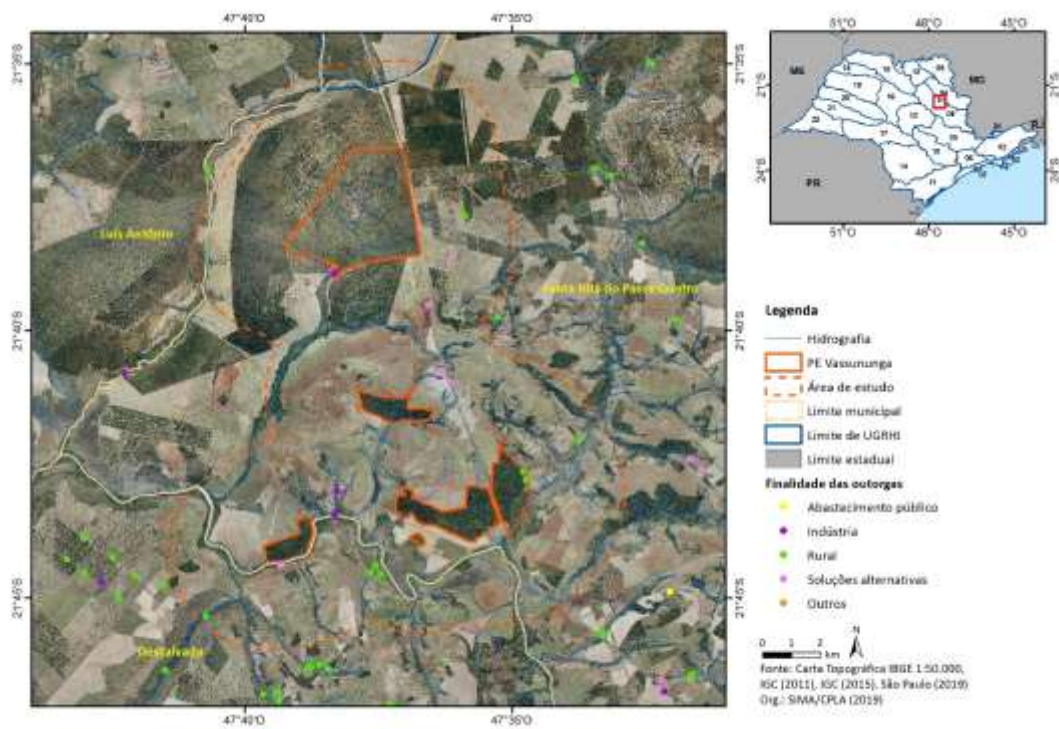
APÊNDICE 4.4.A. Mapa de Uso e Ocupação da Terra do Parque Estadual de Vassununga e em sua área de estudo



APÊNDICE 4.4.B. Especialização dos empreendimentos lineares



APÊNDICE 4.4.C. Especialização das outorgas válidas em 2017 na área de estudo do Parque Estadual de Vassununga, por finalidade

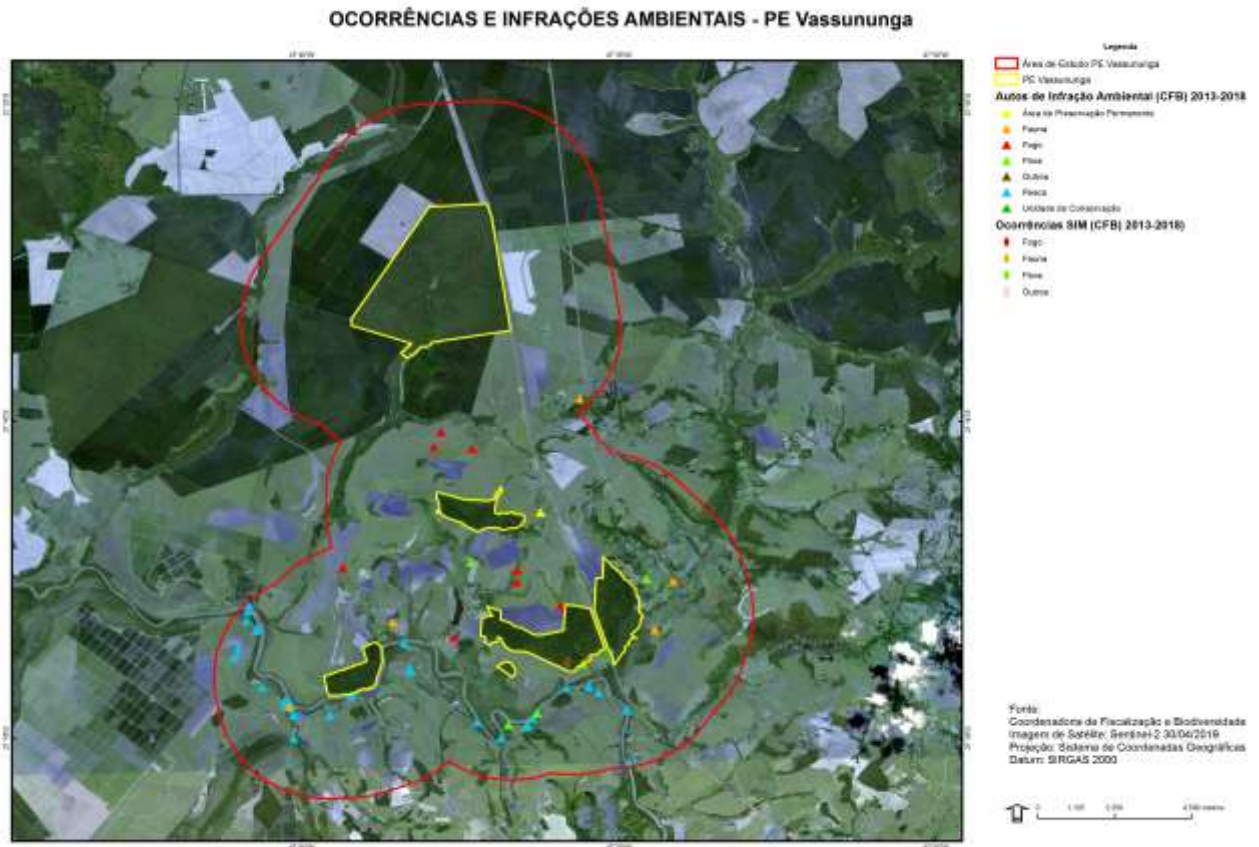


APÊNDICE 4.4.D. Consumo de energia elétrica (em MWh) em Descalvado e Santa Rita do Passa Quatro e no estado de São Paulo em 2010 e 2017

Localidade	Comércio e serviços		Industrial		Residencial		Rural		Iluminação, serviços públicos e outros		Total	
	2010	2017	2010	2017	2010	2017	2010	2017	2010	2017	2010	2017
Descalvado	9.472	11.488	42.703	49.742	22.146	27.109	19.764	20.172	8.233	8.999	102.319	117.510
Santa Rita do Passa Quatro	9.129	10.231	7.918	17.231	19.131	20.607	5.021	5.399	8.192	6.600	49.391	60.067
Estado de São Paulo	22.869.695	28.203.714	54.466.229	47.597.612	34.220.748	39.136.918	2.790.429	3.345.307	10.679.546	11.526.526	125.033.891	129.810.078

Fonte: Seade (2019a), elaborado por SIMA/CPLA (2019).

APÊNDICE 4.4.E. Ocorrências e Infrações Ambientais – Parque Estadual de Vassununga

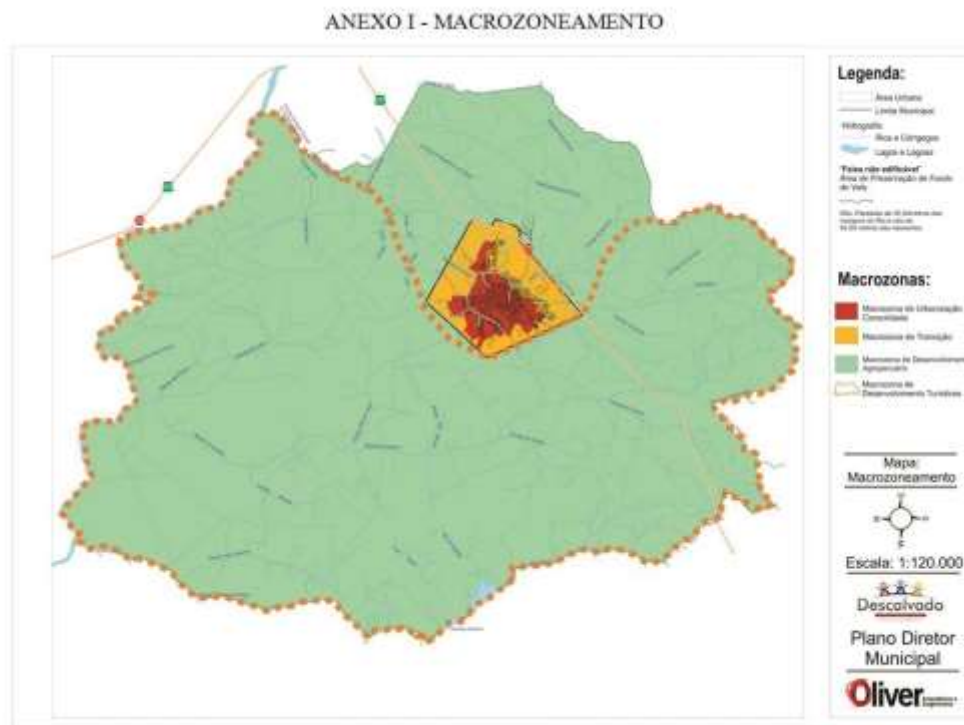


Fonte: SÃO PAULO – SIMA – CFB, 2019.

ANEXO V - JURÍDICO INSTITUCIONAL

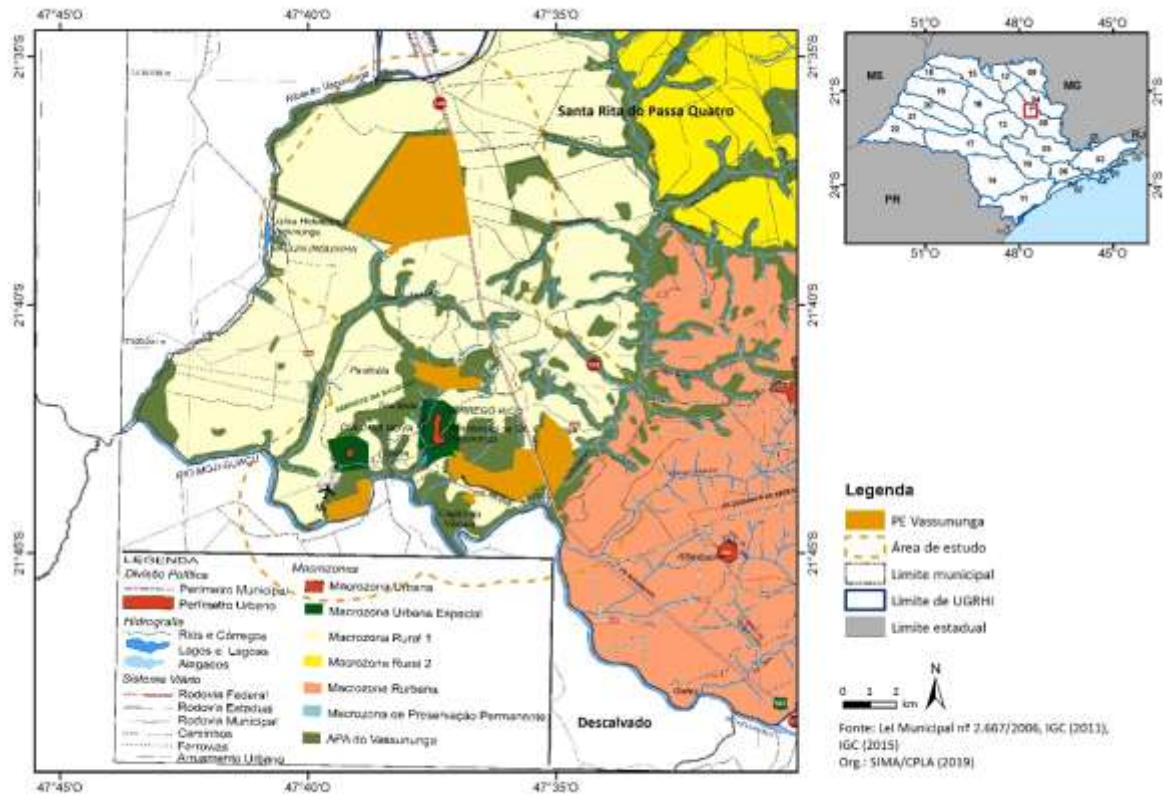
5.1 INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

APÊNDICE 5.1.A. Macrozoneamento do município de Descalvado



Fonte: Lei Municipal nº 4.031/2016.

APÊNDICE 5.1.B. Zoneamento do município de Santa Rita do Passa Quatro na área de estudo do Parque Estadual de Vassununga



APÊNDICE 5.1.C. Zoneamento Agroambiental para o Setor Sucoalcooleiro 2008

